REVISTA RES PUBLICA

REVISTA DE ENSAIOS POLÍTICOS

www.revistarespublica.com

n.06 // dezembro 2025

respublica fundação

REVISTA
RES PUBLICA
REVISTA DE ENSAIOS POLÍTICOS

FUNDAÇÃO RES PUBLICA
Avenida da República, n.º34 – 8º andar
1050-193 Lisboa

www.fundacaorespublica.pt
geral@fundacaorespublica.pt

+351 217 931 648

FUNDAÇÃO RES PUBLICA
A Fundação Res Publica é uma instituição dedicada ao pensamento político e às políticas públicas. À luz dos seus estatutos, inspira-se nos valores e princípios da liberdade, da igualdade, da justiça, da fraternidade, da dignidade e dos direitos humanos.

fundacaorespublica.pt

res publica
fundação

número 06 – dezembro 2025

5 **EDITORIAL**

1º classificado no Prémio Res Publica 2024
13 **O LOCAL DE TRABALHO COMO UM LUGAR DE DESIGUALDADE DISTRIBUTIVA E RELACIONAL:**
Potencialidades e Desafios na Democratização das Relações Laborais
Hugo Rajão

2º classificado no Prémio Res Publica 2024
28 **QUANTO EU VALHO NO MERCADO?**
Intelectualidades Subjugadas e o Subaproveitamento da Força de Trabalho de Mulheres Imigrantes em Portugal
Elaine Silva Cordeiro
Simone Lima Azevedo

Prémio Jovem
44 **DESIGUALDADE E JUSTIÇA FISCAL**
Helena Leite Martins Júdice Halpern

Menção Honrosa
61 **DESIGUALDADE ECONÓMICA, GLOBALIZAÇÃO E EROSÃO DA DEMOCRACIA**
Alexandre Freire

SELECIONADOS

77 **COMPREENDER A SAÚDE GLOBAL NUMA ÓPTICA FEMINISTA:**
As Questões de Género e os Grupos de Risco em Crises de Saúde Pública
Marisa da Conceição Moreira
Marcos Farias Ferreira

95 **IMIGRAÇÃO E SUPER-EXPLORAÇÃO**
– O Caso Português
Dinis Silveira

113 **DESIGUALDADES SOCIAIS E CONSUMO ALIMENTAR:**
Conceitos, Processos e Estratégias de Mitigação
Fábio Rafael Augusto

131 **UMA HERANÇA EM TRANSFORMAÇÃO:**
A Sociedade da Miséria
Hélder Verdade Fontes

148 **QUANDO ADÃO LAVRAVA E EVA FIAVA, QUEM ERA O SENHOR?**
Ana Beatriz Santos

Vencedora do Prémio Res Publica 2022
166 **EUROPEAN SOCIAL UNION IN TIMES OF DYSTOPIA.**
The Long (Social) Walk of Southern European Societies
Carla Valadas

REVISTA
RES PUBLICA
REVISTA DE ENSAIOS POLÍTICOS

ESTATUTO EDITORIAL

1.
A *Revista Res Publica Revista de Ensaios Políticos* é propriedade da Fundação Res Publica e insere-se nos seus objetivos de debate e reflexão política.

2.
A revista é aberta a colaborações que se insiram na sua linha editorial e possam contribuir para o aprofundamento do pensamento da esquerda de inspiração socialista, social-democrata e progressista.

3.
A escolha e seleção das contribuições publicadas é da responsabilidade da direção da revista que contará com a colaboração do conselho editorial.

4.
A *Revista Res Publica Revista de Ensaios Políticos* é de edição quadrimestral e de acesso aberto não implicando esse acesso qualquer contrapartida monetária.

5.
A *Revista Res Publica Revista de Ensaios Políticos* contará, no entanto, com um espaço para diálogo com os seus leitores que para tal efeito se queiram registar.

Diretor
PEDRO SILVA PEREIRA

Projeto Gráfico e Paginação
FILIPE PINTO

Secretariado
HELENA BOTELHO

Conselho Editorial
JOSÉ ANTÓNIO VIEIRA DA SILVA
(coordenador)

PEDRO SILVA PEREIRA
AUGUSTO SANTOS SILVA
CONSTANÇA URBANO DE SOUSA
MARIA HELENA ANDRÉ

EDITORIAL

O número 6 da Revista Res Publica é dedicado aos ensaios concorrentes ao Prémio Res Publica 2024. O tema solicitado centrou-se na complexa muldimensão da questão das desigualdades.

O convite à apresentação de candidaturas enunciava um amplo leque dos distintos ângulos de abordagem que hoje caracterizam o tema.

Pobreza e desigualdades – Fatores explicativos, tendências e políticas públicas.
O território e o desenvolvimento. Assimetrias e desigualdades, regionalização e descentralização.
Desigualdades e discriminação no mundo contemporâneo.
As questões do género e dos grupos de risco.
A política fiscal, a coesão e a justiça. Quadro conceptual, instrumentos e resultados.

O debate sobre igualdade/desigualdade é seguramente um eixo central dos debates políticos e filosóficos especialmente a partir da segunda metade do século XXVIII.

E continua a ser um debate central nos referenciais doutrinários e ideológicos, na construção de dimensões do direito internacional ou no desenho de políticas públicas.

São muitas as dinâmicas de mudança com um profundo impacto na realidade contemporânea, algumas delas sujeitas a novos fatores de incerteza que tornam muito difícil estimar a evolução futura de diversas dimensões das desigualdades.

No que respeita aos indicadores de desigualdade entre países, e seguindo a abordagem do IDHAD (Indicador de Desenvolvimento Humano ajustado pelas Desigualdades[1]), podemos verificas que, em 2022 os países de desenvolvimento elevado possuíam um valor 2.4 vezes superior aos países de desenvolvimento baixo.

1 O IDH é um indicador compósito calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e que utiliza informação sobre rendimento, saúde e educação para comparar o nível de desenvolvimento entre realidades diversas, normalmente países. Em 2010 foram ajustados os valores obtidos pelo IDH levando em consideração a intensidade das desigualdades em cada país dando assim origem ao IDHAD.

No entanto, esse diferencial registou um recuo de 20% entre 2010 e 2022 o que é compatível com um importante comportamento global no primeiro quarto do século que vivemos.

De facto, em grande parte do mundo assistiu-se neste século a uma enorme redução da pobreza monetária.

Considerando os dez países mais populosos do mundo, correspondendo a cerca de metade da população planetária vários deles quase erradicaram a pobreza mais severa (menos de 3 dólares dia) conforme dados do Banco Mundial para 2022. A China registava 58% da população nesse nível de pobreza na viragem do século e contabiliza zero atualmente. A Índia e a Indonésia, de valores também muito elevados melhoraram para taxas de pobreza pouco acima dos 5%, o Brasil registou igualmente uma redução muito significativa neste indicador.

Neste grupo apenas a Nigéria e a Etiópia mantêm uma pobreza severa muito elevada (cerca de 40%) o que representa de forma muito clara o impacto diferenciado das dinâmicas de globalização que, atenuando fortemente a pobreza especialmente na Ásia, não se revelaram capazes de possuir impacto semelhante no continente africano.

Apesar deste notável progresso na redução da pobreza extrema, a evolução global impõe que se destaquem algumas dimensões críticas de enorme relevância.

- Em primeiro lugar, o facto de existirem zonas do mundo com um crescimento demográfico elevado que permanecem, até hoje, afastadas dos efeitos de crescimento dos rendimentos gerados pela globalização. A África Subsaariana situa-se quase globalmente nesse plano.
- Em segundo lugar, no grupo dos países mais desenvolvidos economicamente assistiu-se à emergência de fraturas que contribuíram para reduzir a capacidade de continuar um trajeto de redução de desigualdades ou de redução significativa dos fenómenos de exclusão social.
- Por outro lado, principalmente a partir do trabalho de Thomas Piketty, realizado a partir do final do século passado, é possível perceber que as assimetrias na distribuição da riqueza constituem um elemento decisivo como determinante da evolução das estruturas económicas e sociais.
- Finalmente, a compreensão das dinâmicas da desigualdade exige que se olhe mais profundamente para realidades que determinam componentes chave do bem-estar social. Os fluxos migratórios são um dos exemplos dessas realidades e possuem hoje uma continuada atualidade particularmente pelo facto de estar associados a dimensões de desigualdade que ultrapassam a esfera monetária.

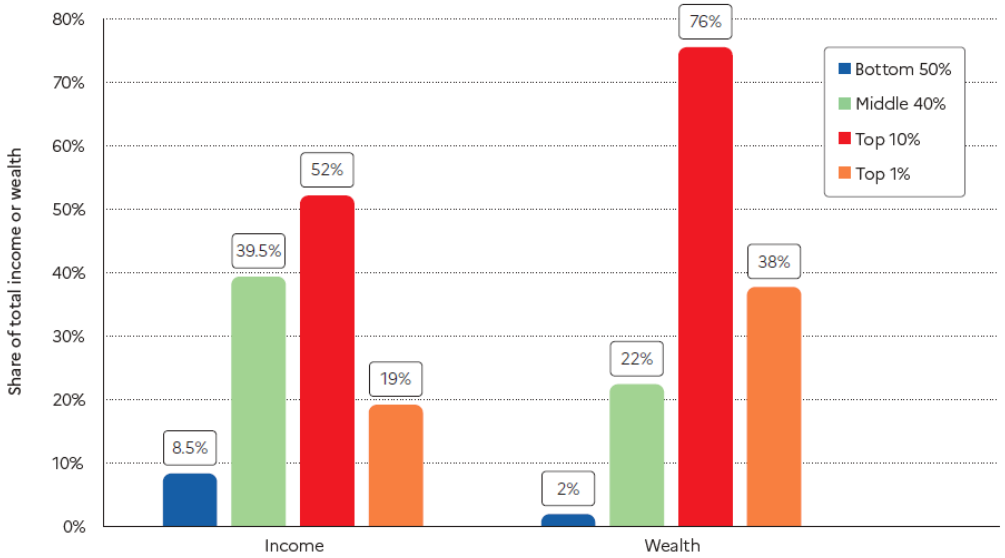
O trabalho do Laboratório Mundial das Desigualdades (WIL, na sigla em inglês) permite hoje uma análise atual e aprofundada de algumas das principais questões-chave na dinâmica das desigualdades.

O seu último Relatório Global[2], referente a 2022, permite avaliar a dimensão atual das desigualdades no mundo.

Lendo três gráficos desse relatório identifica-se:

- a enorme desigualdade na distribuição de rendimentos e riqueza - a metade inferior possuía 8.5 % dos rendimentos e 2% da riqueza enquanto os 1% mais ricos atingiram 19% e 38%.
- Numa série longa (de 1820 a 2020) as últimas décadas registaram maior crescimento do rendimento nos escalões mais elevados (10% e 1% mais ricos do que nos 50% com maior rendimento).
- Os rendimentos mais elevados absorveram uma parte significativa do crescimento registado à escala global.

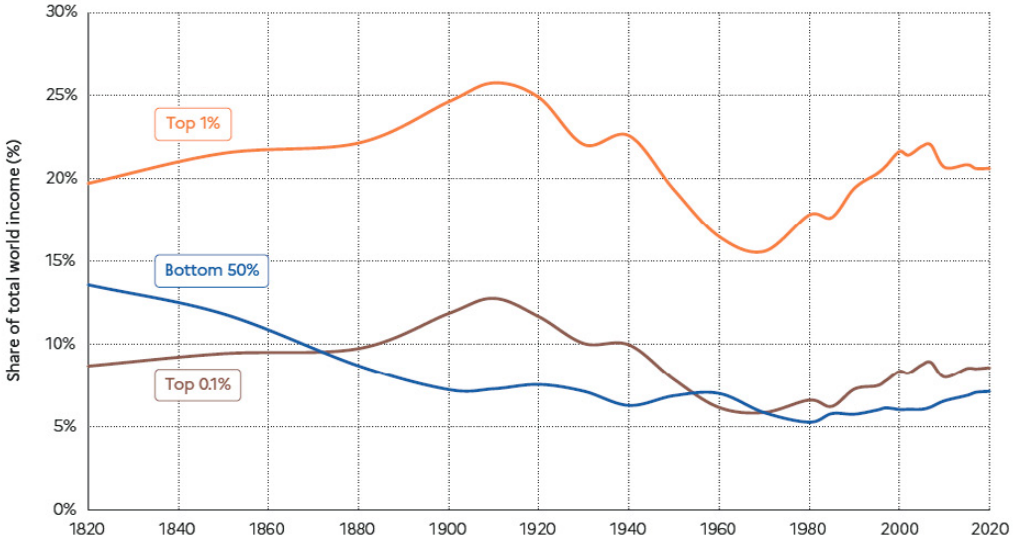
RELATÓRIO DO DAS DESIGUALDADES NO MUNDO 2022
– alguns indicadores



Interpretation: *The global 50% captures 8.5% of total income measured at Purchasing Power Parity (PPP). The global bottom 50% owns 2% of wealth (at Purchasing Power Parity). The global top 10% owns 76% of total Household wealth and captures 52% of total income in 2021. Note that top wealth holders are not necessarily top income holders. Income is measured after the operation of pension and unemployment systems and before taxes and transfers.* ***Sources and series:*** *wir2022.wid.world/methodology*

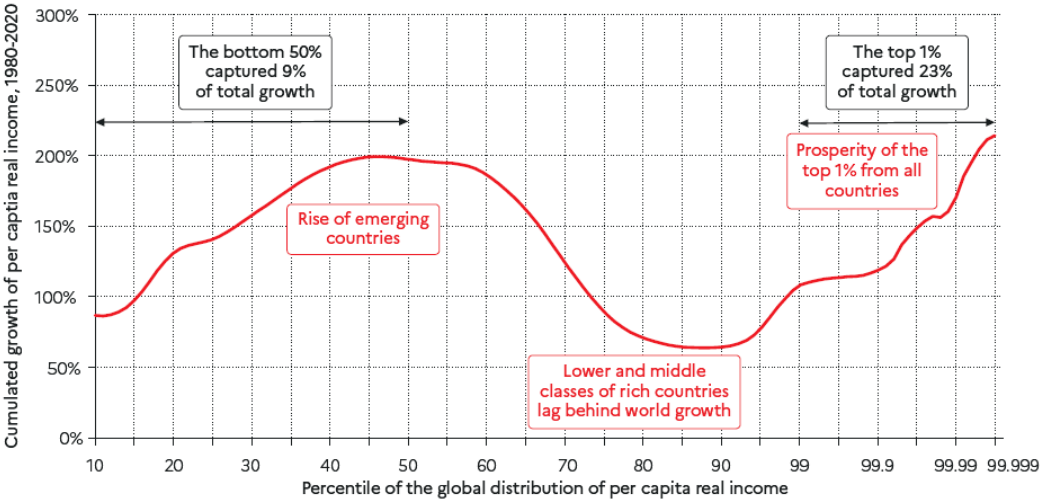
2 WORLD INEQUALITY REPORT 2022

Figure 2.6 *Global income inequality: top 1% and top 0.1% vs bottom 50% income shares, 1820-2020*



Interpretation: *The share of global income going to the top 1% highest incomes at the world level has hovered around 15-25% between 1820 and 2020 (20% in 1820, 26% in 1910, 16% in 1970, 21% in 2020) and has always been substantially greater than the share going to the bottom 50%, which has generally been of the same order of magnitude as the share going to the top 0.1%. Income is measured per capita after pension and unemployement insurance transfers and before income and wealth taxes.* ***Sources and series:*** *wir2022.wid.world/methodology and Chancel and Piketty (2021).*

Figure 2.10 *The elephant curve of global inequality, 1980-2020*



Interpretation: *The bottom 50% incomes of the world saw substantial growth between 1980 and 2020 (between +50% and +200%). The top 1% incomes also benefited from high growth (between +100% and +200%). Intermediate categories grew less. In sum, inequality decreased between the bottom and the middle of the global income distribution, and increased between the middle and the top. In effect, the top 1% captured 23% of total world growth between 1980 and 2020, vs. 9% for the bottom 50%. Income is measured per capita after pension and unemployement insurance transfers and before income and wealth taxes.* ***Sources and series:*** *wir2022.wid.world/methodology and Chancel and Piketty (2021).*

Em Portugal, a realidade das desigualdades encontra espelho na informação produzida pelo INE e integrada no Eurostat.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento constitui a base da informação produzida que permite elaborar os indicadores de desigualdades e as taxas de pobreza que podem ser comparados com os valores dos países da União Europeia na base de dados do Eurostat.

Num amplo leque de dimensões analíticas que a série de dados permite trabalhar destacam-se o Índice de Gini e outras medidas de repartição de rendimentos.

A desigualdade na distribuição de rendimentos medida pelo Índice de Gini coloca Portugal com um valor de 31.9 numa escala de 0 a 100 em que 0 corresponde a uma distribuição igualitária.

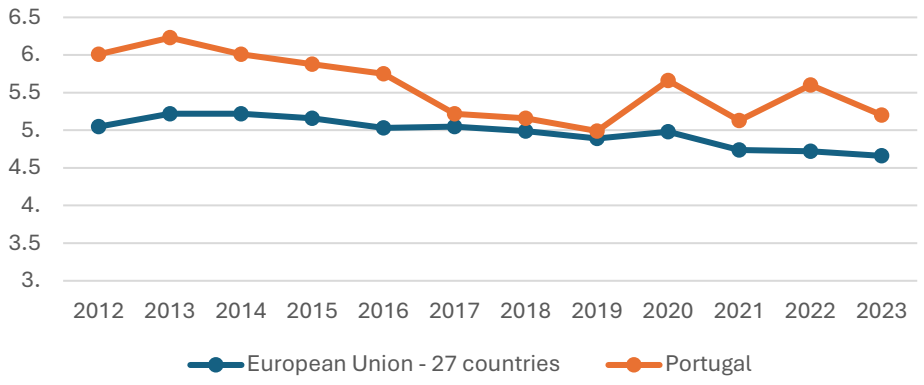
Este valor, um dos mais altos da União Europeia, corresponde a uma não muito expressiva tendência de descida na última década a qual parece principalmente associada à evolução do ciclo económico.

A introdução de um indicador que compara o rendimento dos 20% mais ricos com aquele dos 20% mais pobres oferece-nos uma outra visão da desigualdade na distribuição de rendimentos,

O valor mais elevado era, em 2023, 5.2 vezes maior que o rendimento dos 20% mais pobres.

No entanto, esse indicador, apesar de ser mais elevado que a maioria dos equivalentes europeus registou uma clara descida bem como reduziu a distância para a média europeia. Continua, apesar disso a mostrar sensibilidade aos ciclos económicos.

Fig. I- Indicador de distribuição de rendimentos (relação entre os 20% mais altos e os 20% mais baixos)



Fonte: Eurostat

A avaliação da pobreza, dos seus indicadores, evolução e fatores explicativos, constitui o desenvolvimento mais expressivo dos estudos sobre as desigualdades e a bateria de informação obtida pelo Inquérito às Condições de Vida e Rendimento fornece ampla base para o seu estudo.

Apesar de este inquérito integrar uma dimensão de avaliação das condições de vida, das carências e dos níveis de bem-estar ele é maioritariamente baseado na informação de natureza monetária sobre o rendimento das pessoas e das famílias. Esta informação dá origem à identificação de um limiar de risco de pobreza que corresponde, no espaço da União Europeia, ao valor de 60% do rendimento mediano. Aqueles vivendo em famílias abaixo desse limiar de rendimento estarão em situação de pobreza. Trata-se de um indicador de natureza relativa que é, essencialmente, um valor que expressa uma medida de desigualdade no espaço de cada realidade nacional.

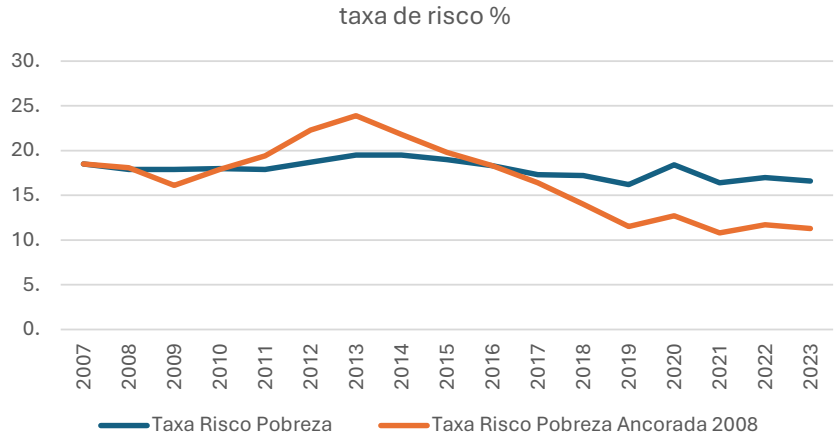
Em Portugal, a taxa de risco da pobreza monetária regista uma tendência de descida, ainda que com oscilações justificadas pelos ciclos económicos, situando-se nos 16.4% da população residente, segundo os dados do inquérito de 2024 referentes ao ano de 2023.

Sendo a taxa de risco de pobreza uma medida relativa, ela é, simultaneamente, influenciada pela evolução da linha de pobreza (logo pela mediana dos rendimentos) e pelos rendimentos obtidos por aqueles situados nos rendimentos mais baixos.

O cálculo da "taxa de risco de pobreza ancorada" permite avaliar como evoluiu a situação monetária das pessoas face a uma linha de pobreza do ano base (corrigida pela inflação nos anos restantes) e permite avaliar a evolução do peso de rendimentos reais inferiores.

A consideração destas duas taxas de risco mostra, por um lado uma descida acentuada do risco de pobreza face à situação de partida e, por outro lado, evidenciam forte impacto das distintas conjunturas vividas no período estudado.

Fig. II - Pobreza em Portugal

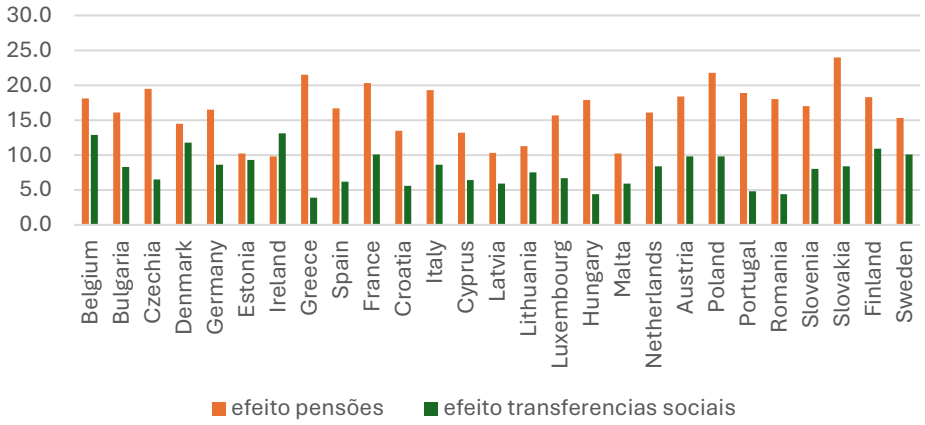


Fonte: Eurostat

Sendo os valores de pobreza monetária calculados nesta fonte identificados com os rendimentos das pessoas e das famílias importa identificar qual a natureza dos mesmos.

As autoridades estatísticas nacionais e comunitárias trabalham três tipos de rendimentos dos cidadãos dos estados-membros: os rendimentos de atividade economia (salários, lucros, rendas e outros), pensões e transferências sociais.

Fig. III - Fatores redutores do risco de pobreza - 2023 (pontos percentuais)



Fonte: Eurostat e cálculos próprios

A Figura III permite identificar o peso das pensões e das transferências sociais na criação de rendimentos acima do limiar do risco de pobreza.

No quadro de relativa diversidade das situações na União Europeia, e tendo em consideração que estamos perante indicadores de natureza relativa e de base nacional, é possível identificar a especificidade da situação portuguesa. Assim, se o relevo dos rendimentos de pensões se situa um pouco acima da média europeia já no que respeita à dimensão e eficácia das transferências sociais na diminuição do risco de pobreza é dos mais baixos da U.E.

A fragilidade na proteção de desemprego e o menor desenvolvimento de prestações familiares e de mínimos sociais deverão estar na origem desta realidade.

A avaliação e análise da realidade multidisciplinar da pobreza e das escolhas publicas para a combater possui diversas dimensões muito para além daquelas que foram esboçadas neste texto.

Os ensaios concorrentes ao Prémio Respublica 2024 são um exemplo dessa diversidade.

As abordagens de natureza global foram escolhidas por alguns autores procurando identificar dinâmicas e tendências explicativas num quadro macro.

Foi o caso da menção honrosa atribuída ao ensaio *Desigualdade Económica, Globalização e Erosão da Democracia*, da autoria de Alexandre Freire. A prioridade a dimensões especificas dos fenómenos de desigualdade foi dada por diversos concorrentes, sendo que em alguns casos essas dimensões são absolutamente estruturantes destas realidades. É o caso do ensaio vencedor do prémio o jovem que escolheu a abordagem na ótica fiscal. *Desigualdade e Justiça Fiscal*, da autoria de Helena Halpern.

Enriquecer o debate cruzando dimensões críticas diversas é uma escolha não apenas interessante, mas muitas vezes imperiosa para entender a exposição ao risco de pobreza e exclusão social. O ensaio vencedor do 2º premio fá-lo precisamente quando relaciona imigração género e mercado de trabalho no Portugal contemporâneo.

"Quanto eu valho no mercado?" Intelectualidades Subjugadas e o Subaproveitamento da Força de Trabalho de Mulheres Imigrantes em Portugal, da autoria de Elaine Silva Cordeiro e de Simone Lima Azevedo. Finalmente, a abordagem às relações laborais numa ótica de "democracia nas empresas" traz um tema muito ausente da reflexão, quer académica quer política, quando avaliamos a relação entre crescimento económico e coesão social. Este é o desafio que Hugo Rojão nos trouxe com *O local de trabalho como um lugar de desigualdade distributiva e relacional: Potencialidades e desafios na democratização das relações laborais,* ensaio vencedor.

1º classificado
no Prémio Res Publica 2024

O LOCAL DE TRABALHO COMO UM LUGAR DE DESIGUALDADE DISTRIBUTIVA E RELACIONAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES LABORAIS

Hugo Rajão

1.
LOCAL DE TRABALHO
– UM PALCO DA DESIGUALDADE

A problemática da desigualdade tem sido abordada pela teoria política sobretudo no âmbito das teorias da justiça e da justiça distributiva. A identificação de um padrão justo para a distribuição de benefícios e encargos não é, no entanto, dissociável da organização do mercado de trabalho, e do lugar que cada pessoa ocupa no mesmo.

Enquanto unidades de produção, dentro do sistema económico, é nos locais de trabalho que são determinados, em grande medida, a distribuição económica de benefícios e encargos. Por conseguinte, dificilmente será possível diminuir a desigualdade distributiva numa dada sociedade, sem antes encarar as desigualdades laborais.

Numa economia capitalista, na qual se combinam uma estrutura de propriedade privada dos meios de produção com um mercado, com um sistema de preços, para a alocação de bens e serviços, a força de trabalho é assumida como mais uma mercadoria, entre as demais, tal como um pedaço de terra, uma máquina, ou um quilo de maçãs. Ou seja, o trabalho pode ser comprado e vendido, em troca de um salário, no mercado, sendo o seu preço fixado mediante as relações de oferta e procura.

Classicamente, as desigualdades laborais, como advoga Marx (2008 [1844]) adviriam da existência de assimetrias significativas entre o que os trabalhadores, pelo menos os mais vulneráveis, têm para "oferecer" ao mercado – apenas a sua força de trabalho – e a urgência de suprirem as suas

HUGO RAJÃO
É investigador em Filosofia Política. Licenciado e Mestre em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutorado em Filosofia pela Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas da Universidade do Minho. A sua tese de doutoramento insere-se no âmbito da Filosofia Política, na qual aborda temáticas como as teorias da justiça, a abordagem das capacidades e o rendimento básico incondicional. Desenvolveu os seus trabalhos doutorais e pós-doutorais enquanto investigador do Centro de Ética, Política e Sociedade (CEPS) da Universidade do Minho. Interesses de investigação: Justiça distributiva, teorias da justiça, liberalismo político, rendimento básico incondicional, abordagem das capacidades, desenvolvimento humano, democracia no trabalho.

necessidades materiais, quando comparados com a posição dos seus potenciais compradores – os empregadores, detentores dos meios de produção. Não tendo outra alternativa decente, a não ser a destituição material, a vender a sua força de trabalho, em troca de um salário, a um empregador, seja ele qual for, os trabalhadores encontram-se então numa posição frágil para negociarem os termos de cooperação, o que propiciaria a emergência de desigualdades entre o trabalho e o capital. Numa sociedade em que o trabalho assalariado permanece tão central, afigurando-se o mecanismo principal, e na maioria das vezes único, para as pessoas obterem os meios necessários para a prossecução dos seus projetos de vida, este problema é incontornável.

Como bem realça Karl Polanyi (2021 [1944], 215-216), há, no entanto, uma diferença fundamental entre a força de trabalho e as demais mercadorias, que podem ser transacionadas no mercado. Um trabalhador não se pode separar da sua força de trabalho. Não pode colocá-la num canto, armazená-la e enviá-la para longe. Portanto, quando uma pessoa vende a sua força de trabalho, está na verdade a vender o direito de controlo de outro – o seu patrão – sobre as suas próprias ações. Parafraseando Elizabeth Anderson (2017, 4), a relação entre alguém que compra um quilo de maçãs no mercado e o vendedor de fruta acaba no momento da transação. As partes ficam independentes uma da outra assim que a venda é realizada. O mesmo não acontece nas relações laborais. O trabalhador fica sob alçada da autoridade da entidade empregadora assim que o contrato de trabalho é firmado.

Por conseguinte, a possibilidade de desigualdades nas relações laborais não diz respeito apenas ao aspeto *distributivo*, isto é, à distribuição entre rendimento do trabalho e rendimento do capital, entre salário e lucro. A desigualdade é acima de tudo *relacional* (embora, do ponto de vista instrumental, a desigualdade relacional possa conduzir à desigualdade distributiva). As partes, trabalhador e patrão, deixam de se relacionar como duas pessoas iguais, em termos de valor.

Para Elizabeth Anderson, a desigualdade relacional existente nos locais de trabalho, de uma empresa de modelo capitalista, deve-se à estrutura hierárquica da mesma que concede poder aos patrões em relação aos trabalhadores, e reflete-se em três dimensões: *autoridade, estima* e *posição*. De acordo com este modelo, as decisões dentro de uma empresa, nomeadamente no que concerne aos meios e aos fins da produção, recaem nos seus proprietários, privados, quer diretamente ou indiretamente, por intermédio dos gestores que estes escolhem para os representar – CEO. Assim sendo, sobre os trabalhadores dessas empresas poucas ou nenhumas decisões recaem. Restando-lhes obedecer às regras que lhes são ditadas.

A desigualdade relacional reflete-se em termos de *autoridade*, no sentido em quem ocupa as posições de topo exerce o seu poder sobre os que estão nos lugares inferiores, seus subordinados, de forma arbitrária e com muita discricionariedade. Em *estima*, na medida em que os ocupantes dos lugares

cimeiros da hierarquia são tratados com maior consideração e respeito em detrimento dos demais. Finalmente, em *posição*, porque os interesses de quem está em baixo contam menos do que os interesses de quem está em cima (2017, 4).[1]

Este artigo encontra-se dividido em seis secções. Nesta, *secção 1*, faço um enquadramento geral da desigualdade a partir da problemática das desigualdades laborais. Na *secção 2* abordo a 'democratização dos locais de trabalho' como solução para combater essas mesmas desigualdades. A *secção 3* é dedicada a eventuais objeções e desafios relativamente à proposta. Na *secção 4* são apresentados alguns modelos, candidatos, de 'empresas democráticas'. A *secção 5* aborda as potencialidades e os desafios de implementar a proposta em Portugal. Finalmente, em forma de conclusão, na *secção 6* são tecidas algumas considerações finais.

2.
DEMOCRATIZAR OS LOCAIS DE TRABALHO

As desigualdades elencadas, prevalentes nos locais de trabalho, parecem contrariar o *princípio da igualdade moral*, princípio este fundamental na definição de 'democracia liberal'. Se numa sociedade liberal e democrática todas as pessoas, portadoras do mesmo valor moral – dignidade – independentemente das suas características, devem ser tratadas em conformidade, como fins em si mesmas, no local de trabalho os trabalhadores vêem-se a si e à sua força de trabalho reduzidos à condição de mero meio/*input* de produção.

Mais do que isso, a sua força de trabalho, enquanto meio/instrumento/input, encontra-se sob controlo não da própria pessoa, mas do seu patrão. Se na esfera política, todas as pessoas devem ter o mesmo peso de decisão nas questões que as afetam, no local de trabalho as decisões são tomadas por uma das partes, os detentores de capital, sem que a outra, os trabalhadores, tenha qualquer direito de escrutínio, eleição ou veto. Por conseguinte, é deslumbrável uma tensão entre as regras da democracia liberal e as regras dos locais de trabalho, na esfera de uma empresa de modelo capitalista, que talvez a dicotomia dos anos da guerra fria tenha ajudado a negligenciar.

Parafraseando Robert Dahl (1985), se as regras democráticas se justificam para governar o Estado, não se justificam também para governar as empresas? – argumento que se denomina de analogia *Empresa/Estado* (*Parallel-case argument*).

Assim sendo, uma das soluções propostas para fazer face às desigualdades laborais passa pela democratização do local de trabalho, ou seja, aquilo

1 Obviamente nem todos os trabalhadores se encontram na mesma posição. Uns, pelo estatuto contratual que alcançaram, pelo dinheiro que amealharam, ou pelas especiais capacidades e talentos produtivos que detenham, estarão em melhor posição negocial do que outros.

que na literatura anglo-saxónica é referido como *Workplace Democracy*.[2] O conceito não é facilmente definível. É um 'chapéu' passível de abrigar diferentes políticas e modelos, que não significam necessariamente o mesmo. É, contudo, possível discernir um denominador comum. Em resumo, '*Workplace Democracy*' diz respeito a um conjunto de propostas com o objetivo de dar *Voz* aos trabalhadores, dentro do seu local de trabalho. Para isso, é pretendido que a estrutura legal de governação das empresas seja modificada de maneira a constituir os trabalhadores de direitos democráticos (como o voto) para participarem no processo de decisão das questões principais das mesmas. Desta forma, teriam controlo sobre os meios e fins produtivos da empresa.

Nas próximas secções enumerarei os principais modelos candidatos de *Workplace Democracy*. Antes disso, importa analisar algumas objeções e desafios que a proposta de democratizar os locais de trabalho suscita.

3.
OBJEÇÕES E DESAFIOS

A proposta de democratização dos locais de trabalho, e a analogia *Empresa/Estado* são passíveis de críticas e desafios, que autores como Hélène Landemore e Isabelle Ferreras (2016), Iñigo González-Ricoy I (2014), entre outros, procuram contrariar. Analisarei em seguida algumas dessas possíveis objeções e desafios.

3.1.
Voluntariedade dos Contratos Laborais

Uma objeção que salta à vista, formulada por autores como Jonh Tomasi (2012), apela para o carácter supostamente voluntário dos contratos de trabalho. Ao abrigo desta, não há qualquer contradição entre a democracia e o modelo capitalista de empresa. Os contratos de trabalho, tal como as demais transações no mercado são voluntários. Por conseguinte, o trabalhador, no local de trabalho, obedece apenas aos termos de cooperação que decidiu livremente aceitar. Sendo que tem a mesma liberdade para recusar, e abandonar o posto de trabalho, assim que quiser.

Várias respostas têm sido feitas a esta objeção. Uma delas tem a ver com a real "voluntariedade" da adesão ao contrato. Autores como Marx, Gerald Cohen 1988, 239–254) ou Serena Olsaretti (1998, 53–78) reiteram que os trabalhadores, muitas vezes, se veem forçados a aceitar trabalhar sob más condições, na medida em que não têm nenhuma alternativa razoável/decente, a não ser a privação material e tudo que isso acarreta, a recusá-lo. Há, portanto, uma assimetria de poder/interesses entre as partes negociantes em prejuízo do trabalhador. Alex Gourevitch (2014), da tradição neorepublicana, fala ainda

2 À falta de melhor tradução para português, designarei *Workplace Democracy* como 'democracia no local de trabalho'.

de um fenómeno a que dá o nome de *dominação estrutural*. Se dentro de um local de trabalho um trabalhador enfrenta *dominação pessoal*, na medida em que se encontra sujeito à capacidade de interferência arbitrária do patrão nas suas escolhas, enfrenta ainda a *dominação estrutural*, pois mesmo que decida abandonar esse posto de trabalhar, ver-se-á forçado a sujeitar-se, mais tarde ou mais cedo, à autoridade de um novo patrão – sob pena de sofrer na sua subsistência, não havendo muitas opções de empregos "democráticos".

3.2.
Violação do Direito de Propriedade Privada

Poder-se-á argumentar que dar poder de decisão de trabalhadores vai contra o direito de propriedade dos "donos" das empresas.

Para responder a esta objeção é útil começar por definir o que é uma empresa. Uma empresa é uma unidade de produção económica, cujo processo produtivo resulta da combinação de vários *inputs* produtivos como capital (físico, financeiro, intelectual, infraestrutural) e trabalho. O que designados por "donos" das empresas são na verdade os proprietários do capital da empresa (quando este não é contratado externamente, sob forma de crédito ou aluguer). Este direito de propriedade dá direitos negativos sobre o objeto possuído, neste caso o capital, mas não confere direitos positivos. Por outras palavras, dá o direito ao próprio de decidir, sem pedir contas a ninguém, onde investir o capital, sem que ninguém possa interferir nele, mas não a forma como este se deve coordenar com os trabalhadores e a sua força de trabalho. É o contrato, como indica David Ellerman (1992, 12-15) e a configuração legal em geral, que indica a forma como capital e trabalho se podem coordenar. E isso é o Estado que determina. Acima de tudo, a empresa é uma figura legal concedida pelo Estado, uma pessoa coletiva, com direitos e deveres que não se reduzem aos direitos e deveres dos investidores do seu capital. Assim, como indica Elizabeth Anderson (2017, 60), é o Estado que estabelece a estrutura de governação das empresas, e que, portanto, decide apenas conceder poder de controlo aos detentores de capital e não aos trabalhadores. Porém, não teria de ser assim.[3]

Além disso, nem todos os modelos possíveis de democrática do trabalho pressupõem a separação entre capital e trabalho. No modelo cooperativo de empresa, por exemplo, isso não acontece.

3 Importa distinguir 'empresa' e 'mercado'. Na empresa, no seu funcionamento interno, em nome da eficiência, os mecanismos de mercado, o sistema de preços, é suspenso e substituído pela autoridade, como forma de alocação de tarefas.

3.3.
Insensibilidade perante o Risco

Uma resposta possível ao argumento anterior seria afirmar a injustiça de dar os mesmos direitos aos trabalhadores do que aos investidores de capital, quando os primeiros não correm os mesmos riscos caso o investimento falhe. É um ponto que não pode, de maneira alguma, ser negligenciado. No entanto, a resposta subestima demasiado os investimentos, e os riscos associados, que um trabalhador faz no seu local de trabalho, como bem afirma Isabelle Ferreras (2018, 183).

Como a força de trabalho é inalienável do trabalhador, este coloca a sua própria pessoa no trabalho. Investe o seu tempo (que é uma porção substancial do tempo da sua vida), o seu esforço e as suas capacidades. Põe em risco a sua integridade física e mental e a possibilidade de poder estar a prescindir de outra carreira alternativa. Ao ficar sem o emprego arrisca-se a perder os meios de substância, mas também a não estar mais apto a trabalhar noutro sítio (por se ter hiperespecializado no emprego e na empresa anterior), e a ter de abandonar a comunidade onde o seu emprego se encontrava localizado. Nesse sentido, se adotarmos o risco como critério para ter poder de decisão, devemos questionar como se justifica que trabalhadores, que correm estes riscos, tenham o seu destino totalmente nas mãos das decisões de outros.

3.4.
Eficiência Económica

Independentemente das questões normativas, uma objeção a uma tentativa de democratizar os locais de trabalho prende-se com a eficiência económica. Ao abrigo desta objeção, as empresas devem ser geridas pelos detentores do capital investido na empresa e não pelos trabalhadores, pois os primeiros estariam mais habilitados a fazê-lo. Há várias formas de tentar refutar esta objeção.

Primeiro, deve-se questionar o que 'eficiência económica' significa e a quem serve.

Segundo, embora o equilíbrio seja difícil de fazer, é defensável que se possa sacrificar, em alguns casos, a eficiência em nome de maior justiça.[4]

Terceiro, nem todas as injustiças que resultam do autoritarismo, dentro do local de trabalho, aludem à eficiência económica. Em muitos casos, podem até ser contrárias a esse desiderato. Por exemplo, o assédio moral e sexual, ou o medo de transmitir as más notícias ao patrão por medo de represálias (González-Ricoy 2014, 53-54).

Por fim, está por provar que as empresas democráticas sejam menos

4 Por exemplo, mesmo que obrigar as crianças a trabalhar trouxesse ganhos de produtividade, é moralmente intolerável e por isso deve ser rejeitado (infelizmente não é assim em todas as partes do mundo).

eficientes. No sentido oposto, oferecem algum potencial a esse respeito: potenciam a motivação dos trabalhadores e a disponibilidade para estes adquirem novas competências; podem exigir menores custos de monitorização e levar a menos abstencionismo, por parte dos trabalhadores; em virtude da sua estrutura horizontal, propiciam uma maior partilha de informação e um maior efeito cumulativo da mesma (Malleson 2013,100-103, 2014, 72-75; Gerlsbeck & Herzog 2019; Frega, Herzog, & Neuhäuser 2019, 6; Herzog 2022).

3.5.
O Poder dos Patrões não é Incontrolável

Por fim, pode-se tentar negar que o poder dos patrões é tão arbitrário e incontrolável como os proponentes da democracia no trabalho parecem supor. O Estado já parece proteger os trabalhadores, através das suas leis. O código de trabalho, a fiscalização (como a ACT), os tribunais e outras formas de proteção social (como ordenado mínimo, direito a baixa, férias pagas, etc.) limitam a conduta omnipotente dos patrões em relação aos trabalhadores.

Sem negar estes factos, há dois fatores relevantes. Por um lado, o medo de perder o emprego pode ter muitas vezes um efeito dissuasor nos trabalhadores para denunciarem casos de abuso laboral. Por outros, os contratos de trabalho são pela sua natureza incompletos (Bowles, S., & Gintis, H. 1990). Nenhum contrato pode prever a infinitude de situações que podem vir a ocorrer num local de trabalho. Por isso, nos casos em que o contrato é omisso, a decisão recai sempre, por defeito, na parte que tem mais poder de decisão – neste caso, o representante dos investidores de capital da empresa.

3.6.
Outros Desafios

Não obstante as objeções e contra objeções expostas, democratizar os locais de trabalho comporta desafios, que variam de modelo para modelo, que não devem ser ignorados.

1) Heterogeneidade dos interesses dos trabalhadores

Os interesses dos investidores de capital afiguram-se mais homogéneos do que os dos trabalhadores (Hansmann 1996). Enquanto os primeiros estão interessados em rentabilizar ao máximo, em dinheiro, aquilo que investiram, os últimos não estão apenas interessados em maximizar os seus salários. Como a força de trabalho é inseparável do trabalhador, os seus interesses podem diferir no que concerne a outros aspetos da organização do trabalho, como a divisão de tarefas, distribuição de turnos, tempos de pausas, etc. Além disso, os trabalhadores podem diferir em termos de talentos, conhecimento e estatuto.

Esta heterogeneidade de interesses é passível de gerar conflitos e custos de agência coletiva, mas como procurei mostrar na próxima secção, uns modelos parecem mais preparados do que outros para lidar com este fenómeno.

2) Captação de investimento

A captação de investimento pode nem sempre ser fácil em empresas democráticas. Os investidores podem ficar relutantes em investir em algo do qual não controlam ou em partilhar o controlo com agentes que não partilham os mesmos riscos. Caso um país queira tornar a 'democracia no local de trabalho' predominante, também poderá ter de enfrentar o desafio financeiro de ajudar os trabalhadores a comprar as empresas no qual trabalham, a fomentar empréstimos para criação de 'negócios democráticos', etc.

3) Agudização do Problema Agente-Principal

Uma das dificuldades que a gestão de uma empresa suscita é o chamado problema *agente-principal*. Ou seja, na dificuldade de alinhamento entre os interesses dos "donos" da empresa – o principal – e o gestor que o deve representar – o agente. Numa empresa democrática, na qual há separação entre investidores de capital e os trabalhadores, o agente não terá de responder a um, mas a dois principais, com interesses potencialmente conflituantes, o que poderá ser um entrave à sua capacidade de gestão da mesma (Heath 2014, 63-65).

4) *Dimensão da empresa*

Finalmente, a ideia de democracia no trabalha parece estar moldada para empresas de média e grande dimensão. Em pequenos negócios a sua exequibilidade não é facilmente contemplável. Ainda para mais quando este modelo tem como inspiração a democracia representativa e não formas de democracia direta. Numa empresa de grande dimensão, eleger representantes é uma prática comum, dentro do modelo capitalista. Os acionistas elegem administradores e os gestores que representam os seus interesses enquanto tal. Estabelecer um paralelo para um processo de eleição de representantes de trabalhadores é bastante intuitivo. O mesmo não se aplica, contudo, a uma empresa com dois trabalhadores.[5] Nestes casos, a "democratização" das relações de trabalho talvez deva passar antes pela promoção de boas opções da saída para os trabalhadores, como seria o caso da implementação de um Rendimento Básico Incondicional (RBI).

5 Pode até desincentivar a pequena livre iniciativa, na medida em que uma pessoa, na ambição de expandir o negócio, só poderá contratar alguém se o tornar seu 'parceiro'.

4.
MODELOS DE DEMOCRACIA NO LOCAL DE TRABALHO

Até agora defini o conceito de democracia no trabalho, no original *Workplace Democracy*, como um conjunto de políticas que visam alterar a estrutura de governação das empresas, de modo a dotar os trabalhadores de direitos democráticos de participação na direção das mesmas. No entanto, falta abordar modelos candidatos que encaixem neste conceito. É o que farei nesta secção.

a) Cooperativas

O modelo de empresa cooperativa está presente no mundo todo, embora não seja o modelo predominante em lado algum. Um dos exemplos mais mencionados é o da federação de cooperativas *Mondragón,* no País Basco (Malleson 2014, 60-65).

Com as devidas diferenças entre si, numa empresa cooperativa os trabalhadores são proprietários da empresa e vice-versa, e têm, portanto, poder democrático de decisão nos assuntos que lhe dizem respeito – geralmente, uma pessoa, um voto. Assim sendo, a clássica divisão entre capital e trabalho esbate-se.

As cooperativas apresentam algumas vantagens em comparação com outros modelos alternativos de democratização de empresas. Como os cooperantes são simultaneamente trabalhadores e capitalistas, a eventual heterogeneidade de interesses entre eles, abordada na secção anterior (ponto 1), enquanto trabalhadores, é porventura temperada pela homogeneidade de interesses, enquanto capitalistas. Pela mesma ordem de razão, os gestores que escolherem – o agente – só tem de obedecer a um principal (ponto 3).

No lado das possíveis desvantagens, a capta*ção de* investimento pode ser uma delas, principalmente em setores que requeiram muito capital físico. Como um investidor para poder controlar *in loco* o seu investimento tem de ser também trabalhador da empresa, isso pode ser um fator que afaste investidores externos. Fazer recair o financiamento nos próprios cooperante implica um grande fardo para os mesmos, e coloca-os numa situação de maior risco: se a empresa falir, perderão não só o emprego, mas também o capital investido.

Uma eventual solução, caso uma sociedade queira tornar este modelo predominante, é fazer com que o Estado ajude os trabalhadores a comprar as empresas nas quais trabalhem, de maneira a torná-las em cooperativas. Essa solução, porém, implicará um grande esforço orçamental.

Para obviar este tipo de problemas, a *Mondragón* tem o seu próprio banco, a *Caja Laboral*, incumbida de reunir financiamento para as empresas do grupo.

b) Firmas Bicamerais

Este é o modelo proposto por Isabelle Ferreras em *Firms as Political Entities Saving Democracy through Economic Bicameralism* (2018). Em resumo, a estrutura de governação da empresa seria composta por duas câmaras que teriam como prerrogativa decidir as suas diretrizes e escolher os gestores. Uma câmara seria composta pelos representes eleitos pelos investidores de Capital, enquanto a outra pelos representantes dos investidores de Trabalho (trabalhadores).

As decisões seriam tomadas por decisão democrática e paritária: por pelo menos 50%+1 numa câmara e 50%+1 na outra.

Este modelo tem a virtude de "aproveitar" o *design* vigente das empresas capitalistas. No fundo, estende ao trabalhador os direitos democráticos, criando um organismo paralelo ao que, em certa medida, já existe para os acionistas – que elegem o conselho de administração. Pode mesmo ser visto como um aprofundamento democrático do modelo de codeterminação existente em países como a Alemanha, que será mencionado em seguida.

Comparativamente às cooperativas, tem a vantagem de permitir, à partida, uma transição mais fácil, a partir do modelo capitalista vigente. Esta depende de uma mudança legislativa, e não do esforço orçamental para que os trabalhadores comprem a empresa. Também não se afigura tão propenso a afugentar investidores, uma vez que estes continuam a participar no controlo da empresa.

Por outro lado, apresenta as desvantagens da separação entre capital e trabalho: esta pode continuar a dar aos investidores de capital alguns poderes *de facto* para condicionar as decisões dos trabalhadores; o modelo afigura-se menos preparado para lidar com eventual heterogeneidade de interesses entre os trabalhadores; os gestores têm de responder a dois principais, com interesses eventualmente conflituantes – capitalistas e trabalhadores.

c) *Codeterminação*

O modelo de codeterminação (*Mitbestimmung*), tal como existe na Alemanha, é algo semelhante ao modelo bicameral. Os trabalhadores, em empresas de grande dimensão, têm direito de decisão democrática dentro da empresa, no entanto os acionistas (detentores do capital) têm voto de qualidade em caso de empate. Isso faz com que sejam evitadas as desvantagens mencionadas, do modelo de Isabelle Ferreras, mas faz com que a empresa não seja totalmente democrática. Em última instância, os trabalhadores encontram-se subordinados aos "donos" da empresa.

d) Planos de distribuição de ações

Distribuir uma parte do lucro da empresa com os trabalhadores, sob a forma de ações da mesma, é uma forma de amenizar a desigualdade distributiva. Mas tornará a empresa num local mais democrático?

A resposta reside no número de ações que forem transferidas para as mãos dos trabalhadores. Se estas foram relativamente poucas, relegando-os para uma posição minoritária, comparativamente com os outros acionistas, estas não se traduzirão em peso decisório. Pelo contrário, se estas permitissem aos trabalhadores ter, pelo menos, assento no conselho de administração, então haveria algumas alterações nas relações de poder, dentro da empresa. Para fazer com que o processo de decisão fosse paritário seria preciso, no entanto, uma transferência massiva de ações para os trabalhadores. O que na ausência de um excecional espírito altruísta por parte dos atuais acionistas das empresas, obrigaria o Estado a despender uma verba avultada para ajudar os trabalhadores a adquirir as ações destes.[6]

e) *Sindicatos*

Os sindicatos têm sido fundamentais, ao longo da histórica, como mecanismo de organização coletiva dos trabalhadores. Contudo, devem ser vistos mais como um mecanismo de negociação coletiva, e não como um órgão decisório dentro da empresa. Como afirma George D. H. Cole (190, 20), mais do que um volante, os sindicados são um travão. Os sindicatos não são, antes pelo contrário, inconciliáveis com outros modelos de democracia nos locais de trabalho.

5.
Portugal: Uma dificuldade e uma oportunidade

Ao longo deste artigo, abordei a possibilidade de democratização dos locais de trabalho, mas sem especificar um país em concreto, excetuando alguns exemplos citados, para a sua implementação. Centrando-me, agora, em Portugal, está o país preparado para acolher e pôr em prática esta ideia, e tornar a 'empresa democrática' o modelo predominante dentro do seu sistema económico?

Para além dos desafios, genéricos, abordados na secção 3, que a implementação pode comportar, esta proposta encontra em Portugal uma dificuldade, pelo menos, mas também uma oportunidade.

Começando pela dificuldade, esta vai ao encontro do ponto 4 da secção 3.6. Tem a ver com a ontologia do tecido empresarial de Portugal, no qual um modelo de democracia no trabalho é dificilmente encaixável. Uma grande

6 Um exemplo seria o *Employee Stock Ownership Plan* (ESOP), nos Estados Unidos da América.

parte das empresas que operam em Portugal são Micro, Pequenas e Médias. Por conseguinte, há o risco de não terem a dimensão adequada para tornar a ideia exequível.

No entanto, acredito que, por outro lado, poderia constituir uma enorme oportunidade para a economia portuguesa. Portugal encontra-se ainda a tentar recuperar do atraso em relação ao nível de qualificação da sua população. A democratização do ensino, do último meio século, tem ajudado nesse sentido. Nesta transição, contudo, dá-se por vezes o caso de as pessoas, após a sua formação, encontrarem uma economia menos qualificada do que elas. Ou seja, encontram uma economia de pouco valor acrescentado, e no qual o nível de qualificação das chefias das empresas é considerável menor do que a dos próprios. Este problema de absorção de competências pode conduzir ao subaproveitamento das capacidades produtivas dos trabalhadores, à não incorporação do conhecimento disponível nos objetos produzidos, e, por conseguinte, a um desperdício no potencial de geração de rendimento.

À medida que os anos forem passando este problema terá, porventura, tendência para ser atenuado. Numa sociedade em que todas as pessoas são qualificadas, as pessoas que criarem empresas também o serão, e procurarão arrastar o seu conhecimento para o processo produtivo das mesmas. Acredito, contudo, que a democratização dos locais de trabalho poderia ajudar a acelerar esse processo de absorção de competências.

Como? Como afirmei anteriormente (3.4), uma estrutura horizontal, em que todos têm voz e poder de decisão, propicia uma maior partilha de informação e a acumulação do conhecimento disponível. Permite uma maior verificação cruzada de eventuais erros, uma maior sistematização do contributo de toda as partes, e um maior efeito cumulativo do conhecimento das mesmas. Assim, numa economia menos qualificada do que os trabalhadores, mas na qual estes tenham poder democrático de participação nas decisões da empresa onde trabalham, terão mais possibilidades para conseguirem incorporar o conhecimento que detêm no processo produtivo.

Seria uma forma de aliar justiça social e eficiência económica.

6.
CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo defendi que não é possível combater as desigualdades, no contexto de uma economia capitalista, negligenciando as assimetrias existentes nos locais de trabalho. Numa sociedade em que o trabalho assalariado ocupa um lugar tão central, sendo a única alternativa que uma parte substancial das pessoas tem para suprir as suas necessidades materiais, a distribuição de encargos e benefícios é determinada, em grande medida, pelas condições associadas ao posto de trabalho de cada uma.

Conforme referi, a desigualdade propiciada pelas relações laborais não

é, contudo, apenas *distributiva*, mas sobretudo *relacional* (embora as duas se encontrem muitas vezes associadas). Numa empresa de modelo capitalista, a venda da força de trabalhador a um empregador significa a sujeição do primeiro à autoridade do segundo. Este passa a controlar as ações do trabalhador, o que parece contrariar o princípio da *igualdade moral* tão fundamental para democracia liberal.

Nesse sentido, apresentei a hipótese de democratização dos locais de trabalhos, estendendo o poder de decisão sobre o processo produtivo da empresa aos trabalhadores. Exibi possíveis modelos de 'empresas democráticas', mas sem negligenciar eventuais fraquezas e desafios. Por fim, abordei uma dificuldade e uma oportunidade, que um país como Portugal terá diante de si se avançar para um processo de democratização das suas empresas.

Democratizar os locais de trabalho aparenta ser uma proposta promissora para granjear a emancipação dos trabalhadores e uma maior justiça social. Pode ser uma solução para mitigar as desigualdades patentes nas sociedades ocidentais, tanto do ponto de vista distributivo como relacional.

Não deve, porém, ser vista como uma panaceia. Há várias situações em relação às quais esta pouca ou nada faz.

Primeiro, aplica-se apenas ao trabalho remunerado. Existem outras formas de trabalho, que embora não sejam remuneradas, têm um valor social fulcral. São exemplo o trabalho reprodutivo, o trabalho dos cuidadores informais, etc. A democratização das empresas não trará maior justiça social para as pessoas que exercem estas funções, que são na sua maioria mulheres.

Segundo, não ajuda a combater a pobreza de quem está fora do mercado do trabalho. É o caso dos desempregados, inativos, idosos e crianças.

Terceiro, embora a democratização do local trabalho possa ajudar a reduzir a dominação vertical – entre patrão e trabalhadores -, pode não ser suficiente para pôr cobro à dominação horizontal. Mesmo num contexto de empresas democráticas, é passível que continuem a existir agentes poderosos que continuem a conseguir condicionar as ações dos trabalhadores destas mesmas empresas. Pode ser o caso de algumas empresas, mais poderosas, sobre as outras, mas também determinados investidores, fornecedores, clientes, bancos, etc.

Posto isto, a democratização do local de trabalho deve ser encarada como apenas uma peça, embora fulcral, de uma agenda mais promissora para a democratização da economia num plano mais alargado.

REFERÊNCIAS

Anderson, E. (2017). *Private government: How employers rule our lives (and why we don't talk about it)*. Princeton: Princeton University Press.

Bowles, S., & Gintis, H. (1990). Contested exchange: New microfoundations for the political economy of capitalism. *Politics & Society, 18*(2), 165–222. https://doi.org/10.1177/003232929001800202

Ciepley, D. A. (2013). Beyond public and private: Toward a political theory of the corporation. *American Political Science Review, 107*(1). https://ssrn.com/abstract=2484826

Cohen, G. (1988). *History, labour, and freedom: Themes from Marx*. Oxford: Clarendon Press.

Cole, G. D. H. (1920). *Guild socialism restated*. London: Leonard Parsons.

Dahl, R. (1985). *A preface to economic democracy*. Berkeley: University of California Press.

Ellerman, D. (1992). *Property and contract in economics: The case for economic democracy*. Cambridge, MA: Blackwell.

Ferreras, I. (2018). *Firms as political entities: Saving democracy through economic bicameralism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Ferreras, I., Malleson, T., & Rogers, J. (Eds.). (2024). *Democratizing the corporation: The bicameral firm and beyond*. London: Verso.

Frega, R., Herzog, L., & Neuhäuser, C. (2019). Workplace democracy: The recent debate. *Philosophy Compass, 14*, e12574. https://doi.org/10.1111/phc3.12574

Gerlsbeck, F., & Herzog, L. (2020). The epistemic potentials of workplace democracy. *Review of Social Economy, 78*(3), 307–330.

González Ricoy, I. (2014). Firms, states, and democracy: A qualified defense of the parallel-case argument. *Law, Ethics and Philosophy, 2*, 32–57.

González-Ricoy, I. (2022). Little republics: Authority and the political nature of the firm. *Philosophy & Public Affairs, 50*. https://doi.org/10.1111/PAPA.12205

Gourevitch, A. (2014). *From slavery to the cooperative commonwealth: Labor and republican liberty in the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/CBO9781139519434

Hansmann, H. (1996). *The ownership of enterprise*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Heath, J. (2014). *Morality, competition, and the firm: The market failures approach to business ethics*. Oxford: Oxford University Press.

Herzog, L. (2022). What, if anything, can justify limiting workers' voice? In C. M. Melenovsky (Ed.), *The Routledge handbook of philosophy, politics, and economics*. London: Routledge.

Landemore, H., & Ferreras, I. (2016). In defense of workplace democracy: Towards a justification of the firm-state analogy. *Political Theory, 44*, 53–81.

Malleson, T. (2013). Economic democracy: The left's big idea for the twenty-first century? *New Political Science, 35*(1), 84–108. https://doi.org/10.1080/07393148.2012.754670

Malleson, T. (2014). *After Occupy: Economic democracy for the 21st century*. Oxford: Oxford University Press.

Marx, K. (2008). [1844]. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.

Olsaretti, S. (1998). Freedom, force and choice: Against the rights-based definition of voluntariness. *Journal of Political Philosophy, 6*, 53–78.

Polanyi, K. (2021). [1944]. *A grande transformação*. Lisboa: Edições 70.

Tomasi, J. (2012). *Free market fairness*. Princeton: Princeton University Press.

2º classificado
no Prémio Res Publica 2024

QUANTO EU VALHO NO MERCADO?

Intelectualidades Subjugadas e o Subaproveitamento da Força de Trabalho de Mulheres Imigrantes em Portugal

Elaine Silva Cordeiro
Simone Lima Azevedo

ELAINE SILVA CORDEIRO é doutoranda em Políticas Públicas na Universidade de Aveiro (Portugal); mestra em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Brasil); advogada, especialista em desenvolvimento local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 da ONU) e pesquisa temas relacionados à cooperação tributária internacional e justiça social.

SIMONE LIMA AZEVEDO é doutoranda em Mudança Social e Participação Política na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (USP/Brasil); mestra em Política Social, jornalista e gestora de políticas públicas. Pesquisadora convidada do Instituto de Comunicação da Universidade Nova de Lisboa (ICNOVA) entre janeiro e abril de 2024, conduziu investigação sobre experiências de mulheres negras e afrodescendentes que vivem em Portugal.

Resumo: Este ensaio apresenta algumas reflexões sobre o subaproveitamento da força de trabalho de mulheres imigrantes em Portugal, a partir de dados estatísticos que retratam um cenário de desigualdade e discriminação no acesso ao mercado de trabalho e à equidade de direitos. Três mulheres relatam suas dificuldades em acessar vagas de trabalho equivalentes ao seu nível de capacitação profissional e acadêmica. O ensaio também aborda as ações políticas que o país tem adotado para enfrentar o problema, à luz das teorias que discutem biopoder, racismo e feminização das migrações.

Palavras-Chaves: Imigração; Xenofobia; Racismo; Políticas Públicas.

Abstract: This essay presents some reflections on the underutilization of the labor force of immigrant women in Portugal, based on statistical data that portrays a scenario of inequality and discrimination in access to the labor market and equal rights. Three women recount their difficulties in accessing job vacancies equivalent to their level of professional and academic qualification. The essay also addresses the political actions that the country has adopted to address the problem, in light of theories that discuss biopower, racism, and the feminization of migration.

Keywords: Immigration; Xenophobia; Racism; Public policies.

INTRODUÇÃO

Banhado pelo Oceano Atlântico, Portugal é um país de grande beleza natural e riqueza histórica. Nos diferentes contextos histórico-cultural, Portugal, ao longo dos séculos, estabeleceu modos de comunicações com os continentes africano, asiático e americano. Quer fosse por estratégia política ou estratégia econômica, Portugal deixou um legado importante para o mundo: a língua portuguesa. Atualmente, cerca de 250 milhões de pessoas falam português em países como Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. A nível global o português é uma das línguas mais faladas, e a sua disseminação reflete a influência histórica de Portugal no mundo que se estende além das suas fronteiras geográficas e se mantém viva.

Depois de décadas de ditadura (1926 a 1974), a partir de 1980, Portugal, um país jovem no processo democrático, começou a superar a rigidez de suas fronteiras físicas e simbólicas, tornando-se um país da diversidade, com o aumento crescente do fluxo migratório. Hoje, o número de estrangeiros no país já ultrapassa 800 mil, segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e da Fundação Francisco Manuel dos Santos (Pordata). Desse total, 76% são provenientes de países fora da União Europeia (UE), com o Brasil e os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) liderando essa lista. Nos cursos de Doutoramento, grau mais avançado de capacitação intelectual, o percentual de estrangeiros inscritos chega a 34%, segundo o estudo.

A entrada de imigrantes no país tem um forte impacto nos cofres do Estado. Só em 2022, as comunidades imigrantes contribuíram com mais de 1.600 milhões de euros para a Segurança Social. E esse lucro se multiplica a cada ano. O relatório de 2023 do Observatório das Migrações (Oliveira, 2023) destaca que a contratação de mão-de-obra estrangeira em Portugal tornou-se uma necessidade devido à escassez de trabalhadores em várias áreas. Com uma população envelhecida, sem os imigrantes, alguns setores econômicos entrariam em colapso no país.

Existe uma frase de Fernando Pessoa que diz: "o povo português é, essencialmente, cosmopolita. Nunca um verdadeiro português foi português: foi sempre tudo." Contudo, os dados sobre a qualidade da integração dos imigrantes contradizem o poeta. Se somos um país que acolhe, por que os imigrantes legalmente residentes no país não acessam as mesmas oportunidades no mercado de trabalho, mesmo quando possuem qualificação profissional e acadêmica adequadas? Por que somos uma nação cosmopolita que representa a beleza e a grandeza do "tudo" de que fala Pessoa e mesmo assim as mulheres estrangeiras estão na base da pirâmide da hierarquização social?

Foucault (2021) já observara que a dinâmica instituída pelo poder enquanto dispositivo de controle é definida pelo movimento do Eu em contraposição ao imobilismo do Outro. A dicotomia entre o Ser superior se sustenta por produzir o Outro inferior. E Mbembe (2018), a partir do aprofundamento

do conceito foucaultiano de biopoder, observa como o poder apela à exceção e a um inimigo ficcional para normatizar o direito de subalternizar. Presente no pensamento e nas práticas ocidentais para desumanizar e dominar povos estrangeiros, o racismo é uma "tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder" (Mbembe, 2018, p. 18). No atual cenário de avanço da extrema-direita na Europa e no mundo, as problemáticas que envolvem a herança do pensamento colonialista permanecem presentes. Por isso, a ausência de figuras públicas com ascendência estrangeira em Portugal, sua subrepresentação no Parlamento e a pequena diversidade cultural nas televisões acendem um sinal de alerta.

Em que pesem as discussões sobre o cosmopolitismo nacionalista enaltecido por Fernando Pessoa estar além do convívio urbano compartilhado com a diferença cultural, tornando-se também estratégia política na pós-colonialidade (Oliveira, 2019), integrar significa "tornar inteiro", e na Sociologia isso se refere ao conjunto de processos de constituição de uma sociedade a partir da combinação das suas componentes (pessoas, organizações e instituições) e da organização das relações sociais que caracterizam essa combinação para formar um todo (Giddens, 1984).

Todavia, o relatório do Observatório das Migrações (Oliveira, 2023) e o estudo da Pordata mostram que os imigrantes compõem 7,5% do total da população e têm uma taxa de atividade mais alta do que os portugueses, mas desempenham trabalhos mal pagos, mais arriscados e trabalham mais horas semanalmente, com a prevalência de contratos temporários e remuneração, em média, 94 euros mensais menor que a média nacional.

A taxa de desemprego da população estrangeira proveniente de países fora da UE registrou em 2022 mais que o dobro da média nacional (14,3% vs. 6,1%). Além disso, 31% dos estrangeiros residentes em Portugal estão em situação de pobreza ou exclusão social, 11 pontos percentuais acima da população portuguesa (19,8%).

Com dados que retratam um cenário de desigualdade, como nós podemos "tornar-nos inteiros"? Conforme observa Munanga (2010), mesmo quando não há diferenças naturais para justificar a discriminação, elas são socialmente inventadas. Preconceitos são universais, pois não existe sociedade sem preconceito. Porém, eles não são dados naturais, "são fenômenos culturais produzidos pela sociedade na qual eles têm uma função" (p. 176). A função dos preconceitos nas sociedades, segundo o antropólogo, é valorizar a cultura, a língua, a religião, a visão do mundo e os valores de um grupo, comunidade, etnia ou nação, para criar, a partir dessa valorização, adesão, unidade e identidade.

O problema é que os preconceitos, que são atitudes pessoais ou coletivas de uma determinada sociedade, podem levar à discriminação. Esta, por sua vez, tem diversas formas de se manifestar: evitação, rejeição, agressão, violência, tratamento desigual e segregação. A passagem da discriminação para a segregação se manifesta quando são criadas fronteiras espaciais ou simbólicas

para aumentar a desvantagem do grupo discriminado. Em outras palavras, a discriminação significa a "passagem de uma simples atitude preconceituosa a uma ação observável e às vezes mensurável" (Munanga, 2010, p. 179). E os dados estatísticos oficiais mensuram esse fenômeno.

Entre as múltiplas singularidades sociodemográficas de Portugal, o crescimento contínuo da presença de mulheres imigrantes no país – 47% do total de estrangeiros, segundo dados do SEF – revela que o tema precisa ser analisado pela perspectiva interseccional pensada por Crenshaw (1991).

O fenômeno da feminização das migrações, que Yamanaka & Piper (2006) preferem chamar de genderização, é constituído por vulnerabilidades que se entrecruzam em termos de pertença de gênero, mas também étnico-racial, de classe, de idade e de orientação sexual. Uma vez que a população estrangeira não é homogênea, esses números se referem a pessoas que carregam consigo uma individualidade.

Essa diversidade e multiculturalidade do país têm como símbolo nacional a caminhada que tomou a Avenida da Liberdade em Lisboa no dia 25 de abril de 2024, para celebrar o aniversário de 50 anos da Revolução dos Cravos, movimento popular pacífico que pôs fim à ditadura de António de Oliveira Salazar (1926-1974), retomou a democracia em Portugal e levou à independência de ex-colônias portuguesas na África, cujas lutas foram cruciais para o fim do salazarismo. Portugueses e estrangeiros caminham lado a lado com flores vermelhas nas mãos todos os anos neste dia para comemorar a liberdade.
Contudo, o simbolismo igualitário e libertário desse movimento vai de encontro aos dados da desigualdade, cujo marcador social é a xenofobia, isto é, a violência guiada pela lógica da inferiorização e subalternização do Outro de que falam Foucault e Mbembe. Entre 2017 e 2021, as denúncias de xenofobia no país cresceram 505%, segundo balanço da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial.

Obviamente, não se trata de um fenômeno exclusivo de Portugal, mas de todos os países de todos os continentes. Todavia, dadas as particularidades sociodemográficas do país e a ascensão do partido de extrema-direita Chega, que hoje representa a terceira força política do país, os impactos da xenofobia no contexto em que a economia nacional se torna cada vez mais dependente da força de trabalho imigrante podem ser ainda mais avassaladores e perpetuadores da herança colonial, além de colocar em xeque o desenvolvimento social e econômico da nação e os princípios basilares dos direitos humanos em um país com a dimensão de Portugal.

O RETRATO DA DESIGUALDADE

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), reconheceu em 1948 como um dos direitos fundamentais das pessoas a sua liberdade para se deslocar de um lugar para outro em busca de

melhores condições de vida, tanto internamente quanto fora de seus territórios de origem. Posteriormente, esse direito foi ratificado por pactos e legislações em muitos países.

Na contemporaneidade, esse fenômeno multidimensional e heterogêneo sofreu alterações no seu perfil majoritariamente masculino. O World Migration Report 2024 da Organização Internacional das Migrações (OIM) reafirma o crescimento no número de imigrantes internacionais no planeta, com destaque para o aumento do percentual de mulheres, sobretudo na Europa, a partir da década de 1990. Contudo, o relatório observa que a parcela de migrantes do sexo feminino vem diminuindo desde 2000. Embora o número de migrantes femininas tenha aumentado ao longo dos anos, a migração não é mais feminizada, segundo o relatório.

A ausência ou a insuficiência de políticas feministas de combate às violências de gênero e à xenofobia podem ser um fator explicativo dessa queda. Além disso, as mulheres sofreram invisibilidade nos processos estatísticos relativos aos fluxos migratórios, porque eram consideradas somente como dependentes de maridos, filhos adultos ou relacionadas ao reagrupamento familiar, isto é, mães, esposas ou familiares agregadas. Mulheres independentes ou arrimos de família que migravam por conta própria em busca de trabalho, aprimoramento profissional, qualidade de vida, conhecer outra cultura ou fugir de contextos violentos eram desconsideradas nos levantamentos.

Contudo, essas tendências e padrões globais mascaram uma ampla variação por regiões de origem e destino. E Portugal, cujo perfil de imigração se mantém feminizada, exemplifica isso. Independentemente das razões que motivaram o descolamento, mulheres de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, fenótipos, etnias e originárias de diversas partes do planeta escolheram Portugal como o destino para construir uma vida melhor. E o país que as recebe torna-se responsável por integrá-las.

Para Ramos (2014), a feminização das migrações pode promover mudanças positivas na dinâmica familiar, nos papéis parentais, nas relações de gênero, nas dinâmicas educativas e econômicas, além de favorecer maior autonomia, autoconfiança e capacitação para as mulheres, mas também tem aumentado riscos, vulnerabilidades e violências que precisam ser enfrentadas com políticas públicas.

Silenciada como sujeito social e político pelo colonialismo e pelo patriarcado, a "subalterna não pode falar" (Spivak, 2010) porque as estruturas de poder não permitem que sua voz seja reconhecida nem proporcionam um espaço público para sua articulação e protagonismo na sociedade patriarcal de supremacia branca. Para além da violência da hipersexualização de seus corpos, são as mulheres imigrantes que frequentemente recebem menores rendimentos e vivenciam piores condições de vida e de trabalho, mesmo que possuam alto grau de capacitação profissional, intelectual e acadêmica.

Portanto, quando a teórica feminista indiana questiona o direito das

mulheres de falar, usando como exemplo a imolação de viúvas na Índia, ela não está se referindo ao ato da fala em si, mas sim às barreiras que enfrentam para se expressarem na sociedade. No caso das mulheres imigrantes, a xenofobia se apresenta como mais uma barreira que beira ao intransponível e que é sentida quase que como uma sensação de asfixia e de despersonificação dessas mulheres enquanto sujeito de direitos e até mesmo enquanto ser humano, conforme revelam os relatos[1] a seguir.

> "Eu sou advogada e, no Brasil, servidora pública. Eu ganhava bem, tinha uma vida organizada, mas eu gosto de viajar e queria ter uma experiência internacional. Fiz o mestrado no Brasil e decidi fazer o doutoramento fora. Eu nunca tinha saído do país e decidi que era a hora de viver isso. Meus filhos já estavam crescidos, então eu me preparei, tanto financeiramente quanto psicologicamente, durante dois anos para essa viagem. Fiz a seleção e iniciei um doutoramento na Universidade Nova de Lisboa. E foi aí que eu descobri que a vida de imigrante não é para principiante. No primeiro dia que eu cheguei do Brasil, eu fui direto para a faculdade assistir aula. Cheguei na recepção e pedi informação para um segurança, que era branco, sobre as salas. Ele me questionou se eu era aluna, duvidando que eu estava matriculada, não me deixou passar da recepção para eu pedir informação na secretaria e nem tentou me ajudar. Eu fiquei horas parada na porta procurando algum e-mail da professora para mostrar pra ele. Era o meu primeiro dia em Portugal, eu não tinha ninguém para pedir ajuda e fiquei completamente deslocada e ressabiada com aquilo. Depois disso, eu sempre pisei na Nova com desconfiança. Eu me senti destituída de mim... Tinha também um segurança na Faculdade de Direito que, das poucas vezes que estive lá, não o via abordando ninguém que entrava, mas nas minhas vezes, ele me abordou. E não é que no Brasil a gente não sofra racismo, mas lá a gente pode gritar. Aqui a gente se sente asfixiada. E eu não sei se é por causa da minha condição de imigrante ou se a abordagem que é diferente. A questão racial é um entrave muito grande em Portugal. As pesquisas acadêmicas não fazem qualquer recorte racial, e a maioria dos professores não admitem discutir raça, que era o que eu pretendia fazer no meu projeto de pesquisa, mas durante as aulas eu percebia falas extremante racistas. Uma delas foi de uma professora que falou que o número de mortes entre os imigrantes do leste europeu que trabalham na construção civil em Portugal era muito maior do que entre os imigrantes

1 Para preservar a identidade de duas depoentes que não quiseram se identificar, seus nomes reais foram substituídos por nomes fictícios.

> dos PALOP, porque os trabalhadores africanos eram preparados para aquele tipo de trabalho pesado. Essa é uma fala que cria estereótipos raciais de inferioridade e subalternidade. O discurso de que não existe racismo está em todo lugar, mas desde que eu cheguei aqui há quase três anos eu nunca consegui nenhum tipo de emprego que não fosse faxina ou restauração, e sempre através de contratos temporários. E eu nem estou falando sobre trabalhar na minha área como advogada. Eu estou falando em empregos de recepcionista, trabalho administrativo, vendedora, atendente. Trabalhos que os portugueses e os europeus de outros países fazem. Mesmo nesses empregos que não exigem uma qualificação especial, eu não consigo ser contratada, ainda que eu tenha diploma de nível superior, de especializações, de mestrado e esteja cursando o doutoramento. Não é demérito trabalhar com faxina ou restauração, mas frequentemente eu sou obrigada a fazer mais de 12 por dia, a trabalhar na folga, a não receber pagamento de horas extras, porque se eu reclamar, tem outras pessoas que vão aceitar a minha vaga, então eu vou ser facilmente demitida" (Dandara, 48 anos, brasileira).

Observando a dinâmica de reprodução sistêmica da colonização de corpos femininos, suas identidades e saberes a partir de uma perspectiva interseccional em "*Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*", a escritora e psicóloga portuguesa Grada Kilomba (2019) revela em sua pesquisa doutoral com relatos de mulheres negras que vivem na Alemanha que a experiência do racismo – que a autora postula como "racismo genderizado" – não é um acontecimento isolado. É uma experiência contínua que atravessa a história e a subjetividade dessas mulheres.

"O mito da mulher negra disponível, do homem negro infantilizado, da mulher muçulmana oprimida, do homem muçulmano agressivo, bem como da mulher branca emancipada ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções de gênero e raça interagem" (Kilomba, 2019, p. 94). Assim, vivências individuais e relatos subjetivos elucidam uma história e uma memória que é coletiva e que também inclui as experiências das depoentes que emigraram para Portugal.

> "Esse ano realizei um desejo de conhecer um tanto desse mundo enorme que nos rodeia e escolhi a terra do meu avô como destino para vivenciar o desconhecido, o que antes parecia inacessível e impossível. Estar longe dos meus, da minha terra tão amada, da zona de conforto tão difícil de ser deixada... Escolhi caminhar no escuro e usar do arcabouço e suprimento adquirido em terreno estável, usando as premissas de sobrevivência para me desenvolver

como sujeito no mundo, me desafiar. E mesmo sabendo das dificuldades e intempéries que enfrentaria, a vivência ainda conseguia ser mais complexa que a imaginação. Tive que abraçar meus demônios, enfrentar o meu medo do escuro e saber que mesmo quando estou distante de tudo o que é conhecido, ainda tenho a mim. A dor, a saudade, a dificuldade nos ensinam tanto! E na certeza de que águas calmas nunca fizeram bons marinheiros, ajustei as velas e me mantive firme. Encarei os dias frios, saindo para trabalhar ainda sem amanhecer o dia, caminhando forasteira, observando avidamente as diferenças que nos rodeiam e que, mesmo na diferença, podemos ser iguais. Compartilhei de lágrimas, sangue e suor, tentando traduzir pensamentos e sentimentos da vastidão de pessoas e origens que compartilham o mesmo vagão todos os dias, que via nas esquinas da vida. Tentando tirar lições dos dias, das palavras frias de pessoas sofridas, tentando ver ensinamentos e usando como crescimento. Me fortalecendo na falta de afeto nos dias que, mesmo rodeada de gente, me sentia sozinha. Mantendo força nas palavras dos que estiveram comigo todos os dias, mesmo com a distância. Vivenciei estações, meses, ausências, sentimentos vastos que desconhecia o nome, ao estrangeirismo e as dificuldades de ser brasileira. Se manter longe do nosso país de origem requer que busquemos nos questionar e encontrar força e sentido constantemente, pois os desafios são muitos e manter o propósito alinhado com a motivação não é uma tarefa fácil. Mesmo sendo psicóloga e advogada especializada, as condições de trabalho se equiparam a quem não possui qualificação profissional, pois os trabalhos para brasileiros são de subemprego. Baixa remuneração, desvio de função e horários de almoço que permeavam em 20 minutos. Essa era a realidade dos meus dias numa cafeteria conceituada de Lisboa. Entre abrir, limpar, preparar comida, atender caixa e fechar loja, me via trabalhando doente e sob condições pesadas numa rotina que me absorvia. A visão de hipossuficiência tão debatida nas leis brasileiras não existe no conceito trabalhista português, onde o incentivo e as leis são voltadas para o empregador. O clima de animosidade e assédio fazia parte na minha rotina desgastante no trabalho. Mas eu não podia desistir, pois, diferente da visão que é passada sobre a perspectiva de empregos, não é fácil ser chamado para uma vaga. A demanda é alta e as exigências são muitas. A sensação de estar sendo engolida era uma constante, somada ao aspecto de invisibilidade social. Parecia caminhar com uma placa estampada no peito sobre o meu lugar de imigrante. Apesar da minha família materna ser portuguesa, viajei sem ter

> tirado a nacionalidade, acreditando que ir regulada com o visto já seria o suficiente. Escolha essa que me fez ficar dias e muitas horas na fila do controle de imigração esperando a regularização da minha residência. A somatória de dificuldades e a impossibilidade de alinhar estudos e trabalho me fizeram optar pelo retorno ao Brasil. A rede de apoio em Portugal existe parcialmente entre os brasileiros que residem lá, mas estão todos tentando sobreviver entre empregos opressores, apartamentos lotados e custos de vida altos, onde parte significativa do que se ganha é revertido para despesas fixas. Sempre ouvia das pessoas que residiam lá que o fator que as fizeram escolher morar em Portugal estava atrelado à questão da segurança. Mas me questiono se abrir mão de tantos privilégios, principalmente de direitos, compensa tal decisão. Até porque a forma como vivenciei os oito meses em Portugal me expôs a riscos que eu até então desconhecia no Brasil" (Natália Araújo, 34 anos, brasileira).

A realidade da desigualdade exposta pelos dados oficiais e corporificada pelos relatos das depoentes é reflexo do que Quijano (2017) expõe como "colonialidade do poder", isto é, a permanência da estrutura de poder colonial que tem como principais alicerces o eurocentrismo, como forma de produzir e controlar as subjetividades, hierarquizando-as; e a racialização e as intrínsecas formas racializadas das relações de poder, o que inclui a xenofobia, uma vez que é um fenômeno estruturado pelo marcador racial. Complementando as ideias do autor, a opressão de gênero se apresenta como um terceiro alicerce, por meio dos quais o poder colonial permanece colonizando corpos, identidades, subjetividades e saberes, sobretudo de mulheres.

"Memórias, lendas, piadas, comentários, histórias, mitos, experiências, insultos, tudo isso inscrito simbolicamente na superfície das nossas peles, nos dizendo onde sentar e onde não, aonde ir e aonde não, com quem falar e com quem não falar" (Kilomba, 2019, p. 174-175). Desse modo, disseminar complexos de inferioridade e normalizá-los por meio de barreiras simbólicas, sociais e políticas que impedem a verdadeira integração social é uma estratégia da "colonialidade do poder", conforme postulado por Quijano. E esse fenômeno pode ser mensurado tanto por meio dos dados estatísticos quanto pelos depoimentos das pessoas que se deparam com esses obstáculos cotidianamente e que vivenciam essas situações na própria pele.

> "Muitas pessoas africanas vêm em busca de melhores condições de vida aqui em Portugal, mas assim que chegam ganham o estigma de inferiores. Se você quer um empréstimo, não consegue. Eu convivo com pessoas portuguesas, mas não sou parte delas, não sou como elas. Meu salário é pouco, mas não há contrato, nem

> nada disso. E assim eu nem posso pensar em ter filhos. Escola, creche e vestuário... É muito difícil ser de origem africana em Portugal. As mulheres têm mais facilidade de arranjar emprego, porque tem a cozinha, tem a copa, tem a faxina. Nos metem logo na cozinha porque somos negras. Os rapazes têm a construção civil. E é só isso. Não conseguem o que eles gostariam de exercer, mesmo quando têm estudo" (Firmina, 28 anos, angolana).

Para resgatar os processos históricos que produziram as estruturas coloniais fundadas no racismo e no sexismo, Grosfoguel (2016) destaca os genocídios e epistemicídios cometidos contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-Andaluz em nome da "pureza do sangue" no século XV; contra os povos indígenas da América e os aborígenes na Ásia; contra africanos aprisionados em seu território e escravizados no continente americano; e contra as mulheres que praticavam e transmitiam o conhecimento indo-europeu na Europa, queimadas vivas sob a acusação de bruxaria.

Desse modo, discurso da pureza do sangue, aniquilação da espiritualidade e da linguagem e hierarquização racial são processos históricos que estruturaram o poder racial e patriarcal e que perpetuam uma herança colonialista cujo enfrentamento hoje tem nas políticas públicas sua principal e mais importante estratégia.

O POTENCIAL TRANSFORMADOR

O maior entrave para a mitigação da discriminação sofrida pela mulher negra no mercado de trabalho português é a sutileza com que o racismo age, pois Portugal ainda prega o mito da democracia racial e do lusotropicalismo de Gilberto Freyre. Para além de outras barreiras sistêmicas, a falta de dados oficiais desagregados por raça/etnia é o principal óbice à discussão do tema e, consequentemente, ao desenho de políticas públicas focadas nessa problemática.

A prevalência de mulheres negras a ocupar os postos na limpeza e na cozinha é notória, mas faltam dados estatísticos para uma discussão fundamentada. O que se explica na fala da então Exma. Ministra de Estado e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, em 2021, altura da elaboração do Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação (PNCRD) pela Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR). No prefácio consta:

> "A luta contra o racismo e a discriminação é um desafio de longa data na sociedade portuguesa. Alimentado por modelos de discriminação que se baseiam em ideias de superioridade alicerçadas em noções anacrónicas de raça, etnia, cor da pele, entre outras, continuamos a assistir diariamente e de forma generalizada a fenómenos que violam os direitos humanos" (CICDR, 2021).

O PNCRD (CICDR, 2021) traz na área 4, "Trabalho e Emprego", a proposta de incentivar práticas de contratação assentadas no recrutamento inclusivo, designadamente de recrutamento às cegas, com a finalidade de proporcionar acessos profissionais igualitários para grupos discriminados. O Plano prevê também a realização de ações de formação sobre recrutamento inclusivo e ético, no âmbito da Carta Portuguesa para a Diversidade (APPDI, 2021) e da Rede Global para o Recrutamento Ético da OIM, para empregadores e técnicos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Haja vista, a diversidade, além de representar um compromisso ético, desempenha um papel fundamental no crescimento, na sustentabilidade e na competitividade econômica, configurando-se como uma vantagem estratégica que agrega valor e impulsiona resultados positivos para uma empresa (APPDI, 2021). No entanto, conforme um senior manager da Robert Walters (importante empresa britânica de recrutamento), no que se refere ao recrutamento às cegas, "estamos perante uma tendência nos recursos humanos que está a entrar em toda a Europa e, sobretudo, nos Estados Unidos. Mas Portugal está um pouco atrasado nesta corrida" (Ferreira, 2019).

Também o Plano de Ação para uma Boa Gestão da Migração Laboral em Portugal (PABGMLP), elaborado pela OIM e Governo Português (2023), menciona a existência de relatos racistas e xenofóbicos no mercado de trabalho para determinadas nacionalidades, sem especificar quais. Entretanto, o estudo traz uma tabela que mostra a origem dos imigrantes em setores com necessidades de mão de obra, onde apresenta os africanos (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique) como grupo de imigrantes predominante na construção civil, setor de atividades mais pesadas, o que vem ao encontro das falas das entrevistadas Dandara e Firmina.

Todavia, quando o documento analisa os motivos para concessões de Autorizações de Residência (AR) e Vistos pelo SEF e serviços consulares portugueses, mostra que os africanos (nacionais de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) compõem o grupo em que predomina a concessão de ARs e vistos por estudo, ou seja, mão de obra qualificada. "Verifica-se que o trabalho migrante em determinadas atividades também varia consoante a nacionalidade. Existe assim uma segmentação do mercado de trabalho em função da nacionalidade dos trabalhadores, o que leva alguns autores a falar da 'etnicização' de algumas profissões" (p.15, apud Góis e Marques, 2018).

O PABGMLP aborda ainda o fato de que "as ofertas de trabalho não correspondem à diversidade de competências dos migrantes..." e que " há vontade por parte da comunidade migrante em trabalhar e aplicar as suas competências profissionais e experiências acumuladas de trabalho em diversos países. Porém, estes sentem que essa diversidade não é valorizada e que as oportunidades de trabalho e de rendimento são limitadas a atividades menos qualificadas (p. 57)".

Há também a dificuldade e o alto custo do processo de reconhecimento das habilitações e qualificações dos trabalhadores estrangeiros, dificultando a mobilidade no mercado de trabalho. Mesmo aqueles com habilidades específicas para ocupações que exigem níveis médios ou altos de qualificação encontram barreiras para validar suas competências. E depois, o Plano admite que o sistema português de reconhecimento, além de ser de difícil acesso, foi originalmente estruturado para atender trabalhadores nacionais, sem levar em consideração as necessidades e particularidades dos imigrantes.

Soma-se a isso o fato de que muitos imigrantes são contratados em regime de terceirização, ou seja, por empresas que sublocam mão de obra. Essa situação os coloca em desproteção de direitos sociais, como subsídio de férias e desemprego. Além disso, muitos são contratados à hora, o que os deixa à mercê da conveniência do empregador para ter o período mensal completo de dias trabalhados e o devido recolhimento para a Segurança Social. O documento também pontua a sazonalidade da indústria hoteleira e da agricultura, setores que empregam majoritariamente imigrantes e, como nos períodos de baixa atividade desempregam, potencializa a desproteção social.

O Plano traz importantes contributos para o estudo da temática, contudo, tem a limitação da falta de informação por gênero. Trata de gênero apenas quando fala da dificuldade que as imigrantes mães de crianças menores enfrentam para trabalhar devido à escassez de creches gratuitas para deixar suas crianças enquanto trabalham. No entanto, de acordo com a Resolução do Parlamento Europeu sobre a Igualdade de Gênero e as Políticas Fiscais na UE, de 2019, mulheres são predominantes em trabalhos sazonais e 75% dos trabalhadores em regime part-time em todos os países da União Europeia, a resultar na feminização do trabalho instável e precário (Matias, 2022).

O relatório "Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal" (Costa & Paula, 2020) lançado pela Casa do Brasil de Lisboa, mostrou que 86% dos imigrantes já sofreram discriminação por conta de sua nacionalidade e os estereótipos ligados a ela. E a maioria dessas pessoas são mulheres brasileiras (82,7%). Ainda segundo o estudo, a maior parcela dos participantes era composta por pessoas com ensino superior completo (80,5%), incluindo mestrado, pós-graduação ou doutoramento. Além disso, a maioria dos consultados respondeu ter autorização de residência válida através dos estudos de nível superior ou atividade altamente qualificada (24,8%), o que sugere que, mesmo com elevada qualificação, a intelectualidade dos imigrantes permanece subjugada.

O diagnóstico também revela que mitos, estereótipos e fake news fazem um recorte de gênero: 81,36% das mulheres entrevistadas afirmaram já ter sofrido algum tipo de discriminação baseada em preconceitos e estereótipos por ser imigrante. Além de enfrentarem maior vulnerabilidade para situações de desemprego, as participantes do estudo relataram como principais problemas exploração laboral e desqualificação profissional, além de dificuldades no acesso ao arrendamento de casas e assédio sexual.

Conforme observa Davis (2016), o gênero noticia a classe. A raça é o parâmetro pelo qual a classe é atendida, e o gênero determina a forma como a raça é atendida. Logo, raça, classe e gênero são categorias que coexistem mutuamente e estão interligadas. Assim, o gênero influencia a forma como pessoas imigrantes são percebidas e tratadas no mercado de trabalho português. A raça, por sua vez, determina como essas mulheres vivenciam a sua condição migratória e a posição de classe, enfrentando discriminações institucionais e sociais que limitam seu acesso a direitos, oportunidades e recursos.

Em Portugal, mulheres negras estão, notoriamente, relegadas a ocupações precarizadas e mal remuneradas, como trabalhos domésticos, de cuidado, limpezas ou copas e cozinhas. Além disso, o gênero condiciona como o racismo é experimentado, adicionando uma camada de opressão baseada nas expectativas e estereótipos, como a hipersexualização ou a visão de submissão. Dessa maneira, para mulheres imigrantes negras na Europa, raça, classe e gênero não apenas coexistem, mas estão profundamente interligados, criando barreiras específicas que amplificam as desigualdades e dificultam sua plena integração na sociedade europeia.

A chegada de imigrantes reflete a resposta a demandas de diversos setores da economia portuguesa, que buscam suprir a carência de mão de obra. Contudo, essa necessidade de trabalhadores estrangeiros não parece ser acompanhada por uma valorização proporcional de seu trabalho. Embora ainda não existam dados sobre a média salarial desses profissionais em 2023, o último relatório anual do Observatório das Migrações (Oliveira, 2023) reconhece a existência de desigualdade salarial entre trabalhadores nacionais e estrangeiros com as mesmas qualificações, além de apontar "uma sobrerrepresentação dos trabalhadores estrangeiros nas atividades com nível de qualificação mais baixo" (Pereira, 2024).

Apesar dos motivos aqui já mencionados para essa sobrerrepresentação, dentre eles discriminação e dificuldade de reconhecimento das habilitações e competências possuídas pelos imigrantes, no Plano de Ação para Migrações (PCM, 2024), Portugal prevê a captação e retenção de imigrantes designados como "capital humano qualificado" que atendam às necessidades atuais e futuras da economia nacional. Para isso, será realizado um levantamento em articulação com entidades empregadoras e entidades do Estado responsáveis pela área do emprego e formação profissional.

O PNCRD (2021) já apresentava estratégias promissoras para o recrutamento de mão de obra qualificada, dentre elas, promover a integração de trabalhadores dos grupos discriminados, visando combater o racismo e as discriminações e, simultaneamente, atender às necessidades demográficas e econômicas do país para o apoio às economias locais. O Plano reconhece que a migração tem o potencial de gerar impactos positivos e necessários na sociedade, como o rejuvenescimento da força de trabalho, apoio ao desenvolvimento de setores com déficit de mão de obra e enriquecimento cultural.

Contudo, é preciso colocar em prática as ações do PNCRD, sobretudo as medidas voltadas a garantir o pleno acesso dos imigrantes aos serviços públicos e ao exercício de seus direitos e deveres, criando condições que possibilitem aos trabalhadores prosperar e contribuir ativamente para o desenvolvimento local com empregos dignos e qualificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração é um fenômeno inerente à disposição humana de enfrentar desafios e buscar condições melhores de vida. Ela se revela como um motor que impulsiona o desenvolvimento e transformação em várias dimensões da experiência humana, sobretudo a cultural. Ao proporcionar a circulação de pessoas, ideias, saberes e habilidades, a migração enriquece o capital humano e cultural da sociedade de acolhimento e de origem. Em Portugal, para além da riqueza cultural, devido ao déficit demográfico, a imigração fornece a mão de obra que alimenta o mercado de trabalho, sustenta o sistema de Segurança Social e dinamiza e fortalece a economia.

Todavia, imigrantes trazem consigo não apenas força de trabalho, mas também novas perspetivas que enriquecem o tecido social e fomentam a inovação. O escritor suíço Max Frisch, ao tratar do fluxo migratório de italianos para a Suíça, por volta do ano de 1870, disse: "Queríamos braços, chegaram pessoas" (Lussi, 2017, p.2). Por ainda ser um país conservador que resiste à mudança (Sande, 2015), Portugal emprega, mas não possibilita a integração social das pessoas imigrantes do sul global, mantendo-as em posições subalternas no mercado de trabalho. Essas pessoas ainda têm que lidar com alegações xenofóbicas de adeptos da extrema-direita, o que só os empurra mais e mais à margem da sociedade portuguesa.

De acordo com a perspectiva sociológica, um mito é um sentido ideológico, ou seja, uma narrativa construída com a intenção de mascarar uma determinada realidade e produzir uma ilusão sobre ela (Gomes, 2005). E as fake news apenas trazem uma nova roupagem para essa velha dinâmica. Desse modo, mitos e estereótipos presentificam contradições e desigualdades e solidificam realidades falseadas, reproduzindo-as e perpetuando-as no tempo. Portanto, combatê-los torna-se uma urgência social, cívica, moral e, sobretudo, política.

A Comissão Europeia, no relatório "O futuro da proteção social e do estado-providência na EU" (2023), recomenda que os Estados-Membros procedam com a inclusão dos migrantes por meio de políticas sociais e do mercado de trabalho, a promover emprego digno e justo aos migrantes, através de ações de formação, reconhecimento de competências e qualificações. E por fim, acrescenta ainda que combater a discriminação e a exploração são passos fundamentais para integrar os imigrantes na sociedade e permitir que contribuam plenamente para a economia.

REFERÊNCIAS

Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão (APPDI). (2021). *Guia para um recrutamento inclusivo*. Site: APPDI. https://www.appdi.pt/wp-content/uploads/2021/09/Guia_Recrutamento_Inclusivo.pdf.

Comissão Europeia, Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão. (2023). *O futuro da proteção social e do estado-providência na UE*. Serviço das Publicações da União Europeia. https://data.europa.eu/doi/10.2767/323361.

Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR). (2021). *Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025*. https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/igen/Documents/Plano-Nacional-Combate-Racismo-e-Discriminacao-2021-2025.pdf.

Costa, Ana Paula & Paula, Cyntia de. (2020). *Experiências de Discriminação na Imigração em Portugal*. Casa do Brasil de Lisboa. https://casadobrasildelisboa.pt/wp-/uploads/2021/03/Relat%C3%B3rio_MigraMyths_singlepage.pdf

Crenshaw, Kimberlé. (1991). *Mapping the margins: Intersectionality, identity, politics and violence against women of color*. Stanford Law Review, 43, 1241-1299.

Davis, A. Y. (2016). *Mulheres, raça e classe* (2ª ed.). Boitempo Editorial.

Ferreira, Joana N. (2019). *Recrutamento "às cegas". Quando se escolhe sem saber género, idade ou até experiência profissional*. Site: Eco Saco. https://eco.sapo.pt/2019/09/28/recrutamento-as-cegas-quando-se-escolhe-sem-genero-idade-ou-ate-experiencia-profissional/.

Foucault, Michel (2021). *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra.

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2022). *Retrato da população estrangeirae dos fluxos migratórios em Portugal*. file:///C:/Users/USUARIO/Desktop/Ensaio%20pr%C3%AAmio/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf

Giddens, Antony. (1984), *The Constitution of Society*. Outline of the Theory of Structuration, Cambridge, Polity Press.

Gomes, Nilma L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação Anti-racista*: *caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03*. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade.

Grosfoguel, Ramon. (2016). *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas*: *racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado, 31.

International Organization for Migration. (2024). *World Migration Report 2024: Tendências em Migração Internacional* (Relatório No. 2024/01) https://worldmigrationreport.iom.int/about

Lussi, Carmem. (2017). *O poder da cultura: migrações como oportunidade intercultural*. Resenha 109. csem.https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/07/Resenha_n__109_-_Dezembro_2017.pdf

Kilomba, Grada. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro; Cobogó.

Matias, Bruna Filipa V. (2022). *As Políticas Fiscais e a Igualdade de Género: perceção e atitude da população portuguesa*. Instituto Superior de Contabilidade e Administração. Politécnico do Porto.

Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo.

Munanga, Kabengele. (2010). Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. In: *Cadernos Penesb – Especial curso ERER*. Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (n. 12). Rio de Janeiro/Niterói.

Oliveira, Catarina R. (2023). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico Anual*. 1ª ed. Imigração em Números – Relatórios Anuais 8.

Oliveira, Nuno. (2019). *A Lisboa cosmopolita e o fascínio da diversidade*. Cidades [Online], 39. https://journals.openedition.org/cidades/1641

Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Governo português. (2023). *Plano de Ação Para uma Boa Gestão da Migração Laboral em Portugal*. https://portugal.iom.int/sites/g/files/tmzbdl521/files/documents/2024-01/2023_oim-pt_plano-acao-migracao-laboral.pdf.

Pereira, Sonia Santos. (2024). *Imigrantes dão saldo positivo de quase 2200 milhões à Segurança Social*. Diário de Notícias. https://www.dn.pt/190068532/imigrantes-dao-saldo-positivo-de-quase-2200-milhoes-a-seguranca-social/.

Presidência do Conselho de Ministros(PCM). (2024). Plano de Ação Para as Migrações Problemas, Desafios, Princípios e Ações. https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAA-zNDEysQAASnPtkQUAAAA%3D.

Quijano, Aníbal. (2017). Que tal raza! In: SEPTIEN, R. C. y BIDASECA, K. A. Más allá del decenio de los pueblos afrodescendentes. Buenos Aires: CLACSO.

Ramos, N. (2014). Migração, Tráfico de pessoas e trabalho doméstico. Revista Políticas Públicas, São Luís, v.18, n. 2, p. 425-438.

Sande, Paulo de Almeida. (2015). Uma crónica conservadora sobre um país conservador. Jornal Observador. PT. https://observador.pt/opiniao/cronica-conservadora-um-pais-conservador/

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2022). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022. https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf.

Spivak, Gayatri. (2010). Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG.

Yamanaka, K., & Piper, N. (2006). Feminised migration in east and Southeast Asia: Policies, actions and empowerment. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development. (UNRISD Occasional Paper, 11).

Prémio Jovem
no Prémio Res Publica 2024

DESIGUALDADE E JUSTIÇA FISCAL

Helena Leite Martins Júdice Halpern

No século XX assistimos à expansão do papel do Estado na economia. As receitas fiscais nos países de primeiro mundo passaram de 10% do PIB para mais de 25% (Lindert, 2004). Esta situação reflete o aumento da capacidade tributária estatal, que veio da acrescida informação sobre o rendimento empresarial, e possibilitou o contributo do Estado num número extenso de bens públicos (Kleven et al., 2016). Assim nasceu o Estado Providência, um modo de governo que assume a responsabilidade de garantir a segurança económica dos seus cidadãos (Weir, 2001).

Esta grande mudança nas competências estatais atribui duas novas funções fundamentais ao Estado Moderno: A de porquinho mealheiro e de Robin Hood. (Gosta Esping-Andersen e Myles, 2007). A primeira remete para o papel estatal de segurador, dando os mais diversos apoios a agentes ex-ante homogéneos. A segunda faz menção à capacidade de redistribuição, potenciada pelas transferências sociais, colmatando as desigualdades entre pessoas ex-ante heterogéneas. Embora, de modo geral, esta seja uma distinção aceite, é de salientar que, a função seguradora é em si redistributiva, uma vez que dá aos mais carenciados acesso a condições que não teriam de outra forma. Por exemplo, o SNS, garante assistência médica em caso de doença independentemente do rendimento do cidadão.

Este alargamento de funções estatais têm o potencial de atenuar as desigualdades dentro da população. Vejamos, como exemplo, os índices de pobreza em Portugal antes e depois das transferências sociais (Quadro 1). Verifica-se que, em todos os anos representados no gráfico, a taxa de pobreza reduziu para mais da metade após o Estado ter realizado a sua função redistributiva.

HELENA HALPERN
Mestranda de Política Global Internacional na Universidade de Leiden. Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade NOVA de Lisboa com intercâmbio na Sciences Po Paris. Vencedora do concurso FLAD Point of View e do prémio Res Publica 2023.

Quadro 1
Taxas de pobreza em Portugal antes e após as transferências sociais (%)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Antes de qualquer transferência social (1)	41,3	40,8	40,2	40,0	41,5	41,5	43,4	42,5	45,4	46,9	47,8	47,5	46,1	45,2
Após transferências relativas a pensões (2)	26,5	25,7	25,1	24,2	24,9	24,3	26,4	25,4	25,3	25,5	26,7	26,4	25,0	23,6
Após transferências sociais (3)	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9	18,0	17,9	18,7	19,5	19,5	19,0	18,3

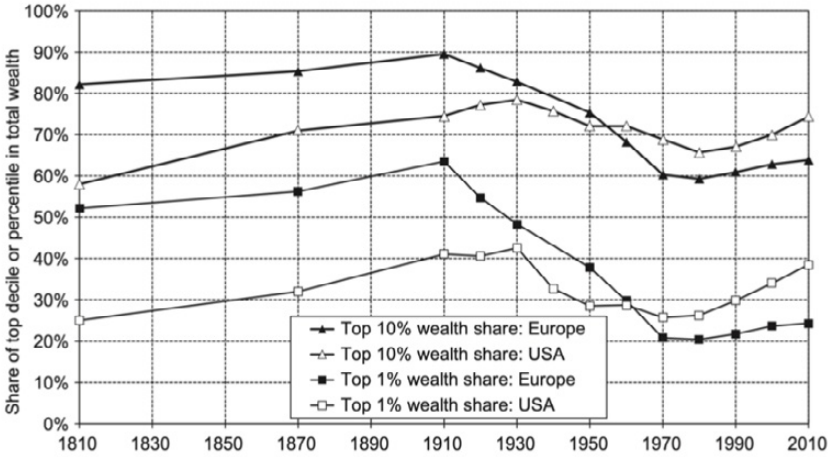
Fonte: Diogo, Fernando, et al. *Trajetos E Quoditianos a Pobreza Em Portugal*.
Aceder em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/37664/1/document%20%289%29.pdf

Numa altura em que se presencia a diminuição da classe média e , consecutivamente, o aumento das disparidades, é útil revisitar os mecanismos que os Estados Modernos possuem para assegurar o cumprimento das suas funções sociais, e comparar como são utilizados em diversos países. A análise da política fiscal para com os rendimentos mais altos é particularmente importante para o entendimento do potencial impacto estatal na redução de desigualdade. Assim sendo, durante este ensaio vão ser discutidas políticas fiscais que visam à redistribuição da riqueza.

A DISTRIBUIÇÃO (E REDISTRIBUIÇÃO) DO CAPITAL

É fundamental perceber como é que a riqueza está distribuída e quais são as fontes de rendimento da classe alta. No que toca à distribuição da riqueza, consta que 1% da população tem 30% do capital e 10% dos maiores rendimentos têm 70% do mesmo (Gráfico 1).

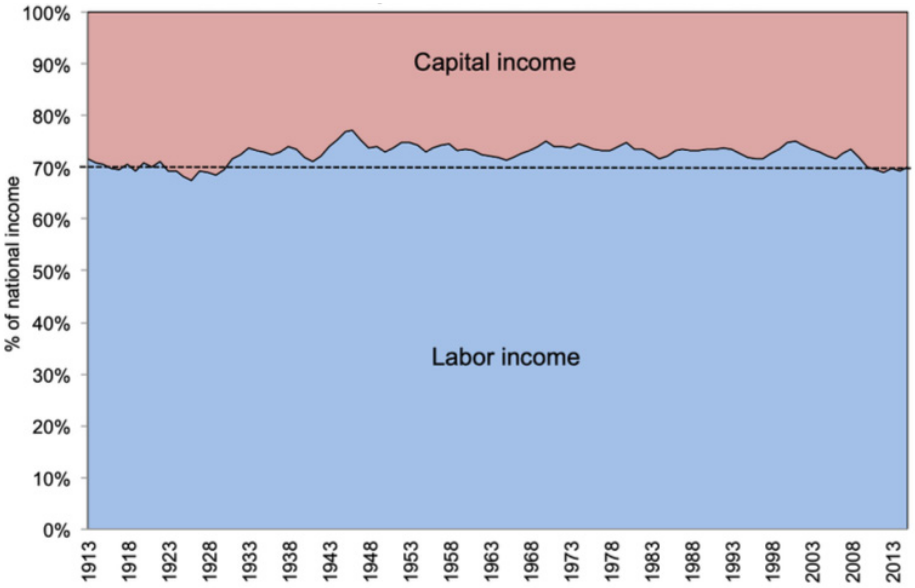
Gráfico 1
Distribuição da riqueza na Europa e nos Estados Unidos da América



Fonte: Piketty, Thomas, and Gabriel Zucman.
"Wealth and Inheritance in the Long Run." *Handbook of Income Distribution*, 2015.
Aceder em: http://gabriel-zucman.eu/files/PikettyZucman2015.pdf

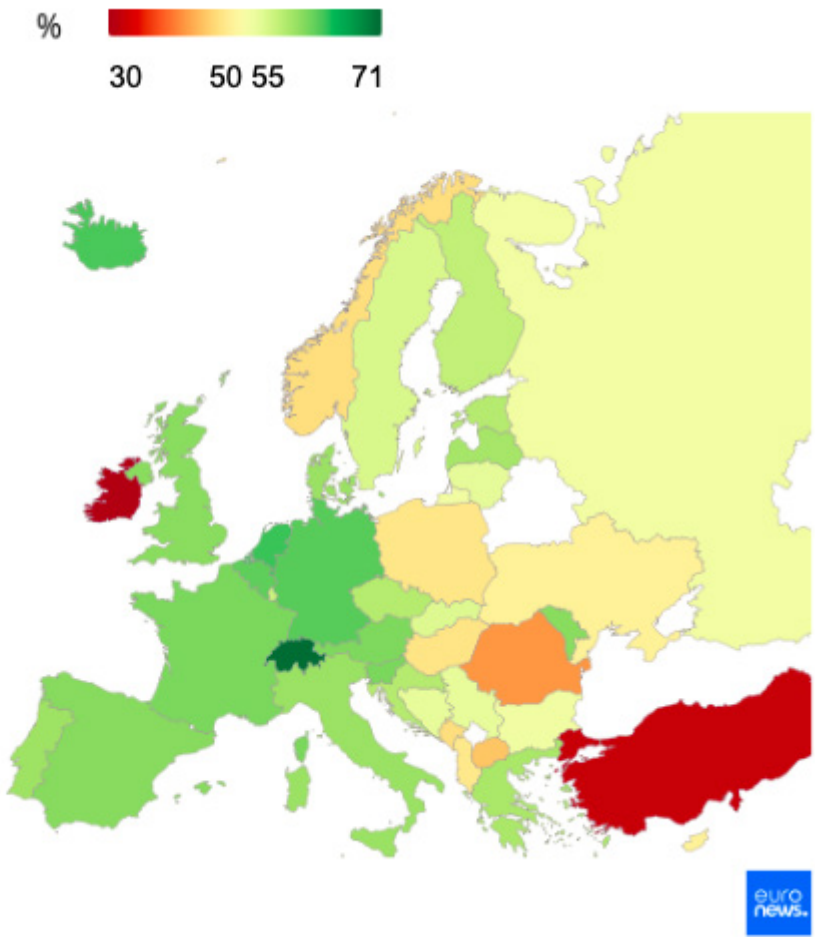
Quando é realizada uma análise às fontes de rendimento da classe alta é possível tirar duas conclusões: Em primeiro lugar, na Europa, entre 50% a 60% da riqueza deste grupo é herdada (Piketty e Zucman, 2019). Em segundo, é possível confirmar que esta percentagem da população ganha a maioria dos rendimentos capitais. Esta associação é lógica, dado que, estes ganhos são os retornos do investimento do capital preexistente, que normalmente vem das heranças. Este modo de rendimento, tem, surpreendentemente, mantido um peso constante na economia, vejamos no Gráfico 2, o caso dos Estados Unidos da América, onde o rendimento capital ocupa, sem grandes variações, 30% do PIB. Se olharmos para a realidade europeia (Gráfico 3) vemos que este é o peso mínimo que o rendimento capital pode ter, chegando em algumas situações a 70%. Deste modo, a tributação deste tipo de rendimento, que está extremamente concentrado nas mãos de poucos, é, segundo muitos autores, uma ação essencial para atenuar as desigualdades.

Gráfico 2
Percentagem do rendimento capital e laboral no rendimento nacional (EUA)



Fonte: Piketty, Thomas, et al. "Distributional National Accounts: Methods and Estimates for the United States." *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 133, no. 2, 10 Oct. 2017
Aceder em: https://academic.oup.com/qje/article/133/2/553/4430651

Gráfico 3
Percentagem do rendimento do trabalho no PIB



Source : ILO

Fonte: "Workers' Slice of the GDP: How Do Income Shares Compare across Europe?" *Euronews*, Euronews.com, 19 Apr. 2024,
Aceder em: https://www.euronews.com/business/2024/04/19/workers-slice-of-the-gdp-pie-how-do-income-shares-compare-across-europe

Antes de passar para modos de tributação particulares, há um outro ponto essencial de frisar: o impacto que a cobrança de imposto tem no funcionamento do mercado. No que toca aos impostos e às transferências sociais há três consensos na literatura: Primeiro, não há tributação/transferências sem informação. Isto é, é preciso ter uma base observável para ser possível pensar e executar a política fiscal. Para além disso, não há tributação/transferências sem distorção. Ou seja, quando o Estado intervém na economia, há um desvio do *laissez-faire*, o que leva a uma resposta por parte das pessoas e empresas. Evidentemente, esta resposta pode ter um impacto negativo no funcionamento do mercado; Por último, não há igualmente política fiscal sem incidência. O que quer dizer que há sempre um alvo das políticas. No entanto, há uma divergência

entre a incidência legal, o alvo que a lei deseja impactar, e a real, ou seja, o que acaba de facto por ser impactado. Estas três afirmações são importantes para perceber o alcance da política fiscal na distribuição da riqueza. Vamos assim ver quais os mecanismos de tributação que se podem usar sobre as classes altas e como essas políticas dependem das regras da economia acabadas de mencionar.

COMO OBTER INFORMAÇÃO SOBRE A RIQUEZA?

O primeiro passo, é perceber ao certo o que é a riqueza. A riqueza privada é vulgarmente definida como ativos sobre os quais os direitos de propriedade podem ser exercidos e que trazem benefícios económicos a quem os tem (Cartas e Harutyunyan, 2017). Incluem assim bens como casas, terrenos, ou até mesmo, seguros de vida e pensões. Regra geral, a avaliação quantitativa da riqueza é feita através da medição do preço dos bens no mercado. Caso seja uma empresa, corresponde ao valor das suas ações e títulos.

Como vimos, 50% da riqueza é herdada. Isto é, são bens que um indivíduo recebe de outro durante a vida do segundo, e após a morte do mesmo (Andrew Bloomenthal, 2022). Na maior parte dos casos, as heranças são dinheiro, no entanto, podem ser também bens como carros, casas ou até mesmo empresas. De modo a garantir que o Estado obtém informação sobre as heranças há, em muitos países, a obrigatoriedade de registo dos bens herdados, que acaba por servir como base para a implementação de políticas fiscais. As heranças ao longo da vida, dependendo do seu valor, podem estar sujeitas à mesma lógica.

No que concerne às empresas, há vários autores que defendem que a transparência ligada à atividade empresarial atual é uma das causas da criação do Estado Providência. É considerado que uma empresa é uma entidade controlada por acionistas e tem como objetivo aumentar o lucro. As empresas têm também, regra geral, um corpo amplo de trabalhadores, clientes e parceiros de negócio, o que faz com que as atividades em que ingressam sejam complexas e que, por isso, necessitem de emitir informação transparente e clara sobre os seus gastos e ganhos. É esta necessidade de recolha de informação que torna possível o Estado obter os dados que necessita para alargar as políticas fiscais às empresas (Kleven et al., 2016).

Por último, é relevante aceder a informação sobre o rendimento do trabalho. Embora, como já vimos, esta fonte de rendimento corresponda a uma parte reduzida da riqueza das classes altas, não deixa de ter um potencial de redistribuição. Para medir esta fonte de rendimento foram usados vários métodos ao longo do tempo. Primeiro, recorreu-se à adoção de questionários, procurando obter informação sobre os rendimentos individuais. Este método, revelou-se extremamente ineficiente, dado que, os relatórios fornecidos eram muitas vezes manipulados, anunciado a inexistência de rendimentos altos. O passo seguinte foi recorrer à informação administrativa, que se mostrou muito

mais confiável. Por último, o método mais comum, que passa pela combinação de várias ferramentas como questionários, informação administrativa e dados de contabilidade nacional (Piketty et al., 2017).

Evidentemente que o acesso à informação não é total, especialmente dentro dos rendimentos mais altos, em que a lacuna é ainda maior. O principal problema é que, muitas vezes, o pressuposto de transparência não se verifica, para além disso, os dados, embora claros, estão protegidos e acabam por poder ser exclusivamente usados para fins administrativos. Uma outra dificuldade é que há incentivos claros para declarar rendimentos inferiores, de modo a pagar menos impostos, isto é considerado evasão fiscal, no entanto, muitas vezes não há penalização porque é difícil de comprovar. Um terceiro problema é que as fontes de informação não estão em constante atualização, assim, a quantidade de riqueza sobre a qual o Estado desenha a política fiscal, é uma mera estimativa (Drometer, Marcus et al, 2018).

Mesmo assim, é possível concluir que, embora haja evasão fiscal, especialmente entre os rendimentos mais altos, o Estado Moderno possui diversos mecanismos que lhe atribuem uma base observável para exercer a política fiscal. Pelo menos, é evidente aos olhos de todos que não está sujeito às mesmas limitações a que os governos se depararam antes do século XX. Não há qualquer comparação entre as capacidades do Estado moderno e a dos seus antepassados. Hoje em dia, por causa das bases observáveis fiáveis, seria impensável decidir a política fiscal com base no número de janelas de cada casa, como se fez na Grã-Bretanha entre os séculos XVII e XIX. Seria igualmente inconcebível cobrar impostos às famílias consoante a largura do edifício em que viviam, como foi feito em Amesterdão no século XVI. Deste modo, fica claro, que embora longe de perfeito, o sistema de recolha de informação vigente possibilita ao Estado aumentar a eficiência da sua política fiscal e, consequentemente, distribuir com maior sucesso a riqueza.

COMO EVITAR DISTORÇÕES?

Uma distorção no contexto da economia pública é normalmente definida como uma interferência que afeta os preços ou o comportamento dos agentes económicos (Kenton). Neste contexto, a interferência governamental pode causar falhas de mercado que o tornam menos eficiente. Não obstante, são vistas como um mal necessário, dado que protegem os seus cidadãos e que, regra geral, visam criar uma sociedade mais estável, justa e igualitária. Posto isto, para ter uma política redistributiva eficiente sem comprometer o bom funcionamento do mercado é preciso uma reflexão cuidada sobre como é que se pode cobrar impostos gerando as menores distorções possíveis.

Neste contexto, surgem várias questões. Em primeiro lugar, um debate comum é se se deve cobrar impostos sobre o rendimento ou sobre a riqueza. De acordo com o teorema de Atkinson-Stiglitz (1976) toda a riqueza acumulada

vem do rendimento do trabalho. Dado isto, se cobrarmos imposto únicamente sobre o segundo diminuímos as distorções. Isto porque, ao levantarmos impostos sobre o capital, estamos a tributar o rendimento do trabalho e a desencorajar poupanças, o que é nocivo para a economia porque impede o investimento (Atkinson e Stiglitz, 1976). Por outro lado, há autores que defendem que esta lógica nem sempre se aplica. Primeiramente, porque, como já foi apontado, cerca de 50% da riqueza é herdada, não podendo ser por isto considerada parte do rendimento do trabalho. Mais que isto, a riqueza, uma vez investida, tende a aumentar, causando ganho capitais que não são considerados fruto do trabalho e, como tal, ficariam isentos de tributação. Assim sendo, embora possa causar maiores distorções, é considerado importante cobrar impostos nestas duas áreas.

Dentro dos impostos sobre a riqueza, a taxa sobre as heranças é a ferramenta mais comum. Quando estes impostos são cobrados após a morte de um indivíduo, é criado um incentivo para que ele redistribua a sua riqueza em vida. Dado isto, para evitar perdas de receita, é comum os Estados adotarem uma política fiscal que inclua também os presentes antes da morte. Assim sendo, há duas posições que costumam ser adotadas: Há países que pura e simplesmente adotam a mesma política para ambos os casos, noutros Estados há uma divergência entre o peso dos impostos antes e depois da morte. Esta diferença de valor é fundamental para moldar o comportamento dos atores na economia. Se a cobrança de impostos for mais branda quando a herança é redistribuída durante a vida, haverá um incentivo para que o façam. Para vários economistas, isto é uma mais valia, dado que, os herdeiros têm a oportunidade de receber este apoio económico mais cedo, o que os incentiva a investir e criar riqueza numa altura mais precoce da vida. Atualmente, por causa do aumento da esperança média de vida, tem se dado particular atenção ao impacto positivo que as políticas que incentivam a distribuição da herança em vida podem ter.

Outro tipo de política fiscal são, por exemplo, o imposto sobre a propriedade e sobre os rendimentos capitais. Embora, em muitos países, ambos sejam utilizados, a preferência de um relativamente ao outro é um debate entre economistas. A questão é que, se se optar por cobrar impostos sobre o rendimento capital, significa que só haverá redistribuição se houver lucro. Por outro lado, se for adotada uma política que tenha como base impostos tais como o sobre a propriedade, estamos a cobrar a partir do stock capital. Isto significa que, por exemplo, se for cobrado um imposto de 2%, a cada 50 anos o proprietário vai ter de voltar a comprar as suas posses. Isto é uma medida que, por um lado, parece aumentar a equidade, e por outro, incentiva o investimento. Ou seja, leva a que o proprietário queira obter lucro com a sua propriedade, idealmente, maior do que 2% (no caso acima apresentado) para neutralizar o impacto do imposto. Assim, as medidas sobre o stock capital, embora menos fáceis de aplicar, são um incentivo ao investimento.

IMPOSTOS SOBRE AS EMPRESAS E O PROBLEMA DA INCIDÊNCIA

No que concerne à carga fiscal sobre os rendimentos altos, evidentemente que a cobrança de impostos às empresas é um elemento chave. No entanto, normalmente causa um problema de incidência. Isto significa que o alvo legal da medida, ou seja, os agentes que deveriam ver o seu rendimento reduzido com a política fiscal em causa, nem sempre o vêem. Em vez disso, o peso dos impostos é passado para outros agentes. Assim, a incidência legal são os donos das empresas, mas as respostas à política fiscal fazem com que a incidência real possa cair sobre três grupos diferentes.

Em primeiro lugar, é possível que, na tentativa de manter os lucros anteriores à política fiscal, as empresas reduzam os salários dos seus trabalhadores, que acabam por ser o alvo da incidência real da medida. Um exemplo disto é o caso alemão, em que 50% da incidência real dos impostos sobre as empresas caiu nos trabalhadores. Mais que isto, verificou-se que, dentro dos funcionários das empresas, os grupos mais afetados foram os trabalhadores menos qualificados e as mulheres, ou seja, os grupos menos protegidos (Fuest et al., 2018).

Uma segunda situação acontece quando o peso do imposto cai sobre fornecedores intermediários. Ou seja, a necessidade de manter os lucros estáveis leva a uma negociação exaustiva com os fornecedores da empresa, que acabam por aceitar um preço menor pelos bens que vendem.

Em terceiro lugar, é bastante comum o peso dos impostos cair sobre o consumidor final. Como os lucros diminuem, as empresas sobem o preço de mercado dos bens que vendem, fazendo com que o consumidor acabe por pagar o imposto. Mais uma vez, é possível dar o exemplo da Alemanha onde 64% da incidência dos impostos sobre as empresas de gás caiu nos consumidores (Jacob et al., 2024).

Mesmo assim, o caso mais problemático é quando as empresas optam por mover a sua atividade para um local onde não tenham de pagar tantos impostos. Há duas formas principais de o fazer: através de uma mudança real da localização da empresa, ou apenas uma mudança dos seus lucros.

A transferência de lucros pode ser feita através da realocação da propriedade intelectual de uma empresa para um local onde a carga fiscal seja menor. É igualmente possível declarar uma dívida a um país estrangeiro, afirmando que estão a pagar juros, podendo assim transferir os lucros. Um caso de adoção de tais políticas é a Google. Esta empresa mudou a sua propriedade intelectual para a Irlanda podendo, deste modo, utilizar a técnica conhecida como *"Double Irish With a Dutch Sandwich"*. Este método de evasão fiscal passa pelo envio de lucros primeiro a uma empresa com sede na Irlanda, depois nos Países Baixos e, finalmente, para uma empresa Irlandesa que, por estar sediada num paraíso fiscal, paga poucos impostos (Murphy and Khartit, 2019).

Esta é uma forma de evitar uma alta carga fiscal que, em alguns casos, pode ser dada como lícita. Acaba, no entanto, por prejudicar o país inicial que perde uma fonte de rendimento.

No que concerne à mudança real da localização das empresas, o prejuízo é ainda maior. Isto porque o impacto negativo vai para além da perda de receitas, tendo também um efeito social nefasto. Nos casos em que se dá a deslocação real de uma empresa é comum haver uma quantidade acrescida de desemprego, e a falência de empresas ligadas à primeiras, por exemplo, as dos fornecedores intermediários.

Deste modo, é possível concluir que, caso não se contorne o problema da incidência, o imposto sobre as empresas, pode ser uma medida contraproducente dado que, como se viu nos casos acima, pode até aumentar as desigualdades.

COMO RESOLVER O PROBLEMA DA INCIDÊNCIA?

Quando se fala da resolução do problema da divergência entre a incidência legal e real , é comum fazer-se uma separação das questões que têm resolução doméstica e das que carecem de uma solução internacional.

A nível doméstico, o mecanismo mais eficiente na proteção da classe trabalhadora da redução salarial é o sindicalismo. Naturalmente, a criação de sindicatos fortes impede que se verifique uma redução de rendimento impedindo, consecutivamente, que a incidência real caia sobre os trabalhadores. Por outro lado, é possível proteger os consumidores verificando o comportamento dos preços após a aplicação de impostos, e exigindo a justificação das empresas caso se confirme a subida de preços.

A solução para o problema dos paraísos fiscais é mais sofisticada. Atualmente, há dois tipos de países: os que mantêm os impostos sobre as empresas elevados e os que estabelecem uma baixa carga fiscal. No primeiro caso, os países têm como objetivo obter receitas das empresas de menor dimensão. Isto porque sabem que, ao manter uma carga fiscal elevada, as empresas maiores vão mover-se para países com impostos mais baixos. Por outro lado, o segundo tipo de país, visa obter receita a partir dos impostos sobre as grandes empresas, mesmo que estes tenham de ser muito baixos para evitar que elas mudem de localização. É por isto, que se criam os paraísos fiscais, que beneficiam as grandes empresas e os próprios países. Assim, a nível nacional, a combinação perfeita seria uma carga fiscal alta sobre as pequenas empresas e baixa sobre as grandes. No entanto, este género de políticas tem uma baixa popularidade e cria um sentimento de injustiça, o que é um limite à sua adoção.

Neste contexto, é necessária uma solução a nível internacional para evitar uma competição global na qual quem cobra menos impostos é premiado com as receitas fiscais das maiores empresas. Isto é uma situação ineficiente para os governos, que não conseguem cobrar impostos sobre os maiores rendimentos, e eficiente para os donos das grandes empresas, que são capazes de acumular

riqueza porque, não sendo alvo de políticas fiscais exigentes, não a necessitam de redistribuir. A solução para esta questão passaria por um compromisso internacional que estipulasse uma carga fiscal mínima. Em 2021 deu-se a chegada a um acordo que visou pôr em prática esta ideia através da imposição de uma taxa mínima de 15% sobre os lucros das multinacionais (Willige, 2021). Esta pode ser uma esperança para o futuro, no entanto, já existem alguns sinais de alarme. Por exemplo, os Estados Unidos, embora tenham estado presentes nas negociações, decidiram não se juntar a tal pacto.

Resumidas assim as possibilidades e dificuldades na cobrança de impostos sobre a riqueza é relevante analisar o desempenho de vários países nesta área.

IMPOSTOS SOBRE A RIQUEZA LÍQUIDA

A tendência mundial atual parece tender para a abolição dos impostos sobre a riqueza líquida. Houve uma progressiva redução da adoção de tais políticas fiscais, consecutivamente, nos dias de hoje, dentro da OCDE, os únicos países a implementar tais medidas são a Suíça, Noruega e Espanha (Drometer, Marcus et al., 2018). Vejamos o caso de França, onde em 2018 Emannuel Macron substitui o *Impôt de Solidarité sur la Fortune (ISF)* pelo *impôt sur la Fortune Immobilière (IFI)*. Esta mudança fez com que o imposto sobre a riqueza se fosse concentrar nos ativos imobiliários. Substituindo a política fiscal anterior, a ISF, que tributava os ativos líquidos acima dos 1.3 milhões de euros ("Les Différences Entre l'IFI et l'ISF: Ce Qui a Changé - Institut Pasteur de Lille", 2022).

Houve vários motivos para a revogação dos impostos sobre a riqueza líquida. Em França, foi defendido que esta mudança seria um incentivo ao investimento (Payan, 2017). Por outro lado, na Alemanha, o tribunal constitucional declarou tal modo de tributação como ilegal, dado que não respeitava o principio da equidade fiscal (BVerfG, 1995).

IMPOSTOS SOBRE AS HERANÇAS

Como já vimos, 50% da riqueza vem das heranças, e estas são um dos alvo de tributação mais comuns. Se analisarmos os países da OCDE (Quadro 2) vemos que Portugal pertence à minoria que não adotou este modo de cobrança de impostos.

Tabela 2
Estado, taxas sobre as heranças e presentes em vida

Country	Tax revenue as % of GDP: Net wealth	Tax revenue as % of GDP: Estate, inheritance and gift taxes	Total tax revenue as % of GDP
Australia		0.0	28.2
Austria		0.0	42.7
Belgium		0.7	44.2
Canada		0.0	31.7
Czech Republic		0.0	34.0
Denmark		0.2	45.9
Finland		0.2	44.1
France	(0.2)*	0.6	45.3
Germany		0.2	37.6
Ireland		0.2	23.0
Italy		0.0	42.9
Japan		0.4	30.7
Luxembourg		0.2	37.1
Netherlands		0.3	38.8
New Zealand		0.0	32.1
Norway	0.4	0.0	38.0
Poland		0.0	33.6
Portugal		0.0	34.4
Spain	0.2	0.2	33.5
Sweden		0.0	44.1
Switzerland	1	0.2	27.8
Turkey		0.0	25.5
United Kingdom		0.3	33.2
United States		0.1	26.0

Note: * Net wealth taxation was abolished in 2017/2018.
Source: OECD Revenue Statistics (2018); 4210 for net wealth tax and 4300 for estate, inheritance and gift tax.

Fonte: Drometer, Marcus et al. *Wealth and Inheritance Taxation: An Overview and Country Comparison Ifo DICE Report*.
Aceder em: https://www.ifo.de/DocDL/dice-report-2018-2-drometer-frank-hofbauer-pérez-rhode-schworm-stitteneder.pdf

Dentro dos países que a adotaram verifica-se que há várias diferenças no desenho desta política fiscal. As principais são se este imposto é regressivo ou progresivo, se tem diferentes classes de imposto, a carga fiscal em si, quais são as isenções à tributação e, por último, se se aplicam igualmente a presentes durante a vida.

Relativamente ao primeiro ponto, um imposto progressivo é aquele cuja taxa é maior à medida que aumenta a matéria coletável ("O Que São Os Impostos?"). Por outro lado, num imposto regressivo a taxa mantém-se sempre fixa. No que concerne à tributação de heranças, o regime mais comum dentro da OCDE é o duplo progressivo. Ou seja, a taxa aumenta consoante a matéria colectável e o grau de proximidade entre o herdeiro e o de cujus. Por exemplo, na Finlândia, a taxa pode ir de 10% - se o montante herdado estiver no parâmetro mínimo e for atribuído aos filhos do de cujus - a 33%, caso seja um montante maior e herdado por familiares mais distantes. (Drometer, Marcus et al., 2018). Por outro lado, no Reino Unido, a taxa mantém-se constante nos 40%.

No que toca às classes de imposto, ou seja, a variação na taxa de acordo com a proximidade entre o herdeiro e o cujus, também se verifica uma grande variação de país para país. Desta forma, temos estados onde o imposto é fixo independentemente da relação, como é o caso da Turquia. Por outro lado, há casos como o belga onde, de acordo com a classe de imposto, o valor tributado pode variar entre os 3%, caso os herdeiros sejam os filhos, até 60%, nas relações mais distantes. O caso Suiço, é interessante porque a estipulação dos descontos de acordo com o grau de proximidade é feita a nível regional, havendo divergências de cidade para cidade (Drometer, Marcus et al., 2018).

Há grandes variações na carga fiscal sobre as heranças. Se forem medidas as divergências de tributação de heranças dadas a familiares próximos e no escalão inferior de quantidade coletável, temos uma diferença de 40%. O país com menor carga fiscal a este nível é a Turquia, com 0% , enquanto o que apresenta uma maior carga é o Reino Unido, com 40%. Se tivermos em conta a amplitude total independentemente do montante herdado e do grau de relação, a diferença é de 80%, sendo a Bélgica o país com uma maior carga fiscal.

A isenção de impostos também apresenta discrepâncias de país para país, como se pode verificar no relatório da OCDE:

In Italy, for example, the tax rate for bequests above 50,000 euros is 4%. This rate becomes 3% in Belgium (Brussels). Nonetheless, while Italy applies a 1,000,000- euro exemption for spouses, Belgium (Brussels) only offers 15,000 euros. Other countries consider disable- ment as a special case when determining personal exemptions. Italy has the highest personal exemption set at 1,000,000 euros for spouses and linear relatives. It is followed by Germany with an exemption of 500,000 for spouses. In Japan, the exemptions are calculated based on a base amount and the specific situation of either dependent on the number of statutory heirs or on the age of the recipient for both minor or handi- capped recipients (Drometer, Marcus et al., 2018).

Por último, como a tributação de heranças após a morte fornece um incentivo para que a riqueza seja distribuída durante a vida, os países tipicamente desenham uma política fiscal que possibilite a recolha de receitas nestas ocasiões. Em casos como o Francês, Alemão ou Irlandês, aplicam-se exatamente

os mesmos critérios que nas tributações após a morte. Por outro lado, na Suíça, Grécia e Reino Unido, deu-se a adoção de outros sistemas tributários aplicados aos presentes durante a vida, tipicamente com carga fiscal mais reduzida, para incentivar a redistribuição (ver página 6).

Se formos analisar o grupo de países que isenta as heranças de impostos verificamos que há uma série de justificação para tal. Sand aponta que os defensores da abolição destes impostos afirmam que eles são injustos, que impedem a transferência de empresas entre familiares, condenando sucesso e sobrevivência das mesmas. Afirmam igualmente que tal sistema tributário acarreta grandes custos administrativos. No caso português, o imposto sobre as heranças foi incluído como matéria tributável noutros regimes fiscais, passando as heranças a serem sujeitas ao imposto do selo (Drometer, Marcus et al., 2018).

OS PARAÍSOS FISCAIS- O CASO IRLANDÊS

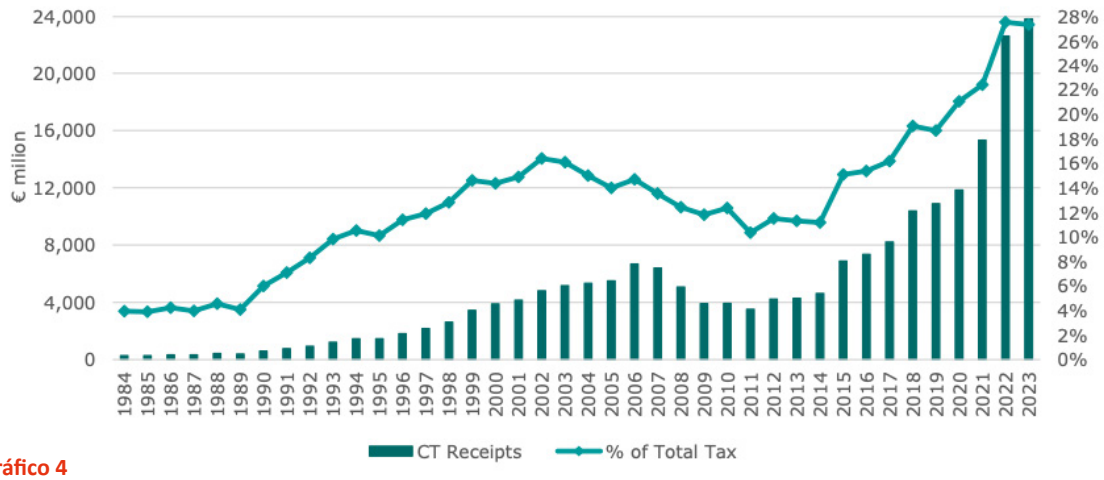


Gráfico 4
Imposto sobre as empresas na Irlanda

Source: Revenue analysis.
Note: Based on Exchequer receipts of CT.

Corporation Tax 2023 Payments and 2022 Returns.
Aceder em: https://www.revenue.ie/en/corporate/documents/research/ct-analysis-2024.pdf

O caso Irlandês é relevante para perceber o impacto que as receitas provenientes das multinacionais podem ter num país que mantém os impostos sobre as empresas extremamente baixos.

No Gráfico 3 está explícito que 28% das receitas irlandesas são provenientes dos impostos sobre as empresas. Se analisarmos a evolução destas receitas ao longo do tempo, vemos que houve um grande aumento em 2015, ano em que a Apple mudou a sua sede para a Irlanda. Estima-se até que esta deslocação juntamente com a da Microsoft e da Pfizer façam 30% das receitas que o Estado Irlandês ganha através do imposto às empresas.

Se compararmos estes valores com os dos outros países da OCDE verificamos que há uma grande divergência no peso deste imposto. Enquanto que na Irlanda corresponde a 28% das receitas, em média, nos países da OCDE equivale unicamente a 12%, enquanto que em Portugal nem chega aos 10% (Gráfico 4).

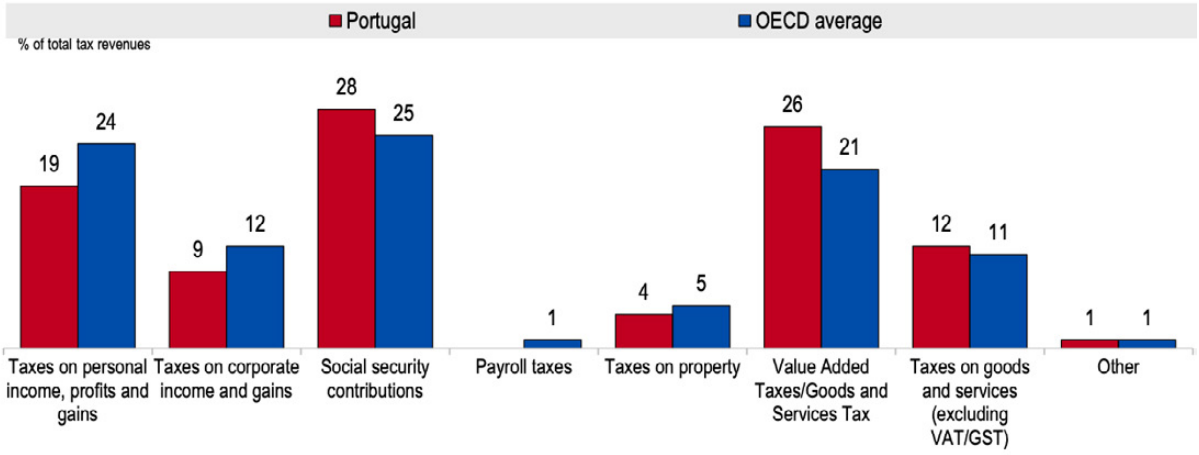


Gráfico 5
Receitas estatais
Portugal e OCDE

Fonte: *Revenue Statistics 2023 -Portugal*.
Aceder em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/topics/policy-sub-issues/global-tax-revenues/revenue-statistics-portugal.pdf

CONCLUSÃO

A análise feita ao longo deste ensaio visou reunir e comparar os mecanismos que o Estado Moderno possui para desempenhar a sua função redistributiva. O destaque especial dado às políticas fiscais que incidem sobre a riqueza capital é justificado pelo facto de que, numa altura em que as desigualdades estão a aumentar, a carga fiscal nestas áreas está-se a tornar cada vez menos popular. Há autores que defendem que a concentração na tributação dos rendimentos do trabalho causa menos distorções. No entanto, a distribuição da riqueza, como foi exposta neste ensaio, evidencia como, ao optarmos unicamente por este modo de tributação, há amplas potenciais fontes de receita estatal que ficam por explorar, e que seriam um mecanismo útil para atenuar as desigualdades.

Para que a tributação dos rendimentos capitais e corporativos seja aplicada com sucesso é fundamental o trabalho em várias áreas. É importante aumentar a transparência de informação no que concerne aos rendimentos do trabalho, capitais e empresariais. Quanto mais clareza se conseguir a este nível, mais verossímil é a base observável de tributação, garantindo uma política fiscal mais eficiente e justa. Para evitar a divergência entre a incidência legal e real é útil o aumento da força sindical e a fiscalização dos preços de mercado. A nível

internacional, é urgente garantir a cooperação entre países para eliminar os paraísos fiscais e garantir uma tributação efetiva das multinacionais.

Quando passamos da teoria à prática, é visível que, se por um lado, a tributação do rendimento capital líquido tem vindo a diminuir, o imposto sobre as heranças é uma clara tendência na OCDE, à qual Portugal não aderiu. É igualmente possível verificar que as receitas vindas da tributação sobre as empresas divergem de país para país. Vimos o exemplo da Irlanda onde estas receitas sozinhas constituem 28% das totais nacionais, que é mais de metade da média da OCDE e três vezes mais do que a percentagem de Portugal.

Na maior parte dos países, verifica-se que as receitas vindas dos rendimentos de topo são muito reduzidas, e a justificação desta branda carga fiscal passa pela ideia de que este rendimento são os mais elásticos, ou seja, os que causam mais distorções quando uma política fiscal é levantada sobre eles. A verdade é que, neste caso, é possível criar uma política fiscal eficiente independentemente da elasticidade dos rendimentos, para tal, é suficiente adotar um sistema de execução fiscal funcional, que dificulte a movimentação de capitais e que garanta uma base de informação observável. Este sistema deve ser produto de esforços domésticos mas também cooperação internacional, e agora é o tempo de o construir.

Atualmente, 71% da população mundial vive num país onde as desigualdades aumentaram significativamente. O número de bilionários duplicou nos últimos 10 anos e a concentração da riqueza chegou a níveis recorde. Em 2018, as 26 pessoas mais ricas do mundo tinham tantas posses quanto a metade mais pobre da população mundial (3.8 bilhões de pessoas). Desde aí, a tendência é o crescimento da disparidade, que aumenta drasticamente o sentimento de pobreza e põe em risco a democracia. (United Nations, 2020) Neste contexto, é urgente repensar o sistema tributário, isto porque, a justiça fiscal é mais do que uma questão meramente económica, é o garante de que o Estado Moderno consegue proporcionar uma vida próspera, digna e justa para todos.

REFERÊNCIAS

Andrew Bloomenthal. "Inheritance." *Investopedia*, www.investopedia.com/terms/i/inheritance.asp.

Atkinson, A.B., and J.E. Stiglitz. "The Design of Tax Structure: Direct versus Indirect Taxation." *Journal of Public Economics*, vol. 6, no. 1-2, July 1976, pp. 55–75, https://doi.org/10.1016/0047-2727(76)90041-4.

Cartas, Jose M., and Artak Harutyunyan. "4. Classification of Financial Assets and Liabilities." *Www.elibrary.imf.org*, International Monetary Fund, www.elibrary.imf.org/display/book/9781513579191/ch04.xml.

Diogo, Fernando, et al. *Trajetos E Quoditianos a Pobreza Em Portugal*.

Drometer, Marcus et al. *Wealth and Inheritance Taxation: An Overview and Country Comparison Ifo DICE Report*.

Fuest, Clemens, et al. "Do Higher Corporate Taxes Reduce Wages? Micro Evidence from Germany." *American Economic Review*, vol. 108, no. 2, 1 Feb. 2018, pp. 393–418, https://doi.org/10.1257/aer.20130570.

Gosta Esping-Andersen, and John Myles. "The Welfare State and Redistribution." *ResearchGate*, unknown, 2007, www.researchgate.net/publication/255583959_The_Welfare_State_and_Redistribution.

Jacob, Martin, et al. "Do Consumers Pay the Corporate Tax?" *Contemporary Accounting Research*, vol. 40, no. 4, 18 Aug. 2023, pp. 2785–2815, https://doi.org/10.1111/1911-3846.12897. Accessed 22 Nov. 2024.

Kenton, Will. "What Is Market Distortion?" *Investopedia*, 7 Oct. 2021, www.investopedia.com/terms/m/marketdistortion.asp.

Kleven, Henrik Jacobsen, et al. "Why Can Modern Governments Tax so Much? An Agency Model of Firms as Fiscal Intermediaries." *Economica*, vol. 83, no. 330, 8 Mar. 2016, pp. 219–246, https://doi.org/10.1111/ecca.12182.

"Les Différences Entre l'IFI et l'ISF: Ce Qui a Changé - Institut Pasteur de Lille." *Institut Pasteur de Lille*, 12 Aug. 2022, pasteur-lille.fr/nous-soutenir/don-old/isf-ifi-difference/. Accessed 22 Nov. 2024.

Lindert, Peter. "Social Spending and Economic Growth." *Challenge*, vol. 47, no. 4, 2004. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/40722260, https://doi.org/10.2307/40722260.

Murphy, Chris, and Khadija Khartit. "How People Use the Double Irish with a Dutch Sandwich to Reduce Taxes." *Investopedia*, 2019, www.investopedia.com/terms/d/double-irish-with-a-dutch-sandwich.asp.

"O Que São Os Impostos?" *Https://Www.sage.com/Pt-Pt/Blog/Dicionário-Termos-Empresariais/O-Que-Sao-Impostos/*.

Payan, Pierre. "L'IFI (Impôt Sur La Fortune Immobilière) Remplace l'ISF En 2018." *Gestiondepatrimoine.com*, 17 Oct. 2017, gestiondepatrimoine.com/fiscalite/defiscalisation-isf/ifi.html. Accessed 22 Nov. 2024.

Piketty, Thomas, et al. "Distributional National Accounts: Methods and Estimates for the United States." *The Quarterly Journal of Economics*, vol. 133, no. 2, 10 Oct. 2017, pp. 553–609, https://doi.org/10.1093/qje/qjx043.

Piketty, Thomas, and Gabriel Zucman. "Wealth and Inheritance in the Long Run." *Handbook of Income Distribution*, 2015, pp. 1303–1368, https://doi.org/10.1016/b978-0-444-59429-7.00016-9. Accessed 3 Dec. 2019.

Revenue Statistics 2023 -Portugal.

Soriano, Carlos Vacas. "A Picture of Income Inequality and Middle Classes across the EU." *CEPR*, 8 Oct. 2024, cepr.org/voxeu/columns/picture-income-inequality-and-middle-classes-across-eu.

United Nations. "Inequality – Bridging the Divide." *United Nations*, United Nations, 2020, www.un.org/en/un75/inequality-bridging-divide.

weir, M. "Welfare State - an Overview | ScienceDirect Topics." *Www.sciencedirect.com*, 2001, www.sciencedirect.com/topics/economics-econometrics-and-finance/welfare-state.

Willige, Andrea. "Corporate Tax Isn't Working – How Can We Fix It, Globally?" *World Economic Forum*, 17 June 2021, www.weforum.org/stories/2021/06/g7-corporate-tax-liability-emerging-economies-covid-19/. Accessed 22 Nov. 2024.

Menção Honrosa
no Prémio Res Publica 2024

DESIGUALDADE ECONÓMICA, GLOBALIZAÇÃO E EROSÃO DA DEMOCRACIA

Alexandre Freire

ALEXANDRE FREIRE
Licenciado em Engenharia do Ambiente e em Estudos Europeus, mestre em Engenharia Sanitária e em Gestão Autárquica e doutor em Hidráulica Ambiental. Mestrando em Filosofia Política. Diretor do Departamento de Resíduos Urbanos nos Serviços Municipalizados de Setúbal, desde 2022, Diretor dos Departamentos de Ambiente e Atividades Económica e de Ambiente e Serviços Urbanos na Câmara Municipal de Setúbal, entre 2017 e 2022, Inspetor do Ambiente na IGAMAOT, entre 1999 e 2011. Investigador no Grupo de Emissários Submarinos e Hidráulica Ambiental da Univ. de Cantábria e no Grupo de Mecânica de Fluidos Ambientais da Univ. de Karlsruhe, entre 2006 e 2009. Publicação de diversos artigos em revistas e em atas de congressos e encontros técnicos e científicos, apresentação de comunicações e posters em congressos técnicos e científicos, nacionais e internacionais, publicação de relatórios técnicos, participação em projetos nacionais e internacionais, coordenação de candidaturas a financiamentos. Especialista em Engenharia Sanitária pela Ordem dos Engenheiros.

1.
INTRODUÇÃO

Desde a década de 80 do século passado o Mundo tem vindo a passar por um conjunto acentuado de transformações que colocam novos desafios à Humanidade. Entre estes, cabe destacar a globalização económica, assente num paradigma de liberalização dos mercados globais e de redução da presença do Estado, que passa assim a assumir um papel de mero regulador, na sequência das críticas que surgem ao Estado Providência como sendo "manifesta e alegadamente insustentável".

Este novo contexto potenciou a liberalização e intensificação das trocas comerciais, dos movimentos de capitais, a redução da intervenção do Estado na economia e uma crescente desregulação dos mercados de trabalho, fragilizando as relações laborais e precarizando os vínculos de emprego.

Foi também neste período que se deu o colapso das economias do chamado "socialismo real", a que surgiu associado um alargamento do potencial de expansão das democracias liberais e do modelo hegemónico capitalista, que se afirmou como a única alternativa plausível, potenciando também por esta via a expansão da globalização económica.

A intensificação dos fluxos financeiros e de investimentos, por um lado, e os fluxos migratórios de grandes dimensões, por outro, alteraram profundamente os padrões de rendimentos e as desigualdades a nível global.

A expansão das comunicações e dos transportes, muito em particular o alargamento das possibilidades de relações económicas e outras criadas pelo surgimento e expansão da internet vieram acrescentar um imenso potencial às dinâmicas da globalização.

A globalização surge assim como uma realidade complexa traduzida pela intensificação das relações transnacionais nos domínios económicos, sociais, culturais e políticos, realidade que pela sua dinâmica de rede amplifica as possibilidades, apresentando vantagens e desvantagens, fragilizando o Estado e a soberania, ao mesmo tempo que surgem novos atores globais, as empresas multinacionais e movimentos sociais diversos, criando novas problemáticas e desafios.

Nas redes de interações transnacionais criadas, com atores múltiplos e fluxos diversos, assiste-se a uma perda da capacidade reguladora dos Estados, enquanto alguns atores ganham maior relevância, sendo a sua ação decisiva no plano das políticas públicas, agora revestidas de um carácter multinível. É esta complexidade crescente que beneficia alguns atores ao mesmo tempo que outros não têm capacidade de converter em benefícios essa mesma complexidade.

É neste contexto que importa analisar que consequências resultam dos processos de globalização para a desigualdade económica global e qual a tendência de evolução que se tem registado, bem como avaliar em que medida esta tendência evolutiva impacta sobre a democracia liberal, em particular no contexto atual.

Pretende-se compreender como, num mundo profundamente desigual em termos económicos, tem evoluído a desigualdade global e como tem evoluído a desigualdade no interior dos países, bem como compreender se essa evolução se relaciona com a globalização económica e que impacte tem sobre a democracia. Há nestes processos dinâmicas complexas, de inter-relação, de arrastamento e de condicionamento. O que conduz à redução da desigualdade em determinados locais e o que condena outros locais a uma aparente perenidade de desigualdade?

2.
DESIGUALDADE ECONÓMICA GLOBAL

A desigualdade económica global, não sendo um indicador fácil de avaliar, nem consensual, implica desde logo que se avalie por um lado a desigualdade de rendimentos e por outro a desigualdade de património e de riqueza. Para tal recorre-se sobretudo à curva de Kuznets, ao Índice de Gini e ao Índice de Desenvolvimento Humano (ajustado às desigualdades).

A desigualdade de património e de riqueza é o resultado dos processos de acumulação, designadamente por herança de património e de propriedade privada, bem como da subida dos preços do imobiliário. Trata-se de um tipo de desigualdade que apresenta maior rigidez, resultando de séculos de acumulação de património e cuja análise nos remeteria para a análise de processos antigos de acumulação capitalista e ao estudo das relações económicas entre os povos, incluindo o estudo de processos como o colonialismo, a escravatura e outros processos de exploração e acumulação capitalista. Os dados relativos à desigualdade de rendimentos são mais fáceis de obter através de inquéritos

ao rendimento das famílias ou a partir do imposto sobre os rendimentos. Já os dados sobre a riqueza são muitas vezes enviesados por serem frequentemente deslocalizados para paraísos fiscais offshore.

Como concluiu Jean-Jacques Rousseau, no seu "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens", publicado em 1755, toda a desigualdade se baseia na noção de propriedade particular. Não é, pois, esta a desigualdade que aqui se analisa, mas antes a desigualdade económica de rendimento, mais suscetível de ser sujeita a modificações em resultado das dinâmicas económicas e sociais de cada tempo.

A desigualdade económica de rendimentos, muitas vezes associada a outras formas de desigualdade, designadamente sociais, de género, ambientais e outras, poderá constituir fonte de descontentamento social e político, contribuindo para a perda de coesão social e para a erosão da democracia liberal. Quanto mais desigual for uma sociedade, maiores serão as tensões que acumula e, nessa medida, importa que o crescimento seja acompanhado por uma redução da desigualdade económica e, mais ainda por uma redução da pobreza.

Desigualdade e pobreza são indicadores diferentes, ainda que estejam relacionados. Uma sociedade pode ser pobre mas pouco desigual, se quase todos os indivíduos forem pobres. Já uma sociedade desigual alberga em princípio muitos pobres. Mas o conceito de pobreza relaciona-se antes com a presença de indivíduos com rendimentos abaixo de um determinado limiar de rendimento ("limiar de pobreza"). Por outro lado, sabe-se que o crescimento económico favorece a redução da desigualdade económica. Outro problema diferente é o da concentração da riqueza nos níveis superiores de rendimento e o emagrecimento dos escalões intermédios.

3.
DESIGUALDADE DE RENDIMENTO

De acordo com o "Relatório sobre a Desigualdade Global 2022" (World Inequality Lab, 2021), os 50% inferiores do rendimento global dispõem de 8,5% do rendimento global, enquanto os 40% intermédios dispõem de 39,5% do rendimento e os 10% superiores dispõem de 52% do rendimento global. Em 2020 os rendimentos médios do 10% superior global era 38 vezes superior ao rendimento médio do 50% inferior. A desigualdade entre países era então de 32% da desigualdade total. As diferenças de desigualdade são enormes. São enormes em termos globais e são enormes em termos regionais, sendo o Médio Oriente e o Norte de África as regiões mais desiguais. No seio dos países as diferenças são grandes e as médias comportam pouca informação. E conforme conclui o World Inequality Lab não se trata de um fenómeno natural, nem de uma fatalidade, mas são antes o resultado de opções políticas que corporizaram processos de liberalização e desregulação económica.

Desde a década de 80 do século passado a desigualdade de rendimentos tem vindo a reduzir entre países e a aumentar no interior dos países, na maior parte dos países, conforme ilustram Milanovic (2016) e Piketty (2024). Já a desigualdade global, que resulta da análise conjunta da desigualdade entre países e no seio dos países, requer uma análise cuidada. Com efeito, conforme refere Hung (2021), se considerarmos a China e a Índia, países em que ocorreu um acentuado declínio da desigualdade interna e que ascenderam aos estratos médios de distribuição global do rendimento, conclui-se que a desigualdade global diminuiu. Já se excluirmos esses dois países, cuja dimensão demográfica é de cerca de 35% da população mundial, conclui-se que a desigualdade global aumentou. E importa aqui destacar a relevância da diminuição do peso da classe média na generalidade do mundo ocidental, com um acentuar do rendimento nos extremos.

Daqui resulta a importância de analisar o impacte da globalização com a China e a Índia e o impacte da globalização excluindo estes dois países, concluindo-se que a China e a Índia melhoraram o cenário da desigualdade global, mas que há que ter em conta o que se passou no resto do mundo e que foi, em síntese, um agravamento da desigualdade interna nos países ricos e pobres, a que não foi alheio a implementação de abordagens económicas de matriz neoliberal, com o enfraquecimento do Estado Social e a desregulação dos mercados de trabalho.

Este cenário conduz a um agravamento das tensões, com uma crescente rejeição da globalização e, tal como estamos a assistir nos dias da atualidade, a uma erosão da democracia, com o avanço do populismo, do extremismo e da polarização política, sobretudo no mundo desenvolvido, exigindo respostas baseadas em novas abordagens redistributivas.

Com a Revolução Industrial na Europa deu-se um salto no nível de rendimento *per capita* nesta região do globo, acentuando-se a desigualdade entre o mundo ocidental e os restantes países. Marx, Durkheim e Weber assumiram nos seus trabalhos que a reprodução do padrão de desenvolvimento dos países industrializados ocidentais no resto do mundo conduziria à redução das desigualdades. O processo foi, no entanto, mais complexo e tal não ocorreu de forma linear.

Simon Kuznets desenvolveu a curva que recebeu o seu nome (Curva de Kuznets, figura 1), uma curva em U invertido, de acordo com a qual a desigualdade no interior de um país aumentava na fase inicial de arranque económico, com a deslocação da população rural em larga escala para as cidades, e a redução dos salários. No entanto, com o investimento no capital humano registava-se em seguida uma estabilização da desigualdade, até que se dava um aumento dos salários e a redução da desigualdade interna. Se este processo se reproduzisse a uma escala global daqui resultaria uma redução global da desigualdade.

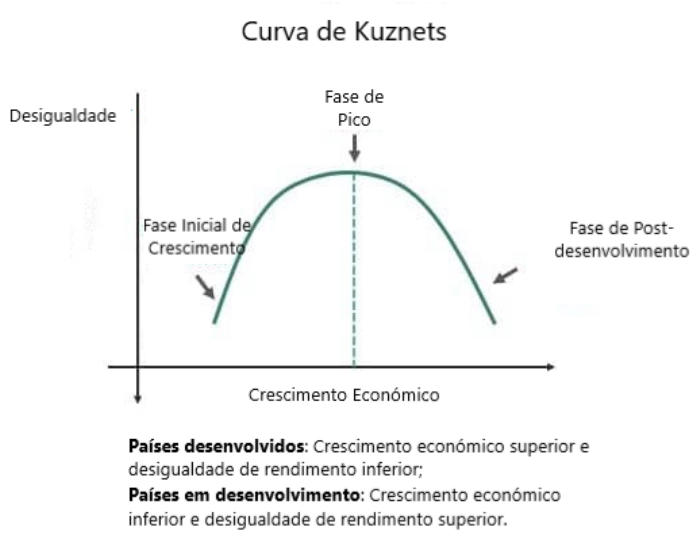


Figura 1
Curva de Kuznets
Fonte: elaboração do autor

Nos anos 60 e 70, com algumas exceções com características particulares, concluiu-se que este processo de redução das desigualdades entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento não se verificava, tendo-se mesmo registado aumentos da desigualdade. Surgiram assim as chamadas escolas da dependência e do sistema-mundo, que rejeitavam este efeito da redução das desigualdades entre países em resultado dos processos de modernização, salientando, pelo contrário, os mecanismos de exploração e reprodução da desigualdade. De acordo com estes autores, da interação comercial e de investimentos entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento resultam fluxos de exploração dos países em desenvolvimento pelos países desenvolvidos. Daqui resulta um crescente controlo e acumulação dos recursos pelos países desenvolvidos, processo que teve início na Era dos Impérios no âmbito da divisão internacional do trabalho e que se intensificou até aos dias de hoje.

Com a globalização e a supressão de direitos aduaneiros e comerciais e a liberalização dos fluxos de capitais, acentuou-se o processo de acumulação capitalista nos países desenvolvidos. O Consenso de Washington e as instituições que resultaram de Bretton Woods (FMI, BIRD e Banco Mundial) e mais tarde a OMC intensificaram este processo ao promoverem a liberalização do investimento estrangeiro e dos fluxos de capitais. Contrariamente à opinião de alguns autores este processo de liberalização não permitiu uma redução das desigualdades entre países, mas conduziu antes ao seu agravamento e a uma maior dependência dos países em desenvolvimento relativamente aos países desenvolvidos.

Conforme referem Hung (2021) e Bourguignon (2015), a desigualdade entre países registou uma redução acentuada particularmente a partir do ano 2000. A desigualdade entre países, medida pelo Índice ou Coeficiente de Gini, que é o mais utilizado, continua em declínio desde a década de 80.

Em Portugal, país da UE que apresentou em 2023 o quarto valor mais alto deste coeficiente, este diminuiu de 37,8 em 2003 para 31,9 em 2023 (figura 2), com ligeiras oscilações nos últimos anos.

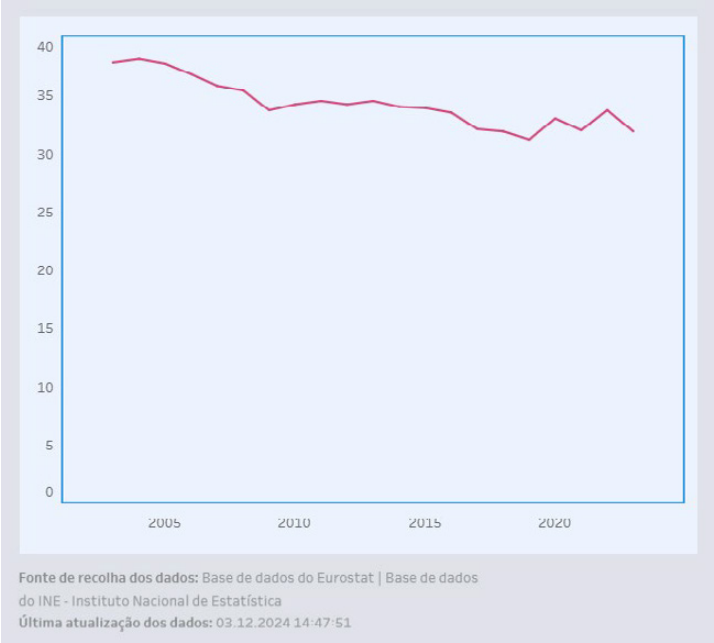


Figura 2
Evolução do Coeficiente de Gini em Portugal, entre 2003 e 2023
Fonte: Pordata (2025)

Antes do ano 2000 o contributo da China e da Índia, então em processos acelerados de industrialização, era muito acentuado, sendo que continuou a ser determinante após esse ano. No entanto, se excluirmos a China e a Índia, conclui-se que ocorreu um aumento da desigualdade entre países associado ao processo de globalização, conforme referem Hung (2021) e Milanovic (2016). No entanto, muitos países em desenvolvimento reduziram a desigualdade, em muitos casos associados ao desenvolvimento da China e da Índia, eventualmente por serem fontes de recursos essenciais ao desenvolvimento da China e da Índia, países que aí realizaram investimentos.

Mas não é possível concluirmos sobre a desigualdade global sem que primeiro se analise a evolução da desigualdade no interior dos países e a forma como a globalização condicionou essa evolução. A análise da desigualdade entre países pressupõe que todas as pessoas de um país têm um rendimento médio igual, o que não corresponde à verdade.

Relativamente ao impacte da globalização sobre a desigualdade no interior dos países parece haver uma opinião generalizada de que a globalização provocou um aumento da desigualdade na maior parte dos países. Uma maior mobilidade do capital e da concorrência de bens, bem como uma maior flexibilização e precarização do mercado de trabalho, conduziram a uma redução dos rendimentos dos trabalhadores. As empresas acolhem estratégias de deslocação para locais com políticas salariais e de emprego mais favoráveis, provocando verdadeiras sangrias nos mercados laborais de origem.

Por outro lado, o Estado Providência nos países ocidentais tem sofrido processos de retração, com um menor empenho em políticas sociais, fruto das abordagens neoliberais impostas pela globalização, enquanto se deu o colapso do "socialismo real" e o abrandamento do desenvolvimento promovido pelo Estado nos países em desenvolvimento. Os dois fatores, impulsionados pela globalização, contribuem para o agravamento das desigualdades económicas de rendimentos no interior dos países, conforme conclui Hung (2021). Se por um lado as regiões urbanas se mantêm inseridas na dinâmica da globalização, as antigas regiões industriais e agrícolas, longe dos fluxos económicos e financeiros, veem-se confrontadas com o declínio irreversível. Este processo é gerador de erosão da coesão interna e, em consequência contribui para a erosão da democracia.

Milanovic (2016) estudou a desigualdade global de rendimentos, tendo em consideração quer a desigualdade entre países, quer a desigualdade no interior dos países. Concluiu que mesmo tendo em conta os grandes aumentos de desigualdade dentro de cada país nos grandes países em desenvolvimento, a desigualdade global tem vindo a diminuir com a globalização. No entanto, o papel da China e da Índia são centrais neste processo. O abrandamento das suas economias poderá conduzir a um aumento da desigualdade, já que estes países têm um papel crucial no crescimento da economia de muitos países em desenvolvimento, que dependem dos seus investimentos.

Deste modo, é fácil de ver que a evolução da desigualdade global está muito dependente da evolução da economia da China e da Índia e dos arranjos geoestratégicos e económicos que venham a ocorrer no contexto da globalização. Os tempos presentes são particularmente desafiantes, com a recomposição de blocos regionais de integração, com a afirmação dos BRICS e com o surgimento do Novo Banco de Desenvolvimento.

A geopolítica global está em efervescência, sendo que fatores como a afirmação mundial da China, da sua Nova Rota da Seda, o Conflito na Ucrânia, o Conflito no Médio Oriente, a eleição de Trump nos EUA, o Conflito no Mar da China, o próprio papel da União Europeia e da sua política de defesa, contribuirão para a forma como evoluirá a desigualdade económica no mundo. É neste quadro que se tem de concluir que há uma forte imprevisibilidade na evolução da desigualdade. Aos Estados caberá encontrar mecanismos de redistribuição dos rendimentos que permitam mitigar o fosso entre ricos e pobres, permitindo uma repartição de rendimentos mais justa entre os diferentes grupos sociais.

De acordo com a abordagem do sistema-mundo podemos considerar a divisão mundial do trabalho em países periféricos, países semiperiféricos e países centrais, correspondentes a níveis de rendimento baixo, médio e alto, respetivamente, estrutura trimodal que tem permanecido constante. A partir de 2000 com a globalização e a ascensão da China e da Índia verifica-se uma maior relevância do nível de rendimento médio, impulsionada por uma enorme classe média fundamentalmente da China e da Índia.

Milanovic (2016) conclui que o 1% mais rico da população mundial registou um forte pico de rendimento real entre 1988 e 2008. Neste mesmo período deu-se um forte crescimento da população com rendimento médio, mas esse crescimento ficou a dever-se à expansão da classe média na China e na Índia. A classe média global, ou a classe trabalhadora dos países desenvolvidos, não registou nenhum aumento no seu rendimento, encontrando-se estagnada. E para trás ficaram os mais pobres.

Estes trabalhos de Milanovic deram origem à chamada "Curva de Elefante" (figura 3) que ilustra claramente quem foram os vencedores e os perdedores da globalização em matéria de rendimentos. O 1% global de vencedores foram os que viram os lucros das empresas aumentarem no mundo ocidental, bem como os rendimentos. Outro grupo de vencedores foi a classe média da China e da Índia que assistiu à deslocalização das empresas e da produção do ocidente para os seus países. Quanto aos perdedores foram essencialmente a população dos países subsarianos, que foram excluídos do processo de globalização, e a classe média dos países desenvolvidos, que assistiram à perda de empregos e redução de salários, em resultado da deslocalização das empresas e da produção e dos serviços administrativos para a China e a Índia.

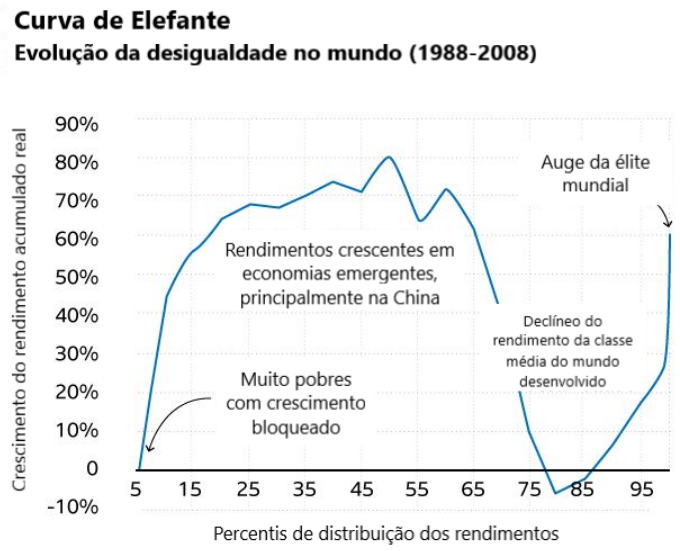


Figura 3
Curva de Elefante.
Fonte: Milanovic (2016)

Naturalmente que são previsíveis consequências políticas decorrentes das alterações na distribuição de rendimentos nas diferentes zonas do Mundo. O crescimento da classe média na China e na Índia não deixará de ter consequências nesses países e no Mundo, exigindo um maior poder nas decisões. O crescimento de uma plutocracia com rendimentos muito elevados não deixará de criar tensões, particularmente junto do imenso exército de pobres. Nos países desenvolvidos, a estagnação ou empobrecimento da classe média ao mesmo tempo que são reduzidas as respostas sociais, é também fonte geradora de tensões e uma das causas da erosão democrática.

O peso da China e da Índia no rendimento global, com a reconfiguração dos níveis de rendimento, e com a importância global que esses mercados adquiriram, não deixará de se refletir numa maior exigência no que se refere ao exercício do poder em instâncias de poder global. Esta exigência colide naturalmente com o poder oligárquico daqueles que têm exercido o poder e que são representantes ou provenientes dos países desenvolvidos.

A interferência na cadeia de valor das empresas transnacionais é também um fator relevante na evolução da desigualdade global. A China e a Índia têm conseguido transferir para os seus países uma parte crescente da cadeia de valor de empresas sedeadas em países desenvolvidos. Esse processo resulta da importância dos mercados da China e da Índia e da ascensão de importantes classes médias nesses países. Mas esse processo contribui ele mesmo para a redução da desigualdade global. Esse processo enfrenta as barreiras das taxas alfandegárias e do controlo das exportações de altas tecnologias. É um processo que está no cerne do conflito entre os EUA e a China e das relações entre a União Europeia e a China.

A tensão existente a nível global entre os 1% mais ricos e a classe trabalhadora com rendimentos baixos e estagnados, e ainda com a própria classe média dos países desenvolvidos que vê os seus rendimentos igualmente estagnados, contribui para a polarização da sociedade.

No que se refere à desigualdade dos países, Piketty (2024) discorda da explicação dada pela curva de Kuznets, alegando que esta não pode explicar o ressurgimento da desigualdade nos países. Piketty entende que nos sistemas capitalistas a desigualdade tem tendência para aumentar nos países uma vez que o aumento dos rendimentos do capital é sempre superior ao aumento do rendimento dos salários. Considera que a redução das desigualdades nos países após a Segunda Guerra não resultou da ação benigna explicada por Kuznets, mas antes da destruição da riqueza e do capital. Para Piketty o aumento da desigualdade é uma consequência do capitalismo, só contrariada por guerras e catástrofes naturais.

Milanovic (2016) retoma os trabalhos de Kuznets e propõe uma onda de Kuznets para um período extenso de dados, analisando as desigualdades de rendimentos ao longo de oito séculos. Conclui que a desigualdade de rendimentos num país tende a crescer quando o rendimento médio do país ultrapassa o nível de subsistência, uma vez que o excedente se concentra sempre nas mãos de alguns, que utilizarão o seu poder, designadamente junto do poder político, para reproduzir o seu benefício. Quando essa desigualdade atinge um certo nível, torna-se inevitável que ocorra uma reação política contra a elite do 1%. Essa reação poderá ser violenta, sob a forma de conflitos, rebeliões ou guerra civil, ou pacífica, sob a forma de inversão das políticas governamentais para corrigir as desigualdades. Este mecanismo faz parte do processo de reajustamento dos níveis de desigualdade. A reação, pacífica ou violenta, ocorre naturalmente. As atuais reações populistas antiglobalização contra o 1% global dos países ricos são um exemplo deste mecanismo de autocorreção.

De referir que os países que sofreram o efeito da colonização e que integram o chamado Sul Global apresentam problemas de desigualdade relacionados com esse processo histórico. Esses países não só se viram privados de recursos naturais que constituíam uma riqueza fundamental, como neles se desenvolveram relações laborais num quadro institucional de dependências, os quais não favorecem o incremento do rendimento dos trabalhadores.

Também no que se refere aos movimentos migratórios importa referir que a transferência de populações de países pobres para países ricos contribui para reduzir o fosso de rendimentos dos países. No entanto, os trabalhadores migrantes aumentam a pressão competitiva sobre os trabalhadores nativos dos países de rendimento elevado provocando uma redução dos rendimentos do trabalho e aumentando a desigualdade destes últimos, o que leva a que os governos desses países adotem políticas anti-imigração de forma a contrabalançar a redução de rendimentos e o aumento da desigualdade. Deste modo, a política de manutenção da hierarquia de rendimentos entre países e a política de combate à reprodução das desigualdades em cada país estão relacionadas.

As transformações na economia da China e da Índia tiveram grande relevância na desigualdade global e na desigualdade dos países que viram o seu rendimento ser alavancado pelo crescimento económico da China e da Índia. Este processo continua em desenvolvimento, sendo certo que, em grande medida, determinará a evolução da desigualdade global. É neste quadro que cabe destacar os novos desenvolvimentos resultantes do Consenso de Pequim, que não deixarão de se repercutir neste processo evolutivo, como uma alternativa ao modelo neoliberal. No entanto, o arrefecimento da economia chinesa poderá abrandar o impacte que a China tem tido na redução da desigualdade global e na desigualdade de outros países que têm beneficiado do seu crescimento económico.

Milanovic (2016) refere que para a maioria das pessoas do mundo em desenvolvimento o mais importante para o seu rendimento não é aquilo que fazem, mas o facto de terem nascido onde nasceram. É bem provável que um cidadão nascido na Tanzânia seja mais pobre que um cidadão nascido na Noruega, e é certo que aquilo que faça ao longo da vida dificilmente alterará esse facto. É aquilo a que Milanovic chamou de prémio de cidadania, a fonte mais importante de desigualdade de rendimentos entre os cidadãos do mundo. E é nessa medida que o autor defende a redução drástica das barreiras à emigração entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

As únicas formas que um indivíduo que tem a fatalidade de nascer num país com baixos níveis de rendimento tem de melhorar o seu nível de rendimento são a mobilidade ascendente dentro do sistema nacional de estratificação, o desenvolvimento económico do país a que pertence ou a migração do seu país em desenvolvimento para um país desenvolvido, com rendimentos mais elevados. Sendo o rendimento do local em que se nasce uma condicionante

determinante do rendimento próprio, a migração para países ricos surge como a melhor alternativa para a melhoria do rendimento individual e para a redução da desigualdade global, pelo que uma maior liberdade aos fluxos migratórios é um mecanismo eficaz de combate à injustiça global, bem como um mecanismo de correção das distorções históricas, tais como as que decorreram do colonialismo e da escravatura.

No entanto, não será de esperar que num contexto de globalização os países desenvolvidos não criem barreiras a essa liberdade de fluxos migratórios, ainda mais num tempo em que proliferam o populismo, a xenofobia e a polarização. Também o volume dos fluxos migratórios dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos teria de ser de tal ordem que não seria assimilável pelos países de destino, nem o volume permissível seria de tal ordem que tivesse impacte relevante na redução da desigualdade nos países de origem. Neste contexto, continua a ser fundamental o desenvolvimento dos países como principal mecanismo de combate às desigualdades.

A elevada concentração de rendimentos e riqueza no percentil superior tem um efeito negativo sobre o sistema económico e sobre a democracia liberal. Sobre o sistema económico porque cria desequilíbrios, traduz-se em investimentos especulativos, induz privação de uma parte importante da população mundial, induz um excesso de crédito nos restantes escalões de rendimento e conduz a bolhas económicas. Sobre a democracia liberal porque gera tensões entre o percentil superior e os restantes, tanto maiores quanto maior o fosso existente.

4.
AMBIENTE E DESIGUALDADES: EMISSÕES DE CARBONO

Como se refere em UNDP (2024), as alterações climáticas podem provocar uma explosão das desigualdades no desenvolvimento Humano. Os países com Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado são os que exercem maiores pressões sobre o planeta.

Os problemas ambientais e as alterações climáticas não se fazem sentir da mesma forma em todos os países. Os países desenvolvidos extraem recursos ou adquirem recursos muitos vezes extraídos em países em desenvolvimento, e externalizam os seus impactes ambientais, sob a forma de resíduos ou de emissões para esses mesmos países mais pobres. Este mecanismo perpetua relações de poder antigas e não favorece transferências de rendimentos que permitam melhorar o rendimento nos países mais pobres. Antes pelo contrário, perpetua uma relação de exploração ancestral. A desigualdade económica e os desafios ambientais e climáticos estão claramente relacionados, referindo-se à relação do Homem com o capital natural.

As alterações climáticas constituem um bom exemplo do que se acaba de dizer. Se o volume total de emissões dos EUA, da UE e da China têm um peso

relativo semelhante no total de emissões, eles dizem respeito a populações com dimensões muito diferentes. Há ainda que ter em consideração que uma parte muito importante das emissões são invisibilizadas, ao ficarem nos locais em que se dá a produção, ainda que o consumo se dê a milhares de quilómetros.

Conforme refere Piketty (2024), o top 1% de emissões individuais (emissões 9,1 vezes superiores à média mundial), representam mais emissões do que os 50% do planeta que emitem menos carbono, sendo que 55% destas emissões são provenientes dos EUA, seguindo-se a Europa e a China, ambos com valores de cerca de 15%. As consequências devastadoras das alterações climáticas também são desiguais, e percebeu-se já que afetam mais os países com menores níveis de rendimento, isto é, os mesmos que terão menor capacidade de fazer face aos danos provocados pelas alterações climáticas.

Olhando agora para o interior dos países, conclui-se que os países com maiores rendimentos apresentam também os maiores níveis de emissões de carbono em toneladas *per capita*. Nos EUA os 10% do topo já ultrapassam as 70 toneladas *per capita*, enquanto na Europa emitem não mais de 35 toneladas *per capita*. Estas diferenças quer entre países quer no seio dos países exigem que as medidas de combate às emissões considerem não só as diferenças absolutas e relativas de emissões, como ainda os níveis de rendimento dos países e dos indivíduos nos países. A solução a propor deverá necessariamente considerar estes aspetos, de modo que possa ser aceite e justa. Ter-se-á naturalmente de trabalhar numa tabela de redução progressiva das emissões em que se tenha em conta as diferenças de rendimentos.

Como se refere em World Inequality Lab (2021), em média os seres humanos emitem 6,6 toneladas de dióxido de carbono equivalente *per capita* por ano. Mas as desigualdades são enormes. Os 10% emissores superiores são responsáveis por 50% de todas as emissões enquanto os 50% inferiores produzem 12% do total. As diferenças entre países são muito relevantes. A metade mais pobre da população dos países ricos encontra-se já próximo das metas climáticas para 2030 numa base *per capita*, enquanto a metade superior está longe dessas metas. No entanto, os impostos climáticos têm incidido sobre as populações com rendimentos baixos e médios, quando na realidade deveriam incidir sobre os grupos de maiores rendimentos.

5.
DESAFIOS: COMO FAZER FACE À DESIGUALDADE ECONÓMICA?

O crescimento da desigualdade no interior dos países gera problemas de sustentabilidade de crescimento e de coesão social. O crescimento de um país que se quer inclusivo deve oferecer um alinhamento entre o crescimento do PIB e o crescimento dos rendimentos dos agregados familiares. Caso contrário ocorre concentração de rendimento nos agregados com rendimentos mais elevados.

Ao **nível interno dos países** o combate à desigualdade económica inclui:

- Valorização dos recursos humanos através do investimento no sistema de educação, formação profissional e na aquisição de competências;
- Adoção de medidas de combate à desigualdade de género;
- Adoção de políticas fiscais que combatam a desigualdade, designadamente através de sistemas tributários progressivos e que garantam proteção das populações com menores níveis de rendimentos;
- Previsão de medidas tributárias sobre a riqueza, incluindo a tributação do capital, incluindo imóveis e imposto sucessório;
- Adoção de regimes de segurança social que permitam fazer face aos fatores de discriminação e que promovam a mitigação das desigualdades e a inclusão;
- Investimento no Serviço Nacional de Saúde, como fator de combate às desigualdades, garantindo um serviço universal de saúde de acesso gratuito, incluindo cuidados de saúde primária e serviços de saúde ao longo de toda a vida. A desigualdade no acesso à vacinação durante a Covid 19 deixou bem evidente que o acesso a cuidados de saúde é desigual e menor para as populações de menores rendimentos;
- Implementação de um rendimento social de inserção ou de um rendimento mínimo garantido;
- Prestação de serviços sociais de boa qualidade, incluindo serviços de acolhimento de crianças, apoio a idosos, habitação pública, educação e cuidados de saúde,
- Adoção de políticas de inclusão social e de proteção social;
- Medidas de correção da taxa de desemprego;
- Medidas estruturais que recomponham a composição setorial da economia, dando prioridade a atividades de elevado valor acrescentado;
- Promoção de boas redes de transportes públicos;
- Garantia de serviços de acessibilidade digital com caráter universal.

Ao nível do combate à desigualdade económica **entre países** inclui:

- Promoção de políticas de apoio ao desenvolvimento nos países em desenvolvimento;
- Promoção de políticas de apoio à democracia e ao normal funcionamento das instituições nos países em desenvolvimento, incluindo medidas de combate à corrupção;
- Medidas de justiça climática (correção do sistema de impostos ambientais e comércio de emissões);

- Medidas de justiça global (no "Relatório sobre a Desigualdade Global 2022" propõe-se um imposto progressivo sobre o património dos multimilionários globais");
- Implementação de impostos sobre a riqueza justos;
- Renegociação e perdão de dívida dos países pobres;
- Combate à normalização das desigualdades e pela implementação de políticas que promovam mais igualdade;
- Combate à plutocracia global, isto é, aos governantes que governam para satisfazer os interesses dos ricos, conforme propõe Milanovic (2016). Atente-se ao interesse dos ricos na manutenção e aprofundamento da globalização, que lhes permite maiores rendimentos, maior flexibilidade no movimento de capitais e fuga ao fisco através da deslocalização do capital para paraísos fiscais. Atente-se ainda no seu interesse no enfraquecimento da democracia, na medida em que lhes permite exercer maior controlo sobre os governos (Milanovic refere-se a este processo como a criação de uma "falsa consciência", que consistirá no desvio da classe média e dos pobres da defesa dos seus interesses para outros interesses, por vezes fraturantes, bem como a crença da mobilidade social mais exequível do que é na realidade).
- Promoção de políticas migratórias justas e equilibradas;
- Fim dos paraísos fiscais.

6.
CONCLUSÕES

A desigualdade global é um problema complexo que envolve tanto a desigualdade entre países como a desigualdade no interior dos países. Globalmente tem vindo a diminuir. No entanto, se excluirmos a China e a Índia, responsáveis em larga medida pela redução da desigualdade global entre países o cenário altera-se. A China e a Índia, responsáveis por cerca de 35% da população mundial, registaram um forte crescimento da classe média, alterando o perfil da desigualdade global entre países. Já a desigualdade no interior dos países tem vindo a aumentar. No caso dos países desenvolvidos há uma estagnação da classe média ou até mesmo um declínio.

É inequívoco o papel da globalização sobre a evolução da desigualdade, quer no plano global, quer no plano dos países, pelas dinâmicas económicas geradas, associadas à liberalização, desregulação e redução do Estado Providência.

A desigualdade global tem também uma relação com as alterações climáticas, está relacionada com desigualdades sociais, de género e outras, e tem uma importante dimensão ética.

Existe uma relação inequívoca entre o agravamento da desigualdade

económica e a perda de coesão social e a erosão da democracia liberal, gerada em consequência do agravamento da tensão social. Fenómenos complexos que interagem e convergem no sentido de estimular na população a busca de alternativas autoritárias, com a promessa de oferecerem melhores respostas no combate às desigualdades.

O peso de alguns países em desenvolvimento na redução das desigualdades económicas, bem como o seu peso na economia global, como sejam o conjunto dos BRIC, e em particular a China e a Índia, levam a que estes reivindiquem um outro papel nos Sistemas de Governação Global. Desde logo, promovem a criação de blocos regionais de integração e catapultam o desenvolvimento de outros países, cujas economias se relacionam com as suas.

Por último, identificaram-se um conjunto de propostas que quer no plano global, quer no plano dos países contribuirão para o desafio do combate às desigualdades.

Ainda que entre as escolas teóricas da globalização seja a escola céptica aquela que mais atenção dedica ao problema das desigualdades económicas como consequência dos processos de globalização, importará aprofundar os contributos possíveis das escolas hiperglobalistas e tranformacionistas, nos seus focos de abordagem específicos.

A perda de peso dos Estados-nação e o surgimento de novos atores na cena global para os quais as fronteiras físicas são irrelevantes coloca dificuldades para a implementação pelos Estados de medidas de combate à desigualdade, uma vez que o capital tem uma extraordinária fluidez.

Os transformacionistas, por sua vez, acrescentam camadas de complexidade à análise da globalização, ainda que não se focalizem na desigualdade. As fronteiras físicas já não são limites e os espaços de apogeu ou de exclusão estão agora disseminados.

Em síntese, é nos sistemas de governação global, com toda a sua complexidade e diversidade de atores, que terão de ser encontradas as soluções para dar resposta a problemas fundamentais como o da desigualdade económica global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bourguignon, François (2015), The Globalization of Inequality, Princeton University Press;

Hung, Ho-fung (2021), Recent Trends in Global Economic Inequality, Annual Review of Sociology, 2021, 47: 349-67;

Milanovic, Branko (2016), A Desigualdade no Mundo. Uma Nova Abordagem para a Era da Globalização, Actual;

Piketty, Thomas (2024), Natureza, Cultura e Desigualdades. Uma Perspetiva Comparada e Histórica, Objetiva;

PORDATA (2025), Evolução do Coeficiente de Gini em Portugal entre 2003 e 2023, https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/pobreza/desigualdade-na-distribuicao-dos-rendimentos/coeficiente-de-gini (consultado em 27 de dezembro de 2024);

Rousseau, Jean-Jacques (2021), Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da desigualdade entre os Homens, Penguin Clássicos;

UNDP (2024), Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2023/2024. Acabar com o Impasse. Reinventar a Cooperação num Mundo Polarizado;

World Inequality Lab (2021), Informe sobre la Desigualdad Global 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Atkinson, Anthony B. (2016), Desigualdade. O que Fazer? Bertrand Editora;

Chossudovsky, Michel (2002), Globalización de la Pobreza y Nuevo Orden Mundial, Siglo XXI editores;

Held, David and McGrew, Anthony (2000), The Global Transformations Reader. An Introduction to the Globalization Debate, Second edition, Polity Press;

Martin, Hans-Peter e Schumann, Harald (1998), A Armadilha da Globalização. O Assalto à Democracia e ao Bem-Estar Social, Terramar;

Milanovic, Branko (2012), Ter ou Não Ter. Uma Breve História da Desigualdade, Bertrand Editora;

Pogge, Thomas (2008), World Poverty and Human Rights, Second Edition, Cambridge, Polity Press;

Stiglitz, Joseph E. (2002), Globalização. A Grande Desilusão, Terramar.

Selecionado
no Prémio Res Publica 2024

O presente ensaio surge como desenvolvimento e actualização de um trabalho académico original e inédito, redigido no âmbito da Licenciatura em Relações Internacionais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL), sob orientação do Professor Doutor Marcos Farias Ferreira.

Agradeço ao meu Professor e orientador Doutor Marcos Farias Ferreira por toda a disponibilidade demonstrada. Agradeço também à Sónia Lopes e à Patrícia Way que, amavelmente, aceitaram me conceder entrevista.

COMPREENDER A SAÚDE GLOBAL NUMA ÓPTICA FEMINISTA: AS QUESTÕES DE GÉNERO E OS GRUPOS DE RISCO EM CRISES DE SAÚDE PÚBLICA

Marisa da Conceição Moreira
Marcos Farias Ferreira

MARISA MOREIRA
é mestre em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (2017) e licenciada em Relações Internacionais pelo ISCSP da Universidade de Lisboa (2022). No último ano exerceu funções como responsável do Departamento de Relações Internacionais da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal e, atualmente, trabalha como farmacêutica comunitária na República da Irlanda.

MARCOS FERREIRA
é licenciado e doutor em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. É ainda mestre em Política Internacional pela University of Wales, Aberystwyth. É docente no ISCSP da Universidade de Lisboa onde leciona matérias de teoria das Relações Internacionais, Política Externa e Cooperação Internacional, e Rússia e política pós-soviética.

INTRODUÇÃO

Debater o acesso equitativo a cuidados de saúde e os grupos, eventualmente, mais vulneráveis em contextos de saúde pública, evoca inevitavelmente a maior crise sanitária dos tempos modernos – a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 e o impacto diferenciado que esta teve nas populações.

Em virtude da pandemia COVID-19, a diplomacia global da saúde ganhou um significado acrescido e permanece no topo das agendas políticas nacionais, bem como de plataformas multilaterais regionais e globais (Chattu et al., 2021, p.1).

Graças à disseminação global, a doença por coronavírus abalou algumas das mais avançadas economias mundiais e sistemas de cuidados de saúde, fazendo emergir questões ligadas à eficácia dos mecanismos de resposta global, incluindo o papel e relevância das instituições globais de saúde (AlKhaldi et al., 2021, p.1).

A pandemia COVID-19, sucedeu a outros surtos epidémicos de alcance nacional, regional ou global com inequívocas consequências de âmbito político, social e económico – como as epidemias de SARS e MERS ou os surtos de Ébola (Terrenas, 2020, p.119).

As implicações de carácter socioeconómico, sanitário e em matéria de direitos humanos da COVID-19 desencadearam um renovado debate acerca das respostas políticas que ignoram as questões de género, enquanto determinantes estruturais da saúde, minando assim os objectivos de justiça social. A elevada

taxa de infecção no seio da força de trabalho feminina; o aumento da violência contra mulheres e pessoas com diversas orientações sexuais e identidades de género; os constrangimentos no acesso a serviços essenciais como os serviços de saúde sexual e reprodutiva; ou o impacto desproporcional a nível económico, social e sanitário em minorias étnicas, são apenas alguns exemplos da urgência de integrar uma abordagem feminista na análise dos dados, para o reconhecimento das disparidades e construção de respostas equitativas (Heidari & Doyle, 2020, p.75).

Estas premissas justificam a pertinência de a comunidade académica e política reflectir profundamente sobre o papel da lente crítica feminista na (des) construção das Políticas Globais de Saúde.

Tendo a emergência da pandemia COVID-19 como mote, este ensaio académico tem como questão de investigação principal: "por que é urgente integrar metodologias feministas na gestão de crises de saúde pública?". Ao responder a esta pergunta pretendemos alcançar os seguintes objectivos: discutir alguns obstáculos à integração do feminismo na formulação e implementação das políticas globais de saúde; realçar os contributos da lente feminista na investigação epidemiológica. Em íntima relação com esta questão-problema definimos outra pergunta de investigação acessória: "como pode a abordagem feminista contribuir em crises sanitárias e assim mitigar a discriminação de que são alvo determinados grupos?" Deste modo, é nosso intuito rever, sumariamente, algumas crises de saúde pública recentes, com impacto transfronteiriço, resultantes de infecções transmissíveis, e problematizar de que forma o Feminismo pode evidenciar vulnerabilidades específicas de grupos socias. Por último, analisar prospectivamente o impacto positivo do Feminismo em crises sanitárias de alcance internacional ou até mesmo global.

Para além da COVID-19, outras crises sanitárias recentes têm desafiado os sistemas de saúde à escala internacional como a Dengue ou a Mpox.

A Saúde Global é eminentemente política e a teoria pode auxiliar-nos a compreender a natureza política das escolhas que derivam de problemas transfronteiriços e das respostas a esses problemas.

As teorias feministas enquadram-se nas Teorias Críticas das Relações Internacionais. O feminismo nas Relações Internacionais inclui vários "Feminismos". Neste exercício teórico não se pretende um estudo aprofundado sobre as teorias feministas, mas tão só fornecer um panorama geral sobre as premissas fundamentais destas correntes de pensamento, para a partir daí enfatizar o seu papel na des(construção) das políticas de saúde.

O conceito de Saúde Global remete para questões que afetam direta ou indiretamente a saúde e que transcendem as fronteiras nacionais. Em regra, as soluções a implementar requerem cooperação global. Por oposição, a Saúde Internacional remete para desafios de Saúde Pública com um foco mais geográfico, colocando em contraste os países desenvolvidos e os países

em desenvolvimento, estes últimos associados a doenças tropicais infecciosas, subnutrição, baixas condições sanitárias e de salubridade. Por norma, a cooperação neste caso é binacional (Koplan et al. 2009).

Alguns autores sustentam que nas raízes do conceito de saúde internacional está a medicina colonial que, por sua vez, emergiu de um projeto de dominação e expropriação. À luz de um ideário de superioridade racial, o corpo do colonizador deve ser preservado de um ambiente desconhecido e inóspito, enquanto o colonizado é entendido como potencialmente ameaçador e o seu corpo deve ser preservado a fim de maximizar a sua utilidade económica. Consequentemente, a medicina servia o propósito da segregação e da contenção, pelas quais a circulação de pessoas e mercadorias era submetida a uma cuidadosa triagem para prevenir doenças nos espaços reservados aos colonizadores e na metrópole (Nunes 2023).

Em termos metodológicos, foi adoptada uma metodologia mista: primeiro procedeu-se a uma revisão da literatura científica e depois foram entrevistadas duas especialistas em questões de género.

Foram analisados artigos datados de 2006 a 2024, disponíveis em bases de dados bibliográficas como o Pubmed e o GoogleScholar. As pesquisas foram realizadas entre 1 de Fevereiro de 2022 e 24 de novembro de 2024. Os artigos foram seleccionados de acordo com a relevância e data de publicação.

Tendo em conta os objectivos desta pesquisa, os termos-chave utilizados foram "feminism", "health", "covid", "politics" e "gender". Estes termos genéricos foram combinados com outras palavras-chave mais específicas, de acordo com os critérios de interesse da presente investigação (como "covid", "methodology","intersectionality", "international relations", "mpox"...). Foram também utilizados descritores de pesquisa para aumentar a abrangência dos resultados, como por exemplo, feminis# de forma a incluir os termos de pesquisa "feminist" e "feminism". Optou-se por utilizar os termos de pesquisa em inglês a fim de obter um maior número de resultados.

Foram entrevistadas as seguintes especialistas: Sónia Duarte Lopes, psicóloga clínica, coordenadora da Delegação de Lisboa, Tejo e Sado da Associação para o Planeamento da Família - e doutoranda em Estudos de Género no ISCSP; e Patrícia Way, professora e coordenadora na área de Direitos Humanos, Género e Sexualidade na Fundação Oswaldo Cruz (no Brasil) e também doutoranda em Estudos de Género no ISCSP.

As entrevistas foram realizadas por videoconferência, através da plafaforma Zoom, no mês de junho de 2022. Optou-se por uma metodologia de entrevistas semiestruturadas, de modo a permitir alguma flexibilidade no discurso tanto às entrevistadas como à entrevistadora. Excertos das entrevistas serão partilhados ao longo do texto.

Neste ensaio, começamos por apresentar os pressupostos fundamentais das teorias feministas. Discutimos os conceitos de género e interseccionalidade. Introduzimos as vantagens da lente feminista no tratamento de dados em saúde.

Em seguida, particularizamos a abordagem feminista na gestão de alguns surtos e epidemias mais recentes, para assim responder às perguntas de investigação e concluir sobre os contributos desta perspectiva em eventuais crises sanitárias.

Por último, discutimos os desafios das Políticas Globais de Saúde na contemporaneidade.

AS TEORIAS FEMINISTAS E O CONCEITO DE GÉNERO COMO CATEGORIA ANALÍTICA

O Feminismo é um vasto e variado campo de estudos. Este é um campo fértil para debates e controvérsias e fonte de abordagens metodológicas revolucionárias e inovadoras. A interdisciplinaridade é uma constante, sintetizando as Relações Internacionais com estudos de género, estudos culturais, pós-colonialismo ou estudos ambientais, assim como contactando com disciplinas mais tradicionais. O feminismo tem contribuído para as Teorias das Relações Internacionais, estudos de segurança, política económica internacional, direito internacional, questões de governança global, entre outros domínios (Lee-koo, 2007, p.76).

As perspectivas feministas das Relações Internacionais, em particular a partir de finais da década de 1980, introduziram o conceito de «género» como categoria empírica e instrumento teórico relevante no estudo das relações de poder global, assim como um factor matricial normativo para a construção de ordens mundiais alternativas e mais justas. As teorias feministas têm contestado o poder e o conhecimento implícito nas teorias clássicas das Relações Internacionais. Primordialmente, estas novas abordagens procuram distanciar-se de um foco analítico simplista, que se centra nas relações interestaduais para uma análise mais abrangente dos actores e estruturas transnacionais e do seu potencial transformativo na ordem mundial (Sousa, 2005, p.85).

Efectivamente, o feminismo vem desviar o foco nas relações interestaduais e chama a atenção para o papel de grupos marginalizados, que as lentes clássicas ignoram. O Estado é uma categoria analítica para o feminismo, no entanto, não é de todo a categoria analítica primordial (Paxton & Youde, 2019, p.8).

O género integra factores adicionais de desigualdade e determinantes sociais de saúde – como a idade, localização geográfica, sexualidade, religião, etnicidade, cidadania e deficiências – que actuam como barreiras em saúde como bem público global e no acesso a cuidados de saúde (Davies et al., 2019, p.602).

O discurso feminista é particularmente útil na contemporaneidade da saúde global, dado que transcende o género e aplica uma abordagem analítica às hierarquias de poder enraizadas em diferentes formas de opressão. A aplicação de uma abordagem feminista aos dados de saúde global – desde a recolha dos dados até à sua interpretação e divulgação – tem o potencial de examinar a natureza interseccional do poder e do privilégio, seja devido ao patriarcalismo,

colonialismo, capitalismo, neoliberalismo ou outras hierarquias endémicas (Heidari & Doyle, 2020, p.75).

No mesmo sentido, em entrevista, Sónia Lopes (entrevistada 1), refere que este conceito vem não apenas problematizar o papel do homem e da mulher, como também «é óbvio que o género acaba por abranger, como por exemplo, o tema das pessoas trans, das pessoas de orientação sexual diversa, com fluidez de género.»

Sónia Lopes aborda também a complexidade de conceptualizar o género e as múltiplas dificuldades que esta nova perspectiva acarretou:

> «O género desconstrói muitas outras coisas que vêm por associação, é uma forma de pensar, é uma lógica que põe em causa muitas tradições e muitas formas de agir que não eram questionadas. Este questionamento e este pensamento crítico vai abalar todas as estruturas: a partir do momento que surge este conceito de género, não há uma disciplina que tenha de ser vista com esta nova lente. Isso obriga a toda esta adaptação. Isto para concluir que há imensa resistência, há imensas dificuldades de conceber o que é que isto quer dizer.»

A propósito da consolidação do conceito de género e das conquistas já alcançadas em matéria de igualdade de género, a psicóloga clínica refere ainda:

> «Considero que há muito por fazer, sem sombra de dúvida. As ameaças de retrocesso são de facto pensamentos mais conservadores, onde o homem branco tem uma posição de privilégio de poder e é sempre esta lógica que tem vido a ameaçar alguns percursos que se fazem.»

Aqui importa realçar que as categorias sociais são contingentes ou variáveis no tempo, ou seja, são fluidas em função das circunstâncias. A título de exemplo, o estatuto socioeconómico ou a condição de deficiência podem alterar-se várias vezes ao longo do ciclo de vida. Por isso, qualquer análise interseccional deve estar preparada para esta realidade (Wilson et al., 2019, p.17).

A entrevistada 2, Patrícia Way, em concordância, sustenta: «O género é uma categoria em construção, porque a sociedade muda, as pessoas mudam. O género é fluido ao longo da vida.»

OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO DO DISCURSO FEMINISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As teorias feministas argumentam que as Relações Internacionais são dominadas por uma leitura masculina, que se reflecte nos conceitos, objectos de estudo,

questões levantadas e, consequentemente, nas soluções propostas. Contudo, as teorias feministas não se limitam a enfatizar o papel decisivo das mulheres nas Relações Internacionais (Mendes, 2019, p.109).

Sónia Lopes partilha da ideia de que as Relações Internacionais estão, genericamente, condicionadas por uma leitura masculina e acrescenta: «O que o feminismo nos traz é o questionar os sistemas e a forma como estão enviesados a partir da posição de privilégio. A posição de privilégio é, de facto, ocupada por homens brancos, em classes sociais altas.»

Essa «leitura masculina» é, em parte, consequência da falta de representatividade das mulheres nas lideranças políticas.

O facto de que as mulheres estão, em regra, sub-representadas nos papéis de liderança não é novo. Setenta por cento da força de trabalho global é composta por mulheres, mas apenas 25% estão em cargos de liderança. Em contrapartida, as mulheres estão sobre-representadas na enfermagem, entre os agentes comunitários de saúde, nas funções de limpeza e lavandaria, indicando que elas estão na linha da frente dos estabelecimentos hospitalares e estão mais expostas a agentes patogénicos. Com a agravante de que nem sempre lhes foi fornecido o equipamento de protecção individual adequado (Binagwaho & Mathewos, 2022, p.362).

As questões de género impactam todos os aspectos da sociedade e da cultura, desde o crescimento económico até à saúde e bem-estar da população em geral. Apesar da importância da equidade de género, a discriminação contra as mulheres é generalizada. Os efeitos destrutivos são visíveis em menores níveis de literacia global entre as mulheres, nas elevadas taxas regionais de mortalidade infantil e materna, na fraca representação nos governos a nível local e nacional e na elevada percentagem de violência contra raparigas e mulheres em todo o mundo (Klaas, Thupayagale-Tshweneagae, e Makua 2018).

Na mesma senda, a propósito das comemorações do Dia Internacional da Mulher em 2022, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, destacava o seguinte:

> «A pandemia evidenciou mais claramente uma verdade antiga: as raízes do patriarcado são profundas. Ainda vivemos num mundo dominado por homens com uma cultura dominada por homens. (…) Precisamos de mais mulheres na liderança de governos e de empresas, incluindo ministras das finanças e CEOs, que desenvolvam e implementem políticas verdes e socialmente progressistas, que beneficiem toda a população. Sabemos, por exemplo, que ter mais mulheres nos parlamentos resulta em compromissos climáticos mais fortes e níveis de investimento mais elevados em saúde e educação (ONU 2022).»

Patrícia Way corrobora: «Percebemos que a visão masculinizada – porque ainda são os homens a exercer esses cargos de poder, principalmente na política internacional, nos grandes cargos de pressão - faz com que não tenham a sensibilidade para adentrar políticas específicas como [as que estão relacionadas com]: mulheres refugiadas; mulheres grávidas refugiadas; as violações que ocorrem em campos de refugiados; saúde pré-natal; infecções por HIV e SIDA das pessoas em geral e, em particular, as necessidades dos grupos homossexuais, contracepção… Quando se pensa nessas grandes políticas internacionais há sempre uma visão de amparo e acolhimento, mas a um nível muito raso.»

Para além disso, as perspectivas feministas enfrentam barreiras à sua utilização e reconhecimento. Tal como refere Patrícia Way, em entrevista: «Acho que a abordagem feminista pode acrescentar muito…quando ela é utilizada! A primeira barreira é as metodologias feministas serem reconhecidas como métodos científicos para pesquisa académica, para o tratamento e resolução de problemas».

A INTERSECCIONALIDADE EM SAÚDE

Globalmente, o estatuto socioecónomico, a racialização e o género são factores que podem restringir o acesso a cuidados de saúde equitativos e a preços acessíveis para mulheres pertencentes a minorias ou indígenas, que podem inclusivamente recear recorrer a estes serviços pelo histórico de esterilizações forçadas ou programas experimentais de saúde. Por fim, o género e factores socioculturais podem convergir para favorecer cenários como violência contra mulheres, pobreza, discriminação de género e insegurança (Davies et al., 2019, p.602).

A interseccionalidade – embora inicialmente questionasse apenas a posição da mulher negra quer face ao homem branco, quer à mulher branca – este conceito, entretanto foi evoluindo, expandiu-se, e abarca uma grande variedade de identidades sociais. Este conceito veio pôr em causa a forma como racialização, género e outras identidades sociais concorrem para promover diferentes formas de opressão (Wilson et al., 2019, p.8).

Como reforça Sónia Lopes: «O estudar numa óptica mais interseccional, o desagregar os dados em termos de raça, sexo, género, idade, diversidade relacional, enfim, todas estas possibilidades, permite-nos perceber [estas problemáticas] em termos absolutos e individuais, em vez de estar a criar medidas que são para os grandes grupos, que não vão complementar quem está nas franjas e que certamente está em contextos de muito maior vulnerabilidade. Os estudos têm se ser feitos a partir daí, questionado essa intersecção de vulnerabilidades».

A interseccionalidade desafia-nos a interrogar as estruturas de poder hegemónicas, profundamente enraizadas na sociedade e centra o exame das identidades sociais a nível micro, que por sua vez são moldadas e reforçadas por sistemas socioestruturais de poder interligados a nível macro – de privilégio e opressão – que permeiam todos os aspetos da vida.

Hankivsky (cit. 2019) destaca o benefício de adoptar uma lente interseccional no âmbito de uma investigação sobre saúde (Wilson et al., 2019, p.10): a interseccionalidade provoca uma viragem na forma como os investigadores entendem as categorias sociais, as suas relações e interacções. Este novo entendimento fá-los questionar o enviesamento a que estão inevitavelmente sujeitos: fá-los interrogar sobre os processos e mecanismos de poder que dão forma às desigualdades em saúde; inclusivamente, os investigadores reflectem acerca da complexidade das suas próprias localizações sociais, os seus valores, experiências e interesses que determinam o tipo de investigação que desenvolvem, a forma como encaram as problemáticas em estudo e as populações afectadas.

Em síntese, o Feminismo compreende um vasto leque de teorias, distintas entre si. As perspectivas feministas abalaram as metodologias de pesquisa tradicionais das Relações Internacionais, que tendiam a centrar-se nas relações interestaduais; acrescentaram conceitos como género ou interseccionalidade; problematizaram os papéis sociais e vieram dar visibilidade a grupos comummente marginalizados e/ou mais vulneráveis. A proposta feminista consiste numa abordagem analítica às hierarquias de poder e diferentes formas de opressão, questionando criticamente as estruturas e enfatizando o potencial transformativo e emancipatório da ordem mundial de certos actores, antes ocultos pelas lentes clássicas.

Identificámos a sub-representação de mulheres nas lideranças políticas como um dos principais obstáculos à integração do discurso feminista nas Relações Internacionais, em particular no domínio da saúde; e em segundo lugar, o reconhecimento da lente feminista enquanto metodologia científica válida no tratamento de dados.

OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO DAS INFECÇÕES TRANSMISSÍVEIS

A saúde é mundialmente compreendida como imprescindível para o desenvolvimento económico, político e social de todos os países. Ainda que envolto em controvérsia, o termo «saúde global» remete para a ideia de globalização, melhoria das condições de saúde das populações e equidade em saúde a nível mundial (Rocha, 2017, p.18).

Um dos efeitos notórios da pandemia COVID-19 foi a atenção acrescida sobre a diplomacia da saúde, um tema raramente abordado por especialistas das Relações Internacionais. À medida que as pandemias se tornam mais frequentes, dada a necessidade de mitigação global e contenção da propagação das infecções, a diplomacia da saúde mais localizada tenderá a ser menos efectiva (Fazal, 2020, p.1).

As alterações climáticas e as resistências antimicrobianas orientarão o pensamento das próximas décadas. Cada vez mais se reconhece estes fenómenos

como interligados com perturbações ambientais que favorecem eventos zoonóticos, com potencial para provocar pandemias.

A pandemia de COVID-19 evidenciou também as múltiplas formas como outros sectores podem afectar a saúde tais como a economia ou os transportes. A título de exemplo, a desflorestação promove a transmissão de vírus do animal para o humano; a rede de transportes global contribui para a rápida propagação do vírus; casas sobrelotadas são um factor que facilita a disseminação viral; empregos precários impedem as pessoas de fazer o auto-isolamento. Adicionalmente, os impactos directos e indirectos da doença afectam de forma desigual as populações e podem exacerbar determinantes sociais pré-existentes como contextos de pobreza ou comorbilidades. Paralelamente, as alterações climáticas constituem uma enorme ameaça à saúde e ao ambiente, particularmente para as populações mais vulneráveis. Estes desafios multidimensionais revelam a necessidade de respostas políticas integradas e multissectoriais (Green et al., 2021, p.11).

'Health in all policies' (HIAP) foi um conceito apresentado pelo governo da Finlândia em 2006, durante a presidência da União Europeia. Os autores do artigo *'Health in all policies': a Key Driver for Health and Well-being in a Post-Covid-19 Pandemic World*, publicado em 2021, defenderam que o contexto pandémico impunha o reavivamento deste conceito na construção de respostas para futuros eventos inesperados de escala subnacional, nacional ou internacional. Esta perspectiva propõe que as políticas públicas sigam uma abordagem intersectorial, em que sistematicamente se tenha em conta as implicações da decisão política para a saúde e para os sistemas de saúde; promove sinergias entre decisores políticos e seus parceiros, com a finalidade última de melhorar a saúde da população e reduzir as desigualdades em saúde (Green et al., 2021, p.1).

A HIAP enfatiza a pesquisa de determinantes sociais que condicionam a saúde e a prossecução da equidade em saúde através de reformas na formulação política. O compromisso global com a equidade em saúde deve assentar na premissa de que as políticas de saúde mais úteis não estão sob o controlo do sector da saúde e o seu êxito requer acção intersectorial e colaboração dentro e fora dos governos (Cairney et al., 2021, p.3).

HIAP consiste numa abordagem holística em saúde, assente na boa governação (transparência e responsabilização); equidade (considera os impactos desiguais em saúde no seio das populações e prioriza, sobretudo, as populações que vivem em contextos de pobreza); baseia-se em dados multidisciplinares com elevada robustez científica para perceber as conexões entre política e saúde; considera as consequências para as presentes e futuras gerações e atenta para as questões da sustentabilidade ambiental, social e económica contribuindo para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (Green et al., 2021, p.4).

Claramente, um dos grandes inconvenientes da interdependência e da globalização é a possibilidade de propagação de doenças à escala mundial. A

emergência sanitária da COVID-19 tornou imperativa a cooperação global e intersectorial.

Outro grande desafio actual na cooperação global em saúde é agregar os nexos entre saúde humana, saúde animal e ambiente para construir respostas planeadas e eficazes no combate a eventuais surtos, epidemias ou pandemias. As alterações climáticas e as crescentes resistências antimicrobianas estão entre as principais preocupações da saúde das gerações presentes e vindouras. Estes desafios vão ao encontro de algumas das metas estabelecidas pelos ODS, nomeadamente, a prevenção de doenças transmissíveis.

Com efeito, uma das grandes tendências da política global deste século é a crescente atenção que as questões relativas ao desenvolvimento sustentável têm merecido, o que se traduz também na formulação política em saúde.

Em face do exposto, podemos concluir que a abordagem intersectorial é imprescindível à prossecução da equidade e justiça social no acesso a cuidados de saúde. A definição das linhas estratégicas das políticas de saúde deve, necessariamente, atentar para os grupos vulneráveis - seja pela orientação sexual, identidade de género, estatuto económico, etnia, idade, condição de deficiência ou grau de literacia.

ABORDAGEM FEMINISTA NA GESTÃO DE SURTOS, EPIDEMIAS E PANDEMIAS

A abordagem feminista requer um compromisso explícito com uma visão ética da sociedade, a crença de que todas as pessoas devem ser tratadas de forma a terem as melhores oportunidades para uma boa saúde. Desvantagens materiais e económicas são dimensões determinantes de saúde ou doença. Contudo, factores menos tangíveis são igualmente relevantes como discriminação, opressão, menos oportunidades (Rogers, 2006, p.351).

No que concerne à COVID-19, um artigo publicado em Dezembro de 2020 – um ano após a identificação do primeiro caso de SARS COV-2 –assinalava a lentidão dos Estados em reportar e analisar os dados relativos ao número de infecções e mortalidade segmentados por sexo, idade (entre outros critérios) e análises assentes no género relativas às hospitalizações, acesso aos serviços, implicações sociais e económicas. Acresce que estas análises raramente integram informações relativas à etnia, orientação sexual e identidade de género, deficiências, condição socioeconómica ou *status* de migrante, ignorando o impacto diferenciado que a pandemia pode ter nestas populações. A análise das estatísticas através das lentes feministas pode descortinar os múltiplos efeitos do género, etnicidade, pobreza e outras dimensões da desigualdade na saúde física, mental e social de diferentes populações (Heidari & Doyle, 2020, p.76).

Berkhout e Richardson argumentam que é uma falácia afirmar que o coronavírus é "igualitário". Quando existem dados desagregados, os surtos

nas comunidades têm demonstrado de forma clara ser mais prevalentes em determinados grupos como: comunidades com rendimentos mais baixos, onde residem minorias étnico-raciais; grupos tendencialmente com empregos precários, em bairros de elevada densidade populacional; pessoas com doenças crónicas pré-existentes devido aos efeitos sistémicos da opressão (Berkhout & Richardson, 2020, p.4).

Patrícia Way exemplifica que o primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi precisamente de uma empregada doméstica negra a quem foi negada a possibilidade de isolamento após os seus patrões terem viajado para a Europa e terem ficado infectados: «Ela não viajou, ela não alterou a sua rotina… Ela apanhou esta doença porque era uma mulher, numa condição de trabalho precária, que não podia fazer isolamento e dizer que não ia trabalhar.»

Os efeitos indirectos de doenças infecciosas incluem a interrupção de serviços de saúde essenciais, a desaceleração das economias e os confinamentos que, por sua vez, podem exacerbar desigualdades pré-existentes na sociedade. Durante o surto de Ébola e a pandemia COVID-19, os serviços de saúde materna foram interrompidos, com barreiras tanto do lado da oferta como da procura, comprometendo os objectivos de saúde materna (Binagwaho & Mathewos, 2022, p.361).

As mulheres e as raparigas representam metade das pessoas HIV-positivas em todo o globo, e estão em maior risco de contrair HIV devido à violência sexual, restrições no seus direitos sexuais e acesso desigual aos cuidados de saúde (Paxton & Youde, 2019, p.9).

Um estudo relativo aos papéis de género na disseminação do HIV/SIDA entre trabalhadores rurais na África do Sul, ilustra de forma alarmante e perturbadora o modo como as questões de género impactam de forma diferente homens e mulheres, no que se refere à vulnerabilidade ao vírus. O estudo consistiu na entrevista a trabalhadores rurais da província de Limpopo, na África do Sul – uma das províncias mais pobres do país. Os entrevistados descrevem a África do Sul como uma sociedade profundamente patriarcal, em que os homens são retratados como sexual, intelectual, física e economicamente superiores às mulheres. Por consequência, as mulheres são amplamente discriminadas no acesso à academia, no mercado de trabalho… os homens, em contrapartida, são responsáveis pelas decisões da família e têm, culturalmente, o direito de ter múltiplas parceiras (Klaas, Thupayagale-Tshweneagae, e Makua 2018).

As mulheres constituem a maioria da força de trabalho nos campos agrícolas na África do Sul e vivem em condições de elevada pobreza. Desesperadas por garantir o emprego, alojamento e a segurança alimentar, mantêm relações sexuais com os seus supervisores, em troca de melhores condições de trabalho (jornadas de trabalho mais curtas, melhores salários). As mulheres podem ser forçadas a trocar favores sexuais por dinheiro ou presentes para satisfazer as suas necessidades básicas, apoiar as suas famílias, pagar a escola ou até mesmo para aumentar o seu "poder" social. O desequilíbrio de poder entre homens

e mulheres traduz-se também em dependência económica para as mulheres (Klaas, Thupayagale-Tshweneagae, e Makua 2018).

A expectativa de passividade sexual das mulheres, juntamente com a prioridade dada ao prazer sexual masculino, dificulta que as mulheres sejam parceiras em pé de igualdade na decisão em questões de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a negociação de práticas sexuais mais seguras. Por fim, as mulheres são retratadas como culpadas pela disseminação do vírus (Klaas, Thupayagale-Tshweneagae, e Makua 2018).

A iliteracia aqui, tem também um papel-chave. Como os próprios entrevistados relatam, os cartazes informativos sobre o uso de preservativos são para quem estudou e sabe ler. Além disso, estão comummente escritos em inglês e estes trabalhadores comunicam através de dialectos e não sabem ler inglês (Klaas, Thupayagale-Tshweneagae, e Makua 2018).

Outro exemplo elucidativo é o surto de Zika, de 2015, na América do Sul que enfatizou também as conexões entre género e saúde global. As infecções por Zika raramente causam problemas com relevância clínica, a não ser que a pessoa infectada seja uma mulher grávida. Nesse caso, há um risco aumentado de a criança nascer com microcefalia (Paxton & Youde, 2019, p.9).

Um estudo epidemiológico acerca das dimensões de género da disseminação do vírus Ébola na Nigéria demonstrou que a mortalidade foi superior em mulheres. As mulheres nigerianas foram expostas ao vírus quer em meio profissional, quer no meio doméstico, pois asseguravam os cuidados de saúde dos seus familiares doentes. A falta de literacia e acesso a equipamento de protecção individual adequado foram factores que dificultaram a mitigação do vírus neste país (Fawole et al., 2016, p.4).

Além disso, vários aspectos promotores de saúde – como a dieta, a higiene pessoal, o incentivo das crianças à prática de exercício físico – são actividades tradicionalmente mediadas pelas mulheres enquanto cuidadoras do lar (Rogers, 2006, p.351).

A perspectiva feminista recomenda que se investigue, com detalhe, de que forma as diferentes desvantagens têm impacto nas populações ou grupos afectados e, adicionalmente, identificar as formas de amenizar essas desvantagens. Este tipo de abordagem sugere que a investigação em saúde pública adopte um foco local, envolvendo aqueles que foram afectados e as circunstâncias que os colocam em desvantagem. Compreender essas particularidades é essencial para desconstruir as instituições e as hierarquias – por exemplo entre profissional de saúde e doente, ou investigador e participante – hierarquias essas também elas potenciais promotoras de alguma forma de dominação ou opressão (Rogers, 2006, p.353).

No que concerne aos recentes surtos de Mpox, um estudo qualitativo, publicado este ano, que procedeu a entrevistas a homens gays, bissexuais e pertencentes a outras minorias sexuais, conduzido nos Estados Unidos, revelou que a ampla disseminação de campanhas de saúde pública especialmente dirigidas a estes grupos, embora tenham trazido benefícios no sentido de as comunidades

LGBTQ+ se protegerem, contribuiu simultaneamente para a desinformação, acentuando o estigma, homofobia, transfobia e outros rótulos previamente existentes como a promiscuidade ou a imoralidade. Vários entrevistados relataram também barreiras no acesso à vacinação contra a Mpox, decorrentes da sua orientação ou identidade sexual. Os entrevistados compararam a sinofobia ocorrida durante a pandemia de COVID-19 com a homofobia sentida durante os surtos de Mpox. Referem que a Mpox é, frequentemente, apelidada como "mais uma doença dos gays". Os investigadores apelam, por isso, à descontinuação de mensagens deterministas que confundam o risco de doença com identidades sociais.(Takenaka et al. 2024).

O Relatório do Conselho da Europa intitulado "Right to the Highest Attainable Standard of Health and Access to Healthcare for LGBTI People in Europe", publicado no dia 7 de outubro de 2024, propõe várias recomendações aos Estados membros para melhorar o panorama dos cuidados de saúde para as pessoas LGBTI+ e, assim, promover um sistema mais inclusivo e justo em toda a Europa, entre as quais a adopção da abordagem *Health in all Policies* (Conselho da Europa, 2024).

Neste relatório é referido que o inquérito de 2020 da Agência dos Direitos Fundamentais da UE revelou que 16% das pessoas LGBTI+ foram vítimas de discriminação nos cuidados de saúde. Entre as pessoas transgénero inquiridas, este indicador subiu para 34%. Além disso, 46% das pessoas não revelaram a sua orientação sexual ou identidade de género aos prestadores de cuidados de saúde.

Os relatores concluem que as normas culturais e sociais, a retórica anti-LGBTI+, as barreiras institucionais e a falta de formação de profissionais de saúde contribuem para um acesso inadequado aos cuidados de saúde. Os fatores interseccionais, incluindo a etnia, a idade, o sexo/características sexuais, a identidade de género, a deficiência e o estatuto socioeconómico, agravam estas disparidades.

O relatório deixa várias recomendações, entre elas a formação obrigatória de profissionais de saúde com base nos direitos humanos.

Em resumo, com estes exemplos pretendemos ilustrar que as mais recentes epidemias e surtos colocaram em evidência as conexões entre saúde e género. Este tipo de crises sanitárias pode agudizar desigualdades pré-existentes, motivar estereótipos, preconceitos e julgamentos de valor, contribuir para a discriminação no acesso a cuidados de saúde e na condução de investigação biomédica. No que se refere à saúde, o contributo de lente feminista traduz-se em atentar para as particularidades e, sobretudo, as desvantagens que podem afectar determinados grupos, num contexto específico de crise de saúde pública. Pode compreender, portanto, uma análise desagregada dos dados epidemiológicos para assim descortinar formas de opressão que, por sua vez, poderão motivar um impacto diferenciado dessa doença transmissível na população. A lente feminista preconiza, também, que o próprio investigador questione os seus

valores e interesses (a chamada reflexividade), que poderão influir - directa ou indirectamente - na condução da pesquisa. Há ainda factores que obstaculizam a adopção do ponto de vista feminista nas Relações Internacionais, desde logo o não reconhecimento da validade desta abordagem para pesquisa académica e, em segundo lugar, o facto de a predominância de homens nas hierarquias de poder tender a relegar as questões da agenda feminista para um papel secundário.

CONCLUSÃO: A DESIGUALDADE E A DISCRIMINAÇÃO NO ACESSO À SAÚDE NO MUNDO CONTEMPORÂNEO GLOBALIZADO

Vivemos num mundo globalizado, com constante fluxo de pessoas, bens e serviços.

Neste ensaio abordámos de forma sumária várias doenças infecciosas que se distinguem, desde logo pela sua etiologia, patogenia, epidemiologia, prevenção, abordagem terapêutica, entre outros factores. Tratando-se este de um trabalho centrado na perspectiva das Ciências Sociais, não cabe aqui explorar essas diferenças, mas gostaríamos de deixar uma nota: a via de transmissão é distinta numa doença respiratória como a infecção por MERS ou SARS de, por exemplo, uma infecção por HIV, que se transmite por via vertical (de mãe para filho), por via sanguínea ou por via sexual. Por conseguinte, o género desempenhará um papel também ele muito diferente consoante a doença em estudo.

Seria impossível num trabalho desta natureza e dimensão abranger todas as infecções que desencadearam surtos, epidemias ou pandemias ao longo da história. Optámos neste estudo por enfatizar as consequências da COVID-19, em virtude da sua actualidade e pelas mudanças disruptivas, multidimensionais e multissectoriais que desencadeou. Fizemos ao longo da investigação também breves referências às epidemias por MERS, Ébola, HIV, Zika e Mpox. O critério para selecção destas infecções, em detrimento de outras, foi apenas o facto de serem epidemias ainda muito presentes na memória colectiva e o seu contributo na sustentação dos argumentos que aqui defendemos.

Respondendo à questão-problema – "por que é urgente integrar metodologias feministas na gestão de crises de saúde pública?" - esta urgência justifica-se pelo ênfase atribuído às particularidades e vulnerabilidades de determinados grupos sociais, que desconstrói e abala as premissas basilares das lentes clássicas. Defendemos, por isso, que a construção das Políticas Globais de Saúde deverá assentar numa abordagem feminista multinível, a fim de prevenir disparidades no acesso a cuidados de saúde em contextos de emergências sanitárias. Com a defesa de uma abordagem multinível pretendemos sinalizar o olhar micro sobre os grupos mais vulneráveis que as teorias feministas proporcionam, conciliado com a análise macro das forças hegemónicas e hierarquias de poder que permeiam os vários aspectos da vida em sociedade.

Na questão de investigação secundária interrogávamos "como pode a abordagem feminista contribuir em crises sanitárias e assim mitigar a discriminação de que são alvo determinados grupos?" Ao longo do ensaio insistimos na necessidade de (des)construção das Políticas Globais de Saúde a fim de colocar em evidência o papel crítico das Teorias Feministas no âmbito das Teorias das Relações Internacionais face às Teorias Clássicas. Entendemos que no contexto das Políticas de Saúde Globais, o contributo dos Feminismos consiste em desviar o foco analítico das relações interestaduais – privilegiadas pelas lentes teóricas clássicas – para atentar para grupos sociais, particularmente vulneráveis ou marginalizados, considerando aspectos como a etnia, a orientação sexual ou o estatuto económico. Os conceitos género e interseccionalidade podem também ser muito úteis na análise de futuras crises de saúde pública. Emergências sanitárias, como foi o caso da COVID-19, podem exacerbar desigualdades pré-existentes no seio das populações.

Assim, acreditamos que os objectivos inicialmente propostos no presente trabalho foram plenamente alcançados, conforme evidenciado pela análise realizada, que responde na íntegra às questões de pesquisa.

Ainda há vários factores que obstaculizam a implementação em larga escala do Feminismo na investigação científica e na decisão política. Em primeiro lugar, o não reconhecimento destas teorias como válidas para fins científicos; em segundo lugar, a falta de representatividade desses grupos – designadamente as mulheres – em cargos de liderança, nos centros de decisão ou pressão política. As Relações Internacionais são ainda muito influenciadas por uma leitura masculina, o que provoca por vezes a secundarização da agenda feminina.

O olhar crítico do Feminismo sobre as hierarquias de poder e as diversas formas de opressão vieram problematizar as estruturas e reconhecer o potencial transformativo da ordem mundial de certos grupos sociais.

A pandemia de COVID-19 veio tornar urgente e imperativa a cooperação global em saúde. Os compromissos de justiça social e os nexos entre saúde humana, saúde animal e ambiente são premissas incontornáveis das Políticas Globais de Saúde na contemporaneidade.

O Conceito *Health in all Policies*, revigorado na sequência da crise pandémica, ao propor a cooperação intersectorial e ao destacar as ameaças à equidade em saúde, parece-nos ter lugar de relevo na construção das Políticas de Saúde, quer a nível subnacional, nacional ou global. É também revelador da predominância dos assuntos de saúde e demonstra que a promoção da saúde diz respeito a todos os sectores.

Verifica-se uma tendência generalizada para a digitalização – com a telemedicina, telefarmácia, a multiplicação de aplicações para a monitorização à distância de doentes, a incorporação da inteligência artificial e *machine learning* quer na investigação biomédica, quer na prestação de cuidados de saúde.

Estas inevitáveis transformações digitais se por um lado, comportam um vasto potencial para a inovação em cuidados de saúde, prometendo revolucionar

a forma como se previne, diagnostica e trata doenças; permitem também antecipar disparidades no acesso aos cuidados de saúde para as pessoas com baixo grau de literacia digital ou capacidade económica para adquirir certos dispositivos.

Uma das possíveis linhas de investigação a partir deste estudo seria analisar como barreiras linguísticas, desigualdades no acesso à educação e ferramentas digitais influenciam a disseminação de informações de saúde pública. Seria também pertinente estudar a eficácia de estratégias de comunicação inclusivas e adaptadas às diferentes necessidades desses grupos.

Adicionalmente, a integração da análise de *big data* e dos dados de saúde tem o potencial de desbloquear informações valiosas para a gestão da saúde populacional, vigilância de doenças e planeamento de saúde pública. Ao aproveitar conjuntos de dados abrangentes, investigadores e decisores políticos podem identificar tendências, prever surtos de doenças e desenhar intervenções direcionadas para melhorar os resultados de saúde das comunidades.

O desafio agora é aproveitar esta oportunidade e integrar as metodologias Feministas na pesquisa em saúde e condução de estudos epidemiológicos. Apenas com um fiel diagnóstico do impacto diferenciado das crises sanitárias nos variados grupos, se poderão construir e planear respostas políticas para garantir o acesso equitativo a informação e cuidados de saúde de qualidade.

Outra linha de pesquisa relevante seria comparar contextos onde políticas de saúde baseadas em género e interseccionalidade foram implementadas com outros onde tais abordagens estão ausentes. Seguindo esta linha de pensamento, avaliar como as respostas institucionais refletem desigualdades de género e poder.

Atribuindo uma dimensão geopolítica, seria interessante fazer um estudo comparativo acerca de como as doenças transmissíveis com impacto transfronteiriço afectaram os Estados do Norte e Sul global.

Seria de considerar, também, a realização de um estudo etnográfico para examinar de que forma o estigma social e a discriminação agudizam desigualdades e estudar os impactos psicossociais das políticas de quarentena e isolamento nesses grupos. João Biehl é um investigador de referência nesta matéria.

A pandemia de COVID-19 veio tornar premente e imprescindível a cooperação global em torno de políticas de saúde multinível e multisectoriais. Outros surtos e epidemias com significativo impacto na Saúde Pública, entretanto, sucederam esta pandemia. A gestão da saúde populacional, a vigilância de doenças e o planeamento de saúde pública deverá assentar numa abordagem feminista. A urgência de integrar a lente feminista na gestão de doenças transmissíveis com impacto transfronteiriço justifica-se pelo ênfase atribuído às particularidades e vulnerabilidades de determinados grupos sociais - considerando aspectos como a etnia, a orientação sexual ou o estatuto económico - antes ocultos pelas lentes tradicionais das Teorias das Relações Internacionais e, particularmente, marginalizados.

A análise crítica às hierarquias de poder e diversas formas de opressão que permeiam as sociedades, os conceitos género e interseccionalidade apresentam-se como contributos muito úteis do Feminismo na análise prospectiva de crises de saúde pública. Emergências sanitárias podem exacerbar desigualdades pré-existentes no seio das populações.

Contudo, algumas questões poderão ser examinadas em detalhe em estudos futuros: quais as consequências de longo prazo de crises de saúde pública sobre a saúde, estabilidade financeira e integração social de grupos vulneráveis? Qual o efeito das redes de apoio comunitárias, sejam formais (como o trabalho das ONG's) ou informais (família, vizinhos, amigos) na mitigação de vulnerabilidades?

Estas são algumas linhas de investigação possíveis que ampliam a discussão ao interligar o impacto imediato de crises de saúde pública com estruturas mais amplas de desigualdade, propondo uma análise pormenorizada de como as dinâmicas de poder estruturais moldam as respostas a crises sanitárias.

Em conclusão, a integração de uma abordagem feminista multinível na construção das Políticas Globais de Saúde pode mitigar desigualdades de que são alvo determinados grupos, naturalmente em desvantagem no acesso a cuidados de saúde.

Reabrimos, assim, a janela crítica para questões mais profundas ligadas à emancipação humana, no contexto de uma pólis global marcada pela iniquidade e, paradoxalmente, comprometida com a equidade e a justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AlKhaldi, Mohammed et al. 2021. «Rethinking and strengthening the Global Health Diplomacy through triangulated nexus between policy makers, scientists and the community in light of COVID-19 global crisis». *Global Health Research and Policy* (6:12): 1.

Cairney, Paul, Emily St Denny, e Heather Mitchell. 2021. «The future os public health policymaking after COVID-19: a qualitative systematic review of lessons from Health in All Polcies». *Open Research Europe 2021*: 1:23.

Chattu, Vijay Kumar, Shalini Pooransingh, e Hamid Allahverdipour. 2021. «Global health diplomacy at the intersection of trade and health in the COVID-19 era». *Health Promotion Perspectives* 11(1): 1–4.

Davies, Sara E et al. 2019. «Why it must be a feminist global health agenda». *The Lancet* 393(10171): 601–3. http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32472-3.

Green, Liz et al. 2021. «"Health in all policies" - A key driver for health and well-being in a post-covid-19 pandemic world». *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18: 1–11.

Heidari, Shirin, e Heather Doyle. 2020. «An invitation to a feminist approach to global health data». *Health and Human Rights* 22(2): 75–78. https://www.hhrjournal.org/2020/12/viewpoint-an-invitation-to-a-feminist-approach-to-global-health-data/.

Klaas, Ntombifikile E., Gloria Thupayagale-Tshweneagae, e Thuledi P. Makua. 2018. «The role of gender in the spread of HIV and AIDS among farmworkers in South Africa». *African journal of primary health care & family medicine* 10(1): 1–8.

Koplan, Jeffrey P. et al. 2009. «Towards a common definition of global health». *The Lancet* 373(9679): 1993–95.

Lee-koo, Katrina. 2007. «Feminism». Em *An introduction to International Relations: Australian perspective*, Cambridge University Press (CUP), 75–85.

Nunes, João. 2023. «Reescrever saúde global». *Saúde e Sociedade* 32(3): 1–12.

ONU. 2022. «Uma recuperação feminista sustentável». *ONU NEWS*. https://news.un.org/pt/story/2022/03/1781912 (10 de Julho de 2022).

Paxton, Nathan, e Jeremy Youde. 2019. «Engagement or dismissiveness? Intersecting international theory and global health». *Global Public Health* 14(4): 503–14.

Sousa, Fernando de. 2005. «Feminismo». *Dicionário de Relações Internacionais*: 85.

Takenaka, Bryce Puesta et al. 2024. «"It's another gay disease": an intersectional qualitative approach contextualizing the lived experiences of young gay, bisexual, and other sexual minoritized men in the United States during the mpox outbreak». *BMC Public Health* 24(1).

Terrenas, João. 2020. «Construção e reconstrução do nexo entre saúde e segurança: Para uma perspetiva crítica e emancipatória». *Instituto Português de Relações Internacionais* 65: 119–25.

Wilson, Yolonda, Amina White, Akilah Jefferson, e Marion Danis. 2019. «Intersectionality in Clinical Medicine: The Need for a Conceptual Framework». *American Journal of Bioethics* 19(2): 8–19.

Selecionado
no Prémio Res Publica 2024

IMIGRAÇÃO E SUPER-EXPLORAÇÃO – O CASO PORTUGUÊS

Dinis Silveira

INTRODUÇÃO

A imigração é, de há muito, um aspeto central da constituição económica global, instrumentalizada para responder às necessidades mercantis de força de trabalho flexível e embaratecida. Por isso, a análise das imigrações contemporâneas através dos conceitos de exploração, e particularmente de super-exploração, poderá indicar caminhos a percorrer, não somente na sua compreensão teórica, mas também na sua transformação prática, visando garantir a dignidade humana a todos, incluídos aos que, assombrados pelo quotidiano, se entregam ao desconhecido.

Neste ensaio, a exploração *é conceptualizada como* a extração e apropriação de mais-valia produzida pelo trabalho, na medida em que o salário pago ao trabalhador é, por norma, inferior ao valor por ele produzido (Marx, 1867). Sucessivamente, o conceito de super-exploração, com origem no trabalho do economista Brasileiro Ruy Mauro Marini (1973) expande esta compreensão da exploração a condições nas quais os trabalhadores são remunerados abaixo do valor da reprodução da sua força de trabalho, i.e., do valor de subsistência dos bens e serviços que permitem ao trabalhador a recuperação das suas capacidades físicas e mentais despendidas na atividade laboral, condições comummente testemunháveis no caso dos trabalhadores imigrantes.

Portugal, à luz deste enquadramento teórico, representa um importante estudo de caso. Ao longo das últimas décadas, Portugal tornou-se um destino comum para trabalhadores imigrantes, sendo uma parte significante da força de trabalho do país composta de trabalhadores migrantes, oriundos quer de antigas colónias portuguesas, como Cabo Verde, Angola, e Brasil, assim como trabalhadores da Europa de Leste, e mais recentemente, do Sudeste Asiático. Estes são maioritariamente empregues em setores de baixa intensidade tecnológica e onde predominam os baixos salários e condições laborais precárias, como a construção civil, a agricultura, a restauração, e o trabalho doméstico, refletindo padrões de segmentação laboral e social.

DINIS SILVEIRA
é mestrando em Economia Política pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e Professor Assistente Convidado de Economia e Desenvolvimento no Instituto Politécnico de Setúbal. Dedica-se ao estudo das transformações estruturais do capitalismo contemporâneo e do relacionamento entre Estado, mercados e as formações sociais. Tem trabalhado sobre temas como política monetária, distribuição do rendimento, financeirização e processos de integração europeia, articulando a crítica da economia política proveniente da tradição marxista com abordagens críticas contemporâneas. É membro da Associação Portuguesa de Economia Política e da Associação Frente Anti-Racista, procurando aproximar a reflexão teórica da intervenção prática.

Entendida como uma intensificação da exploração do trabalho pelo pagamento de salários inferiores aos socialmente necessários para reproduzir a força de trabalho previamente empregue, a super-exploração *é relevante para analisar a imigração em Portugal,* na qual diversos fatores, nomeadamente o estatuto legal, a vulnerabilidade económica, e a discriminação racial suportam e potenciam os níveis de exploração a que indivíduos e grupos da classe trabalhadora em Portugal são sujeitos (Castles & Van Hear, 2011).

Além disso, em Portugal, a complexidade e dificuldade nos processos de regularização de trabalhadores sem documentos, empurram um conjunto cada vez maior de trabalhadores para um limbo legal que exacerba a posição precária dos mesmos no mercado de trabalho, e consequentemente, na sociedade. Assim entendida, a política migratória nacional possibilita a super-exploração dos trabalhadores imigrantes, na medida em que a ambiguidade das suas situações legais impede a efetiva*ção* das suas garantias constitucionais e direitos laborais.

Deste modo, o presente ensaio procura, através da articulação do conceito de exploração e da extensão conceptual da super-exploração analisar a situação laboral dos imigrantes em Portugal, procurando evidenciar as dinâmicas e os mecanismos através dos quais estes trabalhadores são super-explorados. Particularmente, pretende-se avaliar o papel desempenhado por imaginários repressivos e opressivos no sustento ideário da super-exploração dos imigrantes. Em última análise, este estudo de caso tem em vista a teorização de uma estratégia que radique na superação da exploração e opressão, iluminando algumas táticas e políticas que devem integrá-la, assim como direções para investigações futuras.

EXPLORAÇÃO E SUPER-EXPLORAÇÃO

N'O Capital (1867), Karl Marx sistematiza a inerência da exploração face à produção capitalista. Esta apropriação situa-se no centro do modo de produção capitalista, não se tratando somente de uma injustiça subjetiva. É antes, uma característica estrutural e estruturante das economias capitalistas (Harvey, 2019).

De acordo com a teoria do valor do trabalho, iniciada e desenvolvida por economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo, e completada por Marx, o valor de uma mercadoria é determinado pelo trabalho socialmente necessário à sua produção. Segundo esta teoria, o trabalho é a origem fundamental de todo o *mais-valor.* Por sua vez, o valor de cada bem corresponde ao tempo médio de trabalho nele incorporado ajustado ao nível produtivo e tecnológico da economia em questão, na medida em que *"o trabalho é, não apenas a medida do valor, mas também a substância do valor"* (Marx, 1867).

A exploração capitalista radica na mercadorização da *força de trabalho*, isto é, da capacidade do trabalho de produzir bens e serviços, uma mercadoria com o seu próprio valor, correspondente ao custo de reprodução social das

capacidades físicas e mentais empregues pelo trabalhador no processo produtivo, por outras palavras, aos custos da sua subsistência que neste modo de produção têm como contrapartida formal o salário. Decorre que esta mercadoria tem uma particularidade, a de ser um valor que produz *mais-valor,* pelo que a exploração capitalista se origina na incongruência entre o valor da força de trabalho, mercadorizada e vendida pelo trabalhador ao detentor do capital despendido, e o valor do trabalho concretizado na produção.

Para compreender a extração e a apropriação privada da mais-valia produzida socialmente pelo trabalho, importa distinguir trabalho necessário de sobre trabalho, isto é, o tempo de trabalho no qual o trabalhador produz o valor correspondente ao da sua força de trabalho, isto é, ao valor dos bens e serviços que asseguram a sua subsistência e reprodução social, e o tempo de trabalho em que o trabalhador produz valor excedentário face ao valor pelo qual vendeu a sua força de trabalho, respetivamente. Este trabalho excedentário é então apropriado pelos capitalistas como mais-valia, na forma de acumulação de lucros (Marx, 1867).

Deste modo, a mais-valia representa a diferença entre o valor dos bens produzidos pelo trabalho e o valor pelo qual o trabalho foi contratado. Esta mais-valia constitui a origem primária da acumulação capitalista, pelo que, o capital pode ser definido como valor que se autovaloriza, através da contradição entre a aparência de igualdade entre o salário e o trabalho, e a essência desigual entre o valor pago ao trabalho e o valor por este produzido (Fine & Saad-Filho, 2016).

Enquanto valor que se autovaloriza, a natureza do capital impõe ao mesmo um imperativo último de contínua acumulação e expansão, a originar-se na esfera produtiva e a realizar-se através da sua comercialização.

Segundo Marx, a extração de mais-valia por parte do capital pode processar-se através de incrementos na mais-valia absoluta ou de desenvolvimentos na mais-valia relativa (Marx, 1867). O primeiro mecanismo respeita a extensões na duração da jornada de trabalho e portanto, na duração do tempo de trabalho excedentário no qual o trabalhador produz a mais-valia a ser apropriada. Alternativamente, no segundo mecanismo, o aumento da mais-valia resulta de aumentos na produtividade, que reduzem o tempo de trabalho socialmente necessário incorporado em cada mercadoria individual. Este mecanismo permite a continua expansão da extração de mais-valia sem se confrontar com os limites biológicos inevitáveis da extensão da jornada laboral. *É, por isso, um mecanismo central no desenvolvimento* do capitalismo (Cipolla, 2017).

Deste modo, o capital, *"incansável, conduzido por uma sede insaciável por mais-valia"*, motiva cada capitalista individual a reduzir os seus custos unitários, por modo a aumentar a lucratividade do seu capital (Marx, 1857). Para suster a sua participação no mercado, condição possibilitante da acumulação do capital e respetiva realização, os capitais individuais têm de ser continuamente orientados para a maximização do lucro.

Daí se origina um aparente paradoxo, no qual o incremento da *composição orgânica do capital,* isto é, o aumento da proporção do capital constante – maquinaria e tecnologia – face ao capital variável – trabalho – na produção, é responsável tanto pelo aumento da mais-valia relativa como pela queda tendencial da taxa de lucro. Uma vez que o lucro representa a corporização contabilística do valor pelo trabalho criado e por outrem apropriado, à medida que a proporção deste diminui face à maquinaria empregue no processo produtivo, diminui também a taxa de mais-valia, que representa a relação entre esta última e a totalidade do capital mobilizado no processo produtivo (Marx, 1867). No entanto, importa notar que o processo anteriormente descrito representa uma tendência, à qual se opõe um conjunto de contra tendências que, não impedindo a queda tendencial da taxa de lucro, podem retardá-la e/ou atenuá-la em dados momentos (Da Motta e Albuquerque, et al., 2015).

Um dos *métodos* adotados pelos capitalistas com vista a contrariar a queda tendencial da taxa de lucro sobre os seus capitais é o da *super-exploração*. Conceptualizada inicialmente por Ruy Mauro Marini em 1973, a super-exploração refere-se a uma transformação qualitativa nas relações sociais de produção, originando situações nas quais os trabalhadores recebem salários insuficientes para dar respostas aos custos básicos da reprodução da sua força de trabalho. Este método de apropriação de mais-valia constitui uma das características fundamentais das relações de dependência entre centros e periferias constituintes do capitalismo global (Marini, 1973).

Segundo Marini, nas periferias económicas a exploração laboral excede os limites tradicionais baseados na remuneração através do salário do valor da força de trabalho. Este método de apropriação conjuga mecanismos absolutos e relativos de extração de mais-valia através da combinação de pelo menos três mecanismos dinâmicos: o prolongamento do dia de trabalho, a intensificação do dia de trabalho através da aceleração do processo produtivo e do trabalho propriamente dito, e a possibilidade de expropriar parte do trabalho socialmente necessário para a reprodução da classe trabalhadora (Burns, 2023; Valencia & Felix, 2023).

Sendo a reprodução social comprometida devido à falta de condições materiais adequadas à recuperação da força de trabalho, a super-exploração não se refere somente a um agravamento quantitativo da exploração do trabalho, mas a uma degradação social, física e psicológica do trabalhador (Portes Virginio et al., 2023).

Por isso, esta conceptualização é central para compreender a subordinação a que as periferias económicas são sujeitas de modo ao capital sustentar o seu circuito de acumulação e expansão, evitando temporariamente a queda tendencial da taxa de lucro que caracteriza as economias capitalistas. É então possível depreender a significação não acidental deste método de exploração, relevando a sua dimensão de necessidade à luz dos imperativos existenciais e reprodutivos do capital (Marini, 1973).

No entanto, importa notar como os conceitos de centro e periferia são tradicionalmente considerados a partir de distinções geográficas baseadas em padrões hierárquicos de desigualdade estabelecidos entre regiões. Esta distinção evidencia como o capitalismo organiza o espaço em relações entre nações, que perpetuam nexos de desigualdade e dependência entre si. Apesar de útil, uma conceptualização somente geográfica pode ser limitante. Para alargar o alcance analítico das categorias de centro e periferia económica, estas devem ser conceptualizadas a partir das relações de subordinação da periferia ao centro nas quais as dinâmicas de desigualdade e dependência se aprofundam continuamente.

Neste sentido, relações entre centro e periferia podem manifestar-se no interior de uma nação, no sentido em que certas regiões ou grupos são sistematicamente subordinados aos centros económicos dominantes. Esta redefinição da origem conceptual de centro e periferia económica permite considerar a existência de periferias internas, nas quais populações marginalizadas – nomeadamente as populações e comunidades imigrantes – são sistematicamente sujeitas a métodos de super-exploração análogos aos praticados nas regiões consideradas periféricas pela literatura tradicional da dependência económica.

REPRODUÇÃO SOCIAL DA FORÇA DE TRABALHO E O SEU VALOR

O valor da força de trabalho não é estático nem naturalmente determinado. É antes uma construção histórica, influenciada por fatores socioeconómicos, políticos e culturais. N'O Capital, Marx define o valor da força de trabalho como equivalente ao valor das mercadorias necessárias à subsistência do trabalhador e da sua capacidade para o trabalho. No entanto, estas necessidades não são somente naturais, variando de acordo com o desenvolvimento social (Marx, 1867).

Nas sociedades capitalistas avançadas o nível de subsistência de um trabalhador inclui os custos da sua educação, saúde, e segurança social, em parte resultado de disputas políticas entre interesses antagónicos ao longo dos séculos, em parte resultado de um reconhecimento por parte do capital do benefício da capacitação humana como recurso promotor da produtividade integrado numa divisão internacional do trabalho estratificada. Pelo contrário, nas economias consideradas periféricas por Marini, o valor da força de trabalho é ainda frequentemente limitado à subsistência básica, à satisfação das necessidades fisiológicas dos trabalhadores, desconsiderando o acesso a infraestruturas sociais mais abrangentes, das quais depende a satisfação de um vasto conjunto de necessidades sociais.

Assim, o valor da força de trabalho é um produto histórico, definido *não apenas por fatores económicos, mas também por conflitos políticos, disparidades*

geográficas, e variações culturais. Partindo desta noção, a análise de Marini evidencia como o valor da força de trabalho é mantido artificialmente abaixo do seu potencial nas periferias económicas, e como a prática da remuneração da força de trabalho a valores inferiores aos estabelecidos por este limiar mínimo histórico condicionam e constituem as desigualdades globais, integradas nos imperativos da valorização do capital através da minimização do custo social de reprodução do trabalho (Marini, 1973).

A reprodução social, teorizada contemporaneamente por Tithi Bhattacharya, refere-se aos processos através dos quais a força de trabalho se sustenta. Estes processos englobam variadas atividades e recursos, como a educação, a saúde, o trabalho doméstico, e o cuidado. No modo de produção capitalista a reprodução social da força de trabalho é comumente subvalorizada, subsidiando a economia produtiva através do garante da força de trabalho necessária aos processos produtivos a custos mínimos (Bhattacharya, 2017).

Na medida em que é hegemonicamente considerada uma responsabilidade pessoal e ou familiar, a reprodução social representa um subsídio encoberto ao capital. A política social e económica prosseguida pela vasta maioria dos governos nas últimas décadas, de privatização e desmantelamento de unidades estatais encarregues da providência de bens e serviços sociais, tem contrariado a tendência anterior à adoção desta política, reforçando a transferência de custos reprodutivos para a esfera individual, familiar e comunitária. Daí resulta uma erosão das estruturas essenciais de suporte à reprodução da força de trabalho, particularmente em comunidades marginalizadas (Bhattacharya, 2017).

Assim sendo, a reprodução social não é somente um processo económico, tendo também um conjunto de fatores sociais e políticos que presentemente reforçam a tendência da subvalorização do trabalho essencial à manutenção da força de trabalho. Desta forma, o capital origina, reforça e perpetua as estratificaç*ões* de género, raça e classe ao desvalorizar o trabalho reprodutivo desempenhado desproporcionalmente por mulheres e grupos marginalizados. Em suma, esta desvalorização do trabalho reprodutivo sustém e potencia a acumulação do capital ao suster o baixo valor de troca da força de trabalho, enquanto simultaneamente extrai trabalho reprodutivo não remunerado às unidades familiares e comunitárias (Bhattacharya, 2017).

Efetuada através de variados mecanismos, a super-exploração, ao intensificar a pobreza, limitar o acesso a serviços sociais por parte de grupos marginalizados, reforça a privação material dos trabalhadores e a dependência da sua subsistência face a trabalho reprodutivo não remunerado (PORDATA, 2023). Assim, é acentuada a característica central do trabalho de reprodução social, a exploração encoberta que subsidia o capital ao cobrir parte dos custos formais necessários à disponibilização sistemática da sua força de trabalho para uso economicamente produtivo.

Deste modo, a super-exploração do trabalho produtivo interage com as hierarquizações e estratificações sociais constituídas em torno das categorizações

de género, raça e classe, representando um duplo reforço da exploração no modo de produção capitalista, tanto no que respeita à produção como a redução do ser social. Como articulado por Marini (1973):

> "A super-exploração do trabalho em nações periféricas não é somente um fenómeno económico, mas *um [fenómeno] sustentado por construções ideológicas que desumanizam o trabalhador e justificam formas extremas de repressão salarial*".

Historicamente, estas narrativas ideológicas enquadram os trabalhadores periféricos como naturalmente orientados para suster níveis de vida inferiores, justificando assim a supressão salarial e a circunvalação da legislação laboral, caracterizantes da super-exploração. Estes imaginários ideológicos encontram-se profundamente imersos em estereótipos culturais e raciais, nos quais o trabalho não-europeu é socialmente considerado sub-humano e, então, moralmente legítimo de ser explorado (Bhattacharya, 2018). Através dos processos coloniais e, subsequentemente, da emergência do capitalismo como modo de produção globalmente dominante, estas narrativas institucionalizaram-se, continuando a informar as atitudes contemporâneas face ao trabalho periférico, mesmo quando não manifestadas explicitamente.

Nos centros económicos, esta superestrutura é reforçada por narrativas nacionalistas e xenófobas que percecionam os imigrantes como uma ameaça à força de trabalho nativa, apresentando em simultâneo os primeiros como menos empenhados em trabalhar. Esta narrativa contraditória, na qual os imigrantes *são percecionados simultaneamente como uma ameaça* e como naturalmente menos dedicados ao trabalho e, portanto, merecedores de salários inferiores, resulta no isolamento dos trabalhadores periféricos da restante da classe trabalhadora, impedindo o desenvolvimento de solidariedades que, firmando-se, poderiam desafiar as práticas de super-exploração e de exploração na sua totalidade.

Para os trabalhadores imigrantes de periferias económicas integradas geograficamente nos centros económicos estes imaginários ideológico originam uma dupla valorização da força de trabalho, na qual os trabalhadores nativos e os imigrantes são tratados de forma fundamentalmente diferente apesar de realizarem trabalho semelhante. Esta estratificação normaliza e aprofunda a crença nas necessidades inferiores dos imigrantes para a sua subsistência. Sucessivamente, a sua remuneração abaixo do nível de subsistência é justificada. De acordo com Bhattacharya (2018),

> "O mito da resiliência inerente do trabalhador migrante, capaz de ultrapassar qualquer dificuldade e de viver com menos, é uma adaptação contemporânea da ideologia colonial que via os sujeitos colonizados como requerendo menos para o seu bem-estar que os colonizadores Europeus".

Posteriormente, as mesmas narrativas ideológicas de caráter repressivo e opressivo são adotadas por parte de autoridades governamentais que, ao serviço dos imperativos do capital, institucionalizam a repressão salarial e limitam o acesso dos trabalhadores das periferias económicas aos seus direitos e proteções. Esta exclusão legal compõe a exclusão ideológica, reforçando mutuamente a posição hierárquica subserviente dos trabalhadores periféricos, reproduzindo dentro de fronteiras nacionais a estratificação caracterizante da divisão internacional do trabalho.

IMIGRAÇÃO ENQUANTO SUPER-EXPLORAÇÃO

A super-exploração dos imigrantes processa-se através da extração de mais-valia para além do valor da força de trabalho, isto é, na remuneração do trabalho prestado pelos imigrantes a um valor inferior ao do conjunto de bens e serviços socialmente considerados essenciais à produção e reprodução social da força de trabalho (Pröbsting, 2015). Geralmente, os imigrantes auferem salários inferiores aos dos trabalhadores nativos e laboram em condições menos dignas, devido a políticas que restringem os direitos e limitam a capacidade organizativa dos trabalhadores imigrantes.

Para tal, *é promovida* uma narrativa ideológica que prevê uma maior aptidão natural dos imigrantes para o trabalho físico, que legitima a reprodução fossilizada da divisão internacional do trabalho dentro de fronteiras nacionais, na qual a estratificação em função do país de origem atribui uma posição aos imigrantes nos processos caracterizada pelo pagamento de salários inferiores à média nacional e, nalguns casos inferiores aos dos próprios trabalhadores nativos empregues nos mesmos setores e a exercer o mesmo trabalho, pela intensificação do trabalho para além do fisiologicamente razoável, e pela extensão do horário laboral para além do verificado para os trabalhadores de origem nacional.

No entanto, a super-exploração não se processa somente através de mecanismos integrados na esfera produtiva do viver. Também na esfera da reprodução social, integrando serviços essenciais à vida humana como a habitação, a saúde, a educação, e a segurança social, a super-exploração se processa. Para os trabalhadores imigrantes, o acesso a estes serviços encontra frequentemente entraves severos.

Do conjunto destes serviços sociais, o do acesso à habitação representa um mecanismo crítico da super-exploração. Os imigrantes habitam frequentemente em residências temporárias, com falta de condições de higiene e segurança, e sobrelotadas que, mesmo assim, absorvem parte significante dos seus salários. Segundo casos de super-exploração de trabalho imigrante previamente estudados, é comum a residência de imigrantes em habitações informais providenciadas pelos empregadores e caracterizadas pelo número desadequado de pessoas que nelas residem e pelas parcas condições sanitárias, das quais

resultam a deterioração das condições de saúde destes trabalhadores (Jain & Sharma, 2018; Portes Virginio et al., 2023).

Também o acesso à saúde e à educação se encontram severamente restritos aos imigrantes. Esta dinâmica de exclusão social, assente na falta de documentação e/ou de estatuto legal que integre o acesso aos serviços de saúde pública e de educação em escolas locais, compõe os custos de reprodução social impostos aos trabalhadores imigrantes. Mais, a super-exploração assente na responsabilização individual e/ou comunitária da reprodução social acarreta impactos inter-geracionais, reproduzindo as dinâmicas de pobreza relativa e absoluta e de marginalização que em primeiro lugar coloca estes trabalhadores numa posição de vulnerabilidade passiva de sujeição a super-exploração (Pröbsting, 2015).

A SUPER-EXPLORAÇÃO DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL

A SUPER-EXPLORAÇÃO NA ESFERA PRODUTIVA DO VIVER

Em Portugal, a prática de super-exploração do trabalho imigrante deve ser matéria de particular atenção na atualidade. Uma análise da situação laboral dos imigrantes através deste enquadramento conceptual revela os mecanismos estruturais que resultam na exploração desproporcional dos trabalhadores imigrantes em Portugal, tanto na esfera da produção como na da reprodução social do viver.

Retomando uma das características da super-exploração apontadas por Marini (1973), o prolongamento da jornada de trabalho, verificamos que em Portugal os imigrantes frequentemente trabalham um número de horas significativamente superior às dos trabalhadores nativos (Reis De Oliveira, 2023:170). Particularmente nos setores da agricultura e do turismo, da construção e do trabalho doméstico, nos quais o trabalho imigrante assume grande prevalência, os trabalhadores excedem frequentemente os limites legais à jornada diária de trabalho (Reis De Oliveira, 2023:171).

A intensidade do trabalho *é também reforçada para os trabalhadores imigrantes. Para além das características endógenas dos setores produtivos nos quais o trabalho imigrante é mais prevalente, que por si mesmas significam uma maior intensidade física do trabalho, é prática corrente a alocação dos imigrantes às tarefas mais desgastantes e intensas dentro de cada setor. Reflexo desta prática, as estatísticas relativas à frequência de acidentes no trabalho revelam uma maior ocorrência destes nos trabalhadores imigrantes* (Reis De Oliveira, 2023:174).

Também a disparidade salarial se revela no contexto português como mecanismo possibilitador e potenciador da super-exploração dos imigrantes, sendo notória uma discrepância negativa entre os salários auferidos por

trabalhadores imigrantes e trabalhadores portugueses nas mesmas funções, sobretudo nas atividades nas quais a força de trabalho imigrante assume maior prevalência (Reis De Oliveira, 2023:163). Ainda que a sua quantificação não seja possível, o expectável será que esta prática se agrave no caso dos trabalhadores cuja situação legal se encontra irregular e que, por isso, encontram maiores entraves na sua proteção laboral e poder negocial junto do empregador.

No entanto, a disparidade salarial entre trabalhadores imigrantes e nativos, assim como o confinamento dos primeiros a trabalhos de baixa remuneração não se processam somente de forma explícita, assumindo frequentemente uma forma alienada, na qual a estratificação e segregação setorial a que os imigrantes são sujeitos é apresentada como produto de características naturais e culturais dos imigrantes, e não como parte integrante de uma estratégia por parte do capital de reprodução da divisão internacional do trabalho dentro de fronteiras nacionais, através da formação de periferias internas.

A segregação setorial dos imigrantes para setores produtivos de baixo rendimento de grande risco e desgaste físico e psicológico, é uma característica determinante da super-exploração em Portugal. Setores como o da agricultura, da construção, e do trabalho doméstico empregam um número desproporcional de imigrantes, comummente em condições agravadas face aos trabalhadores nativos nos mesmos setores, nomeadamente no respeitante à sazonalidade do trabalho, às condições de segurança, e ao acesso aos benefícios sociais legalmente previstos (Reis De Oliveira, 2023:153).

Esta segregação alienada, isto é, encoberta pela forma da relação laboral e testemunhável apenas no seu conteúdo, estabelece-se e desenvolve-se a partir de condições estruturais implícitas, como os requerimentos de proficiência linguística, as limitações impostas ao reconhecimento de credenciais educativas e o recurso a práticas contratuais discriminatórias.

Contudo, a super-exploração dos imigrantes não se limita a mecanismos e relações formalmente ocultas, assumindo também importância os fenómenos explícitos de super-exploração, frequentemente em incumprimento tanto face ao Código do Trabalho (CT) e à Constituição da República Portuguesa (CRP), assim como a incapacidade, politicamente orquestrada, das agências públicas responsáveis de tais matérias e do Estado Português de fiscalizar os locais de trabalho suspeitos de tais práticas ilegais, de regular os vínculos laborais dos trabalhadores imigrantes e sancionar estas práticas criminosas. Segundo relatos da movimento *Vida Justa*, o não pagamento de salários, os despedimentos sem justa causa, e a negação de direitos laborais básicos são práticas correntes às quais os imigrantes são sujeitos em Portugal (Nunes, 2024). Estas práticas são ainda facilitadas pelo desconhecimento dos imigrantes face aos seus direitos – constitucionais e laborais – pelo uso recorrente de chantagem por parte das entidades empregadoras, pelo receio de deportação dos imigrantes, e pelo desgaste – económico e social – associados aos processos judiciais em Portugal.

Daqui se depreende a importância de insuficiências e ineficiências institucionais que caracterizam a política de acolhimento da imigra*ção* de Portugal e que perpetuam a super-exploração do trabalho imigrante.

Atualmente, a Agência para as Migrações e Asilo (AIMA), responsável pelo processamento das solicitações de *títulos de residência, encontra-se profundamente subfinanciada, resultando numa insuficiência de meios humanos e técnicos que possibilitem a regularização atempada dos títulos de residência dos imigrantes em Portugal*. Sem a devida regularização, os imigrantes são sujeitos à super-exploração e à chantagem do empregador, devido ao receio de possíveis consequências advindas da comunicação às autoridades competentes de práticas laborais ilegais e da organização laboral com vista à superação destas práticas.

Também a recente revogação da *manifestação de interesse,* que permitia aos imigrantes a entrada em Portugal e o requerimento de um título de residência legal aquando da procura por emprego, reforça as insuficiências e ineficiências da política migratória portuguesa, sendo expectável que produza resultados perversos face aos expressos pelos proponentes desta alteração legislativa (Nunes, 2024). O fim da *manifestação de interesse não deverá limitar significativamente a imigração dita ilegal, mas* poderá, pelo contrário, exacerbar os riscos associados à imigração ao restringir os canais legais de entrada de imigrantes e reforçar o papel das redes ilegais de tráfico humano na entrada de pessoas em Portugal.

Por fim, também a desadequação de meios da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), face à significação desta Autoridade, particularmente num contexto de crescentes fluxos migratórios dirigidos a Portugal, permite a proliferação de práticas laborais de super-exploração. De acordo com a própria Autoridade, os constrangimentos a nível dos recursos disponíveis representam um dos maiores entraves à realização da fiscalização de locais de trabalho sinalizados como de elevado risco (Ferreira, 2021).

Em suma, a super-exploração dos trabalhadores imigrantes em Portugal na esfera produtiva do viver processa-se através de mecanismos variados, para além daqueles originalmente identificados por Marini (1973) na sua teoria da super-exploração. Estes mecanismos são de origem económica, institucional e legal, manifestando-se quer de forma explícita, através do incumprimento da lei, quer de forma implícita, através da articulação entre práticas segregacionistas e condicionantes estruturais, ambas sustentadas em narrativas equivocadas acerca das características naturais e culturais dos imigrantes, elas próprias frutos de imaginários ideológicos repressivos e opressivos, como será discutido adiante.

A SUPER-EXPLORAÇÃO NA ESFERA REPRODUTIVA DO VIVER

No entanto não só de mecanismos atuantes na esfera produtiva é a super-exploração dos imigrantes em Portugal constituída, assumindo a exclusão do acesso a serviços sociais e bens essenciais no que respeita à esfera reprodutiva do viver uma forma significativa de reduzir o *salário social* considerado representativo de um limiar mínimo de subsistência face às necessidades dos imigrantes em Portugal.

O acesso à habitação é atualmente um dos exemplos mais gravosos da exclusão e marginalização dos imigrantes em Portugal. É prática corrente a vivência de imigrantes em condições muito inferiores ao padrão nacional, particularmente no caso dos trabalhadores agrícolas e do setor da construção. Os imigrantes vivem frequentemente em habitações sobrelotadas e com condições de segurança e de higiene desadequadas, situação agravada pelos contratos de arrendamento precário através dos quais acedem à habitação e que os expões a práticas abusivas por parte dos senhorios (Observatório das Migrações, 2022). A privação de habitação acessível empurra muitos imigrantes para habitações informais, com carência de infraestruturas básicas, exacerbando assim os riscos para a saúde, segurança e inclusão social. Estes constrangimentos habitacionais, profundamente enraizados em práticas discriminatórias de acesso à habitação e desresponsabilização por parte do Estado, normalizam um acesso precário à habitação por parte dos imigrantes face ao padrão estabelecido para os cidadãos nacionais, reforçando assim a sua sobre-exploração.

Também no acesso à saúde, apesar da inclusividade do Sistema Nacional de Saúde (SNS), existem dificuldades impostas aos imigrantes, nomeadamente no que respeita à falta de intérpretes disponíveis, aos processos burocráticos no acesso, e a certos estigmas existentes relativamente à saúde dos imigrantes, realidade parcialmente traduzida no mais de 500 mil estrangeiros residentes em Portugal que não inscritos no SNS (Observatório das Migrações, 2022). Estas dificuldades demonstram também como o acesso aos cuidados de saúde é desigual, impondo custos sociais e financeiros adicionais aos trabalhadores imigrantes face aos trabalhadores nativos.

À semelhança do acesso à saúde, também o acesso à educação pública em Portugal por parte dos imigrantes é teoricamente universalmente garantido. Não obstante, subsistem algumas dificuldades, sobretudo no aproveitamento educativo dos dependentes de trabalhadores imigrantes, na medida em que a escassez de meios no Ensino Público força frequentemente à agregação de alunos em diferentes níveis de aprendizagem nas mesmas turmas, como ocorre na disciplina de Português Língua Não-Materna (Observatório das Migrações, 2022). No entanto, os entraves no acesso à educação por parte de imigrantes manifestam-se sobretudo no programas de treino vocacional de trabalhadores, enraizando mais profundamente a dependência dos imigrantes a trabalhos pouco especializados e, consequentemente, mal remunerados.

Por último, e apesar da universalidade do sistema português de Segurança Social (SS), o condicionamento da atribuição de benefícios a um título legal de residência, num contexto em que se acumulam na ordem das centenas de milhares os pedidos deste título em atraso devido à falta de recursos na AIMA, como discutido anteriormente, exclui muitos imigrantes dos benefícios que são seus por direito, apesar de contribuírem para o financiamento da SS. Ademais, a prevalência de situações laborais irregulares entre os imigrantes, nomeadamente o trabalho temporário, sazonal e ocasional, impede uma parte significativa desta força de trabalho de aceder aos seus benefícios da SS, por incumprimento das condições de acesso aos mesmos, como os prazos de garantia (Criap, n.d.). Esta exclusão compõe os encargos com a reprodução social dos imigrantes às suas esferas individuais, familiar, e comunitárias, representando assim uma outra força repressiva no *salário social* destes trabalhadores.

Deste modo, a super-exploração na esfera reprodutiva do viver articula-se e reforça-se duplamente. Por um lado, os custos da reprodução social dos imigrantes são externalizados do circuito de acumulação do capital através dos entraves no acesso a serviços sociais essenciais, representando efetivamente uma desresponsabilização do capital que contrata esta força de trabalho e do Estado que, segundo o CT e a CRP tem a obrigação de fazer cumprir os direitos dos trabalhadores imigrantes. Por outro lado, o próprio limiar mínimo de reprodução social considerado hegemonicamente aplicável aos trabalhadores imigrantes é reduzido face ao seu homólogo para os trabalhadores nativos, legitimando assim as insuficiências e as carências que caracterizam o viver dos imigrantes em Portugal.

A SUSTENTAÇÃO IDEÁRIA DA SUPER-EXPLORAÇÃO

Para além dos mecanismos materiais da super-exploração, respeitantes às esferas produtiva e reprodutiva do viver social, a super-exploração carece duma sustentação ideária, duma superestrutura que legitime e promova a prática económica e social da super-exploração dos imigrantes em Portugal. Parte central deste ideário são os imaginários ideológicos de caráter repressivo e opressivo que, partindo de preconceitos naturais e culturais relativamente aos imigrantes, desumanizam estes últimos e, por sua vez, tornam socialmente aceitável a super-exploração destes grupos marginalizados.

No caso português, a raiz destes imaginários encontra-se no passado colonial do país, ainda que contemporaneamente estes sofram uma reconfiguração consoante os imperativos económicos da fase atual do capitalismo global. O império colonial português, um dos mais antigos e mais duradouros na história europeia, providencia uma fonte crucial da qual as narrativas e atitudes atuais face à imigração se embriagam. Durante a época colonial, narrativas de superioridade racial – combinando aspetos considerados científicos à época

e outros de vertente cultural – legitimavam a hierarquia social construída na metrópole e nas colónias, hierarquia essa baseada na exploração dos povos colonizados.

Desde a sua origem estas narrativas contêm na sua génese aspetos contraditórios, principalmente o posicionamento simultâneo dos povos não-europeus como inerentemente inferiores, ociosos, e como trabalhadores resilientes, naturalmente predispostos para trabalhos desgastantes e com condições, remuneratórias e de segurança, desadequadas aos povos europeus (Arastu, 2024; Maronitis & Pencheva, 2022).

Contemporaneamente, prolongam-se os ecos destas narrativas, tanto discursivamente como na prática. Assim, o passado colonial de Portugal deve ser compreendido dialeticamente, como um presente que se reinventa continuamente, através da adaptação das práticas segregadoras e exploratórias aos imperativos do modo de produção de cada fase do movimento histórico. Atualmente, estes imaginários ideológicos encontram-se portanto enquadrados sobre a estrutura económica do capitalismo global, sendo principalmente constituídos por preconceitos racistas e xenófobos, enquadrados culturalmente.

Os imigrantes são apresentados como incompatíveis face à *cultura europeia*, sendo assim posicionados hierarquicamente abaixo dos povos europeus, justificando deste modo a sua super-exploração. Este enquadramento *culturalista* desloca a análise das mazelas sociais e económicas impostas aos imigrantes das suas condicionantes estruturais para pressupostas deficiências sociais e éticas dos imigrantes face à população nativa (Almeida, 2019).

Também a contradição da apresentação simultânea dos imigrantes como ociosos e, por isso dependentes dos benefícios atribuídos pela segurança social, mas também naturalmente predispostos ao trabalho árduo, do que resulta a retirada de ofertas de emprego aos trabalhadores portugueses e a depressão geral dos níveis salariais, prolonga-se até à nossa época. Este estereótipo cumpre uma dupla função. Se por um lado demoniza os imigrantes ao atribuir-lhes características parasitárias, por outro vilifica-os enquanto indivíduos supercompetitivos, alimentado deste modo o ressentimento entre os trabalhadores nativos face aos seus pares imigrantes.

Por sua vez estes imaginários ideológicos são amplificados pela normalização de manifestações explícitas de racismo e xenofobia, o que no caso português tem ocorrido nos últimos anos, resultado da institucionalização de forças políticas reacionárias. Estas forças, aproveitando-se das inseguranças económicas e ansiedades culturais contemporâneas, promovem uma narrativa de culpabilização dos imigrantes pelos mais variados problemas sociais e económicos em Portugal.

Em última análise, destes fenómenos resulta o movimento caracterizante dos imaginários ideológicos opressivos e repressivos que sustêm ideologicamente a super-exploração dos imigrantes, movimento que, nas suas contradições histórias, se renova e transforma de forma continuada, ainda que mantendo

traços gerais que radicam na história colonial da Europa em geral e de Portugal em particular.

Tais imaginários servem propósitos que se articulam e reforçam mutuamente. Primeiro, promovem divisões no seio da classe trabalhadora, impossibilitando qualquer esforço coletivo da totalidade desta classe com vista à transformação social e económica da produção e reprodução do viver social. Segundo, estas narrativas legitimam e justificam relações laborais de super-exploração, ao desumanizarem os imigrantes e representarem-nos como desmerecedores de tratamento semelhante ao socialmente aceitável para os trabalhadores nativos, quer através da sua bestialização, quer através da naturalização da sua exploração.

CONCLUSÃO

O trabalho imigrante, como argumentado ao longo do presente ensaio, encontra-se sujeito a formas reforçadas de exploração, tanto na esfera produtiva como na reprodutiva do viver social, sendo remunerado aquém do valor consensualizado para a força de trabalho nos países de destino, isto é, aquém do valor dos bens e serviços considerados necessários à reposição da força de trabalho gasta em processos produtivos anteriores.

A super-exploração dos imigrantes apresenta assim uma dupla natureza, fruto direto da relação laboral a que os imigrantes se encontram sujeitos, mas também produto indireto da desvalorização das necessidades dos imigrantes no respeitante à reprodução social, nomeadamente no acesso à habitação, à saúde, à educação e à segurança social.

Para mais, estas dinâmicas são sustentadas e justificadas por imaginários ideológicos de caráter opressivo e repressivo, refletindo assim condicionantes estruturais mais amplas e profundas, interligadas à trajetória histórica de Portugal e ao seu posicionamento atual no capitalismo global.

Importa, portanto, destacar que a prática da super-exploração do trabalho imigrante não é uma condição acidental e, muito menos é uma inevitabilidade histórica. Tanto na sua estrutura económica e social, assim como na superestrutura ideológica que sobre ela se ergue, a super-exploração dos imigrantes é resultado da lógica do capital, do seu circuito de acumulação e das contradições que carrega na sua génese que historicamente se revelam.

Neste processo assumem particular importância as narrativas hegemónicas que promovem uma idealização do imigrante enquanto contribuidor indispensável para o crescimento económico e como elemento exógeno à sociedade em que labuta e, por isso, desmerecedor da proteção e dos direitos aplicáveis aos nativos da nação em questão. A formulação destes imaginários ideológicos tal como a sua projeção política e mediática, escondem as causas estruturais da desigualdade, enquadrando as dificuldades vividas pelos imigrantes como fruto de deficiências pessoais e culturais, associadas à sua identidade racial e/ou étnica.

Em Portugal, a super-exploração processa-se por variados mecanismos. Na esfera produtiva, os imigrantes encontram-se sobre representados no trabalho informal e irregular, no qual se tornam adicionalmente vulneráveis a práticas de abuso, roubo salarial, e parcas condições de trabalho. Complementariamente, na esfera reprodutiva os imigrantes encontram entraves no seu acesso aos serviços públicos, como a saúde e a educação e, frequentemente toleram condições de vida indignas. Juntos, os mecanismos de super-exploração perpetuam um ciclo de vulnerabilidade e marginalização, garante da contínua precarização dos imigrantes e, por conseguinte, sujeição à super-exploração.

Assim sendo, o corolário da presente análise passará necessariamente por urgentes intervenções políticas, com vista à transformação de aspetos estruturais e superestruturais indispensáveis à super-exploração dos imigrantes em Portugal e, de forma mais geral, no mundo. Primeiro, a efetiva aplicação das proteções laborais existentes *é crítica, inclu*indo desde logo a garantia de salários justos, a regulação das jornadas diárias de trabalho, e a fiscalização dos locais de trabalho suspeitos de práticas ilegais associadas à super-exploração dos imigrantes. H*á ainda passos centrais a dar na garantia igualitária* do acesso de imigrantes a serviços sociais, garantindo assim a valorização do salário social destes trabalhadores. *É também necessário* reforçar as vias de imigração legal, assim como dos processos de regularização, reduzindo a exposição dos imigrantes a práticas de super-exploração.

Por fim, Portugal deve promover uma reflexão radical em torno do seu presente modo de produção e reprodução social do viver, assim como do seu posicionamento no capitalismo global, abordando particularmente a trajetória portuguesa no respeitante à proteção laboral e à providência pública e universal de bens e serviços sociais. No entanto, a significação deste esforço reflexivo reside nas possibilidades transformadoras que ilumina, possibilidades cuja concretização urge.

REFERÊNCIAS

Almeida, S. (2019). Racismo e Ideologia: Raciosmo, Ciência e Cultura. In *Racismo Estrutural*.

Arastu, Y. (2024, October 8). *Job seekers or job stealers? : The Truth Behind Immigrants and Employment*. https://ugresearchjournals.illinois.edu/index.php/LJJ/article/view/960

Bhattacharya, T. (2017). Social Reproduction Theory: Remapping class, Recentering Oppression on JSTOR. *www.jstor.org*. https://www.jstor.org/stable/j.ctt1vz494j

Bhattacharya, T. (2018).

Burns, T. (2023). Marx's Capital and the concept of super-exploitation. *Capital & Class*. https://doi.org/10.1177/03098168231199913

Castles, S., & Van Hear, N. (2011, January 6). *Root causes*. Haiku. https://www.migrationinstitute.org/publications/root-causes

Cipolla, F. P. (2017). The mechanism of relative surplus value. *Review of Radical Political Economics*, *50*(1), 116–135. https://doi.org/10.1177/0486613416671045

Criap, I. (n.d.). *Imigração e Acesso à Proteção Social: Desafios e Políticas*. https://www.institutocriap.com/blog/servico-social/imigracao-acesso-protecao-social-desafios-politicas

Da Motta E Albuquerque, L. C. R. &. P. M. L. &. E. (2015). Marx, Profits and Fractal Properties: notes on countertendencies to the fall of the rate of profit, simulation models and metamorphoses of capitalism. *ideas.repec.org*. https://ideas.repec.org/p/cdp/texdis/td518.html

Ferreira, V. (2021, January 19). ACT sai hoje em fiscalização, inspectores admitem convocar greve. *PÚBLICO*. https://www.publico.pt/2021/01/19/economia/noticia/act-sai-hoje-fiscalizacao-inspectores-admitem-convocar-greve-1946865

Fine, B., & Saad-Filho, A. (2016). *Book - Pluto Press*. Pluto Press. https://www.plutobooks.com/9781783719730/marxs-capital/

Fundação Francisco Manuel dos Santos & PORDATA. (2023). *Retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal*. https://www.pordata.pt/sites/default/files/2024-07/f_2023_12_12_pr_dia_internacional_dos_migrantes_vf.pdf

Harvey, D. (2019, March 12). *Spaces of Global Capitalism: A theory of uneven geographical development*. Verso. https://www.versobooks.com/products/1967-spaces-of-global-capitalism?srsltid=AfmBOop6s1TKz83f_5ocSK9EuMTKEzbyNayeLGRyXbt2GhLb9muFZLhu

Jain, P., & Sharma, A. (2018). Super-exploitation of Adivasi Migrant Workers: The Political Economy of Migration from Southern Rajasthan to Gujarat. *Journal of Interdisciplinary Economics*, *31*(1), 63–99. https://doi.org/10.1177/0260107918776569

Marini, R. M. (1973). *Dialética da Dependência*. https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm

Maronitis, K., & Pencheva, D. (2022). Introduction: Stealing jobs. In *Policy Press eBooks* (pp. 1–13). https://doi.org/10.1332/policypress/9781529212716.003.0001

Marx. (1857). *Economic Manuscripts: Grundrisse 07*. https://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/grundrisse/ch07.htm#p376

Marx, K. (1867). *Economic Manuscripts: Capital Vol. I - Chapter seven*. https://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch07.htm

Nunes, V. (2024, November 12). Imigrantes pedem ajuda a sindicatos pela volta da Manifestação de Interesse. *PÚBLICO*. https://www.publico.pt/2024/11/12/publico-brasil/noticia/imigrantes-pedem-ajuda-trabalhadores-volta-manifestacao-interesse-2111618

Observatório das Migrações. (2022). *Estrangeiros em Portugal: Quantos São e Como Vivem: Inforgrafias da Imigração*. www.om.acm.gov.pt.

Portes Virginio, F., Stewart, P., & Garvey, B. (2023). Unpacking Super-Exploitation in the 21st century: The struggles of Haitian workers in Brazil. *ideas.repec.org*. https://ideas.repec.org/a/sae/woemps/v37y2023i4p897-915.html

Pröbsting, M. (2015). Migration and Super-exploitation: Marxist Theory and the Role of Migration in the present Period of Capitalist Decay. *Critique*, *43*(3–4), 329–346. https://doi.org/10.1080/03017605.2015.1099846

Reis De Oliveira, C. (2023). Estrangeiros no Mercado de Trabalho. In *Relatório estatístico anual: Indicadores de integração de imigrantes*. República Portuguesa; Agência para a Integração Migrações e Asilo; Observatório dae Migrações. https://migrant-integration.ec.europa.eu/system/files/2023-12/Relatorio%20Estatistico%20Anual%20-%20Indicadores%20de%20Integracao%20de%20Imigrantes%202023.pdf

Valencia, A. S., & Felix, G. (2022). Superexploitation: precarity and the proletarian condition through the perspective of the Marxist theory of dependency. *Studies in Political Economy*, *103*(1), 1–18. https://doi.org/10.1080/07078552.2022.2047480

Selecionado
no Prémio Res Publica 2024

DESIGUALDADES SOCIAIS E CONSUMO ALIMENTAR: CONCEITOS, PROCESSOS E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO

Fábio Rafael Augusto

1.
INTRODUÇÃO

A análise das desigualdades sociais e das suas manifestações no consumo alimentar oferece uma perspetiva reveladora sobre como os recursos, oportunidades e modos de vida são distribuídos e experienciados em contextos socioeconômicos distintos. Este ensaio explora as bases teóricas das desigualdades sociais e como elas impactam o consumo alimentar, com foco em fatores como a insegurança alimentar e as disparidades de saúde associadas a dietas inadequadas. Será ainda discutido o papel das políticas públicas e de proteção social enquanto principais mecanismos de mitigação das desigualdades. A linha argumentativa seguida será assente em dados empíricos que caracterizam a realidade portuguesa, especialmente, no contexto da crise económica e financeira internacional de 2008 que teve profundos impactos no país entre 2010 e 2013. Por se tratar de um período histórico que já conta com algum distanciamento face aos dias atuais, torna-se possível realizar uma leitura alicerçada em dados com algum nível de consolidação e maturação. Além disso, a crise em causa constituiu um laboratório em termos de políticas públicas, tendo sido experimentadas várias vias para mitigar problemas sociais ligados ao consumo alimentar, mas não só. Desta forma, o presente ensaio constitui um exercício de articulação de conceitos, processos e estratégias de mitigação em torno dos campos, simultaneamente, analíticos e disciplinares das desigualdades sociais e do consumo alimentar.

2.
DESIGUALDADES SOCIAIS: UM BALANÇO TEÓRICO

Em qualquer sociedade existem indivíduos e grupos que ocupam posições diferenciadas na hierarquia social. De acordo com certas condições, é possível caracterizar atores sociais ora como sendo privilegiados, ora como sendo

FÁBIO RAFAEL AUGUSTO é doutorado em Sociologia pela Universidade de Lisboa, onde desempenha funções como Investigador Júnior no Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa) e Professor Auxiliar Convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-ULisboa). Integra também o corpo docente do Doutoramento em Sociologia (OpenSoc), em representação do ICS-ULisboa. A sua investigação centra-se na análise de temas sensíveis junto de populações vulneráveis, entre os quais o da ajuda alimentar, pobreza, desigualdade, exclusão social, práticas de cuidado e saúde. Entre as suas principais publicações destacam-se os livros "Ajuda Alimentar e Práticas de Cuidado", "Practical and Ethical Dilemmas in Researching Sensitive Topics with Populations Considered Vulnerable" (editado com Ana Patrícia Hilário) e "Alimentação em Tempos de Crise: Consumo e Segurança Alimentar nas Famílias Portuguesas" (coordenado por Mónica Truninger).

desfavorecidos. A pergunta pertinente de Amartya Sen (1980): igualdade de quê? ou noutros termos: desigualdade de quê? remete justamente para as condições e os critérios usados quando o conceito de desigualdade social é trazido para o debate. Sabendo-se que falar em desigualdade não é, necessariamente, o mesmo que falar em diferença (Costa 2015), interessa definir os eixos orientadores de análise.

De facto, importa estabelecer, desde logo, que falar em diferenciação natural e desigualdade social não representam um mesmo objeto. As diferenças ditas naturais que são passíveis de encontrar nas várias sociedades em função, por exemplo, da idade, saúde e força física não representam, por si só, desigualdade social. Um elemento distintivo prende-se com a influência que o Homem exerce sobre a desigualdade social – enquanto (re)produtor da mesma - e com a sua incapacidade para ditar a diferenciação natural, que ocorre fora da sua esfera de ação (Rousseau 2001 [1754]). Desta forma, a desigualdade social "pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta em relação à posse e distribuição desses bens, recursos e recompensas" (Silva 2018, 727). Com base nesta conceptualização, torna-se pertinente focar duas questões, a primeira prende-se com a identificação dos objetos que são passíveis de ser apropriados e a segunda com os conceitos que devem ser mobilizados para analisar episódios de desigualdade.

Conceitos como capitais, bens, valores, recursos, privilégios, oportunidades e recompensas têm servido para dar conta das dinâmicas sociais (re)produtoras de desigualdade. A sua utilização não é consensual, não existindo, portanto, uma terminologia universalmente aceite. É possível encontrar variações em função, essencialmente, das escolhas e correntes teóricas seguidas, sendo que todos os termos possuem, naturalmente, vantagens e fragilidades analíticas associadas (Bader e Benschop 2018; Silva 2009). A este respeito, a proposta de Bader e Benschop (1988, citado por Silva 2009) é, particularmente, interessante por trazer para o debate um termo suficientemente abrangente para designar e incorporar as várias formas de desigualdade, nomeadamente, "objetos de apropriação". O termo engloba assim todo um conjunto de elementos passíveis de serem apropriados (ex.: coisas, qualificações, lugares sociais e pessoas) e de promoverem desigualdades. Outro aspeto central para compreender as desigualdades sociais relaciona-se com a identificação dos atores (individuais ou coletivos) que se apropriam e, consequentemente, também dos atores que são expropriados em certos contextos relacionais.

Existem várias teorias que têm vindo a ser desenvolvidas e que permitem compreender as dinâmicas sociais que desvendam o véu para a diferenciação social. As teorias do conflito, inspiradas pelos escritos de Karl Marx (1996; 2001; Marx e Engels 1948), interpretam a desigualdade social enquanto fenómeno resultante das tensões e lutas entre diferentes classes, decorrentes das distintas posições ocupadas nos processos produtivos. Por outro lado, as teorias do consenso atribuem às desigualdades sociais um papel central na organização

e distribuição dos indivíduos de acordo com sua "importância funcional"[1]. Estas últimas olham para as desigualdades como elementos indispensáveis ao funcionamento da sociedade, integrados à sua estrutura. Entre os principais referenciais deste campo, destacam-se o funcionalismo durkheimiano (1977; 1998) e o estruturalismo funcionalista de autores como Malinowski (1944), Parsons (1991) e Davis e Moore (1944).

No âmbito das perspetivas da ação social e do interacionismo simbólico, Max Weber (1976; 1978) assume um papel central no que toca aos desenvolvimentos teóricos sobre as classes e a estratificação social. Este contributo destaca-se, especialmente, pelo diálogo profícuo que estabelece com os contributos de Marx. Ao partir do pressuposto de que a origem das desigualdades sociais e, consequentemente, os princípios de estratificação se encontram também e, de facto, ligados à esfera económica, Weber dá enfâse ao conceito de classe social. O autor (1978) vai mais longe ao introduzir no seu quadro explicativo de diferenciação, a esfera da cultura e da política. Desta forma, Weber (1978) encontra três vértices de um triângulo que explica os mecanismos da estratificação e da desigualdade. No âmbito da esfera económica, os indivíduos associam-se por intermédio de interesses materiais, dando origem às classes; no âmbito da esfera cultural, os indivíduos que partilham dos mesmos ideais agregam-se em ordens; e no âmbito da esfera política, os indivíduos mobilizam-se coletivamente em torno de grupos de poder e partidos para obter controlo dos aparelhos de dominação[2].

Estes enquadramentos teóricos, como se pode aliás verificar pela síntese anteriormente realizada, assumem uma visão dicotómica acerca da leitura que fazem da realidade social, onde existe, a título de exemplo, uma valorização da estrutura em detrimento da ação e vice-versa. Com intuito de colmatar esta lacuna, deu-se o surgimento de teorias de síntese, que procuraram, justamente, conciliar visões contrastantes. A este respeito, destaca-se a teoria evolutiva que articula contributos das teorias do conflito e das teorias funcionalistas. Um dos principais impulsionadores deste enquadramento é Gerhard Lenski (1984) que articula a funcionalidade dos papeis sociais com a importância que o conflito desempenha na distribuição de recursos.

De facto, são vários os enquadramentos teóricos que visam encontrar sentidos e significados para as desigualdades sociais e as suas manifestações. O estudo deste tema tem sido alvo de vários e renovados debates, bem como de múltiplas propostas de conceptualização (Costa 2012b). Existe, cada vez mais, não só um foco no carácter global que o fenómeno tem vindo a assumir, como também nos vários desdobramentos, dimensões e domínios que o integram (Costa 2012a).

1 De acordo com o funcionalismo, cada indivíduo possui uma função na sociedade em que se insere e é possível hierarquizar o mesmo pelo nível de importância da função que desempenha. (Davis e Moore 1944).

2 Mais tarde, teóricos como Erik Olin Wright (1978; 1985; 1997) viriam procurar sistematizar e conciliar as visões de Marx e Weber.

Ainda que o uso do singular ou plural em torno do conceito de desigualdade social possa ocorrer de forma indiscriminada num texto de teor científico, ele pode remeter também para o carácter homogéneo ou heterogéneo do fenómeno[3]. A proposta de Goran Therborn (2013) é, simultaneamente, elucidativa desta questão e pertinente para o estudo e compreensão das desigualdades sociais. Assentando no pressuposto de que o Homem é tanto uma entidade orgânica como social e no entendimento de que as desigualdades são um produto da sociedade que engloba dinâmicas (re)distributivas[4] geradoras de mecanismos de (des)igualdade; o autor avança com três dimensões das desigualdades contemporâneas que ele acredita serem centrais, nomeadamente, as desigualdades de recursos, as desigualdades vitais e as desigualdades existenciais. Apesar de serem dimensões interdependentes, elas assumem algum grau de autonomia.

De acordo com Therborn (2013) as desigualdades de recursos, conforme a própria denominação indicia, dizem respeito à forma como determinados recursos, com particular destaque para os económicos (ex.: rendimentos) e culturais (ex.: habilitações literárias) são distribuídos de forma desigual, conduzindo a diferentes posições e predisposições para agir. As desigualdades vitais relacionam-se com as oportunidades de vida dos indivíduos e, portanto, com a forma como elas são distribuídas de forma desigual. Este tipo de oportunidades pode ser expresso através do recurso a indicadores de saúde como a esperança média de vida, o estado nutricional e a taxa de mortalidade de uma dada população. As desigualdades existenciais incorporam assimetrias ao nível do reconhecimento dos sujeitos, relacionando-se com variações ao nível da autonomia, da liberdade, do respeito, do autodesenvolvimento e da dignidade.

Como se pode ver, as desigualdades sociais assumem múltiplas expressões e estão presentes em várias esferas da vida social. Desta forma, a sua compreensão deve contemplar uma dimensão teórica e conceptual, mas também uma dimensão empírica. Enquanto a primeira permite delimitar e caracterizar o fenómeno, a segunda possibilita perceber como as dinâmicas de desigualdade se manifestam e concretizam no quotidiano dos indivíduos. Apenas com base nesta dupla abordagem é possível ter acesso a uma visão holística sobre as desigualdades e o sobre o modo como elas moldam determinantemente as trajetórias pessoais e coletivas na sociedade.

3 A este respeito, Ribeiro (2018) destaca a existência de várias desigualdades sociais, nomeadamente, de género, de riqueza, de poder, de nacionalidade, de raça ou de etnia.

4 Estas dinâmicas tanto podem envolver processos de concentração de riqueza – geradores de desigualdade social – como envolver transferências sociais e serviços públicos universais, sendo promotores de igualdade social.

3.
A MANIFESTAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS AO NÍVEL DO CONSUMO ALIMENTAR

Conforme referido anteriormente, as desigualdades sociais manifestam-se a diversos níveis, tendo profundos impactos na saúde e bem-estar dos indivíduos, onde se destacam as dinâmicas alimentares (Gregório, Graça, Costa, et al. 2014; Truninger et al. 2019; Augusto e Truninger 2022). As desigualdades sociais expressas ao nível do acesso e do consumo de alimentos fornecem sentido e significado ao conceito de insegurança alimentar, aqui definido como:

> "uma situação que existe quando as pessoas não têm acesso estável a quantidades suficientes de alimentos seguros e nutritivos para o crescimento e o desenvolvimento normais e uma vida ativa saudável. Esta situação pode ser causada pela falta de disponibilidade de alimentos, insuficiente poder de compra ou distribuição inadequada, bem como pelo uso inadequado dos alimentos a nível doméstico" (FAO 2001, s/p).

Esta conceptualização dá conta, por um lado, dos vários desafios enfrentados por aqueles que se encontram numa situação de insegurança alimentar e, por outro lado, das condições necessárias para evitar a mesma. Tratando-se de um fenómeno com sérias implicações nas sociedades que o acolhem, têm surgido preocupações relacionadas com a medição e avaliação da insegurança alimentar, bem como com a definição de estratégias que permitam a sua mitigação (Gregório, Graça, Jorge Nogueira, et al. 2014). Tais inquietações têm adquirido, particular, centralidade nos discursos académicos, científicos e políticos (Augusto 2023).

De facto, a insegurança alimentar representa um problema social e de saúde pública, tendo repercussões a vários níveis. As famílias em situação de insegurança alimentar estão mais predispostas a determinadas doenças agudas, como a anemia, sobretudo, devido a uma ingestão insuficiente de certos nutrientes essenciais, como é o caso do cálcio e do ferro (Cook et al. 2004; Eicher-Miller et al. 2009). Além disso, também existe uma associação entre a condição de insegurança alimentar e um risco acrescido para certas doenças crónicas, como diabetes, hipertensão e obesidade (Seligman et al. 2007; Seligman, Laraia, e Kushel 2010).

Fatores como a permanência em situações de vulnerabilidade socioeconómica, a baixa literacia em saúde e baixos níveis educacionais encontram-se, fortemente, associados a famílias em situação de insegurança alimentar[5], tendo repercussões negativas nos seus hábitos e práticas alimentares (Gregório, Graça,

5 Ainda que nem todas as famílias em situação de insegurança alimentar reúnam, necessariamente, estas condições, conforme mostra o estudo coordenado por Truninger (2019).

Jorge Nogueira, et al. 2014; Truninger et al. 2019). Estas associações dão conta dos efeitos práticos das desigualdades sociais, sendo o conceito de insegurança alimentar também o resultado da posição que os indivíduos ocupam na estrutura social, bem como dos vários constrangimentos que encontram ao longo das suas vidas. Assim sendo, é possível considerar que a insegurança alimentar constitui uma das várias manifestações das desigualdades sociais, bem como das fragilidades dos atuais sistemas alimentares (Midgley 2014; Mirosa et al. 2016).

Em Portugal, de uma forma geral, têm vindo a verificar-se melhorias nos níveis de bem-estar e nas condições de vida da população, sobretudo, a partir do final dos anos 60, momento em que ocorrem importantes processos de democratização dos consumos domésticos (Truninger e Teixeira 2013; Truninger et al. 2019). Apesar destas melhorias, o país continuou a acolher desigualdades sociais expressivas, bem como elevados níveis de pobreza e exclusão social (Almeida 2013; Wilkinson e Pickett 2009) que, por sua vez, se repercutem na saúde e alimentação dos portugueses (Gregório, Graça, Jorge Nogueira, et al. 2014).

Do ponto de vista nutricional, as últimas décadas têm sido marcadas por problemas de saúde relacionados com o consumo excessivo de sal, gorduras e açucares. Estes problemas têm conduzido a uma prevalência de excesso de peso e obesidade na sociedade portuguesa, sendo os valores conhecidos, particularmente, preocupantes entre as crianças e os jovens (Carmo 2011; DGS 2013; 2014; 2015; Truninger et al. 2013). Dados resultantes do estudo "WHO European Childhood Obesity Surveillance Initiative (COSI)", que que conta com o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Direção-Geral da Saúde (DGS), mostram que, apesar de se terem vindo a verificar melhorias desde 2008, o excesso de peso e a obesidade infantil continuam a representar dois dos problemas mais sérios de saúde pública no contexto nacional. A este respeito, destaca-se a estabilização, entre 2016 e 2019, do processo de redução da prevalência da obesidade infantil verificado desde 2008.

Retirando o foco das crianças, verificava-se, em 2017, uma prevalência da obesidade junto de 28,7% dos portugueses com idades compreendidas entre os 25 e os 74 anos (Ministério da Saúde 2018). Existe uma tendência, na população portuguesa, para o aumento do excesso de peso e obesidade de acordo com o aumento da idade dos indivíduos (IAN-AF 2017). Além disso, parece também existir uma relação entre o nível de escolaridade e a prevalência do excesso de peso e obesidade, sendo que quanto menor é o primeiro maior será a predisposição para os segundos (DGS 2014; IAN-AF 2017). Dados mais recentes, relativos a 2019, revelam que cerca de 22% da população nacional é afetada pelo problema da obesidade (PNPAS 2019).

Apesar do papel central que as desigualdades sociais assumem sobre as questões alimentares em Portugal, só em 2011 foram dados os primeiros passos no que toca à identificação e monitorização, de forma constante e

regular[6], do fenómeno de (in)segurança alimentar no país. Altura em que a DGS avança com a criação de um sistema de informação (INFOFAMÍLIA[7]) que possibilitou a identificação de grupos de risco, bem como das regiões mais e menos afetadas pelo fenómeno da insegurança alimentar (Gregório, Graça, Jorge Nogueira, et al. 2014). A criação deste instrumento resultou da situação de crise económica, financeira e social que o país estava a vivenciar e que teve efeitos, particularmente, danosos para a população no período de 2011-2014 (DGS 2017; PNPAS 2019).

De acordo com os dados recolhidos pela DGS (2017), entre 2011 e 2013 verificou-se um crescimento na prevalência da insegurança alimentar em Portugal, tendo passado de 48,4% para 50,7%, respetivamente. Apesar dos números começarem a dar conta de melhorias em 2014, a prevalência da insegurança alimentar ainda permanece significativamente elevada (45,8%). No entanto, importa dar conta que a esmagadora maioria dos inquiridos, no período em análise (2011-2014), se situavam no nível ligeiro de insegurança alimentar, sendo que apenas no ano de 2012 se verificou um maior número de inquiridos em situação de insegurança alimentar grave (8,8%) comparativamente com o número de inquiridos em situação de insegurança alimentar moderada (8,1%). Ainda assim, estes dados não deixam de espelhar os profundos impactos nocivos da crise económica e financeira ao nível do consumo alimentar dos portugueses.

De facto, estes números dão conta de uma realidade bastante preocupante, sendo que, praticamente, metade da população inquirida nos centros de saúde portugueses, no período em análise, admite já ter enfrentado uma situação de insegurança alimentar. Outros estudos, porém, fornecem valores mais conservadores em relação à prevalência do fenómeno de insegurança alimentar em território nacional. Num estudo coordenado por Mónica Truninger (2019), intitulado "INSEGALM – Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar nas famílias portuguesas com crianças em idade escolar" e com dados relativos a 2014, conclui-se que 11,6% das famílias inquiridas se encontravam numa situação de insegurança alimentar.

De acordo com o "Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física (IAN-AF)", com dados relativos a 2015-2016, o fenómeno da insegurança alimentar afetava 10,1% das famílias em Portugal. Quanto à distribuição do fenómeno, foram identificadas 7,5% das famílias inquiridas em situação de insegurança alimentar ligeira e 3,1% em situação de insegurança alimentar

6 O primeiro inquérito sobre práticas alimentares, a ser aplicado no contexto nacional, surge em 1980 por intermédio do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Truninger et al. 2019). Contudo, não se tratou de um instrumento de recolha de informação sistemático e regular sobre a realidade alimentar do país.

7 O INFOFAMÍLIA é um estudo, iniciado em 2011, de identificação e monitorização da (in)segurança alimentar em Portugal Continental. Assenta na aplicação de um inquérito por questionário nos vários Centros de Saúde espalhados pelo país, tendo uma periocidade anual (Gregório, Graça, Jorge Nogueira, et al. 2014)

moderada ou grave (IAN-AF 2017), sendo que os autores optaram por unir estas categorias.

Tendo também como referência o período de 2015 a 2016, dados do projeto "Saúde.Come" apontavam para uma prevalência de insegurança alimentar em 19,3% dos agregados familiares portugueses (Graça 2017). A recente obra "The State of Food Security and Nutrition in the World" (2020) da responsabilidade da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)[8] aponta para uma prevalência de insegurança alimentar (moderada ou grave) para o período 2014-2016 na ordem dos 14,7% e para o período 2017-2019 na ordem dos 10,6%. Além de fornecer dados mais recentes, esta obra permite também analisar o fenómeno da insegurança alimentar numa perspetiva comparativa.

A nível mundial, em 2019, estimava-se que cerca de 2 bilhões de pessoas se encontravam numa situação de insegurança alimentar (moderada ou grave) e, portanto, sem acesso regular a alimentos seguros, nutritivos e suficientes. Cerca de 750 milhões dessas pessoas, encontravam-se a enfrentar uma situação de insegurança alimentar grave, o que significa que cerca de uma em cada dez pessoas no mundo enfrentava este problema social (FAO et al. 2020). Enquadrando Portugal no contexto da UE27, verifica-se que apresenta uma das maiores prevalências do fenómeno da insegurança alimentar, posicionando-se em sexto lugar, atrás de países como a Bulgária, Bélgica e Lituânia.

Importa também referir que a nível mundial, o fenómeno da insegurança alimentar tem vindo a adquirir uma maior expressão, sendo que no período 2014-2016 afetava cerca de 22,7% da população mundial e no período 2017-2019 passou a afetar 25,5% (FAO et al. 2020). Esta tendência coloca em risco o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, em particular, o objetivo 1. *Erradicar a pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares*; e o objetivo 2. *Erradicar a fome: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover agricultura sustentável* (Nações Unidas 2015).

As diferenças apresentadas em relação à dimensão do fenómeno, para o mesmo período de referência, podem estar ligadas à adoção de metodologias de investigação distintas que integram escalas e critérios de inclusão nas várias categorias de (in)segurança alimentar mais ou menos restritivos. Apesar das variações, existe consenso em torno, por um lado, da ideia de que o fenómeno tem uma expressão considerável no contexto nacional e, por outro, da necessidade de o combater e minimizar através da identificação das suas causas e consequências (DGS 2017; IAN-AF 2017; Truninger et al. 2019).

De forma a conhecer o fenómeno da insegurança alimentar tanto a nível extensivo como intensivo, é importante existir uma articulação entre dados

8 Conta também com a participação de outras entidades, como o International Fund for Agricultural Development (IFAD), o United Nations Children´s Fund (UNICEF), o World Food Programme (WFP) e a World Health Organization (WHO).

quantitativos e qualitativos. Esta articulação permite identificar a expressão que o fenómeno assume, bem como a forma como os seus impactos são vivenciados. Este exercício foi realizado em Portugal no âmbito do, já mencionado, projeto "INSEGALM", onde foi aplicado, em 2014, um inquérito por questionário (via telefone) a 2007 agregados familiares e entrevistas semiestruturadas a 12 representantes de famílias carenciadas com crianças em idade escolar. Esta combinação possibilitou determinar a forma como o fenómeno se distribui junto da população portuguesa e, simultaneamente, dar voz aqueles que são afetados pelo mesmo.

Os relatos recolhidos sob a coordenação de Truninger (2019) refletem a existência de fortes constrangimentos no acesso a uma alimentação considerada adequada por parte das famílias portuguesas entrevistadas, onde emergem estratégias associadas à alteração de hábitos e práticas alimentares que refletem níveis de insegurança alimentar diferenciados. Se algumas famílias "apenas" tiveram de alterar a diversidade da sua dieta e/ou a qualidade dos produtos alimentares adquiridos, outras enfrentaram constrangimentos mais sérios, sobretudo, ao nível da quantidade de alimentos adquiridos e/ou consumidos. Além disso, verificou-se também que os programas/iniciativas de apoio alimentar não chegam a todas as famílias que apresentam carências alimentares e, nos casos em que chegam, a oferta nem sempre é adequada às necessidades específicas de cada família. Seja, a título de exemplo, por motivos de saúde ou pela existência de crianças dependentes, nem sempre a alimentação disponibilizada vai ao encontro das exigências de dieta dos beneficiários. A este respeito, verificou-se também que estas exigências nem sempre são vistas com bons olhos por parte de quem procura ajudar – que pode considerar, por exemplo, que os beneficiários estão a abusar da boa vontade da organização ou que estão a ser demasiado exigentes em relação ao serviço prestado - contribuindo para a existência de formas subtis de exclusão social e para o reforço das desigualdades sociais.

4.
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: AVANÇOS E RECUOS

A já referida crise económica e financeira de 2008, que teve impactos globais profundos, levou várias organizações, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Comissão Europeia (CE), a concentrarem esforços na definição de políticas destinadas a proteger e promover o bem-estar das populações. Estas entidades reconheceram que os efeitos da crise não se limitavam ao domínio financeiro, mas afetavam significativamente áreas como a saúde pública, o acesso a bens essenciais e a segurança alimentar. Neste contexto, destacam-se as medidas orientadas para a promoção de uma alimentação adequada e nutricionalmente equilibrada, bem como para assegurar a concretização da segurança alimentar. Entre as iniciativas relevantes encontram-se o reforço

de políticas alimentares sustentáveis, o apoio às populações vulneráveis e a implementação de estratégias de combate à fome e à má nutrição (European Commission 2010; WHO 2013). Estes esforços sublinharam a necessidade de uma abordagem integrada que seja capaz de articular a resposta às crises económicas com a promoção de sistemas alimentares resilientes e inclusivos.

Portugal, seguindo a tendência europeia, também apostou em medidas políticas que atuassem, simultaneamente, a nível financeiro e no que toca à promoção de hábitos alimentares saudáveis e ao combate à insegurança alimentar. Neste sentido, foram tomadas diversas medidas que visavam a reformulação dos teores de sal (ex: batatas fritas, cereais de pequeno almoço e pão), açúcar (ex: iogurtes, refrigerantes e leite achocolatado) e ácidos gordos *trans* (ex: gorduras de origem industrial) nos produtos alimentares (PNPAS 2019). Além disso e como se verá, foram também adotadas políticas alimentares e nutricionais focadas no combate aos vários constrangimentos que se colocam no acesso a uma alimentação adequada, particularmente, junto de grupos mais vulneráveis do ponto de vista socioeconómico. Grupos estes que estão mais predispostos a sofrerem de problemas como o excesso de peso, obesidade e outras doenças crónicas (Gregório, Graça, Jorge Nogueira, et al. 2014; PNPAS 2019).

De facto, perante a desigualdade social, as políticas públicas apresentam-se como as principais medidas de mitigação. No contexto nacional, verificaram-se sucessivos avanços e recuos em matéria de proteção social que contribuíram tanto para atenuar como para acentuar as difíceis condições de vida das populações e, em particular, das que apresentavam maior vulnerabilidade. A crise económica e financeira marcou um ponto de viragem, onde o Estado Social apresentou múltiplas intenções e concretizou programas sociais mais ou menos ambiciosos que se estenderam para lá do acesso e consumo alimentar, mas com profundos impactos nos mesmos. O impacto das transferências sociais (ex: pensões de velhice, subsídios de desemprego, subsídios à família, subsídios de educação e subsídios de habitação) no atenuar da desigualdade e de situações de pobreza é ilustrativo da importância da adoção de medidas políticas que funcionem enquanto almofada social que permite garantir um rendimento "extra" face aquele que é auferido no âmbito do mercado de trabalho ou na ausência do mesmo.

Em períodos de crise, as políticas redistributivas têm um papel particularmente importante. A título de exemplo, entre 2010 e 2013, verificou-se uma subida de 5,3 pontos percentuais na taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social, um efeito que é atenuado quando se insere na equação as transferências sociais. Com as várias medidas políticas tomadas para mitigar situações de maior vulnerabilidade, no referido período, a taxa de pobreza sofreu uma subida de 1,5 pontos percentuais (INE/PORDATA 2018).

Contudo, sabe-se que o Estado português, entre 2010 e 2014, recuou na ajuda prestada à população. Verificaram-se várias mudanças nas políticas sociais e fiscais implementadas no âmbito do processo de ajustamento que

implicaram a diminuição de vários apoios (Truninger et al. 2019). Prestações sociais como o Rendimento Social de Inserção (RSI), o Abono de Família, os Subsídios Sociais de Parentalidade, a Ação Social Escolar e o Subsídio Social de Desemprego, passaram a adotar critérios de elegibilidade mais restritivos e, portanto, passaram a abranger um menor número de famílias. Além das restrições e cortes financeiros em várias prestações sociais, verificou-se um aumento de vários impostos, como o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) (Wall et al. 2015).

A nível legislativo, a publicação do Decreto-Lei n.º 70/2010 marca um ponto de viragem nas políticas sociais de apoio à família ao afunilar os critérios de seleção dos beneficiários a apoios do Estado do regime não contributivo. Neste regime inserem-se todas as prestações sociais referidas no parágrafo anterior, bem como: i) a comparticipação de medicamentos e o pagamento de taxas moderadoras; ii) o pagamento de prestações de alimentos no âmbito do Fundo de Garantia de Alimentos a Menores; iii) a comparticipação da segurança social aos utentes das unidades de média duração e reabilitação e aos utentes das unidades longa duração e manutenção, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados; e iv) os apoios sociais à habitação atribuídos pelo Estado quando tal atribuição dependa da verificação da condição de recursos dos beneficiários. O decreto ainda menciona incluir "outros apoios sociais ou subsídios atribuídos pelos serviços da administração central do Estado, qualquer que seja a sua natureza, previstos em atos legislativos ou regulamentares" (DRE 2010, s/p). Posto isto, denota-se que se trata de uma medida política bastante abrangente que visava, essencialmente, a redução da despesa pública. Esta redefinição encontrava-se inserida no Programa de Estabilidade e Crescimento (2010-2013)[9] apresentado pelo Partido Socialista (PS) de José Sócrates e os motivos apresentados para a mesma assentavam na crise económica e financeira que o país estava a enfrentar.

De facto, as orientações políticas seguidas a nível económico e social foram fortemente condicionadas pela necessidade de alcançar a consolidação orçamental. Verificou-se a diminuição do montante dos apoios financeiros garantidos às famílias; o alargamento do conceito de agregado familiar; a alteração dos critérios de medição do rendimento de referência do agregado através da inclusão, por exemplo, das pensões de alimentos e do valor do património mobiliário e imobiliário; a introdução de limites no que toca ao valor do património mobiliário[10]; e introdução de uma ponderação relativa a

9 Mais tarde, com a rejeição do Programa de Estabilidade e Crescimento (2011-2014) o governo de José Sócrates viria a demitir-se.

10 Desta forma, agregados familiares com um valor do património mobiliário superior a 240 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS) passaram a ficar excluídos do acesso às várias prestações e apoios sociais referidos ao longo desta secção (DRE 2010).

cada elemento do agregado que passa a ter peso no aumento do rendimento do agregado como um todo (DRE 2010; Wall et al. 2015).

Numa lógica contrária e numa tentativa de atenuar os efeitos das medidas de austeridade, o governo de coligação PSD/CDS-PP, liderado por Passos Coelho, criou o Programa de Emergência Social (PES), tendo sido aplicado entre 2011 e 2014. O programa representou uma das grandes apostas deste governo e era direcionado às famílias mais carenciadas. Entre as várias medidas adotadas no âmbito deste programa, destaca-se a criação de um Fundo de Emergência Social (FES); a majoração do subsídio de desemprego de casais com filhos a cargo e que se encontrassem desempregados; a simplificação das regras de acesso a creches, centros de dia e lares; a facilitação do acesso a medicamentos às famílias mais carenciadas; e o reforço das cantinas sociais (PSD/CDS 2011).

Não obstante a importância deste tipo de medidas, constata-se que as mesmas foram claramente escassas e insuficientes perante os sucessivos cortes e as restrições aplicadas durante a crise económica e financeira de 2008, que tiveram profundos impactos negativos no bem-estar de vários sectores da população portuguesa. Entre os grupos da população mais afetados destacam-se as famílias alargadas com crianças, as famílias mais jovens, a população com menor nível de qualificações e os desempregados. Tanto o baixo nível de instrução como as ruturas (totais ou parciais) para com o mercado de trabalho surgiram como os principais fatores explicativos para o agravamento ou entrada numa situação de vulnerabilidade económica e social em período de crise (Rodrigues, Figueiras, e Junqueira 2016).

A partir de 2014, o país passa a enfrentar um período de recuperação económica e os efeitos da crise e das medidas de austeridade adotadas começam a diluir-se (Rodrigues e Andrade 2020). Verificam-se melhorias relativas a diversos indicadores de desigualdade, pobreza e exclusão social. Entre os vários dados estatísticos disponíveis, destacam-se a subida dos rendimentos familiares, a redução da incidência da pobreza, tendo atingido valores históricos em 2017 (17,2%), a redução da intensidade da pobreza de 24,5% em 2017 para 22,4% em 2018, a diminuição da proporção de crianças e jovens em situação de pobreza de 18,9% em 2017 para 18,5% em 2018, a diminuição da taxa de privação material de 16,6% em 2017 para 15,1% em 2018, a redução da proporção de famílias com forte exclusão do mercado de trabalho ou baixa intensidade laboral de 7,2% em 2017 para 6,2% em 2018 e a diminuição da desigualdade (coeficiente de Gini) de 32,1% em 2017 para 31,9% em 2018 (Rodrigues 2019).

Contudo, também se verificam alguns dados menos positivos, como por exemplo, o aumento da taxa de pobreza de 18,1% em 2017 para 18,3% em 2018 junto das famílias com crianças, o aumento da taxa de pobreza de 28,2% em 2017 para 33,9% em 2018 junto das famílias monoparentais, o aumento da taxa de incidência da pobreza de 45,7% em 2017 para 47,5% em 2018 junto

dos desempregados e o aumento da proporção da população que possuindo emprego se encontra numa situação de pobreza, passando de 9,7% em 2017 para 10,8% em 2018 (Rodrigues 2019).

Apesar de se verificar uma melhoria da condição social do país, fruto, sobretudo, da recuperação e crescimento económico e da redução do desemprego verificados ao longo dos últimos anos (Rodrigues e Andrade 2020), Portugal continua a caracterizar-se como sendo um dos países da Europa com maiores níveis de desigualdade, onde a pobreza e a exclusão social têm uma expressão considerável (Rodrigues 2019). A este respeito, destacam-se as preocupantes posições ocupadas pelo país no contexto da UE27 em função do índice de Gini, onde em 2017 era o quinto país a apresentar maiores níveis de desigualdade (33,5%), em 2018 era o nono (32,1%) e em 2019 era o sexto (31,9%) (INE/PORDATA 2021).

O estudo qualitativo longitudinal, iniciado em 2011, da responsabilidade da EAPN Portugal (Rede Europeia Anti-Pobreza) e coordenado por Sónia Costa (2017), que acompanha as vidas de 47 pessoas em situação de pobreza, conclui que apesar das melhorias verificadas no período pós-crise e da integração de algumas das pessoas entrevistadas no mercado de trabalho, a esmagadora maioria (45) destas pessoas permaneceram numa situação de pobreza, o que espelha, de certa forma, que as melhorias verificadas devem ser relativizadas face ao contexto (o nacional) em que estão inseridas, existindo ainda um longo caminho a percorrer no combate às desigualdades, pobreza e exclusão. Pelos piores motivos, Portugal continua a apresentar-se como um profícuo laboratório social para o estudo das desigualdades sociais.

De facto, apesar das melhorias verificadas, existem determinadas franjas populacionais que continuam a sentir os impactos da crise e das profundas desigualdades sociais que caracterizam Portugal. É ingénuo colocar um fim a uma crise e aos seus efeitos com base num número restrito de indicadores, sendo necessárias análises mais finas que permitam perceber, por exemplo, como os mais afetados se encontram no suposto período pós-crise, onde se destacam as famílias com crianças, famílias monoparentais, os desempregados e aqueles que se encontravam numa situação de pobreza e exclusão.

5.
REFLEXÕES FINAIS

As desigualdades sociais manifestam-se claramente no acesso e consumo de alimentos, com consequências profundas para a saúde das populações. A insegurança alimentar representa um dos sintomas mais visíveis dessas desigualdades e evidencia as fragilidades dos sistemas alimentares atuais. Em Portugal, embora existam esforços para mitigar o problema, a insegurança alimentar continua a afetar uma parte significativa da população, o que evidencia a necessidade de políticas públicas que abordem não apenas o acesso

a alimentos, mas também as causas estruturais subjacentes às desigualdades sociais.

A crise económica e financeira internacional de 2008, com profundos impactos em Portugal entre 2010 e 2013, representou um ponto de inflexão. Apesar das múltiplas intenções e estratégias apresentadas pelos órgãos governamentais para mitigar os problemas sociais, incluindo aqueles relacionados com a alimentação, foram implementadas diversas medidas de austeridade que agravaram a situação dos grupos mais vulneráveis. Estas medidas comprometeram o bem-estar, a saúde e a segurança alimentar de muitos indivíduos e famílias em território nacional, exacerbando as desigualdades sociais existentes.

Para enfrentar os desafios persistentes da insegurança alimentar, torna-se essencial uma abordagem integrada e sustentável, que mobilize a colaboração entre os setores público, privado e a sociedade civil. A promoção de uma alimentação adequada, acessível e nutricionalmente equilibrada, juntamente com a redução das desigualdades sociais, deve constituir uma prioridade central em qualquer estratégia orientada para o bem-estar e a saúde das populações. Este compromisso requer não apenas medidas imediatas, mas também ações estruturais que fomentem a resiliência dos sistemas alimentares e sociais a longo prazo.

REFERÊNCIAS

Almeida, João Ferreira de. 2013. *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos: Portugal e a Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Augusto, Fábio Rafael. 2023. «Para além da alimentação: iniciativas de apoio alimentar, atores e dinâmicas». *PhD thesis*. University of Lisbon. https://repositorio.ul.pt/handle/10451/56731.

Augusto, Fábio Rafael, e Mónica Truninger. 2022. «Alimentação confinada: os efeitos da pandemia COVID-19 na vida quotidiana». *Vidas Confinadas: famílias, quotidianos e vulnerabilidades sociais no início da pandemia COVID-19 em Portugal* 19:209–38.

Bader, Veit, e Albert Benschop. 2018. «Desigualdade social: objecto e modelo proteórico de análise». Em *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, editado por Sílvia Gomes, Vera Duarte, Fernando Bessa Ribeiro, Luís Cunha, Ana Maria Brandão, e Ana Jorge, 27–79. V.N. Famalicão: Edições Húmus.

Carmo, Renato Miguel. 2011. *Desigualdades em Portugal: Problemas e Propostas*. Lisboa: Edições 70/Le Monde Diplomatique.

Cook, John T., Deborah A. Frank, Carol Berkowitz, Maureen M. Black, Patrick H. Casey, Diana B. Cutts, Alan F. Meyers, et al. 2004. «Food insecurity is associated with adverse health outcomes among human infants and toddlers». *Journal of Nutrition* 134 (6): 1432–38.

Costa, Alfredo Bruto da. 2015. «Prefácio». Em *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*, editado por Fernando Diogo, Alexandra Castro, e Pedro Perista, 7–16. V.N. Famalicão: Edições Húmus.

Costa, António Firmino da. 2012a. «Desigualdades Globais». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 68, 9–32.

———. 2012b. *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

Costa, Sónia, Marta Santos, e Isabel Guerra. 2017. *Trânsito Condicionado. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na Cidade de Lisboa - Fase III*. Lisboa: Edições Húmus e EAPN Portugal.

Davis, Kingsley, e Wilbert Moore. 1944. «Some Principles of Stratification». *American Sociological Review* 10 (2): 242–49.

DGS. 2013. *Portugal Alimentação Saudável em Números - 2013*. Lisboa: Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável.

———. 2014. *Portugal Alimentação Saudável em Números - 2014*. Lisboa: Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável.

———. 2015. *Portugal Alimentação Saudável em Números – 2015*. Lisboa: Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável.

———. 2017. *Relatório INFOFAMÍLIA 2011-2014: Quatro anos de monitorização da Segurança Alimentar e outras questões de saúde relacionadas com condições socioeconómicas, em agregados familiares portugueses utentes dos cuidados de saúde primários do SNS*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.

DRE. 2010. «Decreto-Lei n.º 70/2010». Diário da República Eletrónico. 2010. https://bit.ly/39QkkvG.

Durkheim, Émile. 1977. *A divisão social do trabalho*. Lisboa: Editorial Presença.

———. 1998. *As Regras do Método Sociológico*. Editado por Editorial Presença. Lisboa.

Eicher-Miller, Heather A., April C. Mason, Connie M. Weaver, George P. McCabe, e Carol J. Boushey. 2009. «Food insecurity is associated with iron deficiency anemia in U.S. adolescents». *American Journal of Clinical Nutrition* 90 (5): 1358–71.

European Commission. 2010. «Europe 2020: A strategy for smart, sustainable and inclusive growth». Brussels: European Commission. https://bit.ly/2Y0yt5T.

FAO. 2001. «The State of Food Insecurity in the World 2001». 2001. goo.gl/24mqNv.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, e WHO. 2020. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets*. Rome: FAO.

Graça, Pedro. 2017. «Novos e velhos riscos alimentares». Em *Riscos e Alimentos: Riscos Emergentes*, editado por DRAL/UNO, 32–35. Lisboa: Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE). https://bit.ly/2NFj4pS.

Gregório, Maria João, Pedro Graça, Andreia Costa, e Paulo Jorge Nogueira. 2014. «Perspectivas temporais e regionais da insegurança alimentar durante a crise econômica em Portugal, 2011-2013». *Saúde e Sociedade* 23 (4): 1127–41.

Gregório, Maria João, Pedro Graça, Paulo Jorge Nogueira, Sérgio Gomes, Cristina Abreu Santos, e João Boavida. 2014. «Proposta Metodológica para a Avaliação da Insegurança Alimentar em Portugal». *Revista Nutrícias* 21 (1): 4–11.

IAN-AF. 2017. *Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Fisica 2015-2016*. Porto: Universidade do Porto.

INE/PORDATA. 2018. «Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais (2017)». Instituto Nacional de Estatística/PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo. 2018. https://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gráfico.

———. 2021. «Índice de Gini (%) em PT e UE27». Instituto Nacional de Estatística/PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo. 2021. https://bit.ly/3p6nLqw.

Lenski, Gerhard. 1984. *Power and privilege: a theory of social stratification*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

Malinowski, Bronislaw. 1944. *A Scientific Theory of Culture and Others Essays*. N. Carolina: The University of North Carolina Press.

Marx, Karl. 1996. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital, Livro Primeiro, Tomo 2*. São Paulo: Editora Nova Cultura.

———. 2001. *The Class Struggles in France*. London: The Eletric Book Company (1ª. ed., 1850).

Marx, Karl, e Frederick Engels. 1948. *Manifesto of the communist party*. New York: International Publishers.

Midgley, Jane. 2014. «The logics of surplus food redistribution». *Journal of Environmental Planning and Management* 57 (12): 1872–92.

Ministério da Saúde. 2018. *Retrato da Saúde*. Lisboa: Ministério da Saúde.

Mirosa, Miranda, Louise Mainvil, Hayley Horne, e Ella Mangan-Walker. 2016. «The social value of rescuing food, nourishing communities». *British Food Journal* 118 (12): 3044–58.

Nações Unidas. 2015. «Objetivos de Desenvolvimento Sustentável». Nações Unidas: Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental. 2015. https://bit.ly/39rmFAr.

Parsons, Talcott. 1991. *The Social System*. London: Routledge.

PNPAS. 2019. *Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável 2018/2019*. Lisboa: Direção-Geral da Saúde.

PSD/CDS. 2011. «Programa do XIX Governo Constitucional». República Portuguesa. 2011. https://bit.ly/2xlYpzb.

Ribeiro, Fernando. 2018. «Afinal a riqueza não flui de cima para baixo: capitalismo, desigualdades sociais e ação do Estado». Em *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, 107–27. V.N. Famalicão: Edições Húmus.

Rodrigues, Carlos Farinha. 2019. «A evolução recente dos indicadores de pobreza, desigualdade e exclusão social». INE. 2019. https://bit.ly/3ixH35B.

Rodrigues, Carlos Farinha, e Isabel Andrade. 2020. «Redistribution Policy and Inequality in Portugal (2008-2017)». *Notas Económicas*, n. 50, 23–42.

Rodrigues, Carlos Farinha, Rita Figueiras, e Vítor Junqueira. 2016. *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Rousseau, Jean-Jacques. 2001. *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade (1754): trad. Maria Lacerda de Moura*. Brasil: Ridendo Castigat Mores (edição electrónica).

Seligman, Hilary K., Andrew B. Bindman, Eric Vittinghoff, Alka M. Kanaya, e Margot B. Kushel. 2007. «Food Insecurity is Associated with Diabetes Mellitus: Results from the National Health Examination and Nutrition Examination Survey (NHANES) 1999-2002». *Journal of General Internal Medicine* 22 (7): 1018–23.

Seligman, Hilary K., Barbara A. Laraia, e Margot B. Kushel. 2010. «Food insecurity is associated with chronic disease among low-income NHANES participants». *Journal of Nutrition* 140 (2): 304–10.

Sen, Amartya. 1980. «Equality of what?» Em *Tanner lectures on human values*, editado por Sterling McMurrin, 195–220. Cambridge: Cambridge University Press.

Silva, Manuel Carlos. 2009. «Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica». *Revista de Sociologia Configurações*, n. 5/6, 11–40. https://journals.openedition.org/configuracoes/132.

———. 2018. «Pobreza, exclusão social e desigualdades: breve revisitação de conceitos e alguns dados a nível global e nacional». Em *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Homenagem a Manuel Carlos Silva*, 689–733. V.N. Famalicão: Edições Húmus.

Therborn, Göran. 2013. *The Killing Fields of Inequality*. Cambridge: Polity Press.

Truninger, Mónica, Ana Horta, Sónia Goulart Cardoso, Fábio Rafael Augusto, José Teixeira, e Ana Fontes. 2019. *Alimentação em Tempos de Crise: Consumo e Segurança Alimentar nas Famílias Portuguesas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. http://hdl.handle.net/10451/39427.

Truninger, Mónica, e José Teixeira. 2013. «Consumo alimentar e pobreza em Portugal no contexto pós-crise 2008». *Plataforma Barómetro Social*. goo.gl/mi3zBZ.

Truninger, Mónica, José Teixeira, Ana Horta, Vanda Silva, e Sílvia Alexandre. 2013. «Schools' Health Education in Portucal: A case study on children's relations with school meals». *Educacáo, Sociedade & Culturas* 38:117–33.

Wall, Karin, Ana Nunes Almeida, Maria Manuel Vieira, e Vanessa Cunha. 2015. *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas: Indicadores, políticas, representações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Weber, Max. 1976. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London: Allen and Unwin (1ª. ed., 1904-5).

———. 1978. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Editado por Guenther Roth e Claus Wittich. California: University of California Press.

WHO. 2013. *WHO European Region Food and Nutrition Action Plan 2014-2020*. Copenhagen: World Health Organization, Regional Office for Europe.

Wilkinson, Richard, e Kate Pickett. 2009. *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*. New York: Bloomsbury Press.

Wright, Erik Olin. 1978. *Class, Crisis and the State*. London: New Left Books.

———. 1985. *Classes*. London: Verso.

———. 1997. *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Selecionado
no Prémio Res Publica 2024

UMA HERANÇA EM TRANSFORMAÇÃO: A SOCIEDADE DA MISÉRIA

Hélder Verdade Fontes

UMA HERANÇA EM TRANSFORMAÇÃO: A SOCIEDADE DA MISÉRIA

Todas as sociedades sentem necessidade de justificar a existência da desigualdade que ocorre no seu seio. A justificação mudou bastante ao longo dos tempos: já foi de ordem cultural, religiosa, étnica, individual, económica e natural, assim como uma mistura de várias. A mutação não se deveu somente à alteração das estruturas societais, mas também à realização, em cada um de nós, de que a desigualdade não tem justificação válida. Por isso, foi necessário reinventar constantemente a sua justificação para que se mantivesse. E, tipicamente, a origem desse ímpeto de mudança situou-se nas estruturas de poder e opressão, sejam classes sociais dominantes, preceitos ou ordens culturais relevantes.

Recentemente, a justificação para a desigualdade mudou novamente, sendo que a transfiguração actual criou uma barreira adicional. Outrora, quando a justificação se cingia a uma determinada ordem natural, religiosa ou étnica, e visivelmente autocrática, o seu entendimento era declarado e simples, porque apontava para o poder como fonte emanadora de algo anti-natural. Hoje, no mundo ocidental, reveste-se de forma moral: diz-se que a desigualdade é o conjunto dos esforços, méritos e escolhas que cada um acumula ao longo da vida. Isto é, a fonte da desigualdade pós-moderna[1] encontra-se em cada indivíduo. Byung- Chul Han diz que, hoje, o sujeito se entrega à liberdade coerciva de bom grado, tornando-se, em si, a justificação para a desigualdade. A colocação do ónus da desigualdade em cada um de nós – uma das maiores vitórias do neoliberalismo –, tornando-nos responsáveis pelos (in)sucessos que temos, origina uma inércia imensa que impede o combate pela igualdade.

Entender esta mudança da justificação é essencial para a superar, pois as soluções dependem dos seus alicerces, por mais momentâneos que sejam. Contudo, dissertar apenas sobre a justificação moderna da desigualdade não será

HÉLDER VERDADE FONTES tem 29 anos, do Porto. Engenheiro Químico pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Mestrando em Filosofia, Política e Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Cronista na Comunidade Cultura e Arte e ocasionalmente no jornal Público. Dirigente distrital e nacional do partido LIVRE. Deputado Municipal em Vila Nova de Gaia.

1 Para efeitos de simplificação, utilizar-se-á sempre o termo "pós-modernidade" neste ensaio para definir o enquadramento social contemporâneo. Outros termos poderiam ser utilizados, como "modernidade líquida" ou "modernidade tardia", mas cada opção geraria os seus próprios problemas e carecia de explicação pela sua preferência.

suficiente para a superar. Será preciso, primeiramente, entender a sua origem. De igual forma, é necessária uma abordagem estruturada à nova justificação para a desigualdade, pois não existe, tanto quanto se saiba, uma reflexão integrada dos problemas que levanta. Argumentaremos que a desigualdade é a consequência de uma sociedade não- livre e que se não a concebermos na sua plenitude, nunca a poderemos atacar. Combater esta nova justificação para a desigualdade será uma tarefa difícil, pois ela culpabiliza ao mesmo tempo que atomiza. Mais do que encontrar respostas exactas, importa recentrar o debate em torno de caminhos correctos – e isso será mais útil para o problema do que inicialmente aparenta. Tratemos, depois, de o percorrer.

Proudhon disse: "se a igualdade não pôde vencer pela espada, é porque devia ter vencido pela palavra!". Esperemos que as próximas palavras ajudem nesse sentido.

UMA ORIGEM JUSTIFICÁVEL?

"The Greeks and the other civilized peoples of
antiquity were unfamiliar with the idea of a supply-
demand market, especially for food. Such an
institution would have horrified them. They would
have regard it as being in the nature of famine,
anarchy or corruption,
since it meant to them the breakdown of
community."
Karl Polanyi

"Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros" [1]. A frase de George Orwell na conhecida obra "A Quinta dos Animais" resume, em larga medida, a crítica do autor a regimes que, alegadamente, procuraram igualdade a qualquer custo. Sabemos que essa procura nunca foi real: apenas serviu de mote para a criação de estruturas de poder e opressão que eliminaram por completo a liberdade e não cumpriram – nem poderiam cumprir – a promessa da igualdade. A crítica de Orwell, justa ao apontar a uma ditadura em concreto, deixou infelizmente de ser apenas associada a regimes totalitários de promessas vãs, mas sim a qualquer forma de luta pela igualdade. É, inclusive, utilizada como validação intelectual por parte de algumas correntes ideológicas com o intuito de criar uma suposta dualidade: ora se opta pela liberdade ou pela igualdade. Orwell certamente não concordaria com tal extrapolação do seu texto, justamente porque reconheceria nela uma falácia de falso dilema. Quando procuramos igualdade, procuramos liberdade e quando procuramos liberdade, procuramos igualdade. Este pensamento antecede claramente Orwell. Antecede, inclusive, os contratualistas do período romântico. La Boétie, conhecido precursor do anarquismo, afirmou algo semelhante quando disse:

"uma coisa é claríssima na natureza (...) e é o facto de a natureza, ministra de Deus e governanta dos homens, nos ter feito todos iguais (...) ao fazer as partilhas dos dons que nos legou deu, mais a uns do que a outros, certos dons corporais e espirituais (...) não há dúvida de que somos todos naturalmente livres, visto sermos todos iguais" [2].

Este aparente pingue-pongue entre liberdade e igualdade não se resume ao pensamento anarquista ou socialista: tem respaldo em pensadores liberais clássicos. Um exemplo é o eclético Almeida Garrett, quando escreve: "Os homens são iguais porque são livres e são livres porque são iguais" [3]. Portanto, nos mais diversos quadrantes, a luta pela igualdade nunca se fez por oposição à liberdade – muito pelo contrário. Ambas se alimentaram mutuamente ao longo dos tempos, justamente porque não é possível conceber liberdade sem cidadãos iguais nem é possível conceber igualdade sem que os cidadãos sejam livres de qualquer opressão. É possível, por isso, concluir que a desigualdade constitui bem mais do que uma tragédia humana e uma falência moral do conjunto dos indivíduos – é o resultado último de uma sociedade não-livre. Esse é um dos motes, quiçá o principal, para a sua erradicação. Mas qual a origem da desigualdade? O que a justifica? E, não menos importante, o que é a desigualdade?

Uma pesquisa rápida em qualquer motor de busca mostra que esta última pergunta não tem resposta imediata. Ainda que se limite o conceito ao que concerne à espécie humana, *lato sensu*, a quantidade de termos acoplados não facilita a tarefa. Surgem variações como "desigualdade económica", "desigualdade social", "desigualdade de género". Todas manifestações de desigualdade, é certo, mas dificilmente respondem à pergunta formulada na sua totalidade. No limite, são componentes e formas essenciais para complementar a resposta, mas não permitem uma abordagem completa, justamente porque colocam enfoque numa pequena parte do todo. Será a desigualdade a súmula das diferenças entre os indivíduos?

As diferenças entre cada um de nós são tão naturais como a luz do sol que nos irradia todos os dias. Basta observar o outro e perceber que somos diferentes em múltiplos sentidos. Mas será que essa diferença justifica o facto de não sermos iguais? Aliás, como podemos determinar se essas diferenças nasceram connosco ou surgiram posteriormente? Podemos pensar na altura de um indivíduo como um exemplo de uma característica advinda da nascença, graças à lotaria genética. Mas sabemos agora que a altura é também fortemente dependente da alimentação que temos, do exercício que fazemos enquanto crianças e de muitas outras condicionantes – em suma, depende do contexto que nos rodeia. Ora, isto choca com a inferência de que a diferença de altura seria puramente natural. Como podemos, então, discernir na desigualdade entre o que é natural, no sentido de advir da nascença, e o que não é? O sol quando nasce, nasce para todos, mas a sua luz não chega a todos de igual forma. Por sermos naturalmente desiguais?

Esta discussão – que é muito mais do que mera semântica – pode ser facilitada se tentarmos dividir dois tipos de desigualdade entre os cidadãos: a natural e a socialmente construída. É, *grosso modo*, a divisão que Rousseau utiliza no seu "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens" [4]. Não é consensual, nem óbvia, nem se pretende aqui balizar e estruturar completamente essa divisão. Contudo, a sua utilização, ainda que compreendendo várias matizes, interações e graus intermédios (que ultrapassam a simples dicotomia), torna-se útil.

Podemos circunscrever a desigualdade natural, como Rousseau a entendia, ao conjunto das diferenças que nascem connosco, advinda de características biológicas, químicas, físicas e psicológicas inerentes a cada indivíduo. São o que fazem de nós mais ou menos altos, mais ou menos rápidos, etc – diferenças que não são de somenos e prendem- se, sobretudo, com a lotaria genética. Rousseau dedica muito pouco tempo a esta desigualdade, praticamente descartando-a, não porque não a ache relevante para justificar as diferentes individualidades dentro da humanidade, mas sim porque não acredita que ela é suficiente para validar as manifestações de desigualdade que observa na sociedade [4]. Por isso, coloca o foco na segunda componente: a desigualdade que advém das construções sociais.

Isto faz ainda mais sentido se pensarmos que, como vimos atrás, mesmo estas características, que numa primeira instância são designadas como "naturais", estão fortemente dependentes do que sucede depois do nascimento e, por conseguinte, não estão totalmente pré-determinadas pela lotaria genética. Este pensamento interligado com a inferência de Rousseau – muito dificilmente se justificam os níveis de desigualdade existentes somente porque alguém é naturalmente mais alto ou tem um raciocínio mais rápido em determinado aspecto – leva-nos a concluir que esta componente natural tem um peso ínfimo na estrutura da desigualdade moderna. E, por isso, talvez faça mais sentido chamar a esta desigualdade, tipicamente designada de natural, de *diferença*. Porque somos naturalmente diferentes, mas, mesmo dentro das nossas diferenças, somos iguais. *Grosso modo*, é a inferência que podemos extrair de parte do pensamento de Rawls quando dizemos que as nossas diferenças enquanto seres são moralmente irrelevantes [5].

Se as diferenças naturais não explicam ou justificam a existência da desigualdade, o que fomenta e sustenta a parte que é socialmente construída? Voltemos a Rousseau. Neste aspecto, o contratualista é bastante claro ao apoiar a fonte da desigualdade no conceito de propriedade privada. A sua parábola de um primeiro homem – o original corruptor – a cercar e a declarar como seu um terreno ainda hoje é contada como origem da propriedade privada e, consequentemente, da sociedade e da desigualdade. "Quantos crimes, guerras e assassinatos, quantas misérias e horrores teria poupado ao humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: «Não ouçam esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são

de todos e a terra é de ninguém.»", expõe Rousseau [4]. Esta parábola, ainda que uma simplificação para justificar a passagem do estado natural para um contrato social, levanta-nos algumas questões pertinentes: porque terão todos os restantes aceitado tal situação? Porque é que ninguém arrancou as estacas e cobriu o fosso? Terão sido igualmente corruptores e pensado em si próprios e na propriedade que poderiam declarar como sua? Ou terão sido esses cidadãos ingénuos, como afirma Rousseau, na firme convicção do bom selvagem?

Estas questões não têm resposta simples, principalmente se seguirmos a tese rousseauniana que desemboca sempre na propriedade como fonte emanadora da sociedade, da corrupção e da desigualdade. Exige-se uma outra que consiga responder ou, pelo menos, balizar as inquietações levantadas. Voltando à parábola de Rousseau, se concebermos esse primeiro homem como tendo já de si alguma superioridade, para além da diferença natural, que validasse a sua afirmação/usurpação, a resposta torna-se imediata: é pela existência dessa desigualdade prévia que não existe o mínimo de inquietação ou contrariedade à instauração da propriedade privada. Ou seja, por outras palavras, dada a ausência de qualquer tipo de indignação, fará mais sentido conceber que a desigualdade já estaria de alguma forma enraizada antes do momento de criação de propriedade e que esta é, *grosso modo*, uma legitimação e consequência.

Esta linha de raciocínio aponta numa direcção distinta da de Rousseau. Saltando da parábola para a História, vários estudos antropológicos, de Malinowski a Lewis Henry Morgan, evidenciam sociedades primitivas e algumas relativamente modernas que, ainda que concebendo a existência de propriedade privada, eram profundamente iguais, assim como outras que não concebendo totalmente a sua existência eram significativamente desiguais [6- 8]. David Graber também disserta nesta linha quando afirma que várias sociedades primitivas não estavam primeiramente preocupadas com a acumulação de riqueza (propriedade), mas com a criação, destruição e rearranjo dos seres[2] [9]. A existência da instituição "propriedade privada" não parece, por isso, conseguir explicar por si a origem da desigualdade e, muito dificilmente se consegue sustentar como justificação isolada. Isto faz ainda mais sentido se pensarmos que a propriedade, enquanto conceito sociológico, vai muito além da mera existência física: é um sistema (instituição) de relações sociais que envolve poder, controlo e influência e que pode, como aqui se disserta, ser uma consequência da desigualdade e não a sua origem. Mas, se assim o é, o que origina a desigualdade?

Esta talvez seja a pergunta mais complexa deste texto e, por isso, a resposta não poderá ficar totalmente fechada. Podemos dizer que a desigualdade tem origem quando indivíduos ou grupos dentro de uma determinada comunidade conseguem institucionalizar vantagens e perpetuar através de vários instrumentos (normas, leis, estruturas sociais, regimes) posições privilegiadas. Assim, a desigualdade tem origem quando construções e instituições sociais validam de forma permanente criações artificiais de poder.

Esta concepção tem a vantagem de ser suficientemente abrangente para ser utilizada e aceite nos regimes e sociedades conhecidos, assim como abarcar todo o tipo de desigualdade existente, seja ela de ordem económica, cultural, étnica, sexual, religiosa ou social. Sobretudo, dá respaldo à inferência feita inicialmente: a desigualdade não tem justificação moral, ética, cultural ou natural válida e imutável.

Rousseau não estava totalmente errado: a desigualdade tem, de facto, origem na sociedade. Apenas se focou num só instrumento. É bastante atendível que o tenha feito, visto que a propriedade era, na sua época (e ainda é hoje, embora menos visível), a forma mais gritante e notória de desigualdade. O foco que lhe dá também não é descabido: o regime de propriedade, como dissemos atrás, é, provavelmente, o instrumento mais eficaz para a sua manutenção. Um exemplo disso é o quanto a luta republicana "um cidadão, um voto" é conspurcada por lógicas que se assemelha mais a "um euro, um voto", em que é notória a interferência da propriedade nas democracias eleitorais. Mas importa, neste ponto, responder à afirmação peri-rousseauniana de que toda a desigualdade é o resultado de propriedades passadas. Ainda que se compreenda a afirmação, e que tenha validade em vários casos – por exemplo, a desigualdade entre negros e brancos nos EUA decorre, sobretudo, dos antigos regimes esclavagistas –, dificilmente o regime de propriedade ditará a supremacia desigualitária de algumas religiões que beneficiaram de protecção política ou de emancipação social. Há, em múltiplos casos, um exercício de supremacia anterior que, *a posteriori*, institucionaliza a propriedade. Se quisermos reformular a alegoria de Proudhon, podemos dizer que a propriedade não é um roubo: a propriedade é uma forma de validar o roubo (que, em algumas leituras, pode ser a interpretação dada por Proudhon) [10].

Justamente pelo facto de ter origem quando se institucionalizam preceitos e ordens para validar e perpetuar vantagens, a desigualdade sempre teve respaldo em construções sociais diversas que necessitaram de uma aceitação tácita ou, pelo menos, numa ausência de contestação vincada. Poder-se-á dizer, por isso, que existe uma certa componente de impassividade perante essas construções. O expoente máximo dessa tese será La Boétie quando afirma que "são os próprios povos que se deixam oprimir (…) é o povo que se escraviza, que se decapita, que podendo escolher entre ser livre e escravo, se decide pela falta de liberdade e prefere o seu jugo" [2]. Ainda que se possa concordar parcialmente com tal visão, é impossível ignorar a opressão que não é voluntária e é feita de forma autocrática e imposta. Além disso, e como La Boétie escreve, um cidadão que não tenha conhecido outra forma de vida, dificilmente perceberá que é oprimido. Também por isso dificilmente se pode dizer que está nessa situação de forma totalmente voluntária. Será mais correcto avaliar a desigualdade aliando uma certa impassividade com construções sociais autocráticas.

Como vimos em alguns exemplos, as justificações para a origem da desigualdade já tiveram vários respaldos: naturais, religiosos, culturais,

sociais, económicos, etc. Com o evoluir das sociedades – e a alteração da sua estrutura sociológica – as explicações foram sempre mudando, muito pelo crescimento das comunidades e pela sua interacção com outras, mas também porque a justificação sustentava-se em alicerces pouco sólidos, necessitando de revisão constante para validar desigualdades passadas, presentes e futuras. A desigualdade nunca teve, por isso, uma bala de prata que fosse permanente e sustentasse a sua inevitabilidade: as estruturas de poder que a mantém (e que dela beneficiam) alteraram de forma regular a sua sustentação por forma a garantir a manutenção da ordem. Isso é particularmente evidente em inúmeras revoltas/sublevações que, à boleia de promessas vãs, apenas alteraram componentes e instrumentos de opressão para justificar os mesmos (ou piores) níveis de desigualdade.

Apesar de tudo, é inegável que, desde a revolução francesa, se trilhou um caminho interessante rumo à igualdade, com especial enfoque no período social-democrata do pós- segunda-guerra mundial. A melhoria das condições de vida da maioria da população ocidental, o acesso à educação e a serviços de saúde, o aumento da qualidade de vida e da fruição são evidências que o comprovam. Ainda assim, dizer que se está, neste momento, a cumprir o mote da revolução é algo manifestamente pueril. Se desde a criação das grandes civilizações se fez parte do caminho para a igualdade, desde o fim do século XX, com o fim das experiências sociais-democratas, começou a trilhar-se o inverso: os dados da desigualdade, nas suas múltiplas frentes, não pararam de piorar. E graças a uma mudança sociológica considerável – o aparecimento da classe média –, ocorreu uma inovação na fundamentação ideológica da desigualdade. Isto é, os ganhos reais de igualdade não permitiam aceitar uma justificação que fosse mera declinação de justificações passadas, pois tal lógica não se coadunava com a nova ordem social criada. Inaugurou-se, assim, um novo período para a justificação da desigualdade.

A VARIAÇÃO PÓS-MODERNA

"Existem formas de opressão e dominação invisíveis
– são a normalidade."
Michel Foucault

Como se disse, a fundamentação para a existência da desigualdade foi sendo alterada ao longo dos tempos, sempre com o mesmo objectivo: a manutenção das lógicas de poder e opressão social. Neste aspecto, a sustentação da desigualdade pós-moderna possui a mesma racionalidade das anteriores: construções com respaldo no espírito do tempo (*zeitgeist*). Contudo, num pilar, ela é totalmente diferente: pela primeira vez na História, o ónus mudou. Antes, era perfeitamente assumido que a desigualdade era imposta pelas convenções, construções e instrumentos sociais de opressão, fossem eles mais ou menos visíveis, como é o

caso da propriedade. Hoje, a desigualdade sustenta-se na auto-imposição e na auto-culpabilização do indivíduo [11].

Durante milénios a justificação para a desigualdade esteve alicerçada numa determinada ordem social, tipicamente dada pelo nascimento de cada indivíduo. Nascia-se no seio de uma comunidade e herdavam-se as grilhetas que nela existiam. Eventualmente, e tipicamente pela sorte, uns poucos conseguiam desamarrar-se do poder da opressão e ascender, rompendo algumas barreiras da desigualdade. Ainda assim, era perfeitamente visível e notória a ausência de permeabilidade e ascensão. Hoje, essas barreiras sociais ainda se mantêm, mas são-nos invisíveis. Desde criança é-se imbuído numa lógica de que tudo é possível desde que acompanhado por esforço, dedicação e persistência. Em suma, que se tivermos mérito conseguimos rapidamente largar qualquer tipo de grilheta. Só que o peso da hereditariedade social e as barreiras de outrora ainda existem – e em alguns casos são ainda piores. Quando inevitavelmente a esmagadora maioria não as consegue transpor, auto-responsabiliza-se, pois acredita piamente que não se esforçou o suficiente, que não teve mérito para singrar e que apenas não conseguiu por culpa própria. A normativa para a desigualdade passa, então, a ser atomizada, isto é, é colocado o ónus em cada cidadão e nos seus méritos/fracassos [12].

Esta alteração e passagem da justificação para cada indivíduo não é inocente e coaduna-se totalmente com o *zeitgeist*. Como se disse no início deste ensaio, todas as sociedades sentem a necessidade de justificar as suas desigualdades. Após um período alargado de políticas públicas de redução da desigualdade – durante os trinta anos gloriosos –, a percepção de comunidade alterou-se. A criação do Estado Social, a promoção da igualdade em múltiplas esferas e a abertura da política às camadas mais oprimidas da sociedade criaram várias inovações na estrutura sociológica. Uma delas foi crucial para alterar a normativa da desigualdade: pela primeira vez na História, uma larga fatia da população não só passou a ter acesso aos mais variados bens de subsistência, mas também a um nível de vida condigno. Isto é, criou-se uma classe que não era abastada, mas também não era pobre: o que denominamos agora de classe média [13]. A inferência não é óbvia: como é que a criação de uma faixa significativa da população a viver condignamente permitiu a passagem da normativa da desigualdade para o indivíduo? Olhemos para a emergência do neoliberalismo.

Em finais dos anos 70, devido, também, a uma série de crises globais, ocorre o fim das experiências sociais-democratas. No preciso momento em que cada vez mais cidadãos viviam melhor e começavam a almejar mais, como se vê pelo surgimento de propostas concretas de socialização democrática da produção, a social-democracia foi empurrada para fora do palco para dar lugar ao neoliberalismo [14]. Esta tese ideológica foi, em larga medida, a resposta das estruturas de poder ameaçadas pela emancipação das classes mais desfavorecidas. Tal como o fascismo foi a forma que as elites do pós-primeira-guerra encontraram para quebrar a socialização da sociedade, como Clara Mattei

sugere, o neoliberalismo foi o equivalente para o período social-democrata [15]. Permitiu, não só, que se travasse o caminho para a igualdade, como foi estrutura essencial para fazer o caminho inverso. Só que o contra-movimento rumo à desigualdade não podia ser feito, à partida, recorrendo a formas tradicionais, como a austeridade, pois a estrutura social já se tinha alterado de forma bastante significativa. Foi necessário encontrar um novo respaldo para a desigualdade que permitisse, a jusante, a utilização de instrumentos desigualitários clássicos. E, no neoliberalismo, que melhor respaldo do que o próprio indivíduo? Nesta ideologia, o indivíduo é *alpha* e ómega, ignorando o ambiente social, as condicionantes psicossociais, as condições materiais de origem ou o próprio meio envolvente. A atomização do (in)sucesso de cada indivíduo, a auto-culpabilização e responsabilização pelos próprios projectos constituíram a base que o neoliberalismo encontrou para travar o crescente caminho para a igualdade e começar a trilhar o inverso [11, 14, 16, 17]. O mesmo atesta Ha-Joon Chang num exemplo vincadamente material: "a partir do momento em que os pobres são convencidos de que a pobreza é culpa sua, que quem ganhou muito dinheiro de certeza que o mereceu e que também eles poderiam ser ricos se se esforçassem, a vida torna-se mais fácil para os ricos" [18].

Esta mudança na normativa da desigualdade não foi inocente. Como se disse, o ímpeto dinamizador para a alteração da fundamentação partiu sempre das estruturas de poder. Por isso mesmo, é errado pensar que esta nova sustentação não é igualmente opressiva: o facto da desigualdade pós-moderna ter como fundamentação moral o indivíduo não significa que não seja autocrática: muito pelo contrário. Podemos dizer, para utilizar uma nomenclatura marxista, que a opressão desigualitária passou da infra-estrutura (das relações de produção e de propriedade) para a supra-estrutura (normas, preceitos e valores morais). Ou seja, descentralizou-se a opressão pela via da normativa moral, criando uma rede de pequenos tiranos da sua própria condição de vida desigual.

Esta mudança inédita na história cria inúmeras barreiras. Se outrora a mudança dos instrumentos servia temporariamente como um sedativo para a luta social, hoje bloqueia o combate por completo. A mentalidade do "esforço" e do "trabalho árduo" como veículo para o sucesso – e os que não compactuam com tal sistema só podem ser parasitas – é a maior vitória do neoliberalismo: tirou o chicote do mestre (opressão visível e externa) e deu-o aos escravos para que se autoflagelem (opressão invisível e interna). É, em suma, a opressão travestida de liberdade e igualdade.

Como bem nos lembra Byung-Chul Han, o regime neoliberal não elimina a liberdade – explora-a [11]. O mesmo serve para a igualdade: o regime neoliberal não a elimina – explora a concepção "igualitária" de que todos conseguem o "sucesso" em troca de mero esforço. Digamo-lo claramente: o maior entrave ao sucesso não é a falta de mérito, mas sim a desigualdade institucionalizada. Por isso, o pedido por "igualdade de oportunidades", apenas dando espaço para que

os diferentes "méritos" possam florir, é, na sua base, a forma do neoliberalismo legitimar as estruturas desigualitárias. Além disso, como dissemos atrás, as diferenças individuais não conseguem explicar os níveis de desigualdade que existem: a justificação que se reveste numa determinada ordem resultante da lotaria genética é rapidamente desmontada como falsa. Mesmo que existisse tal coisa como "igualdade de oportunidades", o resultado nunca poderia ser o nível de desigualdade que presenciamos, mas sim um estado muitíssimo mais mitigado. Do mesmo modo, mesmo que fosse apenas essa componente natural a ditar a desigualdade, é impossível isolá-la de considerações sociais momentâneas. Por exemplo, a valorização (imensa) que um determinado contexto espaço-temporal dá a que um cidadão seja mais rápido e consiga pontapear uma bola é perfeitamente aleatória. Não há qualquer grau de mérito ou justiça que consiga validar uma desigualdade assim construída [19].

Como dissemos no início deste ensaio, a busca pela liberdade é a busca pela igualdade e vice-versa: a existência de desigualdade é o resultado de uma sociedade não- livre. A liberdade não pode ser pensada como um estado de ausência de impedimentos para a comercialização e usufruto da propriedade: apenas ocorre se forem promovidas as condições para a não-subserviência e para a não-dependência [20]. Esta visão foi a sustentação das sociedades sociais-democratas europeias, muito à boleia das lutas trabalhistas e das classes sociais mais oprimidas. Necessitamos retomar esse ideal, não apenas porque a desigualdade não tem razão moral para existir, mas porque é uma ameaça à democracia. Pela própria solvência da sociedade, precisamos de lutar por um novo contrato social, mais amplo, mais humano, mais comunitário, mais livre, mais igual.

UM NOVO VELHO COMBATE

"Somos o que fazemos, mas somos principalmente o
que fazemos para mudar o que somos"
Eduardo Galeano

Pode parecer agressivo, violento até, a utilização do termo combate, como se de uma luta se tratasse. Nada mais verdadeiro poderia ser dito. O caminho para a igualdade nas sociedades modernas nunca aconteceu de forma espontânea, pelo crescimento dos mercados ou a uma qualquer mão invisível. Apenas foi possível graças ao suor, dedicação, esforço e vida de milhares que lutaram por destruir as amarras da desigualdade. A conquista de mais igualdade foi e será uma luta constante. Só que, como dissemos, a luta não pode ser a mesma – dada a alteração significativa dos alicerces actuais da desigualdade, não é crível que os métodos do passado resultem. Com a fundamentação moral totalmente assente no indivíduo, como lutamos contra nós próprios?

Não lutamos. Impedimos activamente qualquer alteração ou mudança

rumo à igualdade porque somos levados a crer que é a nossa falta de mérito e capacidade que origina a desigualdade [19]. Mais: o neoliberalismo conseguiu que os cidadãos que mais sofrem com a desigualdade formassem a sua barreira de defesa mais acérrima. Ha-Joon Chang diz de forma bastante clara: "os pobres, indo muitas vezes contra os seus próprios interesses, começam a exigir menos impostos redistributivos, menos gastos com a segurança social e menos direitos laborais" [18]. Estamos, possivelmente, no momento da História em que a crítica de La Boétie mais faz sentido – hoje, a servidão, na forma de desigualdade, não só é voluntária como auto-imposta. Não se trata de impassividade na forma como a entendia, mas em voluntarismo para cimentar as construções desigualitárias autocráticas. Também por isso será necessário olhar de forma diferente para as lógicas de combate que funcionaram no passado.

Tipicamente, as formas de combate circunscrevem-se a atacar (de forma ligeira) a frente económica. De facto, a desigualdade manifesta-se, sobretudo, nesta vertente, mas circunscrevê-la, no século XXI, a uma visão puramente económica é francamente míope porque, a montante, a desigualdade material é fortemente dependente da posição social de cada membro. Isto é, existe uma forte correlação entre a pertença a, por exemplo, grupos étnicos, culturais, sexuais ou de género e a consequente prosperidade/satisfação material [13, 21]. Neste aspecto, o foco excessivo na desigualdade económica que por vezes incorremos, como é o caso da propriedade, não ataca na totalidade o problema (e pode ser pernicioso por ocultar outras manifestações desigualitárias ou gerar anticorpos) [13].

Hoje, isto é particularmente evidente nas políticas fiscais redistributivas. A redistribuição foi essencial (e ainda o é) para financiar vários elementos do Estado Social que reduziram a desigualdade. Só que o foco desmedido neste tipo de políticas origina uma visão de túnel, omitindo uma multiplicidade de causalidades e soluções. Além disso, a fiscalidade – conforme é entendida nos modelos actuais – não chega à raiz da desigualdade, pois centra- se num nível que não altera a estrutura sócio-económica, não atacando, por isso, as fontes originárias da desigualdade. Não será chocante dizer-se que os sistemas de redistribuição fiscal podem ser entendidos como instrumentos de manutenção do *statu quo* desigualitário. É, grosso modo, o que diz Jean Baudrillard: "os mecanismos de redistribuição, tão bem sucedidos em preservar os privilégios, constituem parte integrante, elemento táctico do sistema de poder" [22].

Não obstante algum suporte teórico, esta tese é, ainda assim, bastante cínica. Dizer que o objectivo da fiscalidade redistributiva não é reduzir a desigualdade, mas manter a mesma estrutura opressiva, é ignorar que esses mecanismos já foram dos principais elementos que alteraram a composição societal [23]. O problema não se prende tanto com o instrumento e a sua concepção, mas sim com a sua utilização num determinado contexto e estrutura. Isto é, estes instrumentos não são inerentemente negativos ou positivos: são o que fazemos deles no contexto em que estamos inseridos.

O mesmo pode (e deve) ser pensado para a propriedade, com a qual já nos debatemos anteriormente. Não é a propriedade *per se* que sustenta a desigualdade, mas sim a sua utilização enquanto instrumento de opressão. Concretizando: é a utilização sociológica da propriedade privada que cimenta a desigualdade. Transformar a forma como a é vista, isto é, alterar a sua função social, não só mudará radicalmente o sistema de propriedade, mas também a origem estrutural da desigualdade. Um exemplo típico é a socialização e descentralização da propriedade [14].

O que esta lógica evidencia é que para combater a desigualdade pós-moderna será fundamental olhar para soluções *ex ante* e não apenas *ex post*. Isto é, precisamos reorientar o combate para a origem e lógica opressiva dos instrumentos desigualitários e não apenas no amenizar de uma situação recorrente. Caso contrário, para além de nunca resolver o problema na sua base, nunca se alterará a forma como a desigualdade é percepcionada – no caso pós-moderno, como falta de mérito –, não invertendo a oposição dos indivíduos à cura. Por outras palavras, precisamos alterar o contexto em que a desigualdade existe antes de poder pensar em utilizar soluções do passado.

A tributação é o melhor exemplo desta tese. Apesar de algum carácter regressivo de certos impostos, a fiscalidade é um dos principais instrumentos de redistribuição (*ex post*), constituindo um dos últimos redutos/redes de segurança das sociedades modernas. Só que, hoje, a tributação é percepcionada como um agente promotor de desigualdade, um limitador do potencial de cada indivíduo. Assim, o foco nesta solução é contraproducente, pois imbuído numa estrutura neoliberal atomizada, terá sempre uma enorme oposição. Por mais vantajosa que seja, sem a mudança da sua percepção, nunca deixará de ser vista como a amarra que impede a prosperidade dos indivíduos, a grilheta com peso que nos atrasa, quando, na realidade, é justamente o contrário.

Por contraste, o exemplo dado anteriormente, da comunitarização da produção, promoveria um efectivo poder dos trabalhadores na condução do processo de produção, seja por via da posse progressiva dos meios, seja pela representação nos órgãos decisórios. Desta forma, a estrutura desigualitária alterar-se-ia a montante do processo, aproximando- se, inclusive, da realidade do processo de valor: não se redistribui riqueza, co-cria-se valor. Isto é particularmente evidente na utilização que grupos distintos têm sobre a propriedade. Clara Mattei expõe claramente que "quando o trabalhador pede o controlo, o que o preocupa não são os lucros, mas sim a democratização da gestão efectiva da indústria. A solução dos trabalhadores para a especulação não é uma quota-parte dos lucros, mas a propriedade pública da indústria" [15]. Deste exemplo vemos que grupos sociais distintos têm objectivos distintos para um mesmo instrumento. Para além de criar uma redistribuição a montante, esta proposta aumentaria o sentimento de comunidade dentro de uma determinada comunidade, assim como a interajuda e a dependência mútua, o que, a jusante, se transmitiria numa maior capacidade para a percepção de que a igualdade é

dependente de todos os restantes cidadãos – e que não é dada pelas falhas ou méritos individuais que se acumulam. Numa passagem um pouco exagerada, Karl Polanyi disserta nesta linha: "na sociedade, as vidas dos humanos estão tão interligadas com o envolvente social que a liberdade do indivíduo (enquanto negativa) é uma ilusão" [24, 25].

Mas ganhar a batalha do redirecionamento não basta – a escolha dos métodos é fundamental em toda a linha. Quando ultrapassamos a primeira barreira, a principal solução *ex ante* que surge é o crescimento. O grande problema desta visão prende-se com a definição, ou melhor, a restrição do conceito, pois é apenas utilizado para crescimento económico, *stricto sensu*. Tipicamente, é utilizado o nível de água do mar como analogia para explicar como o crescimento pode melhorar as condições de vida e é essencial para reduzir a desigualdade. Diz-se que quando há crescimento, o nível da água sobe e todos os cidadãos ficam melhor. Há, contudo, vários problemas com a analogia, nomeadamente ignorar que uns poucos estão em iates e cruzeiros, enquanto a esmagadora maioria está em botes de borracha, o que se reflete em condições totalmente distintas para a subida do nível da água. Além disso, basta pensar que a mínima ondulação pode fazer com que o bote onde a maioria está vire ao contrário enquanto o iate de poucos continue imaculado. Existe ainda uma ironia escondida: a analogia implicitamente admite que o crescimento económico resulta na subida do nível da água do mar, inferindo que o crescimento é extrativista e feito à custa da sustentabilidade do planeta.

Esta concepção de crescimento é extremamente perniciosa – e não se fica apenas pela analogia. O crescimento pelo mero crescimento produz, reproduz e incrementa a desigualdade, os privilégios e os desequilíbrios. Baudrillard disserta nesta linha quando, na Sociedade de Consumo, diz "seria um nunca acabar se fossemos examinar todas as actividades produtivas e de consumo que não passam de paliativos para os prejuízos internos do sistema de crescimento. O aumento da produtividade é todo devorado pela terapia homeopática do crescimento pelo crescimento" [22]. Não se confunda aqui uma crítica ao sistema de crescimento como uma defesa do decrescimento, mas sim com alargar o escopo do que é o crescimento, incluindo uma multiplicidade de valências como "para quem?" e "à custa do quê?". Como disse Karl Polanyi, "não se trata de retomar a um qualquer estágio pré- industrial da sociedade, mas avançar para uma forma de organização comunitária superior" [24].

Crescimento pelo mero crescimento resulta na manutenção do *statu quo* desigualitário, mesmo sendo uma solução *ex ante*. E, talvez por isso, tenha tanta proliferação na nossa sociedade como solução preferencial para substituir a redistribuição. Mas é dúbio que o foco no crescimento consiga reduzir a desigualdade, como mostrou Branko Milanovic [26]. Jonathan Ostry, do FMI, afirmou inclusive que "as sociedades mais desiguais têm um crescimento mais lento e frágil", numa tese partilhada por outros economistas como Joseph Stiglitz [27]. O que se observa é uma inversão da lógica inicial: não é o crescimento que

irá reduzir a desigualdade, mas sim a igualdade que irá promover o crescimento (*lato sensu*). Produzir uma sociedade mais próspera parte da concepção de igualdade dos cidadãos, não o contrário: temos de reorientar o nosso foco para soluções *ex ante* que resultem.

O combate deve ser reorientado para lutas que alterem o contexto onde a desigualdade está alicerçada. Ou seja, atacar a fonte da sustentação da desigualdade promovendo o sentido de comunidade, quebrando a atomização dos indivíduos, enraizando as relações sociais nas instituições. Só assim se poderá impedir que os indivíduos mais desfavorecidos deixem de ser eles mesmos a primeira linha de defesa da desigualdade. Mas engane-se quem crê que o objectivo é repor uma qualquer originalidade dos indivíduos. A igualdade não é mera justiça natural – é uma necessidade para a nossa frágil democracia.

ALGO DIFERENTE É POSSÍVEL?

"Le socialisme est né de la conscience de l'égalité
naturelle alors que la société où
nous vivons est tout entière fondée sur le privilège."
Léon Blum

Não raras vezes escutamos, lemos e pensamos que não é possível mudar significativamente a desigualdade enraizada na sociedade. Dizemos que é um dado adquirido da humanidade, que sempre existiu e existirá. O que aqui se dissertou é que tais considerações são meros lugares comuns para a manutenção da estrutura desigualitária da sociedade. Por outras palavras, a desigualdade existe porque queremos que exista.

A propriedade é, ainda hoje, o maior instrumento de imposição da desigualdade, mas não existe no vácuo – está emaranhada em várias redes e convenções sociais, que a cimentam de tal forma que se confunde com a própria desigualdade. Contudo, na sustentação da desigualdade pós-moderna é mais claro que não são uma e a mesma coisa: a sua releitura como instrumento de dominação abre-nos um caminho alternativo para a sua utilização como elemento de destruição da própria desigualdade.

A responsabilização individualizada dos cidadãos pelos destinos da sua condição de vida desigual é a servidão voluntária moderna. Com a sociedade atomizada a actores de mercado e com instituições económicas separadas das políticas, a humanidade terá bastante dificuldade em acordar objectivos ou juntar esforços para reduzir a desigualdade. Cabe a todos os cidadãos criar novos ideais que nos façam imaginar e sonhar um futuro diferente. Neste aspecto, as grandes figuras do socialismo democrático, de Léon Blum a Olof Palme, são mais do que inspirações: são motes para lutar e criar um futuro diferente.

Nas raras vezes que ultrapassamos tudo isto, caímos na consideração que para eliminar a desigualdade teria de haver uma mudança gigantesca. A História mostra o contrário, como é o caso (incompleto) das sociedades sociais-democratas. E a matemática também. Pela teoria do caos, no efeito borboleta, sabemos que pequenas alterações no estado inicial podem resultar em mudanças drásticas e num estado final completamente distinto do inicial. É essa a lição que Simone Weil deixa quando nos diz que "o futuro é feito da mesma matéria que o presente". Tratemos de dar pequenos impulsos ao presente para mudar o futuro.

BIBLIOGRAFIA

1. Orwell, G., *A quinta dos animais / George Orwell*. Visão Ler Faz Bem. 2017, Matosinhos: Cardume Editores, Lda.
2. Boétie, É.d.l. and J. Gomes Manuel, *Discurso sobre a servidão voluntária / La Boétie ; trad. e pref. Manuel João Gomes*. 4ª ed. 2020, Lisboa: Antígona.
3. Garrett, A., *O dia vinte e quatro de Agosto*. 1821, Lisboa: Rollandiana
4. Rousseau, J.-J. and M.d. Campos, *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens / Jean-Jacques Rousseau ; trad. M. de Campos*. 3ª ed. 1995, Mem Martins: Publicações Europa-América.
5. Rawls, J. and P. Correia Carlos, *Uma teoria da justiça / John Rawls ; trad. Carlos Pinto Correia*. 3ª ed. Fundamentos. 2013, Lisboa: Editorial Presença
6. Manganaro, M., *Culture, 1922 : the emergence of a concept*. Course Book ed. 2002, Princeton, N.J: Princeton University Press.
7. Engels, F. and P. Gomes João, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado / Friedrich Engels ; trad. João Pedro Gomes*. 2ª ed. Biblioteca do marxismo- leninismo. 2002, Lisboa: Avante!
8. Marisol de la, C., *The Lewis Henry Morgan Lectures: Ecologies of Practice across Andean Worlds*. 2015: Duke University Press.
9. Pinto, H.M. and A.R. Carvalho, *Graeber, David (2011), Debt: The First 5,000 Years*. 2013, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
10. Proudhon, P.J., *Qu'est-ce que la propriété? / par P.-J. Proudhon*. 1864, Paris: A. Lacroix, Verboeckhoven.
11. Han, B.-C. and L. Encarnação Gilda, *A sociedade do cansaço / Byung-Chul Han ; trad. Gilda Lopes Encarnação*. 2014, Lisboa: Relógio d'Água.
12. Caldwell, M. and P.C. Henry, *The continuing significance of social structure in liquid modernity.* Marketing theory, 2020. **20**(4): p. 547-572.
13. Piketty, T. and L. Cardoso Artur, *Capital e ideologia / Thomas Piketty ; trad. Artur Lopes Cardoso*. 2020, Lisboa: Temas e Debates.
14. Meidner, R., *Why Did the Swedish Model Fail?* Socialist register, 1993. **29**.
15. Mattei, C.E., *A Ordem do Capital: Como os economistas inventaram a austeridade e abriram o caminho ao fascismo*. 2024, Temas & Debates.
16. Silva, P., J. Maia, and C. Almeida, *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder.* Mídia e Cotidiano, 2021. **15**(3): p. 368-375.
17. Han, B.-C. and S. Pereira Miguel, *O aroma do tempo : um ensaio filosófico sobre a arte da demora / Byung-Chul Han ; trad. Miguel Serras Pereira*. Antropos. 2016, Lisboa: Relógio d'Água.
18. Chang, H.-J., *Rethinking development economics / edited by Ha-Joon Chang*. Anthem studies in development and globalization. 2003, London: Anthem Press.
19. Sandel, M.J. and A. Gomes, *A tirania do mérito : o que aconteceu ao bem comum? / Michael J. Sandel ; trad. Alberto Gomes*. 2022, Lisboa: Presença
20. Pinto, J., *A Liberdade dos Futuros: Ecorrepublicanismo para o século XXI*. 2022: Tinta da China.
21. Cagé, J. and P. Camiller, *The Price of Democracy : How Money Shapes Politics and What to Do about It*. 2020, Cambridge, MA: Harvard University Press
22. Baudrillard, J. and A. Morão, *A sociedade de consumo / Jean Baudrillard ; trad. Artur Morão*. Espaço da sociologia. 1981, Lisboa: Edições 70.

23. Piketty, T. and M. Baumgarten, *O capital no século XXI / Thomas Piketty ; trad. de Monica Baumgarten*. 2014, Rio de Janeiro: Intrínseca.
24. Dale, G., *Karl Polanyi : a life on the left*. 2016, New York: Columbia University Press.
25. Polanyi, K., et al., *Economia e sociedade : textos selecionados / Karl Polanyi ; ed preparada por Michele Cangiani e Claus Thomasberger ; trad. Pedro Bernardo*. Ensaio Book Builders. 2021, Silveira: Book Builders.
26. Milanovic, B., *A desigualdade no mundo : uma nova abordagem para a Era da Globalização / Branko Milanovic*. Fora de colecção. 2017, Coimbra: Conjuntura Actual.
27. Stiglitz, J.E., *O preço da desigualdade / Joseph Stiglitz*. 2013, Lisboa: Bertrand.

Selecionado
no Prémio Res Publica 2024

QUANDO ADÃO LAVRAVA E EVA FIAVA, QUEM ERA O SENHOR?

Literatura em questionamento das estruturas e relações de poder através da leitura da história da resistência e sabedoria popular

Ana Beatriz Santos

ANA BEATRIZ SANTOS é mestranda em Ensino de Filosofia no Ensino Secundário pela FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Interessa-se pelas potencialidades da pedagogia enquanto ferramenta de superação das estruturas sociais capitalistas, explorando o papel crítico da educação na transformação das relações de poder.
Trabalha temas como teoria crítica, filosofia da educação, práticas pedagógicas emancipatórias e a relação entre escola, ideologia e reprodução social. Paralelamente, desenvolve atividade de formação, procurando articular a reflexão teórica com a intervenção prática no campo educativo.
É membro do Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e da Associação Frente Anti-Racista (FAR), integrando a luta feminista e antirracista na sua prática teórica e educativa. Assume a intervenção política como parte inseparável do trabalho intelectual, procurando ligar o estudo filosófico ms lutas históricas do movimento operário, feminista e antirracista, que permanecem urgentes e necessárias.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa a expressão popular "*Quando Adão lavrava e Eva fiava, quem era o Senhor?*" a partir de uma perspectiva histórica, explorando as suas raízes no contexto das lutas camponesas da Inglaterra medieval e os seus desdobramentos enquanto questionamento das estruturas de poder.

Dividido em várias seções, o estudo examina a frase enquanto crítica às relações de classe e enquanto metáfora linguística que reflete as condições materiais de sua época. Também investiga o papel da religião e da linguagem na consolidação e perpetuação das desigualdades sociais. Por fim, aborda a importância do trabalho humano na transformação da natureza e da sociedade, defendendo a superação das contradições de classe através da organização coletiva e da conscientização histórica.

A análise propõe não apenas uma compreensão aprofundada da frase no seu contexto histórico, mas também o uso da sua leitura materialista e dialética para iluminar as possibilidades de transformação social no contemporâneo.

1.
CONTEXTO HISTÓRICO

No ano de 1348 tinha começado o surto da Peste negra que matou cerca de um terço da população europeia. Só três anos mais tarde se começou a prever o fim

desta peste bubónica[1]. A redução drástica da força de trabalho culminou numa escassez de mão de obra que motivou os camponeses sobreviventes a exigir melhores condições de trabalho, já que a sua mão de obra se tornara menos abundante e, portanto, mais valiosa.

Este foi um desenvolvimento histórico que intensificou a tensão entre os trabalhadores, a nobreza e o clero, estes últimos interessados em manter as condições laborais dos camponeses, de modo a preservar a sua riqueza. Assim, a classe dominante da época, em resposta às crescentes exigências dos trabalhadores, implementou, através do Parlamento inglês, leis que limitavam as condições dos trabalhadores.

Durante o reinado de Ricardo II, Inglaterra travava contra a França a guerra dos Cem anos, uma guerra dispendiosa em termos de armamento, de alimentação, de energia, de militares, entre muitos outros gastos que sustentam a economia de guerra. Ora, Ricardo II e o seu governo, para financiarem o esforço de guerra, introduzem um novo imposto, conhecido como *Poll Tax*, que era cobrado a cada pessoa, independentemente do seu rendimento. Esta foi uma política muito dolorosa para as classes trabalhadoras de Inglaterra, ao sobrecarregar as despesas do campesinato, já previamente desproporcionais à sua condição de vida. Não faltaram aqueles que se levantaram percebendo este imposto como injusto e opressivo[2].

O aumento do *Poll Tax* em 1381 foi o último golpe para as forças de resistência que já se vinham formando em torno das injustiças do país. As tensões explodiram em Essex e Kent, regiões onde os trabalhadores e camponeses estavam mais organizados[3]. Uns dos mais destacados dirigentes da contestação

1 Causada pela bactéria *Yersinia pestis*, transmitida principalmente através de pulgas de ratos, a peste bubônica teve sintomas terríveis e espalhou-se rapidamente devido às condições insalubres da época. A transmissão da peste bubónica acontecia principalmente por picadas de pulgas infectadas que viviam em ratos. Há medida que os ratos morriam, as pulgas procuravam novos hospedeiros, incluindo seres humanos. A infecção podia espalhar-se rapidamente para outras formas, como a peste septicémica (quando a bactéria entra na corrente sanguínea) e a peste pneumónica (quando infecta os pulmões), que era ainda mais contagiosa.

2 Ver, [1] Froissart's Chronicles, Jean Froissart, [2] "The Anonimalle Chronicle, 1333 to 1381", Abadia de Saint Mary's, em York, [3] The Peasants' Revolt of 1381, R.B. Dobson.

3 Essex e Kent estavam próximos de Londres, o centro político e econômico da Inglaterra. A proximidade com a capital significava que essas regiões eram influenciadas por ideias políticas e novas formas de resistência que circulavam entre os trabalhadores urbanos e rurais. Para além disso, as suas rotas comerciais estavam bem estabelecidas e tinham acesso a portos importantes, como o porto de Sandwich em Kent. Como Essex e Kent estavam relativamente próximos de Londres e tinham mais independência, os camponeses e trabalhadores rurais nessas áreas viam a nova tributação e repressão como uma afronta directa aos seus direitos. O que gerou uma mobilização mais rápida e eficaz em comparação com regiões mais isoladas, onde a resposta à opressão era

foram o padre John Ball, que em conjunto com Wat Tyler, deixaram diversos textos e discursos com vista à mobilização dos camponeses para a resistência, nos quais partilhavam um conjunto de visões proponentes de uma sociedade mais igualitária.

É neste cenário histórico, com estes intervenientes, que surge a utilidade da expressão que intitula o trabalho. E foi com este caudal de luta popular que os camponeses marcharam para Londres em junho de 1381, com o objetivo de reunir com o rei para exigir o fim do *poll tax*, a abolição da servidão, entre outras reformas sociais. Esta revolta é lembrada como um dos primeiros movimentos de resistência das classes trabalhadoras na história europeia. Foi uma demonstração de forças por parte dos camponeses, que embora oprimidos, demonstraram ter organização e capacidade para desafiar as classes dominantes.

O uso desta frase surge aqui neste período, com a história e contexto consequente que a insere e por isso escolhida por uma massa popular para enquadrar a sua realidade. A caracterização que podemos fazer da massa popular à época resume-se à base económica vivida.

O modo de produção feudal tinha um caráter natural, isto porque os objetos que eram produzidos não se destinavam maioritariamente à troca, não eram ainda mercadoria, destinando-se antes, na sua maioria, ao consumo próprio.

A subsistência de várias classes, de diferentes relações de poder assumia o seu caráter exploratório, por norma, de três formas. Através da corveia, a obrigação do camponês de trabalhar, gratuitamente, parte da sua semana nas terras do Senhor. Ou, através dos tributos, da entrega de uma parte dos produtos produzidos na sua própria terra, ou o tributo monetário. A troca entre camponeses e entre camponeses e artesãos, que produziam para vender (porventura também podiam ter uma horta), era realizada entre as cidades e as aldeias vizinhas. No modo de produção feudal, a produção mercantil era ainda de *produção mercantil simples*, isto é, destinada à troca dentro do Feudo ou em aldeias vizinhas, com a exceção dos bens de luxo, nomeadamente os importados de outros países. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas na época do Feudalismo não permitia ainda a afirmação do *mercado nacional* como espaço central de atividade económica, como virá a acontecer com o advento do capitalismo.

A Europa vivia numa economia à base da exploração agrícola e do escasso desenvolvimentos das trocas, condicionadas também pelas estradas e qualquer outra via de comunicação ainda muito rudimentares. Por isso, a organização geográfica era feita por países divididos em províncias e regiões autônomas.

fragmentada. O intercâmbio constante trouxe não apenas mercadorias, mas também notícias e ideias, que fomentaram uma maior consciência sobre as injustiças e fortaleceram a comunicação entre os trabalhadores.

Com tempo desenvolveu-se o comércio, o que dada a conjuntura no momento significou o mesmo que um acentuar da exploração às condições de vida da classe dos camponeses. Com a generalização do comércio, os Senhores feudais eram capazes de adquirir uma maior quantidade de bens de luxo, bem como armas, usadas para constringir ainda mais a possibilidade de libertação da vontade popular. Os tributos deixam de ser exigidos em espécie passando a ser cada vez mais comum a prática de tributos em dinheiro, que exigia aos camponeses a *mercadorização* do produto do seu trabalho, de forma a adquirirem dinheiro que permitisse o pagamento dos tributos exigidos pelo senhor feudal.

Face às contradições sentidas e às relações vividas entre as diferentes classes sociais, a frase que intitula o trabalho, tornou-se num tipo de questionamento popular usado para desafiar o poder da nobreza e da Igreja.

Este facto histórico elucida como a consciência das estruturas de poder foi ganhando forma ao longo do tempo, aqui como uma crítica à aristocracia medieval e ao clero que afirmavam ter um direito divino ao domínio e à autoridade sobre o povo. Ao evocar um tempo "antes" da existência de senhores e igrejas, as pessoas questionavam a legitimidade das classes dominantes, era como dizer: "Se todos viemos de Adão e Eva e, naquele tempo, não havia nobres ou reis, então quem lhes deu o direito de governar?"

2.
1ª PARTE DO SENTIDO DE SENHOR – O SENHOR ENQUANTO CLASSE DOMINANTE

As coisas que dizemos reportam-se ao nosso meio. A própria noção morfológica de um verbo ou de um nome evidenciam como existe relacionamento entre os humanos e a natureza. A língua liga-nos à realidade. *"Quando Adão lavrava e Eva fiava, quem era o Senhor?"*[4], no longo reportório cultural humano, é uma frase com uma história, com as suas razões e contexto para fazer sentido. Como produto social, a consciência, dependente do modo de relacionamento que esteja inserida, aquilo que dizemos e pensamos são expressões das nossas condições materiais, produzidas através da atividade e do intercâmbio material entre todos nós.

Se assim não fosse, teríamos de negar a comunicação entre matéria. Teríamos de seguir o caminho de supor algo para além desta materialidade condicionante, de supor um espírito à parte (Marx, 1845). Se seguíssemos esse caminho chegávamos ao mundo fantasmagórico do idealismo, cheio de palavras que querem ser mais do que são e que nos atormentam, abstrações da nossa autoconsciência que nos perseguem como metas. Marx fala destas abstrações como frases, "(…) estas mesmas frases nada opõem senão frases".

4 *When Adam delved and Eve span, who was then the gentleman?* (Ball)

Vamos aprofundar as consequências deste caminho mais à frente.

Iremo-nos manter no caminho que acompanha o movimento histórico, com os factos e artefactos históricos que temos à disposição, isto é, os diversos registos materiais que são deixados.

Como vimos a história do uso desta frase remonta até à Idade Média, era um tipo de questionamento popular face à economia feudal que comportava em si a exploração por uma classe militar, guerreira, à defesa do Senhor, ou do Rei, possibilitada pela desigualdade de rendimentos entre diferentes classes, a uma massa de produtores isolados e vinculados ao solo, servidão (Lefebvre, 1955).

Uma peça histórica de resistência e sabedoria popular, usada para lembrar que as estruturas de poder e autoridade são mecanismos de produção e reprodução social – as forças produtivas, a força de trabalho e instrumentos vigentes numa determinada época histórica – e não derivações de uma ordem natural, ahistórica e associal, isto é, não tão naturais quanto aparentam.

Podemos reportá-la como uma alusão a um tempo primitivo (pela história das palavras, estes nomes surgem sobre um contexto mitológico, religioso, na tradição cristã, à época de Adão e Eva) como um símbolo de pureza e simplicidade, ou como um tempo em que a divisão de trabalho se relacionava com o tipo de propriedade comunal[5]. Para além do recurso à alusão podemos também recorrer à metáfora, pelo uso da retórica, ao sugerir através dos paralelos da atividade do trabalho entre as duas realidade, a vivida e aquela que se pretende enquadrar com a frase, que nesse tempo mais simples não existia uma autoridade formal sobre as pessoas.

A análise da língua tem estas particularidade de dar resposta, através da combinação destes recursos expressivos chega-nos a reflexão sobre as origens da humanidade e sobre as construções de poder e autoridade ao longo do tempo.

O Senhor na frase pode ser a representação de uma figura de autoridade ou de organização que ainda não existia no suposto tempo de Adão e Eva. Dado que o tipo de propriedade ainda não era privado e por isso as forças produtivas e as relações sociais que daí resultam ainda não conheciam a dicotomia de dono e escravo.

Portanto, esta frase (que reflete uma ideia sobre poder) enquanto expressão de sabedoria popular questiona as relações de poder nas quais a população se insere e reconhece. Na literatura representa-se muitas vezes assim os homens ricos, por exemplo, n´Os Maias o termo é usado muitas vezes no contexto das interações da elite lisboeta, que Eça de Queirós se ocupou de retratar no livro.

A personagem Dâmaso é um exemplo de uma pessoa capaz de fazer a leitura das dinâmicas sociais e tentar aproveitar-se delas para alcançar os seus interesses. O que acaba por ser reconhecido pelas outras personagens,

5 Primitiva, no sentido em que a base da divisão era dominada pelas diferenças físicas, por exemplo, a força ou a resistência.

que consequentemente, o deixa retratado como uma pessoa com um caráter superficial e pretensioso, sempre preocupado com as aparências. Apesar de também pertencer a uma classe mais alta, continua a referenciar-se aos seus *amigos do comércio* com o termo senhor.

Os termos que Dâmaso usa refletem as dinâmicas de relação e as forças de produção que se insere, a forma como sente que precisa de abordar a sua realidade. A linguagem é também uma ferramenta de poder que Dâmaso utiliza, como uma forma de capital social, o que revela como as condições materiais e sociais moldam e refletem o comportamento humano.

Ora, como estes exemplos há muitos mais na literatura portuguesa, Paulo Freire fala da linguagem e da escrita como formas de praticar a nossa realidade, como sendo aquilo que dizemos e escrevemos formas de colocar as nossas condições materiais, como ela é. É inserindo-me numa cultura que aprendo uma língua, que me coloca num processo específico [a essa cultura] de interação com a minha realidade. É o meu vocabulário que me assiste quando preciso de processar alguma coisa.

É com as conversas que temos com os outros que somos capazes de enquadrar aquilo que se passa connosco em termos percetíveis. "A descodificação da situação existencial" em palavras provoca uma partida abstratamente até ao concreto, o que "(…) implica uma ida das partes ao todo e numa volta deste às partes, [o] que implica um reconhecimento do sujeito no objeto (a situação existencial concreta) e do objeto como situação em que está o sujeito." (Freire, 2019)

A codificação que está presente antes de re-colocar a existência, antes de lhe dar uma expressão, é a representação desta [da existência], com os seus elementos constitutivos em interação. O processo de descodificação possibilitado pelas diversas formas de expressão, mas aqui sublinhando-se a linguagem, que funciona como uma análise crítica da situação codificada. Crítica porque são as palavras que escolhemos usar que elucidam a forma como estamos inseridos em determinado contexto histórico.

3.
2ª PARTE DO SENTIDO DE SENHOR – O SENHOR ENQUANTO IDEIA TRANSCENDENTAL DO DIVINO

A língua portuguesa, ao contrário da inglesa, a língua de origem desta frase, é capaz de atribuir dois sentidos à palavra Senhor. Entendemo-la, como acabamos de ver, para retratar as pessoas num lugar de poder elevado, em relação à existência de pessoas que não têm os meios para ter poder. Mas é também capaz de atribuir ao termo senhor um outro sentido. Senhor enquanto ideia transcendental do divino. A literatura deste uso é mais alargada, dado que está presente em muitos romances e em muitos livros religiosos.

Ora com este sentido a nossa análise pode ficar mais rica porque podemos

analisar mais uma contradição social à luz do uso linguístico que se pode fazer dela. No caso prático português podemos atribuir isto a diversas causas.

Portugal reuniu as condições para uma promiscuidade entre a nobreza e o clero, a ponto tal que o mesmo termo se encarregou de representar duas supostas entidades diferentes, mas aparentemente ligadas [via termo]. A polissemia do termo Senhor reflete a interseção histórica e cultural entre a nobreza e o clero em Portugal e noutros contextos lusófonos, especialmente durante o período medieval e colonial. Durante a idade média, a palavra Senhor era usada, como já vimos, para referenciar os nobres e membros do clero que possuíam terras e exerciam poder sobre os súbditos. Os Senhores feudais tinham um poder quase absoluto pela autoridade que desempenhavam, similar ao poder divino dentro dos domínios que coloca a si mesmo.

A submissão a um poder divino coloca o indivíduo num mundo que foi pensado por uma suposta entidade, coloca a sua vida num jogo das vontades divinas. A Bíblia, por exemplo, aborda a vivência humana em todas as suas dimensões, oferece orientações detalhadas para cada aspecto da vida, integrando tudo na procura por uma existência alinhada ao Bem.

Esta forma de referenciação a Deus procura enfatizar respeito, reverência e submissão. Ao mesmo tempo estava em voga a doutrina do Direito divino, portanto uma noção de que os nobres eram escolhidos por Deus para governar, o que criava uma ligação simbólica entre a autoridade dos senhores e a autoridade divina [o que como vimos foi alvo de superação].

Durante o período feudal, a relação entre a nobreza e o clero era muito próxima, muitos membros da nobreza ocupavam posições importantes na Igreja, e a Igreja legitimava o poder dos nobres. Há que pensar como é que a religião teve um peso acrescido nessa época histórica face ao papel que tinha de desempenhar de justificar, ou sustentar toda a base monárquica. Esta simbiose foi tão intensa que frequentemente o clero e a nobreza partilhavam títulos e privilégios.

A ideia era tender à consideração que Senhor representava a figura de poder espiritual, Deus, e senhor representava a figura de poder temporal, ou terrena, o Nobre. Abrir assim uma porta a dois tipos de respeito que as pessoas deviam ter, ao Senhor e ao senhor da terra.

4.
A CONTRADIÇÃO ENTRE A DOMINÂNCIA CONCRETA E AS ABSTRAÇÕES IDEÁRIAS QUE A LEGITIMAM E POTENCIAM

A procura do conhecimento pelo pensamento humano parte da dicotomia entre sujeito e objeto. Ao longo da história foram existindo diferentes respostas de várias correntes de pensamento, o que permitiu a sua classificação numa lista de tendências, idealistas, empiristas, racionalistas, materialistas, metafísicas etc.

Karl Marx procurou aprofundar o estudo das leis sociais através da dialética e da história, desenvolvendo o materialismo histórico e dialético.

Ocupou-se de fazer revelar o caráter opressivo e exploratório da propriedade privada, através da apropriação privada do sobreproduto social [no modo de produção capitalista, a mais-valia] na forma de renda, lucro e juro. O materialismo dialético identifica como fundamental a contradição entre a apropriação privada do excedente produtivo – resultado do trabalho cuja essência transformadora ao valor acresce *mais-valor*[6] [*Mehrwert*] – por via da propriedade privada dos meios de produção, e o caráter social do trabalho[7], através do qual o valor se materializa.

A centralidade desta contradição advém da primordialidade material de toda a formação económica e social, do papel das forças produtivas [*Produktivkraft*] e das relações de produção [*Produktionsverhältnisse*] enquanto base de qualquer modo de produção. Sob a qual se ergue uma superestrutura, constituídas pelas normas e ideias que continuamente mantém e/ou aprofundam as relações de produção em torno das quais o modo de produção em questão é sustentado.

> "[…] toda a história [é] da luta de classes, e que essas classes sociais em luta entre si eram em todas as épocas fruto das relações de produção e de troca, isto é, das relações económicas da sua época […] a estrutura económica da sociedade em cada época da história constitui, portanto, a base real cujas propriedades explicam, em última análise, toda a superestrutura integrada pelas instituições jurídicas e políticas, assim como pela ideologia religiosa, filosófica, etc, de cada período histórico." (Engels, 1880)

Assim, o materialismo dialético, e as suas conclusões relativamente ao funcionamento das formações económicas e sociais, assim como as possibilidades de transformação por este método iluminadas, não negam a importância da superestrutura. Antes, afirmam primordialidade da matéria face à ideia, das forças produtivas e das relações sociais de produção face aos produtos ideais que nelas influem. Em suma, um processo de interação mútua e contínua, o qual em última análise é possibilitado pelas condições materiais sobre as quais a sociabilidade e a individualidade existem, sobre as quais a reflexão e interação humana possibilitam a ideia, enquanto produto da vida humana, mas posteriormente também fator de produção das ações constituintes da

6 O processo de transformação através da força trabalho humano faz com que seja possível fazer de farinha, água e fermento um pão, e mais, o forno e todos os instrumentos que se usaram também eles, outros bens que ganharam uma utilidade diferente, e por isso, um valor diferente, de acordo com a necessidade que se coloca.

7 O caráter social do trabalho incorpora-se no ser social, na sua génese o material interage, está em movimento. A transformação de matérias-primas em diferentes bens interage historicamente ACABAR

processualidade deste nosso devir. A cada estado de desenvolvimento das formas de produção material correspondem formas específicas de estruturação social, além de valores e formas de apreensão da realidade.

Desta forma podemos assertivamente afirmar que são as classes dominantes de determinada época quem controlam os meios de difusão da sua ideologia, sejam os costumes, sejam os meios de comunicação, a classe dominante tem a vantagem de constituir a norma. O poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, ele não apenas proíbe, mas cria normas, saberes e subjetividades. A normatividade refere-se aos padrões que definem o que é aceitável, correto ou desejável numa sociedade. Esses padrões não são naturais nem universais – são construções históricas que emergem de práticas discursivas e institucionais.

5.
A SUPERAÇÃO [AUFHENBUNG] DA SABEDORIA POPULAR

A *ideia* na filosofia não é abordada como um reflexo da realidade material, das relações e contradições vividas em determinada sociedade, mas antes, como refere Marx n`A Ideologia Alemã "(…) relação = ideia. [Os filósofos] conhecem apenas a relação "*do* homem" consigo mesmo e, por isso, todas as relações reais tornam-se, para eles, ideias." Segundo estas fantasias, as relações entre as pessoas, toda a sua atividade são produtos da consciência.

Esta corrente analisa casos como o da Revolta Camponesa de 1381 como expressões de ideias, valores ou transformações na consciência humana, ignorando as suas bases materiais, isto é, evita analisá-los como alicerçados às condições materiais e estruturais. Coloca aquilo que aconteceu como por exemplo uma manifestação de ideias Universais, como a justiça, a liberdade ou a igualdade, que emergiram espontaneamente na consciência dos camponeses. Os camponeses teriam passado a compreender valores morais superiores que antes lhes eram inacessíveis. A consciência de opressão seria uma realização interna e subjetiva, uma perceção de que algo estava errado e tinha de ser corrigido.

1) A interpretação idealista platónica

Platão poderia subscrever esta linha de pensamento dada a sua crença nas Formas Universais que moldam a realidade. Princípios como a justiça ou a igualdade existiriam como ideais eternos, intermediados pela razão. O mundo que percebemos através dos sentidos é apenas um reflexo de uma realidade superior – o mundo das Formas Universais. O mundo material apenas nos coloca em contacto com o Universal, com os princípios eternos e perfeitos que estruturam toda a realidade e servem como referência para os moldes como nos relacionamos com o Outro.

Para Platão o ser está no mundo em processo de anamnese [ἀνάμνησις], num processo de lembrança. Isto quer dizer que, o conhecimento não é adquirido a

partir da experiência, mas relembrado pela alma, possuidora desse saber inato. Como a alma neste enquadramento platónico seria imortal e existiria antes de nascer o corpo físico, onde durante essa existência pré-corpórea, alma teve acesso direto ao mundo das Formas, do Universal, contemplou as verdades eternas e universais, como a justiça, a igualdade, o bem, o belo, entre outras. Quando chega ao mundo físico, a alma esquece-se desse conhecimento e a vida humana passa a ser um processo de relembrar as verdades que estão enraizadas na alma. A educação [*paideia*] e a experiência não introduzem novas informações, mas ajudam a alma a recordar o que já sabia, despertam o que já está na alma.

O autor interpretaria a revolta de 1381 como um momento em que as Formas Universais, como a justiça, ou a igualdade se manifestaram no mundo material. Os camponeses mesmo vivendo em condições opressivas poderiam ter-se lembrado dos princípios eternos, reconhecendo, por exemplo, que a desigualdade em que viviam contradizia o ideal de igualdade e que a opressão dos senhores feudais violava a justiça na sua Forma perfeita. Estas perceções não seriam, para Platão, um produto das condições materiais ou da experiência histórica, mas uma memória do mundo das Formas.

No texto A República, Platão oferece uma estrutura tripartite que permite interpretar os impulsos humanos tanto a nível individual, quanto coletivo. Esta estrutura divide a alma numa parte racional [*logos*], num parte irascível [*thymos*] e numa parte concupiscente [*epithymia*]. A parte racional seria a que estaria voltada para o conhecimento, para a contemplação das Formas Universais, por isso, a parte superior. A parte irascível estaria relacionada à coragem, à honra e à luta contra a injustiça, um mediador entre a razão e os desejos. A parte concupiscente, por imposição da hierarquização, seria a parte inferior, associada às necessidades básicas e aos desejos materiais, como a alimentação, e outros prazeres sensoriais.

Percecionada através desta estrutura, a revolta de 1381 aparenta um processo de iluminação da alma em que a parte irascível das almas dos camponeses foi desperta, a luta por melhores condições, ainda que materiais, estaria fundamentada num desejo de alinhar a realidade com os Ideais Universais. O thymos, mediado pelo logos, transforma essa luta material numa expressão de algo mais elevado, o desejo de corrigir o desequilíbrio entre o que é (a realidade sensível) e o que deveria ser (realidade ideal).

Para Platão, toda a ordem social ideal deveria refletir o mundo das Formas. Se a sociedade é injusta, ela está em desacordo com o Ideal de justiça, as revoltas históricas são apenas respostas a desequilíbrios. A alma coletiva da sociedade (composta por muitas almas individuais) experimenta uma espécie de despertar espiritual, um passo rumo à lembrança da verdadeira justiça. No entanto, não via nas revoltas populares a resolução para os problemas de desigualdade nas sociedades, porque apenas a compreensão plena das Formas pode guiar uma sociedade para o verdadeiro bem. Na sua visão, o caos das revoltas materiais reflete a falta de um governo de sábios filósofos que entendem a justiça na sua

forma pura, por se encarregarem da contemplação das Formas. Um estado governado por filósofos alinharia a sociedade com as Formas Universais e evitaria as injustiças que levam a revoltas.

2) A interpretação idealista hegeliana

Hegel seria outro concorrente a esta linha, via a história como o progresso do espírito [*Geist*] em direção à liberdade, manifestada por momentos de conflito e transformação. O conceito de progresso do espírito [*Geist*] em direção à liberdade é uma ideia central no pensamento hegeliano que está relacionado com o seu enquadramento da história. O autor entendia a história humana como um processo dialético, no qual o espírito humano se desenvolve gradualmente para níveis mais elevados de consciência e liberdade. O *Geist* representa o espírito, a mente humana coletiva ou o desenvolvimento da consciência universal. Não se trata com Hegel de uma característica individual ou subjetiva da mente humana, mas sim uma entidade universal e histórica que representa o progresso coletivo da consciência humana ao longo do tempo. Transcende o indivíduo, trata-se de uma consciência humana coletiva que se manifesta nas formas culturais, sociais e históricas da humanidade.

Este espírito forma-se da interconexão entre os humanos, é formado por todas as interações humanas ao longo da história. Ele é tanto o produto das ações humanas quanto o contexto no qual essas ações acontecem. O espírito coletivo expressa-se então nas artes, na religião, na política, nas leis e na filosofia. Pensa-se o espírito em ligação às instituições e à cultura em geral, tratam – se estas de formas objetivas do *Geist*, em que a consciência universal se concretiza no mundo.

Segue-se deste itinerário hegeliano a paragem na dialética. A dialética que comporta o processo marcado por conflitos, contradições e superações [*Aufhebung*], em três etapas principais. Cada etapa representa um avanço do desenvolvimento da consciência universal, em que o espírito se move de uma compreensão limitada de si mesmo, para uma compreensão na íntegra. Daqui, a história humana não é uma sequência aleatória de eventos, mas uma manifestação concreta do desenvolvimento do *Geist*. Uma linha teórica que concebe a história humana presa a um processo teológico, ou seja, dirigido a um fim, que é a realização da liberdade e da consciência universal. A história vê-se vista sob um olhar que lhe quer como um progresso positivo, como progresso da liberdade. Assim, as sociedades humanas passam por conflitos, como revoluções, que, embora dolorosos, são necessários para o avanço da consciência e das instituições humanas. Hegel via nas grandes figuras históricas do seu tempo, não apenas indivíduos isolados, mas agentes do *Geist*, que ajudam a conduzi-lo ao próximo estágio do seu desenvolvimento. Embora cada indivíduo contribua com a sua subjetividade, a dialética espiritual, unifica as perspectivas individuais numa consciência maior, que ao mesmo tempo orienta a época histórica. Não

reflete apenas o presente, mas acumula o conhecimento e as realizações do passado. Cada nova etapa da história incorpora e supera as anteriores, levando a cabo uma consciências mais rica e abrangente.

Fundamentalmente, o espírito é o motor do progresso humano, representa a essência coletiva da humanidade, que se desenvolve ao longo da história e que passa por estágios de contradição e resolução: *These (tese), Antithese (antítese) e Synthese (síntese)*. Estes conceitos formam a base da dialética hegeliana, em que cada estágio [*These*] entra em contradição com outro [*Antithese*] e resulta numa síntese [*Synthese*], que supera e reconcilia os elementos contraditória dos dois momentos anteriores. Esse processo dialético não apenas resolve a contradição, mas eleva o entendimento a um novo nível. A síntese vê-se também sujeita a tornar-se uma nova tese, dando origem a outra antítese. Este processo contínuo impulsiona o progresso do pensamento, ou da realidade, é o motor do autodesenvolvimento do *Geist*, que o conduz ao progresso em direção à realização de um ideal absoluto.

Como Platão, Hegel dá a primazia à filosofia, como forma de expressão mais elevada do *Geist*. É com a filosofia que há um contacto com a reflexão da própria história, é onde o espírito se torna consciente de si mesmo. O papel do filósofo é captar o movimento do *Geist* na história e articulá-lo em conceitos, o que permitirá à humanidade compreender o seu lugar no progresso universal.

A revolta de 1381 seria apenas mais um momento de uma realização parcial e inicial da liberdade, ainda que inconsciente da sua totalidade. Os camponeses, mesmo sem formular uma filosofia articulada de liberdade universal, agiram em nome de valores com a justiça e a igualdade, que Hegel consideraria manifestações do espírito Absoluto emergindo através da história. Os indivíduos participaram no desdobramento de algo maior que eles próprios, a marcha histórica em direção à realização plena da liberdade, o avanço do Espírito.

5.1.
CONSERVAR A CONCREÇÃO DA DIREÇÃO DA REVOLTA POPULAR ÀS CLASSES DOMINANTES

Como referimos mais acima, ao longo da história são várias as teorias que procuram dar resposta ao dualismo de sujeito objeto presente no processo da existência. O marxismo coloca em cima da mesa o questionamento das condições que fazem determinadas teorias de pensamento surgir. Este questionamento parte de um contacto com a realidade que nota que pensamos e agimos de forma diferente uns dos outros. As conceções de felicidade, ou de sentido são diversas. Em conjunto com a questão coloca também as condições de vivência das pessoas, isto porque, entende que são as condições em que alguém surge que condiciona os seus interesses, o seus desejos, os seus gostos, e tudo aquilo que integra um modo de ser. Se a sociedade está dividida em classes, se há uma classe que resiste à custa de outra, então não pode haver uma conceção única

do mundo. A filosofia, ensina-nos Lenine, é sempre uma filosofia de partido. A forma como pensamos nas coisas, como colocamos a nossa realidade procura defender, ou elevar os nossos interesses de classe.

A filosofia idealista foi abrigada pelas classes dominantes ao longo da história pelo refúgio que possibilitou ao considerarem que a consciência precede a matéria, que a natureza é engendrada por uma consciência mais elevada. O pensamento, o espírito são a base disto tudo.

Como vimos com Platão, ou com Hegel a história são momentos que nos afinam para um estado Positivo, Absoluto. A história está como um caminho para algo idealizado como melhor.

A questão que Marx apresentou coloca-se aqui, essa idealização, do mundo das Formas, ou do Estado superior do *Geist*, são ideias ao serviço de quem?

Este tipo de visão *sub specie aeterni* (sob a perspectiva da eternidade) que é constantemente colocada pela filosofia idealista indica uma visão que transcende o tempo e as contingências imediatas, contemplando a vida de uma forma universal e atemporal. A defesa de partido que Lenine fala que a filosofia executa encontra-se neste ponto, porque para um indivíduo que procura conservar a sua posição de exploração é necessária uma forma de ver a vida ahistórica, desprendida das particularidades materiais que englobam determinado acontecimento. É necessário o refúgio, para fugir ao choque das contradições sociais com a harmonia por si pressuposta "Para remover essas coisas, ele tem, portanto, que procurar refúgio numa dupla contemplação: uma contemplação profana, que capta somente o que é palpável (…)" (Marx & Engels, 1845), que pertence à forma de vida daquele que não participa no mesmo ambiente que a classe dominante, por exemplo, aquele que não vai à faculdade. E o "(…) refúgio numa contemplação mais elevada, filosófica, que capta a "verdadeira essência das coisas." Marx & Engels, 1845.

5.2.
SUPERAR A CONCEÇÃO METAFÍSICA DO SER – ONTOLOGIA DO TRABALHO

O abandono do mundo fantasmagórico da metafísica supera a dificuldade da sustentação do *status quo* que naturaliza e justifica a posição de exploração, o abuso de poder, de uma classe sobre a outra, ao propor que a realidade social é o reflexo de uma consciência superior, ou de uma ordem eterna e necessária.

A realidade social demonstra que nada é eterno e necessário. Tudo nasce e padece, tudo o que hoje é uma necessidade, amanhã é uma causa para outra coisa qualquer.[8] Este refúgio metafísico, desconectado das condições materiais e

8 Os acasos respondem a uma necessidade que os causa, a contingência representa uma necessidade relativamente aos fenômenos e às causas que os provocam. O acaso completa a necessidade mediante diversos traços, únicos no seu género.

concretas de existência, é refúgio porque nos aliena da nossa cultura.

> Bento de Jesus Caraça colocava a seguinte questão: O que é um homem culto?
> "1º Tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence;
> 2º Tem consciência da sua personalidade e da dignidade que é inerente da sua personalidade e da dignidade que é inerente à existência como ser humano;
> 3º Faz do aperfeiçoamento do seu ser interior a preocupação máxima e fim último da vida." (Caraça, 1933)

Cultura não se pode confundir com civilização. Aquilo que teríamos se cometêssemos esse deslize seria medir-se a forma como alguém entende a sua vida, da mesma forma, que a quantidade e qualidade dos meios que a sociedade coloca à disposição para lhe dar uma existência. Cultura refere-se muito mais à forma como o indivíduo entende a sua estadia nas condições em que se insere e da "(…) facilidade que ao indivíduo se deve dar para a viver; pelo modo como nele se compreende e proporciona o consumo; pela maneira e fins para que são utilizados os progressos da ciência; pelo modo como entende a organização das relações sociais e pelo lugar que nelas (…)".

Numa convivência antagónica, em que historicamente, há uma classe que domina à custa das classes que domina, que ao dominar conquista todos os meios para a sua manutenção e reprodução. Tem de haver lugar para elevar as formas de pensar [através dos meios materiais que dispõe] que ignoram as contradições materiais que moldam a realidade e as ações humanas, as condições de produção.

A cientificidade trata-se de uma qualidade que não se pode desprender de um programa concreto de investigação que leva a cabo (José Barata Moura). Investigação que dá conta do real *na unidade e na multiplicidade*[9] da sua *determinação deveniente,* naquilo que é [no espaço de atuação], isto é, nas contradições plurifacetadas em que se desenvolve, em que se *tece e entretece*. Trata-se disto de um programa de investigação concreto, que chega a resultados, critica-os, aprecia-os e os reequaciona. O marxismo desenvolve-se "(…) como programa de investigação concreto que todo o saber fundado e relacional é científico.".

Isto é importante porque reconhece o sentido recetivo [vincula a memória (José Barata Moura)] e cumulativo da epistemologia e da gnosiologia do ser humano, mas conclui-se que não é só isto que está em causa. Não só há esta acumulação de vivência com as nossas condições, como também se pensa no passado, podendo criticar-se reversivelmente até aos confins da memória,

9 A letra a itálico refere-se a termos utilizados por José Barata Moura.

sempre a partir da crítica dos contributos até ao momento. Este raciocínio ligado ao passado e ao presente tece-se e entretece-se da mesma maneira ao futuro, permanecendo a possibilidade de outras coisas poderem surgir, para o qual nos *des-equilibram e pro-jectam*.

O consenso em relação ao saber articula-se na noção de transformação, o nosso saber funciona em transformação constante. O consenso atinge-se quando somos capazes de colocar que a realidade material funciona também em transformação constante. O processo escolar, que as crianças e os adolescentes devem fazer parte, retrata estas transformações dialeticamente dadas na realidade e no seu saber, como a sua forma de saber, e aquilo que sabem, se fundamentam na realidade material a que as crianças e adolescentes estão inseridas. Ver o processo de crescimento de uma criança, ou pensar no nosso próprio, é reconhecer que houve uma mudança na forma de funcionar com as coisas, no modo e forma de conhecer a realidade "(…) o próprio saber fundamentado do real se converte, ele mesmo, em ferramenta e em factor de transformação do próprio real.".

As condições em que a sociedade se produz e reproduz são estabelecidas na base das condições materiais de produção. Já Marx dizia : "[…] os homens, antes do mais, têm primeiro que comer, beber, abrigar-se e vestir-se, antes de se poderem entregar à política, à ciência, à arte, à religião, etc., […] que, portanto, a produção dos meios de vida materiais imediatos (e, com ela, o estádio de desenvolvimento económico de um povo ou de um período de tempo) forma a base, a partir da qual as instituições do Estado, as visões do Direito, a arte […] se desenvolveram e a partir da qual, portanto, elas têm também de ser explicadas – e não, como até agora tem acontecido, inversamente." (Marx e Engels, 1985)

6.
ONTOLOGIA DO TRABALHO

O trabalho é uma atividade praticada com um fim em vista no decurso da qual os humanos transformam os objetos naturais de acordo com as suas necessidades.

"Na produção, os homens atuam, não apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Eles produzem apenas na medida em que cooperam de um determinado modo (...). Para produzirem, estabelecem entre si determinadas relações e condições, e é só dentro deste conjunto de relações e condições sociais que tem lugar a sua ação sobre a natureza, a produção." (Marx e Engels, 1985)

O trabalho revela-se a maior fonte da compreensão que o humano tem das ligações naturais. Ao animal, que aceita as coisas naturais como as encontra, que, portanto, se adapta passivamente a elas, estava e está vedada esta compreensão. O humano, tornando- se ativo, pode repetir ações, consolidar, corrigir e aprofundar as suas experiências.

Começou, apoiado na experiência do trabalho, a refletir sobre as suas atividades laborais, a planeá-las de antemão. Deste modo, o humano em formação começou a conseguir, por meio do trabalho, o domínio gradual sobre a natureza que directamente o cercava, começou a conhecer. O pensamento humano, o espírito, surgiu da disputa com a natureza, no trabalho. Por outro lado, a criação do trabalho contribuiu necessariamente para unir mais estreitamente os membros da sociedade, na medida em que multiplicava os casos de auxílio mútuo, de ação conjunta, e tornava clara na consciência a utilidade desta ação para cada um.

O trabalho não criou apenas, em determinado sentido, o humano, o trabalho é também a base de todos os progressos ulteriores do humano. Do trabalho nasceram a sociedade, o pensamento e a linguagem.

À cabeça, ao desenvolvimento e atividade do cérebro, foi atribuído todo o mérito do rápido progresso da civilização, os homens habituaram-se à conceção de que o que faziam resultava do seu pensamento, e não das suas necessidades.

Assim nasceu uma visão do mundo que deu ao espírito o primado sobre a realidade e que, finalmente, chegou ao ponto de proclamar que o espírito criou a natureza, que Deus criou o mundo e os humanos. Esta é, como se vê, uma visão do mundo que coloca de pernas para o ar (no sentido mais exato do termo) a relação que verdadeiramente existe. Esta visão cria o seu mundo próprio, não está na terra, impõe o seu mundo na terra, procura no "ar" o seu mundo.

As pequenas e grandes realizações que nós hoje vemos no nosso país e no mundo, as maravilhas da técnica, as grandes construções, as máquinas e os aparelhos mais complicados, os largos campos agrícolas, foram realizados graças ao trabalho humano. É através do trabalho que o humano gera riqueza, isto é, produz os bens que permitem satisfazer as suas necessidades. Nesse processo o humano transforma a Natureza, domina- a e coloca-a ao seu serviço. Engajado neste processo de transformação da Natureza, o humano também se transforma a si próprio.

O trabalho produz assim um acréscimo permanente dos conhecimentos humanos que se incorporam no próprio humano ao mesmo tempo que pela acumulação sucessiva do saber vêm a constituir a ciência. É com o trabalho que o ser humano aguça a sua relação com exterior, é com ele que conhece as leis que regem o mundo. Fundamentalmente é ele que nos permite produzir conhecimento, através da teorização da nossa realidade, para o poder praticar.

7.
CONCLUSÃO

Este estudo percorreu a análise histórica e linguística da expressão popular "Quando Adão lavrava e Eva fiava, quem era o Senhor?", elucidando a sua origem e relevância no contexto das lutas camponesas do Séc. XIV. Partindo do exame do contexto medieval, marcado por profundas contradições entre

classes sociais e pela exploração feudal, vimos como esta frase emergiu como uma crítica à naturalização da desigualdade de poder.

A abordagem materialista-dialética permitiu desvendar como é que esta sabedoria popular reflete não apenas a resistência às estruturas opressoras da sua época, mas como também carrega implicações que transcendem o tempo, iluminando os processos de reprodução das relações de classe.

Com base nesta fundamentação teórica identificamos que o desafio atual consiste em superar não apenas as estruturas materiais da exploração de classes [propriedade privada], mas também os mecanismos ideológicos que as sustentam. Isso exige a organização e a consciencialização das massas trabalhadoras, a valorização das formas de resistência histórica e a divulgação de uma pedagogia emancipadora que descodifique a realidade material e as contradições que a sustentam.

Este processo deve basear-se na solidariedade e na ação coletiva, capazes de confrontar as normas impostas pelas classes dominantes e construir uma sociedade fundamentada na igualdade e na justiça social.

A frase que intitula o trabalho lembra-nos que as relações de poder são construções históricas que podem e devem ser transformadas. Ao mantermos esta perspectiva, reafirmamos o potencial revolucionário da consciência histórica e da ação coletiva, elemento essenciais para superar as contradições da sociedade de classes e alcançar uma humanidade verdadeiramente livre.

BIBLIOGRAFIA

Barata Moura, J. (2010). É o Marxismo Científico? Avante! ed. Lisboa.

Caraça, B. de J. (1933). *A Cultura Integral do Indivíduo Problema central do nosso tempo*.

Engels, F. (1880). *Do Socialismo utópico ao Socialismo científico*.

Lefebvre, H. (1955). *O marxismo*. Livraria Bertrand.

Lenine, V.I. (1914). *Karl Marx Breve Esboço Biográfico Seguido de uma Exposição do Marxismo*. [online] www.marxists.org. Available at: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/11/marx-avante.htm.

Marx, K. and Engels, F. (1845). *a ideologia alemã*. Brasil: Boitempo.

Marx/Engels, Obras escolhidas em três tomos, ed. Cit., t.3, 1985, p.179. (Nota das edições *Avante!*)

marxists.org (2004). *Friederich Engels: O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem*. [online] Marxists.org. Available at: https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm.

marxists.org (2013). *Materialismo e Empiro-Criticismo*. [online] www.marxists.org. Available at: https://www.marxists.org/portugues/lenin/1909/empiro/index.htm.

marxists.org (2024). *Miséria da Filosofia Resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon*. [online] Marxists.org. Available at:

https://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/cap08.htm. Capítulo II — A Metafísica da Economia Política Parágrafo V — As Greves e as Coalizões dos Operários.

marxists.org (2016). *3. O Feudalismo*. [online] www.marxists.org. Available at: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/estudo/segal/04.htm#tr15.

Paulo Freire (2019). *Pedagogia do oprimido*. Rio De Janeiro Paz E Terra.

Vencedora
do Prémio Res Publica 2022

EUROPEAN SOCIAL UNION IN TIMES OF DYSTOPIA. THE LONG (SOCIAL) WALK OF SOUTHERN EUROPEAN SOCIETIES

Carla Valadas

The well-known statement by Jean Monnet, one of the European Union (EU) architects, that "Europe will be forged in crisis" (Monnet 2015), seems more contemporary than ever. At the beginning of 2020, a ubiquitous virus spread across the world, challenging the policies of both the EU and its member-states. It soon became evident that it was necessary not only to address unknown and largely wide health effects, but also to contain broader and unexpected social and economic risks. The unprecedented impacts of the Covid-19 pandemic on societies and individuals, together with the expected deterioration of the social situation – particularly concerning unemployment, poverty and inequalities – called for more robust social protection, especially at the EU level. Drawing on a literature review and an analysis of secondary statistical data, this essay examines the extent to which EU institutions' response to the pandemic incorporated a kind of new "social wave", even as the marked differences among EU welfare states were (further) exposed.

A first research question can be formulated as follows: does the specific set of policy measures devised to help member states mitigate the effects of the pandemic represent a steppingstone toward building a more "European Social Union" (Vandenbroucke 2013, Vandenbroucke and Vanhercke 2014)? Among the previous initiatives that aimed to bring social issues onto the EU political agenda (Ferrera 2018, 2019) sits the institutional proclamation, in November 2017, of the European Pillar of Social Rights (EPSR) at the EU Social Summit in Gothenburg. Though there are different perspectives on the potential of the EPSR to reinvigorate EU social policy (Deakin 2017, Vanhercke *et al*. 2018), it is reasonable to argue that the EPSR introduced a new rhythm and a renewed willingness to implement updated social instruments at the EU level (De la Porte and Madama 2022).

The second research question acknowledges that the EU's internal imbalances are particularly evident in countries characterised by sharp social

CARLA VALADAS
é Doutorada em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Atualmente, é Professora Adjunta na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria e Investigadora Integrada no CEIS20 da Universidade de Coimbra. Participou em vários projetos nacionais e europeus, publicando amplamente em livros e artigos com revisão científica. Os seus interesses de investigação incluem políticas sociais e de emprego, os regimes de Estado-Providência, as transformações do mercado de trabalho em Portugal e no Sul da Europa, bem como os significados e impactos da ativação das políticas de emprego e da precariedade laboral em grupos sociais específicos. Ao longo do seu percurso académico, tem aprofundado de forma consistente o processo de construção da União Europeia, área de investigação pela qual demonstra particular interesse científico.

divides, vulnerable financial conditions (notably high debt), and a wider gap from EU social standards compared with stronger welfare regimes. We argue that Southern European societies - such as Portugal, Spain, Italy, and Greece - constitute a noteworthy laboratory for analysing the influence and effects of EU social policy on citizens' living and working conditions. The recent trajectory of these countries also provides a valuable basis for discussing how a scenario of multiple, successive crises demonstrates that the EU's idealised unity has still a long way to go.

For Southern European countries, integration into the EU is highly relevant and, in general, they display a trajectory of formal compliance with EU law and with inclusive principles of solidarity and equality (Portugal being a paradigmatic example). However, their implementation performance has not, so far, resulted in a convergence toward the living and working conditions of the "best performers".

A preliminary conclusion is that the structural imbalances, persisting social inequalities, and comparatively weak welfare systems continue in Southern European countries to constrain these countries' capacity to promote more equitable growth and to build resilient societies. A second, equally preliminary, idea is that although the EU produced a swift response to the Covid-19 pandemic, the window of opportunity it created may have been open only briefly.

TAKING EU POLITICAL WILLING FURTHER IN THE WAKE OF A GLOBAL PANDEMIC

The capacity of EU social policy to compensate for the mistakes of economic competence and upward social convergence, was still being tested - guided by the European Pillar of Social Rights (EPSR) principles and instruments (Valadas 2021) - , when an unexpected pandemic caused by COVID-19 exposed new and pressing societal challenges. As the health crisis spread across the world in early 2020, massive (un)employment effects and deepening social divides became evident (Ladi and Tsarouhas 2020, Moreira and Hick 2021).

At one point, most EU member states faced a significant decline in their economic activity, with some sectors – such as tourism, building and construction, automotive/motor-vehicle production, personal services, artistic activities, accommodation, and food services - being severely affected by lockdown measures implemented to halt the spread of the virus (Myant 2021). Despite the virus 's common features, its impacts varied considerably across countries and regions (Dodds *et al.* 2020, Béland *et al.* 2021), as well as among different social groups depending on factors such as qualification levels, age, or gender (Aubert *et al.* 2022). This means that the social and economic effects of the pandemic were not experienced simultaneously nor with equal intensity across all contexts.

The literature shows that welfare systems were not equally prepared – nor equally able to implement the necessary adjustments - to protect their citizens from the effects of an unexpected phenomenon such as the Covid 19 pandemic. Drawing on a synthetic index of social resilience, Pereirinha and Pereira (2021) demonstrate that the capacity to cope and adapt to the pandemic varied according to the specific configuration of each welfare system. Béland *et al.* similarly emphasised that social policy responses to the Covid-19 pandemic "reflect, at least in part, existing national policy legacies" (Béland *et al.* 2021: 249).

Another idea highlighted in the literature is that, unlike what occurred after the 2008-9 crisis, EU institutions responded swiftly to the Covid 19 pandemic (Ladi and Tsarouhas 2020). After the April peak 2020, the European Commission issued mechanisms to help member states support their healthcare systems and to foster collaboration in development vaccine (Ferrera *et al.* 2021). In addition, several instruments were deployed to assist Member States in minimising the impacts of the pandemic on workers, businesses, and society at large, ranging from "macro-economic stimulus interventions to measures to help sustain employment, incomes and the economy" (Baptista *et al.* 2021: 10). A set of distinct yet complementary instruments was designed, including short-time schemes and a longer-term recovery plan, *Next Generation EU* (NGEU). NGEU was launched with the aim of promoting an investment-rich recovery and growth-enhancing reforms by providing €338 billion in non-repayable support and up to €385.8 billion in loans (at current prices) over the period up to 2026 (Eurofound 2022). This constituted the largest stimulus package ever financed in the EU and marked a break "with core norms of EU cooperation" (de la Porte and Jensen 2021: 389).

Among the short-term schemes was the *Support to Mitigate Unemployment Risks in an Emergency* (SURE). SURE was a pivotal mechanism that helped Member States finance short-time work without conditions. Its primary aim was to protect workers (employees and self-employed individuals) against the risk of unemployment and income loss for a certain period (Baptista *et al.* 2021). An *Emergency Support Instrument* was also created to help mitigate some of the pandemic immediate consequences and to anticipate needs related to the recovery. In addition, increased flexibility in the use of Cohesion funds was agreed through the Coronavirus Response Investment Initiative and the Coronavirus Response Investment Initiative Plus. Short-time work schemes were introduced alongside unemployment benefit schemes, for example, and contributed significantly to stabilising employment and workers' income[1].

As for the NGEU package, Armingeon *et al.* question whether "it could mark a critical juncture in the development of the EU towards a stronger redistributive function" and represent a "fresh start", even if still haunted

1 For a discussion on the differences in the design and implementation of short-time work as a policy tool, see Ebbinghaus and Lehner (2022).

by the recent past (Armingeon *et al.* 2022: 144). Although it was rapidly designed, as time passed and the instruments began to be implemented, it became increasingly evident that some of the potential and innovative features of NGEU were less compelling and less unequivocal than initially anticipated (de la Porte and Jensen 2021). Shortcomings – such as the overall size of the financial package and its distributive basis, the liability associated with a joint debt, and the genuine possibility to address structural weaknesses and gaps - became salient (Armingeon *et al.* 2022: 148).

The Recovery and Resilience Facility[2], a key instrument at the core of NGEU, soon exposed the EU's internal diversity. This diversity has always been difficult to manage, but it appears even more challenging at a time when the risk of social and economic divergence is increasing, reflecting - among other aspects -, the distinct models of welfare across Member States.

INEQUALITIES AMONG COUNTRIES AND INDIVIDUALS IN FACE OF THE COVID-19 PANDEMIC

Southern EU societies such as Greece, Italy, Portugal, and Spain sit among EU countries where economic and social imbalances are noticeable, and levels of welfare generosity remain low (Petmesidou 2018). These four countries belong to the so called Southern European welfare regime[3] and share institutional and cultural traits that shape their social and economic policies. Weaknesses of state institutions – namely those linked to historically embedded differences in the functioning of public services -, high fragmentation and internal polarisation of income maintenance systems; a distinctive public/private mix and a clientelist political structure are some of the characteristics highlighted by authors like Rhodes (1996), Petmesidou (1996) and Ferrera (1996). Other shared features relate to deep and enduring social and economic inequalities that are difficult to break, as well as a strong reliance on family support to address several social and economic risks. Significant disparities among workers and individuals are most evident by the dualization between well protected and under protected groups. Although - as Moreira *et al.* (2015) have shown - the gap between the so-called "insiders" and the large and diverse number of "outsiders" narrowed following the austerity-oriented measures and welfare reforms introduced in response to the 2008-9 crisis, high levels of segmentation persist. Vulnerabilities

2 The Recovery and Resilience Facility was designed as a temporary recovery instrument to to mitigate the social and economic impact of the pandemic. It made available €723.8 billion (in current prices) in loans (€385.8 billion) and grants (€338 billion). The recovery and resilience plans that each Member State submits to the Commission under the Recovery and Resilience Facility (RRF) should address the challenges identified in the 2019 and 2020 country-specific recommendations by the European Commission.

3 For a literature review on the Southern European welfare regime see Natali and Jessoula (2022).

in the labour market are linked to a persistent reliance on insecure and low-cost labour, combined with a low degree of protection and heightened income and job insecurity for workers in "non-standard" forms of employment (including fixed-term, agency, and platform workers) as well as the self-employed. Workers in these categories have limited access to social protection, notably in the domains of unemployment and sickness benefits, maternity/paternity leaves, schemes covering occupational diseases and accidents at work (Matsaganis *et al*. 2016). This happens, namely, because they work fewer hours, earn/declare lower earnings or to the fact that they do not fulfil eligibility conditions (due, for example, to age or not having worked for a certain period before claiming the benefit).

The literature shows that the economic contraction caused by the Covid-19 pandemic hit Southern EU countries hard (Moreira *et al*. 2020, Guillén *et al*. 2022, Suárez-Grimalt *et al*. 2022). Massive employment and unemployment effects were observed almost immediately after the introduction of lockdown measures designed to limit the potential scale of the crisis, and severe social divides between distinct groups of workers intensified. However, the more affected sectors and social groups were not necessarily the same than in previous crises (Eurofound 2020). First, the heavy reliance of Southern European countries on tourism (and related activities, such as hotels and restaurants) and travel (Jestl and Stehrer 2021, Myant 2021) heightened their exposure to the economic turbulence generated by the Covid-19 pandemic. Second, among the groups that suffered the most were workers in "essential jobs" unable to work remotely and faced higher risks of exposure to the virus – such as, among many others, hospital cleaning staff, and supermarkets cashiers. These workers tend to be low paid and low skilled and are often exposed to greater employment instability. Self-employed and individuals on fixed or short-term contracts were also heavily affected by the pandemic and the ensuing national lockdowns. Another group severely impacted by the health and economic crisis were individuals whose health status was already fragile, often because of poverty and low income (Bambra *et al*. 2020).

What is more, at least since the 2008-9 crisis (and despite differences between the four countries), Southern European governments have been confronted with a reduced margin of manoeuvre to increase and restructure their levels of social spending, as well as to delineate a solid trajectory of economic growth[4].

4 Reporting on the Portuguese case, González and Figueiredo (2015) underline the constraints of the Portuguese economy throughout the last decade and explain how the sustainability of the European Social Model" was already in danger before (though the situation aggravated afterwards) the 2007-8 crisis.

ACTORS PLAYING AN ACTIVE ROLE IN TIMES OF CRISIS AND DYSTOPIA. THE USE OF SHORT-TERM AND MEDIUM/LONG-TERM INITIATIVES

Alongside the initiatives implemented by the European Commission, Southern European governments – like many other EU member states – introduced measures to address employment shocks and rapidly growing income threats, in parallel with those aimed at containing the spread of the virus. The first phase of full-scale lockdown lasted from March until July 2020 and included the shut of nonessential retail shops, restaurants, and several other "non-essential" services. In response to the full closure of schools and childcare facilities, Southern European governments provided (limited time) support for parents taking care of their children. For some sectors and activities, it was possible to reconcile economic activity with health control by adopting remote work, teleworking, and adjusting working hours. This was, generally, the case of higher-paying industries whose workers were more likely to be able to work from home and be less exposed to an income shock. A considerable amount of research examines the precise nature and manifestation of specific measures implemented in Southern European countries (Moreira *et al*. 2021) as well as in specific countries within the group (Almeida and Santos 2020). Among similar initiatives to counterbalance the effects on employment and labour income of economic lockdown are initiatives such as: job retention policies (whether short-time work or other furlough schemes); support to mitigate unemployment risks; deferral of (part of) employers' social security contributions; adjustment of eligibility rules regarding social benefits (such as unemployment allowances, minimum income, sickness benefit schemes). Paraphrasing Ebbinghaus and Lehner, job retention policies can be seen as "public programmes aimed at avoiding excessive job destruction during downturns" (Ebbinghaus and Lehner 2022: 48) that include direct transfers to the employees and/or financial compensation to the employers. Some of these programmes eventually contributed to attenuate the impacts of the pandemic on the labour market, by protecting jobs and containing more severe income falls, at least for some time. Consequently, there was no long-lasting increase in the unemployment rate after the first wave of the Covid-19 pandemic (Eurofound 2022). However, as stressed by Moreira and Hick (2021) Southern European countries enduring economic and social vulnerabilities, not only make their "starting position" weaker as they represent an additional burden in exceptional circumstances.

Data from Eurostat shows that, in comparison with 2019, the total volume of worked hours in 2020 decreased by almost one-fifth in Greece (-19.7%), Spain (-19.5%), Portugal and Italy (-19.0% for both) (Eurofound 2022). There was also a reduction in the employment rate, with the highest declined observed in Spain (corresponding to 2,3 percentage points), and an increase in the unemployment rate (reaching double-digit rates of 16,3% in

Greece and Spain) (Eurostat 2021). Southern European countries are also among the ones where there was a sharper decline in GDP.

A more detailed analysis of the groups whose employment situation became even more at risk, shows that women were more negatively impacted as they work in sectors more intensely affected by the shut-down, and more likely under non-standard contracts (Rubery and Tavora 2021). Young workers were also disproportionally affected by the Covid-19 pandemic and experienced more difficulties in terms of (un)employment (Eurofound 2022).

EU SOUTHERN COUNTRIES' LONG STORY OF ENDURING VULNERABILITIES

Southern European countries enduring social and economic/financial limits continue to be prominent. As explained above, one major limitation relates to long-term vulnerabilities of Southern European welfare systems, imbalanced distribution of resources and inefficient labour market institutions (Valadas 2022). For example, the institutional support for the unemployed, or individuals in search of a job, continues to be weak and coverage remains incipient, causing multidimensional consequences (social and psychological risks but also more or less pronounced financial deprivation), difficult to address. In this regard, a more coordinated plan anchored on complementary, multi-actors' action, a medium-long term perspective and efficient and independent evaluation processes could be considered an asset.

The second shortcoming derives from additional financial constraints (high levels of debt, fall of GDP) aggravated by adverse circumstances linked namely to the Covid-19 pandemic, labour market ongoing megatrends (linked, namely, to digitalisation, shortening and greying of the workforce, diversification and precarisation of work patterns, climate change challenges) and, more recently, to the inflationary scenario and (increasing) food and energy pressure resulting (in part) from the War in Ukraine. In a time when new social and economic risks put additional pressure on welfare systems and labour markets, to resettle a trajectory of convergence within the EU landscape and implement (some of) the ambitious goals of EU to overcome the successive crises, former to and following the Covid-19 pandemic, sufficient and solid budgetary resources are necessary. For now, countries in Southern Europe seem to have very limited (political) options in this regard. These limits can be better contextualised if we take a closer look at some of the available instruments themselves.

PERSISTING ECONOMIC IMBALANCES/CONSTRAINTS

Short-term work schemes and the recovery and resilience funds developed to help member states recuperate from the pandemic might, after all, contribute to maintain or eventually aggravate the position of less rich member states (and

regions among them). This relates to the way social funds are distributed and used (De la Porte and Madama 2022). Southern European countries have more difficulties in what concerns co-funding, for example. Moreover, their capacity to invest both in the green economy (which is at the core of the recovery and resilience plans) and in social initiatives aimed at improving the situation of workers in the labour market or making considerable adjustments to ageing populations seems rather fragile. In fact, the two can be interrelated. Investing in skills and adequate (re)training, providing higher/decent wages, and extending social benefits to reach all workers independently of their employment status are all necessary to better equip workers and prepare companies to the transition to the green and digital economy. Southern European countries, however, continue to struggle, namely, with high levels of public debt and fragile economic stability. For countries like Greece, Italy, Portugal, and Spain still recovering from the effects of the 2008-9 crisis and the austerity measures that followed, it seems especially difficult to reconcile economic and financial (hard) rules with social policy, even if anchored in indicators, such as the ones established in the EPSR social scoreboard[5]. The ability to respond to ongoing challenges, linked to growing inequalities, demographic dynamics as well as to stringent technological transformations is crucial. Leading with the impacts of digitalization, equipping the workforce for future jobs and (re)adjusting work content remains at the centre of the political debate. These countries' recent experience shows that much has still to be achieved in terms of (social) investment, particularly, in terms of providing adequate skills and vocational training[6] for all workers.

CONCLUSION

The Covid-19 pandemic, as it happened after the onset of the 2007-8 crisis, exposed enduring weaknesses in member states and welfare state regimes in the areas of work and welfare. Similarly to what can be perceived among vulnerable social groups (Béland *et al*. 2022), the hardest hit in the pandemic are countries that were already in a weaker condition before the crisis. Focusing on the recent experience of Southern EU member states and how it intersects the goal of making the EU move into a more "social direction" in disturbing times, it seems that imbalances within the EU have not been attenuated. On the contrary, the effects of recent crises accentuated gaps between and within countries. What

5 The EPSR social scoreboard indicators are examined in terms of their relevance to monitor social progress in Europe and a basis for a new proposal are exaplained in an ETUI recent publication entitled "The Social scoreboard revisited". Available at: https://www.etui.org/sites/default/files/2017.03%20Background%20analysis%20Social%20Scoreboard%20Web%20version.pdf. (Consulted on November, 9th 2022).

6 In a recent publication, Guillen *et al*. (2022) adopt a more optimist tone, arguing that, in the case of Italy and Spain, the RRPs social policy "is mostly framed within a social investment approach and strategy", with a more considerable share of the budget allocated to welfare issues and education.

can be achieved at the EU level continues to be considerably endangered, despite the quick response by EU institutions (triggered by the European Commission initiative) in reaction to the Covid-19 pandemic and the potentialities and promises linked to recent initiatives aiming to bring a more solid and balanced configuration between social priorities and economic performance (Vanhercke, Sabato et al. 2018). If the idealized conception of "Social Union" is to prevail, more equal living and working conditions must be reached at the EU level. To ensure that the goal of greater social cohesion can be realised, social solidarity mechanisms and more redistributive forms of financial support must be fully implemented and pursued.

Despite the unparalleled financial support made available to member-states, national Recovery and Resilience Plans (RRPs) must be highly detailed and oriented towards very specific domains like "the digital transition, the energy transition and on stimulating social and inclusive growth benefiting the next generation" (Verdun *et al.* 2022). This may limit their orientation towards (more) social priorities, partly because the consultation of the so-called "social stakeholders" (social partners, civil society organisations) was limited (Vanhercke and Verdun 2022).

The social reality of Southern European countries illustrates how challenging it is to accommodate deep-rooted social and labour market risks while simultaneously addressing new and demanding social priorities (such as demographic ageing), alongside global, unresolved - and irreversible - trends such as climate change.

Southern European countries, in general, remain less prepared to absorb the impact of the digital economy on employment; to invest widely in new technologies and prepare workers accordingly; and to readapt their welfare systems – characterized by heavily emphasis on pensions and increasingly inefficient healthcare systems - in a more effective manner, among many other pressing internal and external disruptions. Moreover, unlike their Northern European counterparts, social dialogue is weaker and more fragmented, and the design and delivering of policies in an integrated and synergetic manner is uncommon.

Countries such as Portugal, Greece, Italy, and Spain continue to display a mix of enduring weaknesses that not only place them as "laggards", but also endanger their chances of "catching up" and ultimately becoming full members of the "best performing" groups.

As explained above, unresolved chronical problems persist including, among other obstacles, structural inefficiencies in services and public policies; a lack of adequate financial and human resources to accommodate pressing social demands; and the absence of long-term planning, as well as robust monitoring and accountability practices. Consequently, individuals in Southern European societies continue to face high levels of (in-work) poverty, precarious employment, structural unemployment; a shortage of good-quality jobs; and

inefficient active labour market policies. Recognising its centrality within the EU's social integration project, the fulfilment of social and labour rights remains an "unfinished adventure" (Bauman 2004).

In 2020, the Indian writer Arundahati Roy refered to the virus as a "portal, a gateway between one world and the next". Although the idea of transitioning into a new era seems inspiring, the weight of structural problems and asymmetries inside the EU remains evident.

Reimagining a "European Social Union" continues to be a collective endeavour that, for now, still lacks substantive reflection and concrete action.

REFERENCES

Almeida, F. and J. D. Santos (2020). "The effects of COVID-19 on job security and unemployment in Portugal." International Journal of Sociology and Social Policy 40(9/10): 995-1003.

Armingeon, K., C. de la Porte, E. Heins and S. Sacchi (2022). "Voices from the past: economic and political vulnerabilities in the making of next generation EU." Comparative European Politics 20: 144-165.

Aubert, C., H.-A. Dang and M.-H. Nguyen (2022) "The Unequal Impact of the COVID Pandemic: Theory and Evidence on Health and Economic Outcomes for Different Income Groups." IZA Discussion Paper Series.

Bambra, C., R. Riordan, J. Ford and F. Matthews (2020). "The COVID-19 pandemic and health inequalities." Journal of Epidemiology and Community Health 74(11): 964-968.

Baptista, I., E. Marlier, S. Spasova, R. Penã-CAsa, B. Fronteddy, D. Ghailani, S. Sabato and P. Regazzoni (2021). ESPN Social protection and inclusion policy responses to the COVID-19 crisis. E. S. P. Network. Brussels, European Commission.

Bauman, Z. (2004). Europe: An Unfinished Adventure. Cambridge&Malden, Polity Press.

Béland, D., B. Cantillon, R. Hick and A. Moreira (2021). "Social Policy in the face of a global pandemic: Policy responses to the Covid-19 crisis." Social Policy & Administration 55: 249-260.

Béland, D., A. J. He and M. Ramesh (2022). "COVID-19, crisis responses, and public policies: from the persistence of inequalities to the importance of policy design." Policy and Society.

de la Porte, C. and M. D. Jensen (2021). "The next generation EU: An analysis of the dimensions of conflict behind the deal." Social Policy & Administration 55(2): 388-402.

De la Porte, C. and I. Madama (2022). Researching social Europe on the move. Social Policy in Changing European Societies. K. Nelson, R. Nieuwenhuis and M. A. e. Yerkes. Cheltenham, Edward Elgar Publishing.

Deakin, S. (2017). What follows austerity? From social pillar to new deal. A European Social Union after the Crisis. F. Vandenbroucke, C. Barnard and G. e. De Baere. Cambridge, Cambridge University Press: 192-210.

Dodds, K., V. Broto, K. Detterbeck, M. Jones, V. Mamadouh, M. Ramutsindela, M. Varsanyi, D. Wachsmuth and C. Y. Woon (2020). "The Covid-19 pandemic: territorial, political and governance dimensions of the crisis." Territory, Politics, Governance 8(3): 289-298.

Ebbinghaus, B. and L. Lehner (2022). "Cui bono – business or labour? Job retention policies during the COVID-19 pandemic in Europe." Transfer: European Review of Labour 28(1): 47-64.

Eurofound (2020). COVID-19: Policy responses across Europe. Publications Office of the European Union. Luxembourg.

Eurofound (2022). Recovery from COVID-19: The changing structure of employment in the EU. Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Eurostat (2021). Key Figures on Europe - 2021 Edition. Luxembourg, Publications Office of the European Union.

Ferrera, M. (1996). "The Southern model of welfare in social Europe." Journal of European social policy 6(1): 17-37.

Ferrera, M. (2018). The European Social Union: how to piece it together. Social policy in the European Union: state of play 2018. B. Vanhercke, D. Ghailani and S. e. Sabato. Brussels, OSE&ETUI: 17-30.

Ferrera, M. (2019). "Towards a European Social Union. The European Pillar of Social Rights and the Roadmap for a fully-fledged Social Union". A Forum debate. Centro di Ricerca e Documentazione Luigi Einaudi, Torino.

Ferrera, M., Miró, J., & Ronchi, S. (2021). "Walking the road together? EU polity maintenance during the COVID-19 crisis." *West European Politics*, *44*(5/6), 1329–1352.

González, P. and A. Figueiredo (2015). The European social model in a context of crisis and austerity in Portugal. The European Social Model in Crisis, Edward Elgar Publishing: 386-450.

Guillén, A. M., M. León and E. Pavolini (2022). "Are 'carrots' better than 'sticks'? New EU conditionality and social investment policies in the aftermath of the COVID-19 pandemic in Italy and Spain." Comparative European Politics 20(2): 220-237.

Jestl, S. and R. Stehrer (2021). "(Post-) pandemic Employment Dynamics in a Comparative Perspective." ETUI Research Paper-Policy brief.

Ladi, S. and D. Tsarouhas (2020). "EU economic governance and Covid-19: policy learning and windows of opportunity." Journal of European Integration 42(8): 1041-1056.

Matsaganis, M., E. Ozdemir, T. Ward and A. Zvakou (2016). Non-standard employment and access to social security benefits. Research note 8/2015. Brussels, European Commission.

Monnet, J. (2015). Memoirs: Jean Monnet, Profile Books.

Moreira, A., Á. Domínguez, C. Antunes, M. Karamessini, M. Raitano and M. Glatzer (2015). "Austerity-driven labour market reforms in southern Europe: Eroding the security of labour market insiders." European Journal of Social Security 17(2): 202-225.

Moreira, A. and R. Hick (2021). "COVID-19, the Great Recession and social policy: Is this time different?" Social Policy & Administration 55(2): 261-279.

Moreira, A., M. Léon, F. C. Moscarola and A. Roumpakis (2020). "In the eye of the storm… again! Social policy responses to COVID-19 in Southern Europe." Social Policy & Administration 55(2): 339-357.

Myant, M. (2021). The economic and social consequences of Covid-19. Social policy in the European Union. State of play 2020. B. Vanhercke, S. Spasova and B. e. Fronteddu. Brussels, OSE&ETUI: 53-69.

Natali, M. and M. Jessoula (2022). The Southern European welfare model. De Gruyter Handbook of Contemporary Welfare States. B. e. Greve. Berlin, Boston, De Gruyter: 101-118.

Pereirinha, J. A. and E. Pereira (2021). "Social resilience and welfare systems under COVID-19: A European comparative perspective." Global Social Policy 21(3): 1-26.

Petmesidou, M. (1996). "Social protection in Southern Europe: trends and prospects." Journal of Area Studies 4(9): 95-125.

Petmesidou, M. (2018). Southern Europe. Routledge Handbook of the Welfare State. B. e. Greve. Oxon&New York, Routledge: 162-175.

Rhodes, M. (1996). "Southern European welfare states: identity, problems and prospects for reform." South European Society and Politics 1(3): 1-22.

Rubery, J. and I. Tavora (2021). The Covid.19 crisis and gender equality: risks and opportunities. Social Policy in the European Union: state of play 2020. B. Vanhercke, S. Spasova and B. e. Fronteddu. Brussels, Ose&ETUI: 71-96.

Suárez-Grimalt, L., A. Coco-Prieto and M. Simó-Solsona (2022). Double inivisibility: the effecfs of hidden unemployment on vulnerable populations in southern European countries during the COVID-19 pandemic. RES. Revista Española de Sociología 31(4).

Valadas, C. (2021). New directions for European Union social policy in challenging times. Social Policy Review 33: Analysis and Debate in Social Policy, 2021. M. Pomati, A. Jolly and J. e. Rees. Bristol, Bristol University Press: 29-48.

Valadas, C. (2022). The activation of employment policy in Southern Europe. The case of Portugal and the translation of external pressures into policies and processes. Social Welfare Issues in Southern Europe. M. Brown and M. e. Briguglio. London, Routledge: 59-77.

Vandenbroucke, F. (2013). "European Social Union: a political necessity and an urgent research programme." Journal for a Progressive Economy 1.

Vandenbroucke, F. and B. Vanhercke (2014). A European Social Union: 10 tough nuts to crack. Background report for the Friends of Europe High-Level Group om Social Union. Brussels, Friends of Europe.

Vanhercke, B., S. Sabato and D. Ghailani (2018). The European Pillar of Social Rights as a game changer. Social Policy in the European Union: state of the play Brussels, European Trade Union Institute and European Social Observatory.

Vanhercke, B. and A. Verdun (2022). Will European Recovery ever be co-determined by social actors? National Recovery and Resilience Plans. Social Europe Dossier, Social Europe&Hans Bockler Stiftung: 27-331.

Verdun, A., B. Vanhercke and S. Spasova (2022). "Are (some) social players entering European recovery through the Semester back door?" Social policy in the European Union: state of play 2021: 107-130.

número 1
fevereiro 2021

número 2
julho 2021

número 3
julho 2022

número 4
novembro 2023

número 5
junho 2024

número 6
dezembro 2025

REVISTA

RES PUBLICA

REVISTA DE ENSAIOS POLÍTICOS